



Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

A INTEGRAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DA COMPONENTE AMBIENTAL NO PROGRAMA POLIS

SUSANA MARIA RIBEIRO DE BARROS FERREIRA

**“Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em
Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental”**

Orientada pela Profª Doutora Maria do Rosário Partidário

**MONTE DE CAPARICA
2006**

RESUMO

O rápido e desordenado crescimento urbano ocorrido principalmente durante o século XX teve consequências na ocupação dos espaços das cidades, conduzindo à emergência de áreas desqualificadas e à degradação dos centros das cidades. Para a resolução destes problemas, as sociedades têm vindo a desencadear variadas políticas de intervenção urbana, que iniciaram com a reestruturação das áreas degradadas e evoluíram até ao actual conceito de requalificação urbana – que integra os problemas do planeamento urbano com as questões sociais, económicas e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cidades.

A requalificação urbana também tem vindo a merecer uma atenção crescente nos últimos anos em Portugal. Tendo-se iniciado com intervenções modestas assistiu-se, com a implementação do projecto da Expo'98, ao surgimento de um novo paradigma de qualidade do espaço urbano e valorização das suas componentes ambientais. Foi neste enquadramento que, em 2000, se lançou o *Programa Polis - Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*, cujo principal objectivo é melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a sua atractividade e competitividade.

É precisamente sobre o Programa Polis que se debruça esta tese, que pretende, numa primeira fase, analisar a forma como se integrou e acompanhou a componente ambiental em três cidades Polis, representativas das intervenções pertencentes à Componente 1, procurando compreender se as metodologias aplicadas foram similares entre si e/ou se o modelo de gestão definido e a área de intervenção influenciaram a metodologia aplicada. Para tal, analisou-se um conjunto de parâmetros que permitiram identificar os procedimentos aplicados, tais como: os estudos de caracterização realizados; a monitorização implementada; a forma como se realizou o acompanhamento ambiental de empreitadas e as acções de participação e divulgação realizadas, entre outras.

Por fim, tendo por base a literatura pesquisada e a análise realizada aos casos de estudo, apresenta-se uma metodologia para a gestão de um programa/projecto de requalificação urbana. Concebida sob a forma de um guião, esta pretende ser, por um lado, suficientemente generalista para poder ser aplicada a qualquer tipo de projecto/programa deste género e, por outro, específica e detalhada, sempre que possível, na forma como se poderão aplicar os procedimentos.

ABSTRACT

The fast and disorganized growth of the urban areas that mainly took place during the twentieth century had serious consequences in the occupation of the urban areas, leading to the sprouting of unqualified areas and to the degradation of city centers. In order to solve these problems, different policies of urban intervention have been developed by the different stakeholders, policies that began with the restructuring of the degraded areas and evolved to the contemporary concept of urban regeneration – one which integrates the challenges of urban planning with the social, economical and environmental issues, making a significant contribution to the sustained development of the cities.

In Portugal, urban regeneration has come to deserve an increasing importance in these last few years. Having started with simple interventions, the implementation of the Expo'98 project increased the quality standard expectations of the urban space and its environmental components. It was under this new framing that, in 2000, the "*Programa Polis - Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*" (National Program for Urban Regeneration and Environmental Improvement of the Cities) was launched, whose main goal is to improve the standard of living in the cities, through interventions in the urban and environmental components, increasing the city's attractiveness and competitiveness.

The focus of this thesis is on the "Programa Polis" and initially intends to analyze how the environmental component was integrated and followed through in three Polis cities, that were deemed as representative of the first component of the intervention, trying to establish whether the applied methodologies were similar amongst them and/or the established management model and the intervention area were influenced by the methodology itself. In order to reach these objectives, a set of predefined parameters were analyzed and that led to the clear identification of the implemented procedures, such as: initial assessment, monitoring procedures, environmental follow-up of the contract work, public participation and promotion, amongst other.

Finally, using the researched bibliography and analysis of the case studies as a foundation, a management methodology is presented for the Urban Regeneration Program/Project. This methodology was created as a script and tries to be generic enough to be used in any Program/Project of this kind, and, whenever possible, details how the procedures should be applied.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os que me ajudaram a elaborar esta tese de mestrado e que contribuíram com a sua sabedoria, força, dedicação, apoio e carinho e que permitiram a elaboração deste trabalho. Gostaria ainda de desejar um especial agradecimento:

- À minha orientadora, que me soube guiar na direcção certa e impulsionar nos momentos cruciais;
- Às equipas dos Programas Polis de Castelo Branco, Vila Real e Vila Franca de Xira, pela disponibilidade demonstrada e pelo incansável empenho na disponibilização dos dados solicitados;
- À Parque Expo'98 SA, pela oportunidade que me concedeu e pelo interesse e disponibilidade na elaboração e divulgação deste trabalho;
- A todos os meus colegas e amigos que me deram força e vontade de continuar;
- À minha família - em especial à minha mãe e ao meu marido, que me ajudaram e incentivaram nas horas mais difíceis.

A todos, agradeço com muita amizade.

LISTA DE ABREVIATURAS

- 6º PAA - 6º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente
- AML – Área Metropolitana de Lisboa
- APL – Administração do Porto de Lisboa;
- CMVFX - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- CMVR - Câmara Municipal de Vila Real;
- CMIA - Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental;
- CCDDR-C - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- CCDDR-LVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- CCDDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- CLA - Comissão Local de Acompanhamento;
- CMIA – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental;
- DGOTDU - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- EN 10 - Estrada Nacional 10;
- EInCA - Estudo de Incidências Ambientais;
- FBO – FBO Consultores S.A.;
- GI - Gestor da Intervenção;
- ICN - Instituto de Conservação da Natureza;
- INAG – Instituto Nacional da Água;
- LBOTU - Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo;
- MAOT – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território;
- MAOTDR - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- MDN – Ministério da Defesa Nacional;
- PAA – Plano de Acompanhamento Ambiental da Intervenção;
- PDM – Plano Director Municipal;
- PDR - Plano de Desenvolvimento Regional;
- PE - Plano Estratégico;
- PGA - Plano de Gestão Ambiental;
- PMA – Programa de Monitorização Ambiental;
- PMRU - Projecto Municipal de Requalificação Urbana;

- POCE - Plano de Ordenamento da Circulação e do Estacionamento;
- PP - Plano de Pormenor;
- PNPA - Plano Nacional da Política de Ambiente;
- Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades;
- PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM
- PROTAML - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa;
- PU – Plano de Urbanização;
- QCA – Quadro Comunitário de Apoio;
- RCM – Resolução do Conselho de Ministros;
- REFER – Rede Ferroviária Nacional;
- SGA – Sistema de Gestão Ambiental;
- TMAD - Trás-os-Montes e Alto Douro;
- UE – União Europeia;
- UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- VFX - Vila Franca de Xira;
- ZI - Zona de Intervenção;
- ZPE - Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo;

ÍNDICE DE MATÉRIAS

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
AGRADECIMENTOS	III
LISTA DE ABREVIATURAS	IV
ÍNDICE DE MATÉRIAS	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE QUADROS	IX
1 INTRODUÇÃO	1
2 A INTERVENÇÃO NA CIDADE	5
2.1 Da Revolução Industrial à Requalificação Urbana.....	5
2.2 A evolução do planeamento em Portugal.....	9
2.3 O surgimento da Requalificação Urbana em Portugal.....	11
2.4 Desenvolvimento da política de ambiente urbano na União Europeia	14
3 A REQUALIFICAÇÃO URBANA	19
3.1 Conceito e princípios orientadores.....	19
3.2 O Processo de Requalificação Urbana.....	22
3.3 Exemplos de Projectos de Requalificação Urbana	25
3.3.1 Exemplos Europeus	25
3.3.2 Exemplos Portugueses	29
3.3.3 O Programa Polis.....	34
3.4 Tendências Para o Futuro	42
4 ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DO PROGRAMA POLIS.....	44
4.1 Casos de Estudo.....	45
4.2 Castelo Branco.....	47
4.2.1 Caracterização e Enquadramento Histórico.....	47

4.2.2	Programa Polis em Castelo Branco.....	49
4.2.3	Acompanhamento e Integração da componente ambiental.....	56
4.3 	Vila Real	60
4.3.1	Caracterização e Enquadramento Histórico.....	61
4.3.2	Programa Polis em Vila Real	62
4.3.3	Acompanhamento e Integração da componente ambiental.....	69
4.4 	Vila Franca de Xira	74
4.4.1	Caracterização e Enquadramento Histórico.....	74
4.4.2	Programa Polis de Vila Franca de Xira	76
4.4.3	Acompanhamento e Integração da componente ambiental.....	82
4.5 	Apresentação e análise de resultados	85
4.5.1	Apresentação dos Resultados	85
4.5.2	Análise dos resultados.....	112
5 	METODOLOGIA PARA A INTEGRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DE PROGRAMAS/PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA	120
6 	CONCLUSÃO	131
	BIBLIOGRAFIA	134
	ANEXOS	143

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-1 - Metodologia adoptada na elaboração da dissertação	3
Figura 3-1 - Projectão da % de População Urbana na União Europeia em 2020	19
Figura 3-2 - O Processo da Requalificação Urbana	21
Figura 3-3 - Estrutura de um projecto/programa de requalificação urbana, segundo Amado	23
Figura 3-4 - Distribuição Geográfica das intervenções Polis	38
Figura 4-1 - Metodologia específica aplicada na análise dos casos de estudo	46
Figura 4-2 - Metodologia aplicada no acompanhamento ambiental do Programa Polis em Castelo Branco.....	56
Figura 4-3 - Metodologia aplicada no acompanhamento ambiental do Programa Polis em Vila Real	69
Figura 4-4 - Metodologia aplicada no acompanhamento ambiental do Programa Polis em Vila Franca de Xira ..	83
Figura 4-5 - Expectativas da população de Castelo Branco relativamente ao Programa Polis, durante a Fase de Programação	118
Figura 4-6- Expectativas da população de Castelo Branco relativamente ao Programa Polis, durante a Fase de Construção.....	118
Figura 5-1 - Proposta de metodologia para o acompanhamento e a integração da componente ambiental em Programas/Projectos de Requalificação Urbana e Ambiental	121
Figura 5-2 - Modelo de um SGA de acordo com a Norma NP EN ISO 14 001:2004	125

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2-1 - Evolução da intervenção urbana	9
Quadro 3-1 - Principais fases de um programa/projecto de requalificação urbana, segundo Lichfield	22
Quadro 3-2 - Principais etapas de um programa/projecto de requalificação urbana	24
Quadro 3-3- Objectivos específicos e princípios orientadores do Programa Polis.....	34
Quadro 3-4 - Critérios de análise da contribuição para os desígnios do Programa Polis	39
Quadro 3-5 - Análise dos projectos face ao reforço do Sistema Urbano Nacional, à tipologia das intervenções e aos desígnios do Programa Polis	40
Quadro 3-6 - Ponto de Situação dos Projectos Polis da Componente 1	41
Quadro 4-1 - Grandes Linhas de Intervenção do Programa Polis em Castelo Branco	49
Quadro 4-2 - Equipa técnica associada ao Programa Polis em Castelo Branco.....	51
Quadro 4-3 - Acções Minimizadoras dos impactes das obras previstas no PE do Programa Polis de Castelo Branco	53
Quadro 4-4 - Indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Castelo Branco	55
Quadro 4-5 - Equipa técnica associada ao Programa Polis em Vila Real.....	64
Quadro 4-6 - Acções Minimizadoras dos impactes das obras previstas no PE do Programa Polis de Vila Real ...	66
Quadro 4-7 - Indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Vila Real.....	68
Quadro 4-8 - Indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Vila Franca de Xira.....	81
Quadro 4-9- Resultados obtidos nas três intervenções Polis, resultantes da aplicação das metodologias na Fase de Programação	86
Quadro 4-10 - Aspectos Ambientais, Objectivos, Metas e Indicadores do SGA da Sociedade PolisVila Real	90
Quadro 4-11 - Síntese das responsabilidades dos vários intervenientes na implementação do SGA da Sociedade PolisVila Real.....	91
Quadro 4-12- Resultados obtidos nas três intervenções Polis, resultantes da aplicação das metodologias na Fase de Obra	97
Quadro 4-13 - Responsabilidades definidas no PGA da Sociedade PolisCastelo Branco	99
Quadro 4-14 - Síntese das responsabilidades dos vários intervenientes na execução das empreitadas, definidos no SGA e no PAA	104
Quadro 4-15 - Resultados previstos obter nas três intervenções Polis, resultantes da aplicação das metodologias na Fase de Encerramento e Avaliação.....	109
Quadro 4-16 - Indicadores ambientais previstos nos Planos Estratégicos e concretizados nas intervenções Polis	111
Quadro 4-17 - Análise <i>SWOT</i> à metodologia aplicada no Programa Polis em Castelo Branco	112
Quadro 4-18 - Análise <i>SWOT</i> à metodologia aplicada no Programa Polis em Vila Real.....	113
Quadro 4-19 - Análise <i>SWOT</i> à metodologia aplicada no Programa Polis em Vila Franca de Xira.....	113

*"Aristotle's view was that a city should be designed to make its people secure and happy"*¹

1 | INTRODUÇÃO

As cidades e áreas urbanas têm desempenhado, ao longo de mais de 5 000 anos, um papel de extrema relevância na história da Humanidade. Durante este período, o Homem criou uma fascinante variedade de espaços urbanos, indicativos de importantes fases do seu processo civilizacional. A "fábrica" urbana constituiu-se assim como um exemplo da forma como o Homem moldou o ambiente. É uma linguagem a três dimensões, de sinais que transmitem informação sobre as condições de vida e sobre os desenvolvimentos culturais, económicos e ecológicos.

Contudo, o rápido e desordenado crescimento urbano ocorrido principalmente durante o século XX teve consequências ao nível da ocupação dos espaços das cidades e áreas urbanas em geral, conduzindo à emergência de áreas desqualificadas que não garantem, nem proporcionam à população residente a qualidade de vida desejável.

Actualmente, as cidades confrontam-se com grandes desafios no caminho para a sustentabilidade. Grandes consumidoras de energia e recursos, enfrentam também problemas relacionados com pobreza, violência, falta de identidade, destruição do património cultural e dos valores naturais, poluição, tráfego, degradação das zonas centrais, entre outros aspectos.

Neste enquadramento, a requalificação das áreas urbanas e o planeamento urbano surgem como ferramentas que poderão desempenhar um importante papel na resolução dos problemas urbanos. O planeamento urbano poderá, por exemplo, contribuir para reduzir a necessidade de utilização do automóvel e consequentemente de emissões de CO₂ e também para potenciar a utilização do sol como fonte de energia alternativa, entre outros. Estas acções, aliadas à revitalização das áreas centrais degradadas das cidades, criam soluções que promovem a sustentabilidade das áreas urbanas.

A temática da requalificação urbana e valorização ambiental de cidades tem vindo a merecer uma atenção crescente nos últimos anos em Portugal. Tendo-se iniciado com intervenções de dimensões relativamente modestas, na última década do século passado, os portugueses viram implementar na zona oriental de Lisboa, um grande projecto de requalificação urbana - o projecto da Expo'98. Esta experiência teve um impacto muito significativo em todo o país e veio contribuir para estabelecer um novo paradigma de qualidade do espaço urbano e de valorização das suas componentes ambientais.

Neste enquadramento, o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para o período 2000-2006 elegeu a requalificação dos meios urbanos e a valorização ambiental das cidades como um dos seus principais objectivos. Assim, no início do novo milénio foi lançado um grande Programa de Requalificação Urbana e Ambiental das Cidades – Programa Polis, com vista a melhorar a competitividade das cidades, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

¹ Randall (2002)

Sob a Componente 1² do Programa Polis, vinte e oito cidades portuguesas estão a ser sujeitas a uma intervenção de requalificação urbana e ambiental de grandes dimensões. No conjunto, estas operações terão efeitos consideráveis no ambiente, ao nível do planeamento urbano, criação de infra-estruturas, áreas verdes, ciclovias, espaços públicos condicionados ao trânsito, entre outros.

Neste âmbito, a presente dissertação tem por objectivos, numa primeira fase, analisar de que forma se está a realizar o acompanhamento e a integração da componente ambiental no Programa Polis, verificando a metodologia que está a ser aplicada nas intervenções e, numa segunda fase, com base na informação recolhida, formular as linhas orientadoras de uma metodologia que poderá ser aplicada na integração e acompanhamento ambiental de grandes projectos ou programas de requalificação urbana e ambiental que se venham a implementar, no futuro.

A análise a realizar permitirá verificar as seguintes hipóteses formuladas:

- Hipótese 1: as metodologias utilizadas nas cidades Polis para o acompanhamento ambiental não foram similares nas cidades da Componente 1;
- Hipótese 2: o modelo de gestão definido e a área de intervenção do projecto influenciaram a metodologia aplicada;
- Hipótese 3: a utilização de uma metodologia visa harmonizar a integração e acompanhamento da componente ambiental em grandes projectos e/ou programas de requalificação urbana e ambiental.

Tendo em vista alcançar os objectivos expostos, apresenta-se na figura seguinte uma representação esquemática da metodologia utilizada na elaboração desta dissertação.

Objecto de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de objectivos • Formulação de hipóteses
Revisão Bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção na cidade - evolução histórica • Requalificação Urbana <ul style="list-style-type: none"> - conceitos e princípios orientadores - exemplos europeus e nacionais - Programa Polis
Análise do acompanhamento ambiental do Programa Polis	<ul style="list-style-type: none"> • Três casos de estudo • Análise das metodologias e dos resultados obtidos • Verificação das hipóteses formuladas
Proposta de Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> • Linhas orientadoras para o acompanhamento ambiental de grandes projectos e/ou programas de requalificação ambiental

Figura 1-1 - Metodologia adoptada na elaboração da dissertação

² A Componente 1 é composta por um número limitado de intervenções de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental e com uma natureza exemplar, por forma a servirem de modelo a outras iniciativas a realizar no País. (RCM nº 26/2000)

Após a definição do objecto de estudo, o primeiro passo consistiu na realização de uma **revisão bibliográfica** do estado da arte, por forma a identificar conceitos básicos fundamentais, a evolução do pensamento associado a este tema e identificar experiências nacionais e internacionais relacionadas com a requalificação urbana e ambiental. Para tal, realizaram-se recolhas bibliográficas e cartográficas sobre o tema em estudo, tendo-se pesquisado em bibliotecas da especialidade e noutras instituições disponíveis em via electrónica.

Com a revisão bibliográfica pretendeu-se, de início, realizar um enquadramento relativo à intervenção na cidade ao longo do século XX, indicando-se as políticas aplicadas e a evolução do conceito de requalificação urbana. De seguida apresenta-se a evolução do planeamento em Portugal, tentando-se compreender as principais tendências e como surgiu o conceito da requalificação em Portugal e o seu estado actual.

Complementarmente, realiza-se também uma revisão das políticas de ambiente urbano da União Europeia, evidenciando as orientações, políticas e incentivos à intervenção nas cidades e áreas urbanas, com vista à sua requalificação urbana e ao desenvolvimento sustentável destas áreas.

Após a apresentação da evolução histórica da intervenção na cidade inicia-se um novo capítulo, onde se apontam os conceitos e princípios associados à requalificação urbana e se indicam diversos exemplos de grandes projectos de requalificação urbana considerados mais relevantes e que ilustram o estado da arte na Europa e em Portugal, relativo a esta temática. Posteriormente, realiza-se uma descrição mais pormenorizada do Programa Polis, objecto de estudo desta tese, finalizando-se com algumas considerações referentes às tendências para o futuro.

Após um breve percurso teórico pela principal literatura existente partiu-se então para a **análise** das metodologias aplicadas no acompanhamento ambiental do Programa Polis. Para tal, procurou-se seleccionar três casos de estudo que se constituíssem como representativos das duas linhas de intervenção³ da Componente 1 deste Programa e também dos diferentes modelos de gestão aplicados. Torna-se aqui importante ressaltar que a análise realizada no âmbito desta tese foi de carácter essencialmente processual, tendo-se debruçado essencialmente sobre a forma como se realizou o acompanhamento ambiental nos casos de estudo seleccionados.

A apresentação e justificação dos casos de estudo seleccionados, bem como a metodologia específica aplicada no levantamento e sistematização da informação encontra-se descrita mais detalhadamente no sub-capítulo 4.1.

Posteriormente e com base no levantamento bibliográfico e na análise realizada aos resultados obtidos em cada caso de estudo, foi possível formular as linhas orientadoras de uma **metodologia** a aplicar para a integração e o acompanhamento ambiental de grandes projectos ou programas de requalificação urbana e ambiental.

³ Para a Componente 1 foram desenvolvidas duas linhas de acção: Linha 1— Intervenções com relevância e natureza exemplar, aplicada a intervenções com relevância e natureza demonstrativa das acções e Linha 2— Outras intervenções, que se destinou a apoiar candidaturas de grande qualidade e que mereceram também ser tratadas como casos exemplares de intervenção (RCM 26_00)

Desenvolvida sob a forma de um guião, esta metodologia pretende indicar os procedimentos que deverão ser aplicados pela equipa gestora de um programa ou grande projecto de requalificação urbana e ambiental, ao longo das várias fases de implementação.

Baseada na literatura existente, na legislação aplicável e na experiência acumulada com o desenvolvimento desta tese, a metodologia proposta pretende assegurar o cumprimento da legislação ambiental em vigor e a integração da componente ambiental ao longo do processo, contribuindo assim para a sustentabilidade do programa/projecto de requalificação urbana. De carácter geral, esta metodologia carece, naturalmente, de uma posterior adaptação às especificidades de cada projecto e das zonas a intervir.

2 | A INTERVENÇÃO NA CIDADE

2.1 | DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À REQUALIFICAÇÃO URBANA

A intervenção sobre a cidade já vem da antiguidade, derivando da necessidade de criar condições mínimas de habitabilidade em zonas que se iam degradando sucessivamente. No entanto, o planeamento urbanístico só começou a desenvolver-se com a industrialização. Foi nessa altura que se desencadearam na Europa amplas transformações económicas e sociais, que alteraram significativamente o modo como até aí se concebia a organização do espaço em geral e dos aglomerados urbanos em particular.

Se por um lado, a diminuição da taxa de mortalidade provocou uma forte aceleração do ritmo de crescimento demográfico, por outro, a procura de bens e serviços aumentou, contribuindo para incrementar o processo tecnológico e o desenvolvimento económico decorrentes da revolução industrial que entretanto se desencadeara. Do mesmo modo, a melhoria dos transportes traduziu-se num aumento da mobilidade, quer de bens, quer de pessoas, o que permitiu uma nova distribuição das actividades e da população pelo território. Paralelamente, a transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria, actividade que se concentrava nos aglomerados urbanos, provocou um crescimento exponencial da população residente nas cidades.

Em conjunto, todos estes factores foram os grandes responsáveis pelas importantes transformações na Europa, cujo auge se verificou em meados do século XIX e que alteraram radicalmente a forma e o conteúdo dos espaços urbanos. (Magalhães, 2000).

De acordo com Mattrisch (2000), o planeamento urbano iniciou-se em 1893, na exposição mundial de Chicago e Ferreira (2004) considera que este se tornou um dos mais poderosos instrumentos de intervencionismo estatal a favor do desenvolvimento capitalista e da racionalidade funcionalista, no apogeu da modernidade.

Foi nesta altura que se iniciaram uma série de políticas que pretendiam melhorar as condições de vida das populações nas cidades, apoiadas também no facto de se ter reconhecido a ligação existente entre as más condições de habitabilidade e o declínio social. A erradicação das doenças, a construção de habitações adequadas, o abastecimento de água e a criação de espaços públicos constituíram assim as primeiras prioridades dos planeadores.

A preocupação dominante no início do século XX era a adaptação das estruturas urbanas às exigências da era industrial, ou seja a construção da cidade industrial. Assim, as concepções urbanísticas da altura orientavam-se para o crescimento das cidades, procurando dar resposta a um crescimento urbano que não parecia cessar. A nova cidade estruturava-se a partir de vias largas e rectilíneas, que contrastavam com a escala e a forma do tecido urbano mais antigo.

A expansão das cidades manteve-se como a abordagem dominante até ao período pós Segunda Guerra Mundial, muito associado ao crescimento económico e demográfico. Na maior parte dos países da Europa, essencialmente ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, o crescimento económico foi acompanhado de um forte crescimento urbano, com as actividades urbanas a ocuparem áreas cada vez mais vastas e onde a reconstrução, substituição e eliminação dos

problemas do passado (más condições de habitabilidade, a falta de infra-estruturas básicas e de espaços públicos, etc) determinaram as prioridades da altura. Este processo de reconstrução pós-guerra foi visto como uma tarefa de importância nacional, pelo que foi liderado pelos governos centrais nacionais.

Por outro lado, o aumento da receita fiscal decorrente da instalação dessas funções era um atractivo para as autoridades locais que, embora procurassem alguma forma de controlar o desenvolvimento do seu território, não colocavam entraves ao prosseguimento desse processo, formando-se a ideia de que os espaços de expansão eram os únicos que podiam trazer riqueza ao município. Esta ideia estava muito associada ao espírito economista da época.

Paralelamente a este movimento expansionista, em que a mancha urbana ia ocupando espaços cada vez mais densos, constatava-se uma crescente desvalorização económica, social e simbólica das áreas centrais e mais antigas das cidades. Assim, para rentabilizar os espaços mais antigos das cidades, os poderes públicos e/ou interesses privados desencadearam operações de reestruturação urbana através das quais o tecido urbano existente era totalmente arrasado, para no seu lugar serem construídos novos edifícios e estruturas viárias, adaptadas às necessidades da "vida moderna".

Curiosamente, um dos primeiros exemplos desta reestruturação urbana teve lugar muito antes, em Paris entre 1850-70, onde o Barão Haussman supervisionou um programa de demolição em larga escala, tendo substituído as estreitas ruas medievais por novos bairros, praças, alamedas e parques, a par da instalação de novas infra-estruturas, tais como linhas de caminho de ferro, redes de drenagem de efluentes, iluminação pública e recolha sistematizada de resíduos sólidos urbanos. No entanto, foi ao longo dos anos cinquenta e sessenta, num contexto de crescimento económico e urbano que estas intervenções se diversificaram a nível mundial, com especial incidência nos Estados Unidos da América, como são exemplos as cidades de Nova Iorque, Pittsburgh e Boston.

No entanto, as sociedades mudaram radicalmente nos últimos quarenta anos, evoluindo da modernidade para a fase que se convencionou designar de "pós-modernidade". Mudaram as sociedades, a economia, os valores e os elementos que conformam as transformações espaciais. Esta transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento traduziu-se numa profunda alteração das relações económicas, sociais e culturais, com inerentes implicações nas formas de urbanização e de ocupação do território. (Ferreira, 2004)

Em meados dos anos sessenta era já assim aparente que as soluções adoptadas no período pós-guerra simplesmente "deslocavam" os problemas urbanos. Nesta altura começaram a surgir, a nível mundial, fortes críticas aos projectos de reestruturação urbana implementados até então, pelo facto destes ignorarem os custos sociais da destruição de comunidades já estabelecidas para dar lugar a bairros residenciais homogéneos e impessoais, não acessíveis às famílias pobres que anteriormente habitavam aquelas áreas. Carmon (1999) identificou estes projectos de reestruturação urbana como fazendo parte da "era do buldozer".

A crescente insatisfação e deslocação das populações para áreas periféricas, juntamente com uma maior participação da população e uma descentralização no poder, levou a um ajustamento na política urbana. Na sequência da grave crise económica que marcou o início da década de setenta, questões como a concepção do crescimento económico sofreram uma transformação radical.

Muitos dos problemas que eram vistos em termos quantitativos e em função do crescimento passaram a ser considerados em termos qualitativos, numa perspectiva de maximização dos recursos disponíveis. Assim, a descoberta da cidade, juntamente com as tentativas de desenvolvimento de uma nova política urbana, levou a um grande número de iniciativas de renovação urbana, ao longo dos anos setenta (Roberts 2000).

Os programas de reestruturação, que vinham marcando as décadas anteriores, foram então suspensos ou reorientados no sentido de favorecer a manutenção dos tecidos urbanos.

Esta viragem veio também produzir transformações significativas nos princípios e nos objectivos do planeamento. Problemas que até então não integravam as preocupações urbanísticas dominantes, quer a nível local, quer a nível nacional – a exclusão social e territorial, o ambiente, os limites do crescimento, etc. – passaram a fazer parte do conteúdo das políticas de intervenção urbana.

Muitas das iniciativas de renovação urbana desenvolvidas durante a década de setenta foram continuadas nos anos oitenta, apesar de se terem introduzido algumas alterações, das quais se destaca o facto de se ter deixado de considerar que o Estado deveria fornecer todos os recursos e suportar inteiramente as políticas de intervenção urbana. Esta nova política, também designada por reabilitação urbana dava também ênfase ao papel que as parcerias e os diversos intervenientes poderiam desempenhar.

A reabilitação urbana corresponde assim a um processo de transformação do espaço urbano, através da realização de obras nos edifícios e nos espaços urbanos, visando a melhoria das suas condições de uso e habitabilidade mantendo, porém, o carácter fundamental da área. (Magalhães, 2000).

Um exemplo da reabilitação urbana ocorreu em França, em 1981 com o programa intitulado “Desenvolvimento Social de Bairros”, que se dirigiu a 150 bairros franceses e teve como objectivo implementar uma gestão integrada de habitação, formação profissional, saúde, cultura e lazer, com ênfase na participação dos residentes no processo de mudança (Tricart 1991; Carmon 1999).

Os núcleos de ocupação mais antiga passaram a ser encarados como um património urbano e uma realidade social. Por outro lado, a crise energética conduziu a um aumento dos custos de deslocação, que contribui igualmente para o aumento do interesse pelas áreas centrais: a proximidade e a centralidade voltaram a afirmar-se como factores de localização determinantes.

Ao contrário da reestruturação, que consistia numa operação de ruptura que demolia os velhos edifícios sem valor arquitectural e insalubres para reconstruir a cidade moderna, higiénica, sólida e sem ligações com o passado, as operações de reabilitação baseiam-se na continuidade quer dos aspectos físicos, quer dos aspectos socioculturais. O próprio termo reabilitação urbana sugere uma intervenção mais ampla que a simples recuperação. Trata-se de reabilitar a própria qualidade urbana, ou seja, de promover uma mudança urbana abrangendo aspectos tão diversos como sociais, culturais, ambientais e económicos.

A reabilitação urbana teve assim como objectivos: a melhoria das condições de vida dos moradores através de intervenções sobre as infra-estruturas e equipamentos; o reforço da miscigenação funcional e social; a fixação da população no centro, contribuindo para a redução dos desperdícios em materiais e energia, preservando ao máximo o construído e a valorização da identidade da zona intervencionada, através da descoberta e realce das suas características.

Por exemplo, segundo Busquets (2004) a reabilitação urbana de centros históricos corresponde aos projectos urbanísticos que canalizam novas acções na cidade histórica, para assegurar a sua revitalização. Participam em geral de um respeito pelo património histórico, entendendo os monumentos mas também os tecidos urbanos que asseguram o seu contexto e são um contraponto morfológico.

Assim, o planeamento urbano, que durante muito tempo teve como objectivo quase exclusivo a criação de novos espaços urbanos à custa de espaços rurais/naturais (pela expansão de cidades preexistentes ou pela criação de novas cidades) ou da destruição dos tecidos urbanos antigos (através de operações de reestruturação) direccionou-se, a partir de dada altura, para a intervenção na cidade existente, numa perspectiva de valorização das estruturas físicas e sociais que a integram, procurando recuperar o património e a memória urbana, nas múltiplas vertentes que os constróem.

Durante a última década no século passado os processos de reabilitação urbana sofreram alterações. Nos anos noventa realizaram-se mais ajustamentos à forma e operação das políticas urbanas, tendo-se reconhecido uma série de novos problemas e desafios. Uma das mudanças mais profundas deu-se no facto de se ter aceite que o desenvolvimento de políticas urbanas deverá integrar as questões ambientais e contribuir para o desenvolvimento sustentável⁴.

Para Governa *et al* (2004) a requalificação urbana constitui-se como uma política que integra os problemas do planeamento urbano com as questões sociais, económicas e ambientais. Tanto estes autores, como também Carter (2000), consideram que se assistiu a uma evolução nas tendências, que passaram da reabilitação urbana para a requalificação.

No quadro seguinte resume-se a evolução dos tipos de política de intervenção na cidade aplicados nas últimas décadas, apresentando-se as principais estratégias dominantes e linhas orientadoras, bem como a forma como a componente ambiental foi sendo considerada e integrada.

⁴ Desde a publicação do Relatório de Bruntland, em 1987, que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade. Neste, o desenvolvimento sustentável foi definido como sendo “o *desenvolvimento que responde às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades*” (WCED 1987). O Relatório evidencia também a necessidade da humanidade adoptar um novo modelo de vida, baseado na inter-relação de três factores: económico, social e ambiental. Mais tarde, na conferência do Rio de Janeiro, em 1992, adoptou-se a Agenda 21 como forma de promoção do debate sobre a implementação dos conceitos de sustentabilidade. De facto, o princípio 17 da Agenda 21 realça a necessidade da avaliação dos impactes do desenvolvimento das actividades humanas. De acordo com Alshuwaikhat *et al* (2004) esta declaração constitui-se como um grande esforço internacional para a incorporação das preocupações ambientais nos processos de decisão.

Quadro 2-1 – Evolução da intervenção urbana

Período	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s....
Tipo de política	Reconstrução	Reestruturação	Renovação	Reabilitação	Requalificação
Estratégia dominante e linhas orientadoras	Reconstrução e expansão de áreas antigas das cidades, baseadas num plano geral e no crescimento dos subúrbios	Continuam os princípios da década de 50; Crescimento periférico e suburbano; Surtem as primeiras tentativas de reabilitação	Focada na renovação <i>in situ</i> e de vizinhança; Continuação do desenvolvimento das periferias	Grandes esquemas de redesenvolvimento Projectos âncora e exemplares;	Aplicação de uma política mais integrada Ênfase em projectos integrados
Componente ambiental	Paisagem e algumas zonas verdes	Melhoramentos selectivos	Melhorias ambientais com algumas inovações	Crescimento das preocupações ambientais e a sua ligação com o planeamento	Introdução do conceito de sustentabilidade e ambiental

Fonte: Roberts (2000)

Nota: A tradução realizou-se tendo em atenção os conceitos utilizados em Portugal

2.2 | A EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO EM PORTUGAL

A evolução do planeamento urbano em Portugal esteve também muito ligada ao processo da revolução industrial do século XIX e às novas valências que essa revolução introduziu nas áreas urbanas, existentes à época. Este crescimento, que teve o seu apogeu nos anos trinta do século XX, levou à consequente deslocação da população do interior para o litoral do país, na procura dos novos pólos industriais.

Contudo, dada a expressão menos significativa do desenvolvimento industrial em Portugal, os problemas suscitados pelo crescimento urbano não atingiram as proporções verificadas noutros países.

Ao longo das décadas de quarenta e cinquenta foram desenvolvidos Planos Gerais de Urbanização (PGU)⁵ que, à semelhança das tendências internacionais de reestruturação, contemplavam propostas para melhorar as condições de vida em determinadas áreas antigas (consideradas insalubres, obsoletas e um obstáculo à modernização do tecido urbano) através da sua total demolição e reconstrução. Segundo Amado (2005), estes planos apoiavam-se mais em critérios de racionalidade física e plástica do que em aspectos sociais, económicos ou de outra índole.

Um exemplo destes PGU foi o caso de Setúbal que preconizava a necessidade de se adaptar o traçado medieval da cidade ao aumento de tráfego sendo que, para tal, seria necessário a demolição de uma parte considerável da área mais antiga da cidade. No entanto, dadas as avultadas verbas necessárias à concretização das propostas, estas não mereceram a aprovação da Câmara.

⁵ Os Planos Gerais de Urbanização foram criados pelo DL nº 24 802, de 21 de Dezembro de 1934

Durante os anos cinquenta, foram implementadas medidas para reduzir o atraso económico e social em relação ao resto da Europa, que se concretizaram nos “Planos de Fomento Nacional”, planos de acção para um período de seis anos. De facto, apesar de Portugal ser um país Europeu, partilhou muitos dos problemas que os países em desenvolvimento enfrentam. Em 1960, apenas 19% das habitações dispunham de casa de banho, 38% drenagem de águas residuais e menos de 50% da população tinha abastecimento de água em casa. (Magalhães *et al*, 2000)

Devido aos fluxos migratórios registados nos anos sessenta e setenta do século passado, que trouxeram milhares de indivíduos para as cidades e, principalmente, para Lisboa e para a sua área metropolitana, verificou-se em Portugal uma ocupação das periferias rurais das cidades, que cedo se tornaram em extensos subúrbios de alta densidade, sem nenhuma vegetação ou paisagem natural.

A partir da década de setenta começou a assistir-se em Portugal a uma mudança de atitude face às áreas urbanas mais antigas, valorizando não só o seu valor patrimonial, como também o seu tecido social. A evolução das políticas urbanas e do planeamento das cidades em Portugal passou assim da preocupação do controle da expansão urbana para a sua integração territorial (condicionantes sociais e de ordenamento do território).

No entanto, até ao início dos anos oitenta não foi elaborada qualquer legislação de carácter urbanístico. Assim, Ferreira (2004) considera que Portugal perdeu a oportunidade de consolidar o seu sistema de planeamento, o que explica o desregramento do seu crescimento urbano, em particular nas décadas de sessenta a oitenta do século passado.

Os espaços urbanos do Algarve constituem-se como um exemplo onde a ausência de instrumentos de ordenamento do território com eficácia suscitaram iniciativas menos positivas que adiaram a definição de uma estratégia de valorização do território e de um padrão qualificado de expansão urbana (Santos *et al*, 1999).

O aparecimento dos Planos Directores Municipais (PDM)⁶, em 1982, veio tentar constituir um travão a estas situações. No entanto, a inversão destas tendências apenas foi conseguida já no início dos anos noventa, por força de orientações condicionadoras então estabelecidas, as quais se traduziram na elaboração de um conjunto de Planos de Ordenamento de âmbito diverso e na criação de Programas de Apoio ao Investimento adequadamente orientados.

De facto, na década de noventa, quando foi determinado legalmente que apenas os municípios com Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)⁷ aprovados se poderiam candidatar aos Quadros Comunitários de Apoio da União Europeia, realizaram-se uma série de PDM. No entanto, de acordo com Amado (2005) o resultado foi a existência de planos desajustados da realidade, com poucas preocupações de índole ambiental.

⁶ A figura do Plano Director Municipal foi criada através do DL nº 208/82 de 26 de Maio, que veio regulamentar a Lei nº 79/77 de 25 de Outubro

⁷ Criados pelo DL nº 69/90 de 2 de Março, os PMOT abrangem as figuras de Planos Directores Municipais, Plano de Urbanização e Planos de Pormenor

O actual quadro legal português em matéria de ordenamento do território e do urbanismo tem vindo, nos últimos anos, a ser objecto de uma ampla reflexão e revisão, tendo-se verificado, a partir de 1998 – ano da entrada em vigor da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo⁸ (LBOTU), uma reformulação do mesmo. (Oliveira, 2004)

Esta lei estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo e o seu quadro conceptual e administrativo. De acordo com Partidário (1999) esta lei estabelece claramente a importante relação entre o planeamento e o ambiente, integrando de forma muito clara a componente ambiente ao nível dos seus fins, princípios gerais e objectivos.

Verificou-se assim a evolução de um quadro regulador sectorial e departamental para instrumentos de gestão territorial mais integrados e descentralizados, adequados a estruturas de governo mais abertas e que procuram garantir a participação alargada dos cidadãos e das comunidades (por exemplo: a LBOTU e também o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial⁹). Segundo Santos *et al* (1999) o papel destes instrumentos veio a revelar-se decisivo, tendo contribuído também para a consolidação de uma cultura territorial e regional.

Actualmente, encontram-se em revisão muitos PDM, também denominados “PDM de segunda geração” onde se espera que venham a ser incluídas estratégias para o desenvolvimento sustentável e uma mais eficiente gestão dos recursos.

2.3 | O SURGIMENTO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA EM PORTUGAL

No primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), relativo ao período 1989-1993 (MPAT 1988) a temática da requalificação urbana e ambiental ainda não era referida. Este Plano e o correspondente Quadro Comunitário de Apoio (QCA), permitiram a realização de numerosas infraestruturas, especialmente nos domínios do saneamento básico e das acessibilidades, que deram um contributo importante para a qualidade de vida das populações, mas estas intervenções eram alheias a uma qualquer estratégia global de requalificação urbana ou de valorização ambiental.

A título da iniciativa comunitária *URBAN*, no início dos anos noventa, a Comissão Europeia aprovou um programa operacional para Portugal destinado a apoiar a reconversão de áreas urbanas em crise, em Portugal. Esta iniciativa, que decorreu em várias cidades (Porto, Gondomar, Amadora, Oeiras, Loures, Odivelas e Lisboa) concedeu apoio financeiro a uma ampla variedade de acções, centradas na melhoria da qualidade de vida, no ambiente, nas qualificações profissionais e no combate à exclusão e marginalização.

Durante o período de 1990 a 1993, foram igualmente implementados em Lisboa e no Porto dois projectos pertencentes à iniciativa “*Urban pilot Projects*”, lançada igualmente pela Comissão Europeia. Estes projectos abordaram vários problemas das áreas urbanas, tais como: áreas industriais degradadas e abandonadas, exclusão social, degradação dos centros históricos, mau planeamento do uso do solo, entre outros.

⁸ Lei nº 48/98 de 11 de Agosto

⁹ DL nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo DL nº 53/2000, de 7 de Abril

Poder-se-à assim referir que estas iniciativas vieram trazer a Portugal as bases para o lançamento da requalificação urbana.

Contudo, a área da requalificação urbana só foi claramente reconhecida, incluindo os seus efeitos sobre o ambiente, no segundo PDR, que vigorou entre 1994-1999 e cujo Eixo 3 consistia em "Promover a qualidade de vida e a coesão social" (MPAT 1993). Este eixo dá assim origem, pela primeira vez, a uma Intervenção Operacional dedicada ao ambiente e revitalização urbana, onde se integram acções como melhoria da qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas ou reabilitação de zonas degradadas. Este avanço conceptual nem sempre foi plenamente concretizado no terreno, entre outras razões pela complexidade das tutelas e jurisdições que se exercem sobre os espaços urbanos, envolvendo os sectores do ambiente, ordenamento do território e as autarquias locais.

Em 1994 foi lançado o PROSIURB¹⁰ (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), que vigorou até ao final de 1999 e que tinha por objectivo a "Valorização das Cidades Médias" e a "Valorização dos Centros Urbanos da Rede Complementar". O principal legado deste Programa consistiu na condução das cidades médias à elaboração de Planos Estratégicos e criação de Gabinetes de Cidades, que contribuíram para uma melhor definição das estratégias de desenvolvimento das cidades envolvidas. Cabral (2002) considera que esta iniciativa permitiu assim criar uma dinâmica de participação e mobilização e de desenvolvimento de metodologias de planeamento estratégico que teve continuação nas iniciativas de muitos outros concelhos.

Em 1995, o Plano Nacional da Política de Ambiente¹¹ (PNPA) vem consagrar a necessidade de uma política pública em matéria de ambiente urbano. Um dos capítulos deste Plano refere-se à qualidade ambiental das zonas urbanas, onde são defendidas quatro áreas de actuação, designadamente: promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas, informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos, valorização ambiental dos equipamentos escolares e monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infra-estruturas ambientais.

Contudo, até ao final da década de noventa, as intervenções de requalificação realizadas em Portugal tiveram uma dimensão bastante modesta, tendo-se centrado na reabilitação de centros históricos, dos quais Guimarães, Évora, Lisboa e Porto são alguns exemplos. Mas, foi também nesta altura que se assistiu, em Portugal, à implementação do projecto da Expo'98, o maior projecto de requalificação urbana implementado, até à data.

A experiência deste projecto da EXPO'98 teve um impacte muito significativo em todo o País e veio contribuir para estabelecer um novo paradigma de qualidade do espaço urbano e de valorização das suas componentes ambientais. Este projecto ofereceu à população de Lisboa um espaço onde é possível viver, trabalhar e também desfrutar dos tempos livres, reduzindo assim as distâncias das deslocações e, necessariamente, os consumos energéticos. Esta requalificação urbana representou

¹⁰ Despachos MPAT nº 6/94 e 7/94, DR II Série, 26 de Janeiro.

¹¹ RCM nº 38/95, de 21 de Abril

assim uma oportunidade para a cidade recuperar a sua frente ribeirinha, anteriormente abandonada e poluída, tornando-a num lugar atractivo.

Magalhães *et al* (2000) consideram que o projecto da Expo'98 representa um exemplo de boas práticas na requalificação urbana de cidades, constituindo-se como um exemplo para outras cidades mundiais que tenham igualmente sofrido alterações na estrutura industrial (por se terem tornado mais orientadas para a prestação de serviços) e tenham herdado vastas áreas de terrenos abandonados, muitas vezes poluídos e ocupados por fábricas e docas antigas.

O sucesso da operação realizada na requalificação da zona Oriental de Lisboa para a realização da Exposição de 1998, contribuiu igualmente para que a requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades se constituísse como uma das áreas prioritárias da intervenção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território do XIV Governo Constitucional (1999-2002).

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) 2000 – 2006 ([url: http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/visao.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/visao.pdf), Fev 2006) contribuiu também para a reflexão sobre o papel das cidades no processo de desenvolvimento em Portugal. Um dos eixos preconizados neste documento consiste na protecção e valorização ambiental do território através de intervenções sectoriais integradas (urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde, telecomunicações) e participações públicas e privadas. Defende ainda que deve ser dado relevo à capacidade do Estado (Administração Central) assumir um papel de demonstração, de apoio e de mobilização de parcerias com as Autarquias e agentes locais.

Com este enquadramento, “a importância de concretizar uma política audaz e promover uma concertação de esforços para requalificar as cidades, melhorar a sua competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, foi assim plenamente reconhecida e assumida” (Correia *et al*, 2000).

A relevância deste tema e a sua consagração no PNDES permitiu criar a matriz primordial do Programa Polis, cujo terceiro Plano de Desenvolvimento Regional (2000-2006) ([url: http://ecosfera.publico.pt/documentos/poa20002006.pdf](http://ecosfera.publico.pt/documentos/poa20002006.pdf), Dez 2005) veio consagrar ao indicar como orientações estratégicas:

- criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas;
- reconstrução e requalificação urbanas, bem como qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de factores e geradoras de novas identidades;
- reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais baseado na rede das cidades de média dimensão, que assegure a qualidade de vida e condições ambientais.

Foram assim criadas as condições para a realização de um programa em matéria de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades, que tirasse partido das disponibilidades financeiras do III QCA e que desempenhasse um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tivessem por objectivo a qualificação dos meios urbanos.

Neste enquadramento, foi assim proposto a criação de um Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades – Programa Polis, que se iniciou em 2000 e que ainda decorre. A forma como se está a realizar a integração e o acompanhamento da componente

ambiental dos projectos incluídos no âmbito deste Programa Polis, constitui o objecto da presente tese, pelo que de seguida, em secção própria, descrevem-se mais detalhadamente as características deste Programa.

Os casos do projecto urbano da Parque Expo e do lançamento do Programa Polis para as cidades são exemplos das tendências mais recentes de afirmação de uma nova política urbana, no âmbito de uma política e de uma reestruturação económica mais alargada e de reformulação do papel do Estado.

Segundo Oliveira (2004), no domínio do ordenamento do território torna-se fundamental promover um quadro legal unificado que permita uma visão de conjunto sobre os problemas da requalificação urbana, passo esse que, pensa a autora terá começado a ser dado em 2004, com a publicação do regime jurídico de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística (DL n.º 104/2004 de 7 de Maio). Para a promoção dessa reabilitação, o Governo autoriza a criação de empresas municipais de reabilitação urbana, denominadas de SRU (Sociedades de Reabilitação Urbana).

2.4 | DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE AMBIENTE URBANO NA UNIÃO EUROPEIA

No âmbito desta investigação, importa aqui rever as actividades que têm vindo a ser desenvolvidos pela União Europeia (UE) e que têm contribuído para a implementação de uma política europeia em matéria de ambiente urbano.

O “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano”¹², que apresenta uma análise vasta e abrangente dos desafios em matéria de ambiente urbano foi a primeira iniciativa digna de registo já que, pela primeira vez, se propôs uma abordagem global e uma série de acções a nível europeu, salientando a importância do desenvolvimento da cooperação e integração entre políticas. Este documento, que é ainda hoje uma referência essencial, fez assim um primeiro diagnóstico dos problemas ambientais com que se confrontam as cidades europeias, auscultou as suas origens e propôs orientações para a política a seguir relativamente a essas matérias.

Durante o período de 1990 a 1993, foram implementados, em onze Estados-Membro, um total de 33 “*Urban Pilot Projects*” (na sua denominação original), sob o financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Os projectos foram orientados em quatro temas principais:

- desenvolvimento económico de áreas com problemas sociais (Ex: Aalborg, Antuérpia, Bilbao, Copenhaga, Dresden, entre outras)
- implementação de acções ambientais relacionadas com objectivos económicos (Ex: Atenas, Belfast, Gibraltar, Madrid, etc);
- revitalização de centros históricos (Ex: Berlin, Cork, Lisboa, Porto, Thessaloniki);
- desenvolvimento das capacidades tecnológicas das cidades (Ex: Bordéus, Montpellier, Toulouse, Veneza, entre outras).

¹² COM (90) 218 final

Em 1993 foi lançado o Projecto "Cidades Sustentáveis", cujos objectivos foram a promoção de novas ideias sobre sustentabilidade nos contextos urbanos europeus, a promoção de um vasto intercâmbio de experiências, a difusão de boas práticas sobre sustentabilidade a nível urbano, a formulação de recomendações às instituições da UE e às autoridades nacionais, regionais e locais e a contribuição para a implementação do Quinto Programa de Acção em matéria de Ambiente da Comunidade Europeia.

O Livro Verde contribuiu também para o lançamento da iniciativa *URBAN* em 1993 que, juntamente com o Fundo de Desenvolvimento Regional da Comunidade, afectou aproximadamente mil milhões de Euros ao desenvolvimento sustentável de zonas urbanas que enfrentavam problemas sociais, ambientais e económicos graves, entre 1994 e 1999. Este programa, na sua primeira fase, financiou programas num total de 118 áreas urbanas, tendo afectado 3.2 milhões de cidadãos europeus (**url:** <http://www.urbact.org/en/home>, consultado em Janeiro de 2006).

Posteriormente, em 1996, o Grupo de Peritos da UE produziu um importante relatório intitulado "Cidades Europeias Sustentáveis" que apresentava um quadro pormenorizado para acções locais, identificando a gestão urbana, a integração de políticas, a tomada em consideração dos ecossistemas e a cooperação e as parcerias como os princípios básicos para progredir no sentido da sustentabilidade das zonas urbanas. Este relatório permitiu pôr em evidência a grande complexidade das questões ligadas à sustentabilidade das cidades, que resulta de nelas se cruzarem todas as áreas de política.

A Comunicação "Para uma Agenda Urbana da União Europeia" de 1997¹³ tomou este relatório como base e incidiu nos desafios económicos, sociais e ambientais que as cidades europeias enfrentam, sublinhando a necessidade de uma perspectiva urbana nas políticas da UE. Esta comunicação foi seguida em 1998 pela Comunicação "Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: Um Quadro de Acção"¹⁴ que, pela primeira vez, adoptou uma verdadeira abordagem ao desenvolvimento sustentável, atribuindo considerável importância às questões da economia e emprego, igualdade e inclusão social, bem como à protecção e melhoria do ambiente urbano e à contribuição para a boa administração urbana e responsabilização local.

Esta Comunicação levou à inclusão das questões relativas ao ambiente urbano nas orientações da Comissão referentes aos programas de desenvolvimento regional de 2000-2006, contribuiu para a renovação da segunda fase do "*Urban Pilot Projects*" e da iniciativa *URBAN* e apoiou o desenvolvimento do programa de investigação "A cidade no Futuro e o Património Cultural".

Como resposta ao convite formulado pelo Conselho Europeu, na sua reunião de Helsínquia em 1999, a Comissão Europeia preparou uma proposta de estratégia a longo prazo para a integração das políticas de desenvolvimento sustentável. Em 2001 foi assim publicada a Comunicação "Desenvolvimento sustentável na Europa para um Mundo Melhor: Estratégia da União Europeia em

¹³ COM (97) 197 final

¹⁴ COM (98) 605 final

favor do Desenvolvimento Sustentável¹⁵, que propõe uma estratégia tripartida para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, a saber:

- um conjunto de propostas e recomendações destinadas a melhorar a eficácia política e a realizar o desenvolvimento sustentável, garantindo que as diversas políticas, em vez de apontarem para direcções opostas, se reforçam mutuamente;
- um conjunto de objectivos principais e medidas específicas ao nível da UE destinados a enfrentar as questões que colocam maiores desafios ao desenvolvimento sustentável na Europa;
- medidas de aplicação da estratégia e avaliação dos seus progressos.

No entanto, as questões do ambiente urbano não foram consideradas como uma das principais ameaças ao desenvolvimento sustentável, aparecendo apenas, neste domínio, a questão sectorial ligada ao congestionamento dos transportes.

Paralelamente surge o 6º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente¹⁶ (6º PAA), intitulado “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”, que estabelece vários objectivos ambientais que deverão ser alcançados através da aplicação de acções prioritárias nas áreas das: alterações climáticas; natureza e biodiversidade; ambiente; saúde e qualidade de vida e recursos naturais e resíduos.

As questões relacionadas com o ambiente urbano e o desenvolvimento urbano sustentável constituem-se como um dos cinco eixos prioritários de acção estratégica e consistem em estimular melhores decisões em matéria de gestão e ordenamento do território. Para tal, o 6º PAA propõe:

- a publicação de uma comunicação sobre a importância da integração do ambiente na gestão e no ordenamento do território;
- melhorar a aplicação da directiva relativa à avaliação dos efeitos no ambiente;
- difundir melhores práticas e promover a troca de experiências relativas à planificação sustentável, incluindo a do espaço urbano;
- integrar a planificação sustentável na política regional comunitária;
- estimular a adopção de medidas agro-ambientais no âmbito da política agrícola comum;
- instituir uma parceria para a gestão sustentável do turismo.

No entanto, segundo Partidário *et al* (2004), as questões relacionadas com o ambiente urbano foram incorporadas de forma limitada, não abrangendo a sua total complexidade. As cidades são ainda vistas como fontes de deterioração ambiental, em vez de serem entendidas como lugares onde existem as maiores concentrações de actividades humanas e de população no mundo (mais de 80% na Europa) e que deverão ser tratadas como pontos chave nas políticas ambientais. Estes autores consideram ainda que a forma como este assunto foi tratado no 6º PAA poderá até

¹⁵ COM (2001) 264 final

¹⁶ Decisão nº 1513/2002/CE

constituir-se como inconsistente com as séries de debates e iniciativas que têm sido desenvolvidas pela União Europeia nos últimos anos.

Neste âmbito, importa ainda mencionar o papel desempenhado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) no domínio do ambiente urbano. O primeiro relatório de avaliação do ambiente na Europa, publicado por esta agência em 1995, incluía já um capítulo sobre “ambiente urbano” e considerava o “stress urbano” como um dos principais problemas ambientais da Comunidade. Posteriormente, o segundo relatório tratou com mais profundidade os principais problemas ambientais da Comunidade e fez a avaliação dos grandes problemas ambientais da UE no virar do século. Em 2003, a AEA publicou uma Terceira Avaliação do ambiente na Europa, que adopta uma abordagem mais integrada das questões ambientais e integra as preocupações ambientais nas políticas sectoriais, reflectindo assim a evolução política registada neste domínio.

Ressalve-se ainda que, em 1997, esta agência publicou o relatório “*Towards Sustainable Development for Local Authorities*”, que realiza um enquadramento histórico do conceito de desenvolvimento sustentável e descreve os esforços realizados pelas autoridades locais na operacionalização do conceito de sustentabilidade. Em 2000 e numa iniciativa conjunta com a Comissão Europeia e o Grupo de Peritos da UE, colaborou na elaboração dos “*European Common Indicators*”, com o objectivo de encorajar as comunidades locais a utilizar indicadores comuns na avaliação dos progressos registados na direcção do desenvolvimento sustentável local.

Na esteira do 6º PAA, a Comissão efectuou a sua análise preliminar dos desafios que defrontam as zonas urbanas numa Comunicação provisória¹⁷ e sugeriu a adopção de acções em quatro domínios prioritários: gestão urbana, transportes sustentáveis, construção e concepção urbana, nomeadamente com integração de boas práticas, e eventual estabelecimento de obrigações pela UE para a adopção de planos a nível local. Os resultados obtidos com as consultas extensivas realizadas às partes interessadas, bem como com a análise aprofundada das possíveis vias a adoptar, constituíram a base da Estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano¹⁸, publicada muito recentemente, em Janeiro de 2006.

A Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano constitui assim um passo importante no contexto de uma série de iniciativas que têm contribuído para o desenvolvimento da política europeia em matéria de ambiente urbano.

As medidas presentes na estratégia têm por objectivo contribuir para uma melhor aplicação das políticas ambientais da UE e da legislação local em vigor, através do apoio e estímulo às autoridades locais para a adopção de uma abordagem mais integrada da gestão urbana. Esta irá contribuir para evitar conflitos entre a vasta gama de políticas e iniciativas aplicáveis a zonas urbanas, bem como para alcançar uma perspectiva a longo prazo tendo em vista o desenvolvimento das cidades.

¹⁷ COM (2004) 60 – Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Para uma Estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano

¹⁸ SEC (2006) 16 - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma estratégia temática sobre ambiente urbano

Realça-se ainda o facto de, nesta estratégia, a Comissão considerar útil o prosseguimento da investigação nos domínios da gestão urbana inovadora e da reabilitação do ambiente antrópico, entre outros.

Para 2006, está previsto que a Comissão forneça orientações técnicas sobre gestão ambiental integrada, apresente exemplos de boas práticas e faça referência aos actos legislativos mais importantes da UE no domínio ambiental, nomeadamente as directivas relativas ao ar, ao ruído, à água, aos resíduos e à eficiência energética.

Após uma breve análise sobre a política de ambiente urbano na UE, deve ser sublinhado que a capacidade da Comissão Europeia se envolver directamente em questões de ordenamento do território está muito limitada pelos tratados, sendo estas questões habitualmente remetidas para a competência exclusiva dos Estados-Membro dado que, até ao momento, não foi ainda outorgado no direito comunitário originário nenhuma competência integral ou genérica à UE para as questões do ordenamento do território e do urbanismo.

Apenas indirectamente se pode afirmar ter a Comunidade Europeia competências neste domínio, na medida em que no âmbito da sua actividade específica existe um conjunto de políticas com elevado impacto territorial e que incidem, por isso mesmo, de forma transcendente, sobre aquelas matérias. Assim, neste domínio vale o princípio da subsidiariedade que apela para a responsabilidade inerente a cada Estado-Membro na definição da sua própria política de ordenamento do território e de urbanismo, de forma a que se tenham em consideração as respectivas especificidades regionais.

De acordo com Oliveira (2004), a inexistência de uma política comunitária de ordenamento do território e de urbanismo tem como consequência que cada Estado-Membro tenha um sistema próprio na matéria. Partidário *et al* (2004) também referem que a governância nas cidades varia entre os diversos Estados-Membro, o que leva à criação de diferentes contextos para aplicação de iniciativas comuns. Tais diferenças poderão eventualmente ter um impacto negativo na eficácia da política Europeia se não forem tomadas medidas que permitam atingir uma convergência racional.

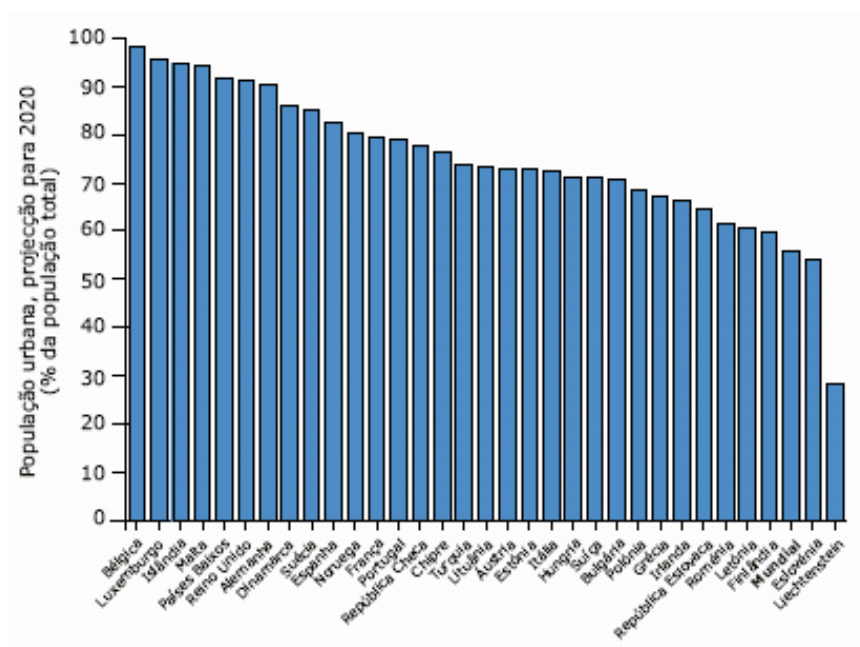
No entanto, aguarda-se que a nova Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano estabeleça um enquadramento sólido que contribua para uma melhor gestão do ambiente urbano e para uma adopção generalizada das melhores práticas e que, simultaneamente, apoie as cidades no seu papel difícil, mas vital, de intervenientes-chave mais próximos dos problemas e tirando partido da experiência, iniciativas e inovações tecnológicas das cidades mais avançadas.

3 | A REQUALIFICAÇÃO URBANA

3.1 | CONCEITO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Na alvorada do novo milénio, assiste-se a um período de transição: pela primeira vez na história da humanidade mais de metade da população mundial vive em cidades. (Leitmann, 1999)

De facto, a Europa é um dos continentes mais urbanizados da actualidade. Quatro em cada cinco cidadãos vivem em zonas urbanas, sendo que mais de metade habitam em cidades com mais de 200.000 habitantes. Uma vez que a tendência para a urbanização é evidente em todos os Estados-Membro da União Europeia, prevê-se que a urbanização venha também a aumentar (ver figura seguinte).



Fonte: Agência Europeia do Ambiente (2004)

Figura 3-1 – Projecção da % de População Urbana na União Europeia em 2020

As zonas urbanas sempre desempenharam variadas funções para os seus habitantes e para todos os que as utilizam sendo que a qualidade de vida da grande maioria dos cidadãos europeus é, actualmente, directamente influenciada pelo estado do ambiente urbano.

No entanto, o crescimento populacional e económico e a elevada concentração de pessoas e actividades em áreas urbanas criam externalidades e resultam num conjunto de problemas ambientais. Assim, a maioria das cidades confronta-se com um núcleo comum de problemas não apenas de natureza físico-ecológica (ruído, poluição atmosférica e da água, resíduos, escassez de espaços livres, perturbação do equilíbrio das estruturas ecológicas), mas também de natureza sociocultural (a conservação e valorização do património histórico-arquitectónico e da identidade cultural e comunitária, a exclusão social e o desaparecimento das relações sociais integradas) e de natureza económica (determinados pelo aumento do desemprego, pelos custos marginais acrescidos por deficientes eficácias energéticas e de organização espacial e distribuição de actividades). Todas estas questões são particularmente complexas já que as suas causas se

encontram interligadas. As iniciativas locais para a resolução de um dado problema podem gerar novos problemas noutras áreas e colidir com as políticas aos níveis nacional ou regional.

A requalificação urbana é, de acordo com Roberts *et al* (2000) a resposta a oportunidades e desafios que se apresentam às cidades num determinado tempo e espaço, derivados da degradação urbana. O processo de requalificação urbana tem sido assim estimulado pela necessidade de se responder a problemas associados com as mudanças económicas, novas tendências sociais e a deterioração física dos ambientes urbanos.

Roberts (2000:17) apresenta uma definição de requalificação urbana que considera ser *“uma visão e acção integrada e compreensiva que leva à resolução dos problemas urbanos, ao mesmo tempo que procura melhorar as condições económicas, físicas, sociais e ambientais de uma dada área, que tem sido sujeita a alterações”*.

Esta definição integra as componentes essenciais do que se pode considerar como requalificação urbana apontadas por Lichfield (1992; Roberts 2000), que refere a necessidade para um melhor entendimento do processo associado ao declínio e um acordo sobre os objectivos a atingir e a melhor forma de os conseguir, e Hausner (1993) que enfatiza as fraquezas de pequenos projectos de requalificação implementados sem uma orientação estratégica.

A requalificação urbana vai mais além da renovação urbana, uma vez que esta última consiste num processo essencialmente físico. Adicionalmente, a requalificação urbana implica que qualquer tentativa de eliminar os problemas encontrados nas cidades deva ser realizada a longo prazo, de forma mais estratégica e com objectivos definidos.

Roberts *et al* (2000) discutem que, apesar dos processos de requalificação urbana serem específicos para um determinado local, existem alguns princípios e modelos de boas práticas que poderão ser identificados. De facto, Roberts (2000) considera que a requalificação urbana distingue-se de outras formas de intervenção urbana ou políticas devido a:

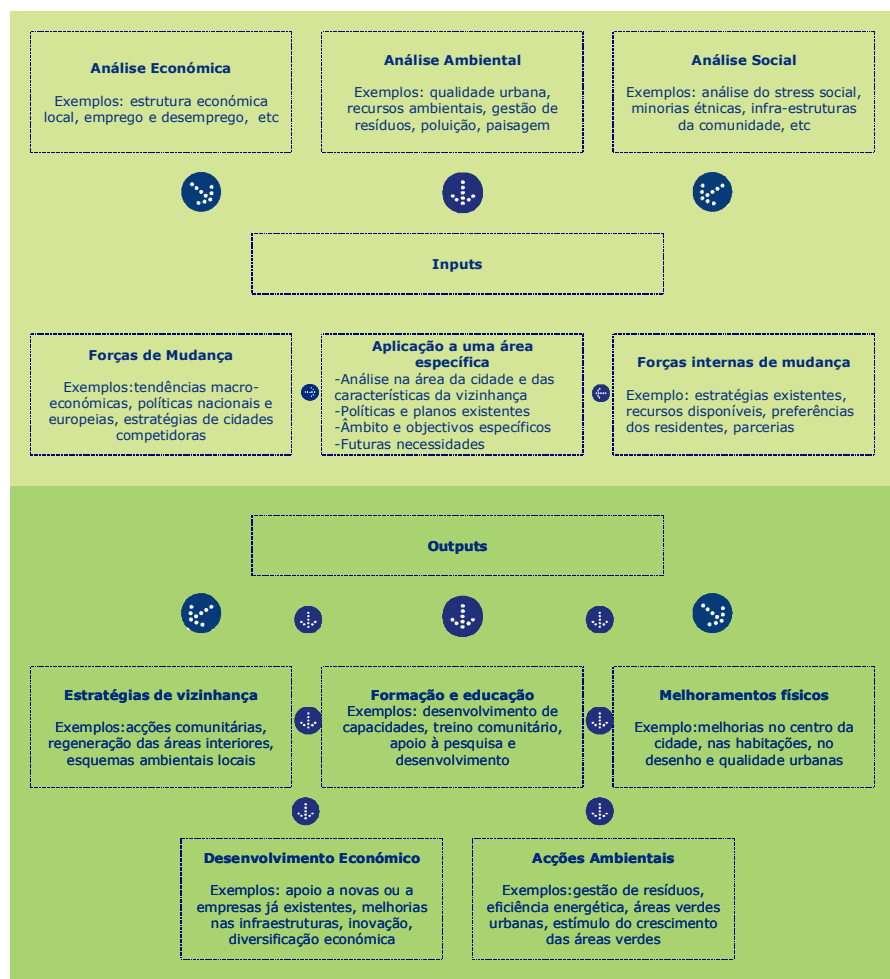
- ser essencialmente uma actividade estratégica com uma abordagem intervencionista;
- estar dirigida para o desenvolvimento de prioridades e objectivos bem definidos;
- preocupar-se com a totalidade das componentes das áreas urbanas;
- procurar soluções a curto-prazo para resolver problemas imediatos e orientações a longo prazo para antecipar e evitar potenciais problemas;
- ser melhor atingida através de parcerias;
- ser intencionada para beneficiar uma série de organizações, agências e comunidades;
- ser suportada por várias fontes financeiras;
- ter a capacidade de ser medida, avaliada e revista;
- relacionar-se com necessidades e oportunidades específicas, de um determinado local, cidade ou região, bem como com outras políticas ou programas.

De acordo com este autor, a requalificação urbana rege-se pelos seguintes princípios:

- ser baseada numa análise detalhada das condições de uma dada área urbana;

- permitir a implementação de uma estratégia integrada para a resolução dos problemas das áreas urbanas e assegurar que essa estratégia, os projectos e a sua implementação se realizam de acordo com os objectivos do desenvolvimento sustentável;
- ter objectivos operacionais que, quando possível, são quantificados;
- fazer a melhor utilização possível dos recursos naturais, económicos e humanos, incluindo os usos e infra-estruturas já existentes;
- procurar consenso através da promoção de uma participação pública e cooperação de todos os agentes com interesses legítimos na área onde se irá realizar a requalificação urbana, o que poderá ser atingido através de parcerias ou outros modos de trabalho;
- reconhecer a importância da medição dos progressos realizados através da avaliação do cumprimento dos objectivos e a monitorização das mudanças e das influências das forças internas e externas que actuam sobre as áreas urbanas;
- aceitar que provavelmente os programas terão que ser revistos, após a fase inicial pois poderá ser necessário, a dada altura, redireccionar os recursos por forma a manter-se o equilíbrio e cumprir os objectivos e a estratégia definidos.

A figura seguinte ilustra a interacção entre estes e outros factores. O diagrama indica igualmente a variedade de temas e tópicos envolvidos na requalificação urbana e a multiplicidade de resultados interrelacionados.



Fonte: Roberts (2000)

Figura 3-2 – O Processo da Requalificação Urbana

Contudo, apesar de existirem princípios gerais, será necessário reconhecer e aceitar a singularidade de cada local e a necessidade de adaptar os projectos de requalificação urbana à área a intervencionar.

3.2 | O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

Existe ainda pouca literatura disponível que combine todos os tópicos fundamentais associados ao processo de requalificação urbana, tais como a dimensão física, económica, social e ambiental da requalificação, em conjunto com os aspectos de implementação, gestão ambiental e avaliação dos processos urbanos de requalificação.

De acordo com Moore *et al* (2000) os projectos/programas de requalificação urbana são desenvolvidos ao longo de um ciclo, que se inicia com a identificação das linhas estratégicas orientadoras, passa pelos processos de desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial e dos projectos e progride posteriormente para a fase de implementação, até ao seu término.

Lichfield (2000) considera igualmente que os projectos/programas de requalificação urbana são compostos por diversas fases, a saber:

- Fase 1 - a definição preliminar e provisória do âmbito do problema, potenciais objectivos e actores na área urbana – isto permite a definição do sentido da actuação e também a identificação dos parceiros adicionais e dos aspectos chave que necessitem de um estudo mais detalhado;
- Fase 2 - uma fase de planeamento estratégico onde se reúnem os intervenientes, se verificam as ideias delineadas na primeira fase, para posteriormente se definir uma estratégia específica, que deverá ser submetida às autoridades competentes para aprovação;
- Fase 3 - após a aprovação pelas autoridades, segue-se uma fase de implementação do processo de requalificação urbana.

Quadro 3-1 - Principais fases de um programa/projecto de requalificação urbana, segundo Lichfield

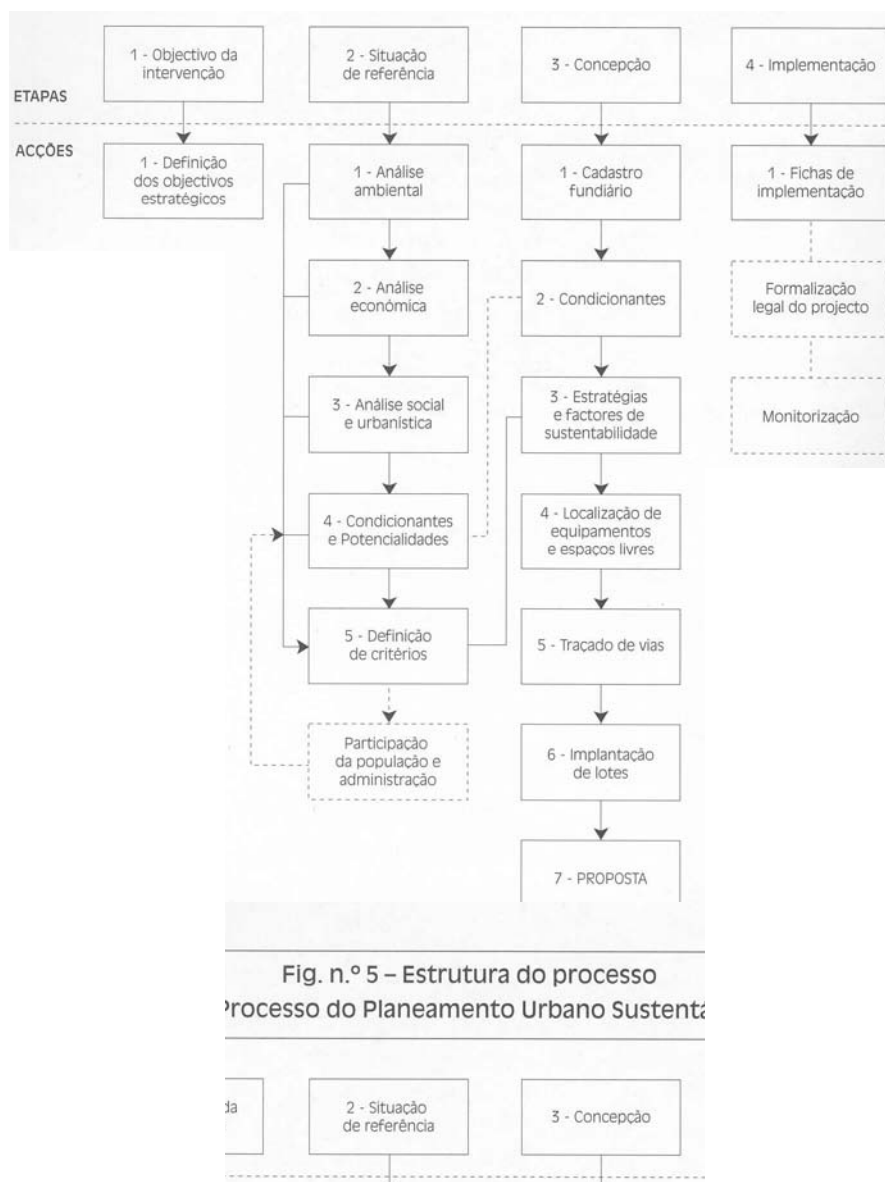
FASE 1 – ÂMBITO	FASE 2 – DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA	FASE 3 – IMPLEMENTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">▪ Início do programa/projecto de requalificação urbana▪ Desenvolvimento das principais linhas orientadoras	<ul style="list-style-type: none">▪ Identificação dos actores e construção de parcerias▪ Definição da estratégia de requalificação urbana	<ul style="list-style-type: none">▪ Definição da equipa de gestão▪ Definição detalhada dos projectos

Fonte: Lichfield (2000)

Amado (2005) também apresenta uma estrutura, que apesar de ser dirigida a um processo de planeamento urbano sustentável, foi considerada pelo autor como sendo aplicável a todos os projectos de requalificação urbana, seja qual for a sua dimensão ou localização. Este autor indica assim que os programas/projectos de requalificação urbana se desenvolvem em quatro etapas:

- Etapa 1 - Objectivo da Intervenção;
- Etapa 2 - Situação de Referência;

- Etapa 3 – Concepção;
- Etapa 4 - Implementação.



Fonte: Amado (2000)

Figura 3-3 - Estrutura de um projecto/programa de requalificação urbana, segundo Amado

Ao compararmos os vários processos apresentados por estes autores, e de acordo com o âmbito desta tese que incide sobre a análise de programas/projectos de requalificação urbana já definidos e não sobre o processo de identificação de oportunidades de requalificação, foi considerado adequado agrupar os projectos/programas em duas grandes etapas: uma primeira referente à definição de âmbito e uma segunda que engloba a implementação (ver quadro seguinte).

Quadro 3-2 - Principais etapas de um programa/projecto de requalificação urbana

ETAPA 1 - ÂMBITO	ETAPA 2 - IMPLEMENTAÇÃO		
	PROGRAMAÇÃO	CONSTRUÇÃO	AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento das principais linhas orientadoras Identificação dos actores e construção de parcerias Definição da estratégia de requalificação urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Definição da equipa de gestão Caracterização da situação inicial (ambiental, económica e social) Definição detalhada dos projectos 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação dos projectos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação do desempenho

A primeira etapa, de definição de âmbito, engloba assim as duas primeiras fases definidas por Liechfield e as primeiras fases de Amado e Moore *et al.*

O primeiro objectivo desta etapa deverá ser a definição de uma visão estratégica e das principais linhas orientadoras do programa/projecto, contando para tal com o contributo de todos os intervenientes interessados. A estratégia definida deverá ser submetida às autoridades competentes, para avaliação e aprovação.

Por forma a permitir validar a tomada de opções estratégicas e a definição de metas e objectivos, Moore *et al.* (2000) consideram que se deverá implementar um programa de monitorização, logo na fase de desenvolvimento da estratégia. No entanto, será necessário contextualizar esta afirmação e enquadrá-la no âmbito desta tese, que se centra no acompanhamento da componente ambiental. Como tal, do conceito de monitorização recomendado por estes autores, será apenas considerada a monitorização ambiental.

De acordo com Bamberger (1986) a monitorização e avaliação são ferramentas essenciais que ajudam na melhoria da eficiência de projectos continuados, uma vez que permitem obter um *feedback* relativamente ao desempenho dos projectos, sendo também úteis no desenvolvimento de futuros projectos.

A segunda grande etapa dos programas/projectos de requalificação urbana será então a Implementação, que abarca as fases denominadas de programação, construção e avaliação. Esta etapa identifica-se com a fase 3 de Liechfield e reúne as fases 2, 3 e 4 de Amado, bem como a segunda e terceira fase de Moore *et al.*

De acordo com Lichfield (2000) uma boa gestão e organização de um processo de requalificação urbana poderá aumentar o sucesso da sua implementação. Para tal, será necessário assegurar que as questões da gestão são consideradas como centrais e que o modelo é definido à medida para o projecto em causa. Assim, esta autora indica que após a definição da estratégia, deverá formar-se a equipa de gestão e que esta deverá ser multidisciplinar e ter sede na área a intervencionar, por forma a ser possível um contacto mais próximo com a população que irá ser afectada.

De seguida e ainda durante a fase de programação, deverá proceder-se à caracterização da situação de referência e à definição detalhada dos projectos.

A situação de referência deverá englobar e sistematizar todos os dados referentes às componentes do desenvolvimento sustentável, possibilitando assim a identificação dos aspectos relativos às componentes ambiental, económica, social e urbanística a um nível local.

Na definição e desenvolvimento dos projectos existem sempre várias opções que poderão ser consideradas e, cada uma delas, terá impactes, que poderão ser benéficos ou adversos para diferentes grupos da população. Segundo Randall (2002) o design urbano sustentável é vital para o século XXI. A nossa saúde, bem-estar e futuro dependem disso. Para se conseguir a transição para uma sociedade sustentável será assim necessário desenvolver formas flexíveis de desenhar e moldar as cidades futuras.

Assim, antes da tomada de decisão final, deverá realizar-se uma avaliação integrada de todas as opções consideradas, no que se refere às componentes económicas, sociais e ambientais. Esta acção deverá englobar a análise ambiental efectuada e ser realizada com critérios de sustentabilidade, integrando-se desta forma a componente ambiental no processo de planeamento e desenho urbano.

Após a concepção do projecto/programa de requalificação urbana a implementar, entra-se na fase de construção e posteriormente no término e avaliação de todo o processo.

De acordo com Moore *et al* (2000), ao longo de toda a fase de implementação do projecto/programa deverá dar-se seguimento à implementação do programa de monitorização. A monitorização e avaliação dos projectos/programas de requalificação urbana e ambiental é uma tarefa vital. Dada a grande variedade de actores e organizações envolvidas na requalificação urbana, é importante poder demonstrar os resultados das iniciativas e poder identificar as origens e as consequências das dificuldades encontradas durante o processo de implementação do projecto.

3.3 | EXEMPLOS DE PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

Devido ao facto de, só na União Europeia, existirem mais de 3 500 áreas urbanas com uma população superior a 10 000 habitantes, não seria possível enumerar nesta tese todas as experiências de regeneração urbana realizadas ou em curso, a nível mundial.

Em alternativa, optou-se por apresentar apenas exemplos realizados em cidades Europeias, que poderão ilustrar o estado da arte desta temática, no “velho” Continente. São igualmente deixadas pistas para futuras pesquisas na *internet*, indicando alguns endereços url onde se poderá obter mais informação sobre esta temática.

De seguida apresentam-se também alguns exemplos portugueses, destacando-se o Programa Polis que, pela sua relevância no âmbito desta tese, será alvo de uma descrição mais detalhada.

3.3.1 | EXEMPLOS EUROPEUS

Face ao declínio das actividades portuárias e/ou industriais, decorrentes de uma evolução económica desfavorável, tem-se verificado variados exemplos de requalificação de antigas áreas industriais e portuárias obsoletas, formal e funcionalmente desenquadradas da dinâmica das cidades em que se localizam. Tem-se procurado, através de uma alteração dos usos e, geralmente, das características morfológicas do edificado, devolver estes espaços abandonados à “vida na cidade”, instalando funções que promovam também aqui a requalificação física e social dos tecidos urbanos afectados por essa evolução.

Um dos mais conhecidos exemplos desta requalificação realizou-se nas docas de **Londres**, entre 1981 e 1998. Em tempos, as docas formaram o maior porto do mundo e cresceram e desenvolveram-se ao longo de mais de 200 anos. O século XIX representou o seu período de crescimento mais rápido, tendo-se implantado fábricas, habitações e novas comunidades, cuja economia estava baseada na reparação de navios, processamento de bens alimentares e distribuição, entre outros. No entanto, devido a um variado número de factores ligados ao avanço tecnológico e ao desenvolvimento da actividade comercial, a prosperidade do porto decaiu dramaticamente no período pós-guerra. Entre 1961 e 1971, foram perdidos cerca de meio milhão de empregos e no final dos anos sessenta a autoridade portuária londrina iniciou o processo de encerramento do porto tendo este terminado em 1981 com o encerramento das Royal Docks. Nesta data, cerca de 60% da área pertencente ao porto estava votada ao abandono, vazia ou maltratada. À parte deste abandono, a zona tinha igualmente outros problemas, tais como uma frente de rio que necessitava de uma requalificação urgente e cerca de 110 edifícios históricos que necessitavam de obras de conservação e restauro.

Em resposta a estes graves problemas físicos, económicos e sociais causados pelo encerramento das docas de Londres, o governo britânico criou, em Julho de 1981, a London Docklands Development Corporation (LDDC), que teve como objectivo a regeneração da então denominada Área de Desenvolvimento Urbano das Docas de Londres, que compreendia uma zona com cerca de 2 115 hectares de área e 10,8 km de extensão, a Este de Londres entre Tower Hamlets, Newham e Southwark. A LDDC extinguiu-se em 1998 tendo, no seu relatório final, indicado os objectivos atingidos com esta operação de requalificação urbanística, dos quais se destacam:

- 144 km de novas estradas construídas;
- a implementação do Docklands Light Railway;
- 2,3 milhões de m² de zonas comerciais/indústrias construídas;
- 24 046 novas casas construídas;
- a fundação de 11 escolas primárias e 2 escolas secundárias;
- ter ganho 94 prémios de arquitectura, conservação e paisagem;
- a existência de 85 000 trabalhadores nas London Docklands, à data da publicação do relatório.

Lódz constitui-se também como um outro exemplo de um projecto de requalificação urbana e ambiental de uma área industrial obsoleta. A área urbana de Lódz é uma das maiores concentrações de população da Polónia, sendo a terceira maior região industrial da Polónia. A situação ecológica presente no início dos anos noventa tinha como herança um passado ligado à industrialização irracional e políticas de urbanização baseadas na exploração dos recursos naturais. Esta região chegou a ser classificada como uma das 27 zonas da Polónia em risco ecológico, estando os maiores problemas ambientais relacionados com a gestão da água, poluição do ar e tratamento de resíduos.

Em 1993 foi implementado um Plano de Desenvolvimento Urbano que permitia dar resposta aos desafios ambientais da comunidade de Lódz, tendo sido o primeiro projecto deste género a ser desenvolvido na Polónia, após a queda do comunismo. O esquema de requalificação consiste

maioritariamente num rearranjo da estrutura urbana através da requalificação e alteração de funções das áreas industriais. O plano prevê para essas zonas a sua utilização maioritariamente para serviços e áreas de recreio e lazer (Marszal, 2000).

Em **Bilbao**, uma cidade com quase um milhão de habitantes e um dos mais importantes centros industriais espanhóis, assistimos também a mais um exemplo da recente reconversão de uma área ribeirinha de 34 hectares, localizada no centro da cidade, que foi anteriormente ocupada pelo sector industrial e portuário mas que, durante os últimos vinte anos, assistiu a um declínio da actividade industrial, à perda de emprego, população e, consequentemente, à sua degradação urbana.

No início dos anos noventa deu-se assim início a uma grande operação urbanística, denominada "Ria 2000" que teve como objectivos a implementação de novas áreas habitacionais, infra-estruturas rodovias e ferroviárias, áreas de comércio e serviços e também zonas verdes e de lazer na zona da Ria, antigo pólo industrial da cidade. (**url:** <http://www.bilbaoria2000.org>, Abril de 2005)

A importância desta intervenção foi sublinhada pela presença do Museu Guggenheim, um projecto arquitectónico simbólico, dedicado à arte dos últimos quarenta anos.

Além da reconversão de áreas industriais portuárias em novas áreas habitacionais, registam-se igualmente intervenções de requalificação de centros históricos degradados, que cada vez mais procuram inserir-se num conceito mais vasto de requalificação social e urbana, integrando-se numa proposta mais ampla de melhoria da qualidade urbana, nas dimensões social, patrimonial, cultural, ambiental, etc., ou seja, de melhoria das próprias condições de uso e apropriação da cidade.

Neste enquadramento, não se podia deixar de citar **Barcelona**, que constitui igualmente um dos exemplos mais conhecidos de requalificação urbana. Esta cidade, capital da Catalunha, constitui-se actualmente como a segunda maior cidade de Espanha e o principal centro industrial e comercial do país. No final dos anos setenta, a cidade tornou-se numa metrópole, no entanto, o seu centro histórico, mais concretamente a "Ciutat Vella" transformou-se na zona mais deprimida de Barcelona.

Na primeira metade dos anos oitenta foram elaborados vários planos, denominados "Planos Especiales de Reforma Interior", que visavam a demolição de certas zonas da "Ciutat Vella", para permitir a construção de habitações, zonas verdes e de lazer, espaços públicos e novas ruas para os seus habitantes. Todas estas acções foram posteriormente incluídas num ambicioso plano de requalificação da cidade, denominado Plano de Acção Integral, que foi lançado com os principais objectivos de reduzir a congestão urbana; renovar infraestruturas básicas; promover a modernização da economia; melhorar a mobilidade interna e a rede de transportes públicos e também reabilitar a arquitectura histórica.

Esta requalificação urbanística ocorrida entre 1988 e 1998 e que afectou os quatro bairros mais importantes do centro da cidade teve como resultados: a criação vários espaços públicos, constituídos por dois parques e vinte e seis praças; a plantação de mais de 4 000 árvores; a construção de 1 700 novas casas, a pavimentação de 308 ruas e a construção de seis novos centros cívicos, três lares de idosos e cinco complexos desportivos adicionais. (**url:** <http://www.eaue.de/winuwd/172.htm>, Mar 2005)

Paralelamente, decorreu igualmente uma grande operação urbanística na parte posterior de Barcelona, associada aos Jogos Olímpicos de 1992, a qual levou a cidade a transformar-se e a moldar-se para a recepção deste grande evento desportivo, especialmente no que diz respeito à sua frente fluvial, já que as operações urbanísticas vieram reconverter a ocupação industrial das margens.

Após este grande esforço de requalificação, a Barcelona do século XXI é agora uma cidade cuja concepção arquitectónica do espaço público baseia-se na sua relação com o contexto envolvente. O seu processo de requalificação urbana levou a um relançamento económico e a uma importante reestruturação do sistema industrial.

A queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e a decisão de dar novamente a **Berlim** o estatuto de capital daquele país estão na origem de mais um processo de considerável transformação do tecido urbano e da modernização das infra-estruturas e dos equipamentos públicos existentes. Para tal, desenvolveu-se no início da década de noventa, um plano director que abrangia a totalidade da cidade (pela primeira vez desde há cinquenta anos) e que definiu as diferentes utilizações do solo. Para a concretização deste plano foram lançados e implementados cerca de 400 projectos urbanísticos e arquitectónicos que levaram à existência de 2 000 ruas em simultâneo na cidade, fazendo de Berlim o maior estaleiro da Europa, no final dos anos noventa. (Poczka, 1998)

De modo a orientar o desenvolvimento de Berlim e o seu ordenamento, foram definidos grandes objectivos e princípios orientadores, a saber: dar prioridade ao desenvolvimento interno em relação à urbanização periférica; desenvolver os núcleos centrais atractivos em conformidade com o futuro papel da cidade e reforçar os centros dos subúrbios; conservar o carácter de “cidade verde” e implementar em todos os bairros uma miscigenação urbana equilibrada, assegurando uma diversidade em termos habitacionais, comerciais e de equipamentos para lazer.

Nos últimos anos foram assim desenvolvidos diversos projectos de requalificação urbana de grande dimensão, tendo-se apresentado aqui alguns exemplos de cidades com áreas urbanas degradadas que foram requalificadas para albergarem actividades económicas, turísticas e habitacionais. Além da imediata requalificação urbana, este tipo de actividades constitui-se também como uma forma de promoção das áreas centrais destas cidades.

No âmbito desta tese de Mestrado, optou-se por apresentar vários exemplos que ilustram as experiências europeias em matéria de requalificação urbana e ambiental, em detrimento de uma análise mais detalhada e exaustiva de apenas um projecto. Contudo, dado o elevado número de projectos, de maior ou menor dimensão, actualmente em curso, já terminados ou ainda em fase de planeamento que se verificou existir ao longo da investigação realizada, optou-se por deixar aqui indicações de moradas url de duas instituições europeias que se considerou serem relevantes na divulgação e troca de experiências de projectos na área da requalificação urbana:

- a Academia Europeia para o Desenvolvimento Urbano - que é uma instituição que encoraja a troca de experiência entre os decisores locais, em todas as esferas do desenvolvimento sustentável de áreas urbanas. No seu site (**url:** <http://www.eaue.de>) é possível ter acesso a um conjunto detalhado de informações e encontrar uma base de dados sobre casos de boas práticas desenvolvidos em zonas urbanas europeias que se constituem como requalificações urbanas e que contribuem para o seu desenvolvimento sustentável.

Deixam-se aqui alguns exemplos, tais como Galway, na Irlanda, cuja requalificação foi realizada nas décadas de oitenta e noventa, tendo incidido sobre a requalificação de uma área abandonada junto ao centro histórico. Dos objectivos propostos e que vieram a ser plenamente concretizados, salienta-se o redesenvolvimento do centro da cidade como zona comercial dominante, contribuindo assim para a criação de emprego local e o reforço do carácter medieval da área central da cidade, pela recuperação e integração do património histórico na requalificação operada. Sofia, na Bulgária, constitui-se com um exemplo mais recente, encontrando-se actualmente a desenvolver um projecto piloto relativo à criação de um plano de gestão ambiental para a zona Este da cidade, por forma a promover o seu desenvolvimento sustentável. Este plano servirá posteriormente de modelo para o desenvolvimento sustentável de outras áreas urbanas no país e na zona dos Balcãs.

- O URBACT – é um programa da iniciativa da União Europeia, que promove a relação entre as cidades de todos os Estados-Membro. O seu site (**url:** <http://www.urbact.org>) constitui uma plataforma de troca de conhecimento entre cidades, onde se pretende estimular a partilha de experiências entre as cidades que participaram nas iniciativas comunitárias de requalificação urbana e as restantes cidades da UE e apresentar os resultados das experiências de requalificação urbana, indicando políticas e procedimentos implementados para enfrentar os problemas das cidades, bem como abordagens inovadoras.

Ressalva-se que estas constituem apenas dois exemplos do que existe actualmente e que é possível encontrar a nível mundial, tendo sido aqui indicadas apenas como ponto de partida para quem deseje encetar uma pesquisa no tema da requalificação urbana e ambiental.

Como corolário, é possível assim indicar que a experiência complexa da requalificação urbana permitiu desenvolver novas formas de entender a cidade e projectá-la para o futuro: a reciclagem dos tecidos existentes, a sua adaptabilidade a novos usos, constituíram, até agora, brilhantes exercícios na maioria das cidades.

3.3.2 | EXEMPLOS PORTUGUESES

Nesta secção pretende-se apresentar e fazer referência a alguns exemplos que poderão ilustrar a situação portuguesa, no que se refere à temática da requalificação urbana. Mais uma vez, optou-se por indicar alguns casos considerados mais pertinentes para o âmbito desta tese, em detrimento de uma abordagem mais exaustiva.

No contexto da requalificação urbana em Portugal, existem algumas iniciativas recentes que tiveram importância mais directa e significativa – os programas lançados pela União Europeia, o projecto urbano da Parque Expo e o Programa Polis. A par destes, foram igualmente implementados alguns projectos de requalificação urbana, centrados essencialmente na reabilitação de centros históricos degradados.

Das iniciativas lançadas pela União Europeia, destacam-se os Programas *Urban Pilot Projects* e *URBAN*, tal como mencionados anteriormente.

No que se refere à iniciativa *Urban Pilot Projects*, na sua fase inicial, lançada entre 1990 e 1993, Portugal participou com dois projectos de requalificação de áreas históricas: a requalificação da área do Baluarte do Livramento, em **Lisboa** e do Bairro da Sé, no **Porto**.

O projecto lisboeta era constituído por duas vertentes, incluindo por um lado a criação de um miradouro, um museu e um centro para artistas e, por outro, a recuperação do palácio Pancas Palha onde foi instalado um observatório para estudos regionais e urbanos. O *Urban Pilot Project* para o Bairro da Sé teve como principal objectivo a sua requalificação física e económica, atendendo às especificidades do local e à sua herança patrimonial.

Na segunda iniciativa dos *Urban Pilot Projects* lançada em 1996, Comissão Europeia seleccionou um projecto concebido para a requalificação de **Vila do Conde**, intitulado “*Viagem à Rosa dos Ventos*”. Este projecto centra-se na antiga zona portuária de Vila do Conde e tem como objectivo a requalificação urbana e ambiental daquele local, por forma a gerar emprego e promover actividades de cultura e lazer para toda a área metropolitana do Porto. Consiste em:

- reabilitar um velho edifício da Alfândega para exposição de documentos históricos relacionados com as descobertas marítimas portuguesas;
- construir uma réplica artesanal de uma embarcação, para ser utilizada como museu. Esta acção permitirá contribuir para a manutenção de empregos locais;
- criar de um centro de documentação especializado na temática náutica, que irá contribuir para a internacionalização da cidade, no que se refere a esta temática, e atrair investigadores de todo o mundo.

Estas acções são acompanhadas da requalificação da zona marginal, anteriormente ocupada por um estaleiro naval abandonado.

Este projecto, da responsabilidade da Autarquia local, foi seleccionado por ser um exemplo para outras cidades portuárias periféricas da União Europeia, que desejem contrariar as tendências centralizadoras de grandes cidades vizinhas. Constitui-se igualmente como um bom exemplo para cidades que estejam interessadas realizar estratégias de requalificação que aproveitem o potencial cultural das suas indústrias, entretanto obsoletas. Não se encontra, no entanto, disponível qualquer informação relativamente à data de implementação deste projecto, nem qual o seu ponto de situação.

Relativamente ao primeiro Programa *URBAN*, lançado pela Comissão Europeia em 1993, realizaram-se em Portugal seis projectos de requalificação urbana, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mais especificamente em: **Oeiras, Loures, Amadora, Lisboa, Gondomar e Porto**.

As estratégias abordadas em cada projecto foram variadas, passando pelo reforço e manutenção de uma coesão social na Amadora, pela renovação de espaços públicos, infra-estruturas básicas e criação de gabinetes de planeamento em Gondomar ou ainda pela reabilitação de zonas verdes, como foi o caso de Loures e Oeiras. Em Lisboa, a estratégia dominante consistiu na requalificação de antigas áreas edificadas, mantendo a sua traça original e melhorando as infra-estruturas básicas de abastecimento de água, iluminação pública e instalação de cablagem.

Todos estes projectos partilharam de objectivos comuns, que consistiam em gerar novas actividades económicas na zona de intervenção, assegurar emprego para a população local, melhorar os serviços públicos, as infra-estruturas sociais e a qualidade ambiental da área.

Em 2000, fortalecida pelas experiências positivas do Programa URBAN, a Comissão Europeia decidiu estabelecer a iniciativa *URBAN II* para o desenvolvimento urbano sustentável, nos quais se incluem agora três projectos portugueses: um na zona da Amadora/Damaia-Buraca, outro em Lisboa, no Vale de Alcântara e um terceiro novamente em Gondomar.

Nestes projectos, as principais prioridades de acção prendem-se com a construção da coesão do espaço urbano, a inclusão social e valorização socio-económica e profissional, a promoção da revitalização social, cultural e desportiva e assistência técnica.

No que se refere às requalificações de centros históricos é possível enumerar alguns exemplos portugueses, como **Tavira, Évora, Porto e Guimarães**. Destes, optou-se por destacar Guimarães, por ter sido um projecto pioneiro cujo sucesso de implementação levou já à atribuição de diversos prémios de arquitectura¹⁹.

O processo de requalificação urbana em Guimarães iniciou-se a meados nos anos oitenta, com uma política de protocolos com entidades com tutela na zona, tendo-se criado logo de seguida o Gabinete Técnico Local (GTL) para a gestão da requalificação.

Esta requalificação pretendeu assim a progressiva adaptação do núcleo urbano histórico aos actuais modos de vida e às suas mais estritas exigências (de segurança, de conforto, etc.), conservando a sua identidade, arquitectura e, sobretudo a sua população residente. Como estratégia operacional, a requalificação em Guimarães privilegiou três abordagens:

- o controlo, o estímulo e o apoio técnico às iniciativas particulares;
- a conservação, restauro e reabilitação modelar do património e dos edifícios de responsabilidade municipal;
- a requalificação dos espaços públicos.

No fim da década de oitenta começam a revelar-se os resultados da actividade do GTL, com a conclusão do projecto da Praça de Santiago. Posteriormente, em 1994/95 terminam as intervenções em espaço público, com a reabilitação da Praça Condença de Juncal e do Largo João Franco.

É possível ainda indicar algumas intervenções de requalificação urbana de menor dimensão operadas em cidades médias portuguesas, no final do século passado, tais como **Viseu, Tomar e**

¹⁹ O *Prémio Nacional de Arquitectura* para a melhor obra de conservação que, pela primeira vez na história da Associação dos Arquitectos, foi entregue a uma equipa (o Gabinete Técnico Local criado para a gestão da requalificação); o Prémio da Real Fundação de Toledo, entre outros (Aguiar, 1998)

no **Algarve**, em Loulé Quarteira, Alcoutim, entre outras²⁰ e que espelham a preocupação ao nível dos arranjos dos espaços públicos, na recuperação e reabilitação de edifícios, na requalificação de zonas ribeirinhas e nos arranjos urbanísticos de bairros e eixos rodoviários, entre outros.

Após uma série de intervenções de menor dimensão, na última década do século XX assistiu-se em Portugal à implementação de um grande projecto de requalificação urbana: o projecto da **Expo'98**.

A requalificação urbana e ambiental da zona oriental da cidade de Lisboa foi realizada no âmbito da exposição internacional em Lisboa em 1998, enquadrada no processo de comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Este constituiu-se como um exemplo de um projecto de grande escala que pretendeu fortalecer a imagem e a competitividade da cidade.

A zona Oriental de Lisboa teve, no contexto mais vasto da cidade, uma evolução muito particular. Durante séculos, toda esta área da cidade foi povoada por hortas, quintas e conventos, sendo uma das principais fontes abastecedoras de produtos frescos da cidade. Mais tarde, experimentou uma vocação industrial, cujas marcas ficaram traçadas na paisagem. A instalação de fábricas modernas e vilas operárias decorreu desde meados do século XIX, tendo sido um processo crescente, pelo menos até aos anos sessenta do século passado. A partir dessa data a zona deteriorou-se, transformando-se num campo contaminado, repleto de detritos das indústrias obsoletas. Edifícios em ruína, toneladas de aço e de ferro retorcido, tanques de combustível decrépitos, um velho matadouro, centenas de contentores marítimos empilhados, cemitérios de material de guerra, incluindo viaturas militares destruídas, constituíam a visão do local, até ao início dos anos noventa.

A realização da Exposição Mundial de Lisboa em 1998 colocou à cidade o grande desafio da requalificação urbana e social desta vasta área e constituiu-se como uma oportunidade para mostrar o estado da arte da arquitectura e planeamento portugueses.

Para a realização da exposição e a requalificação de toda aquela área, iniciou-se em 1993 um Plano de Urbanização (PU) da Zona de Intervenção (ZI) que englobou a concepção do espaço público e edificado para uma área de 340 hectares com 5km de frente ribeirinha, localizada no centro de acessibilidades da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Tendo por objectivo a recuperação e reconversão urbanística da ZI e a concretização da EXPO'98, o PU apoiou-se nos seguintes vectores estratégicos:

- valorização da singularidade geográfica da ZI na frente ribeirinha do rio Tejo e da sua centralidade na AML;
- concretização de uma estrutura multifuncional constituindo um pólo de dimensão metropolitana de elevada qualidade ambiental e urbana;
- máximo aproveitamento da realização da Expo'98 e viabilização de promoções convergentes no processo de recuperação e reconversão urbanística;

²⁰ Existe uma publicação da Comissão de Coordenação da Região do Algarve (Santos *et al*, 1999) com a compilação de vários exemplos de requalificação urbana que cobrem todos os concelhos do Algarve, projectando necessariamente com maior expressão aqueles que são mais populosos ou que registaram intervenções interessantes nas respectivas zonas ribeirinhas.

- enquadramento estratégico do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), articulação com os PDM de Lisboa e Loures e fixação do PU nos limites legais requeridos, de forma a permitir o desenvolvimento de alternativas, formuláveis na elaboração dos Planos de Pormenor (PP).

Uma das principais características deste Plano de Urbanização foi conceber a imensa área onde se realizou a Exposição Mundial de 1998 como um espaço de fruição pública, com um amplo e diversificado conjunto de equipamentos urbanos que permanecessem posteriormente à disposição da cidade, na era pós-Expo. O PU foi assim concebido em duas fases: a 1ª fase de urbanização, que consistiu na concepção do espaço público e edificado para a realização da EXPO'98, incluindo os seus apoios urbanos (áreas residenciais, equipamentos, serviços, infra-estruturas urbanas, estacionamento, zonas verdes) e a 2ª fase de urbanização, que incluiu o desmantelamento da exposição e a construção da nova cidade, garantindo a integração deste espaço no tecido urbano, de forma a constituir um novo centro na AML.

A Exposição Mundial implicou ainda a construção de uma nova rede de acessibilidades, antes inexistente, permitindo a conjugação dos vários modos de transporte e das grandes infra-estruturas viárias e ferroviárias (Ponte Vasco da Gama, variante à auto-estrada do Norte, Circular Regional Interior de Lisboa, linhas ferroviárias suburbanas, metropolitano, rede viária da cidade), a qual foi potenciada pela construção de uma Estação Intermodal de Transportes, a Estação Oriente.

Numa perspectiva global, a Exposição Mundial de Lisboa que durante 132 dias acolheu cerca de 11 milhões de visitantes, funcionou como um motor de requalificação urbanística e ambiental para a zona oriental da cidade de Lisboa. Esta fase consolidou a requalificação urbana e ambiental da ZI, assegurando com sucesso a transição da EXPO'98 para o Parque das Nações, orientando um novo centro e abrindo novos horizontes para a cidade de Lisboa. Em poucos anos, uma área deixada durante décadas ao quase abandono e à completa degradação, transformou-se num pólo alternativo ao crescimento ordenado da capital.

Actualmente denominada de Parque das Nações, os residentes da então ZI, dispõem presentemente de uma gama de infra-estruturas vocacionadas para actividades lúdicas, comerciais e de natureza cultural, bem como dos mais diversos serviços de apoio, tais como: escolas, espaços de lazer ou infra-estruturas desportivas, hospital e outros serviços complementares. O Parque das Nações tornou-se igualmente num local de eleição para a instalação das mais prestigiadas empresas nacionais e multinacionais, bem como de instituições que se juntaram a equipamentos que são hoje emblemáticos de Lisboa e de Portugal.

O sucesso deste projecto e o enquadramento das tendências nacionais e europeias levaram assim ao lançamento, em 2000, do Programa Polis, cujas características, objectivos e princípios orientadores se descrevem mais detalhadamente na secção seguinte.

3.3.3 | O PROGRAMA POLIS

O Programa Polis foi lançado como um grande programa nacional com o objectivo não só de tirar partido das disponibilidades financeiras do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), como também para desempenhar um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tenham por objectivo a qualificação dos meios urbanos.

Para preparar o lançamento deste Programa, foi criado pelo Despacho N.º 47/A/MAOT/99 de 18 de Novembro um Grupo de Trabalho que teve como funções: estabelecer as linhas mestras de um Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades; caracterizar as condições de acesso e de participação para os diferentes tipos de projecto, incluindo iniciativas estruturantes ou de efeito demonstrativo e analisar os instrumentos necessários para a viabilização do Programa, nomeadamente origens de financiamento, aspectos jurídicos e urbanísticos, formas de contratualização com as Autarquias Locais e potencialidades do recurso a soluções empresariais.

Além destas tarefas, o Grupo de Trabalho procedeu ainda à análise preliminar de um conjunto de projectos de requalificação urbana, em curso ou previstos no País, que foram considerados relevantes ou demonstrativos do tipo de intervenção que se pretendeu apoiar no âmbito do Programa Polis. Os resultados da actividade desenvolvida pelo Grupo de Trabalho foram posteriormente publicados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio.

Objectivos e princípios orientadores

O principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional.

O Programa Polis desenvolve assim um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre o Governo e as Câmaras Municipais. Os principais objectivos específicos e os princípios orientadores utilizados na estruturação e desenvolvimento do Programa resumem-se no quadro seguinte (Correia *et al* 2000).

Quadro 3-3- Objectivos específicos e princípios orientadores do Programa Polis

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA POLIS
<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;▪ Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem;▪ Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa;▪ Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.
PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROGRAMA POLIS
<ul style="list-style-type: none">▪ Fazer um esforço de afirmação em torno de um número limitado de intervenções exemplares (10 a 15), com escala significativa e efeito demonstrativo no País, de acordo com as seguintes tipologias de intervenção,:<ul style="list-style-type: none">- requalificação de zonas industriais deprimidas;

- criação de novas polaridades em áreas metropolitanas;
 - valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas;
 - valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade;
 - requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica, mas com uma vida urbana de pouca qualidade;
 - valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional;
- Ancorar os projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental marcante e específico de cada cidade, que pudesse ser valorizado e reapropriado por essa cidade: as linhas de água ou as frentes de mar constituíram exemplos desse tipo de elemento;
 - Recentrar as cidades, promovendo a revitalização dos centros históricos e das suas múltiplas valências, nomeadamente a cultural e turística, de forma a evitar a desertificação e declínio desses centros;
 - Promover uma dinâmica de conhecimento, de cultura e de lazer, fazendo com que essas componentes se integrassem na exemplaridade das acções a desenvolver;
 - Em alguns casos, apostar em intervenções que já estavam em condições de serem concretizadas, tirando partido de agentes locais motivados e de projectos já elaborados. Noutros casos, fazer o próprio Programa suscitar iniciativas e desencadear projectos, pondo em evidência a sua importância e oportunidade;
 - Para além destas intervenções exemplares, com efeitos de demonstração, apoiar outras candidaturas que se revestissem de interesse e contribuíssem para o objectivo geral do Programa;
 - Dar um especial valor emblemático às cidades com estatuto de património mundial, concedido pela UNESCO. Essas cidades constituem em si mesmas paradigmas de requalificação urbana baseada em «âncoras» patrimoniais de grande importância e defrontam-se com desafios e exigências que o Programa Polis deve ajudar a enfrentar;
 - Contribuir para cidades mais equitativas e interclassistas, através do apoio a numerosas acções de realojamento e à construção de bairros sociais;
 - Considerar acções de menor dimensão destinadas a complementar ou valorizar projectos já realizados ou a melhorar aspectos muito específicos da qualidade do ambiente urbano, tais como, a título de exemplo, medidas para desviar o trânsito do centro das cidades, instalação de redes de monitorização ambiental, intervenções de valorização urbanística ou ambiental junto de estabelecimentos de ensino.

Componentes e linhas de intervenção

Os objectivos específicos e princípios orientadores deste Programa deram assim origem a quatro componentes de intervenção, a saber:

- componente 1 - Operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental;
- componente 2 - Intervenção em cidades com áreas classificadas como Património Mundial;
- componente 3 - Valorização Urbanística e Ambiental em áreas de realojamento;
- componente 4 - Medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades.

Destas, a componente mais expressiva do Programa Polis é a componente 1, que consiste em realizar um número relativamente limitado de intervenções de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, com uma natureza exemplar e que pudessem servir de modelo a outras iniciativas que vierem a ser realizadas no País.

A componente 2 do Programa Polis contempla intervenções em cidades com áreas classificadas pela UNESCO como Património Mundial, nomeadamente Évora, Sintra, Porto e Angra do Heroísmo. Para cada uma destas cidades o Governo acordou, com os respectivos municípios, o apoio a uma intervenção que visa, sobretudo, beneficiar a componente ambiental enquanto elemento estruturante da qualidade da vida urbana.

A componente 3 consiste na valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento que, para além da requalificação do espaço público e da instalação de mobiliário urbano, apoia os encargos com a realização dos necessários estudos e projectos.

A componente 4 contempla um conjunto diversificado de iniciativas, que passam pelo apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano, ao apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental, à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino e ao desenvolvimento de acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano, bem como outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana. Nesta componente, o Programa Polis apoia acções propostas pelos municípios onde o empenhamento destes se traduz em níveis de participação mais significativos.

As componentes 2, 3 e 4 apresentam uma dimensão e natureza mais convencionais, não se revestindo de características tão exigentes do ponto de vista operacional como a componente 1. As suas acções revestem-se de interesse para a melhoria dos aspectos específicos da qualidade do ambiente urbano ou da sua gestão, destinando-se, em alguns casos, a complementar ou valorizar projectos já realizados ou em curso. Este motivo, justificou, em grande medida, o facto da tese de Mestrado incidir apenas sobre a componente 1 deste Programa de Requalificação e Valorização Ambiental de Cidades. Desta forma, e de acordo com os objectivos desta tese, será apenas realizada de seguida uma descrição mais detalhada da componente 1, no que se refere às linhas de acção, financiamentos, instrumentos de execução e projectos associados.

Componente 1 – Operações integradas de requalificação e valorização ambiental

Com o objectivo de estabelecer um paradigma e criar uma dinâmica com efeitos multiplicadores à semelhança do que aconteceu com a Expo' 98, foram desenvolvidas duas linhas de acção para esta componente:

- Linha 1— Intervenções com relevância e natureza exemplar;
- Linha 2—Outras intervenções.

A primeira foi aplicada a intervenções com relevância e natureza demonstrativa das acções a desenvolver, enquanto a segunda destinou-se a apoiar candidaturas de grande qualidade e que mereceram ser também tratadas como casos exemplares de intervenção. As intervenções seleccionadas para integrarem esta componente tiveram assim como objectivos principais:

- assegurar que os desígnios do Programa e a tipologia de situações eram contemplados com casos exemplares e demonstrativos;
- assegurar que as intervenções a realizar contribuiriam para a consolidação do sistema urbano nacional e para o reforço do papel mobilizador das cidades nas regiões em que se inserem;
- assegurar a existência de uma razoável dispersão de casos no território do continente português (a limitação ao território continental resulta apenas do facto de o Programa Polis se basear em fundos comunitários destinados a este território).

As actividades financiadas pelas duas linhas de intervenção seriam as que contribuísem para acções integradas nos espaços urbanos, visando primordialmente a qualificação dos espaços públicos e tendo sempre presente uma forte componente de valorização ambiental. Nestas actividades estariam também incluídos os estudos necessários à implementação da intervenção, nomeadamente a elaboração de um plano estratégico exigível para cada caso.

Financiamento e modalidades de participação

O Programa Polis procurou constituir-se como um quadro de referência importante para as acções de requalificação e valorização ambiental no espaço urbano português, apoiadas pelo III QCA. As principais fontes de financiamento do Programa tiveram assim origem nas diversas intervenções operacionais dos fundos comunitários, nomeadamente na medida “Melhoria do ambiente urbano” da Intervenção Operacional Ambiente, na sua componente desconcentrada nas intervenções operacionais regionais (eixo prioritário 3), suportadas pelo FEDER e nas acções integradas de qualificação das cidades e de requalificação metropolitana das intervenções operacionais regionais (eixo prioritário 2), suportadas pelo FEDER. A iniciativa comunitária INTERREG deu também um contributo financeiro significativo.

Para as operações integradas da componente 1 do Programa, pela sua escala e natureza multifacetada, foram elaborados Planos Estratégicos, pelos promotores, que referenciaram todas as acções a executar e identificaram as respectivas fontes de financiamento, tendo em consideração o quadro de elegibilidades de cada medida do QCA III e o seu potencial para gerar receitas próprias.

O investimento total previsto a realizar no âmbito do Programa era da ordem dos 800 milhões de Eur (160 milhões de contos), absorvendo a componente 1 uma parte significativa dos recursos a mobilizar, cerca de 623 milhões de Eur (125 milhões de contos), uma vez que é a componente nuclear deste Programa e que inclui uma importante parcela de obras, visando a requalificação dos espaços públicos. Para além dos fundos comunitários, que se previa que financiassem entre 60-75% das acções a desenvolver pela componente 1, existiria igualmente financiamento autárquico (entre 10-20%), da administração central (entre 0-15%) e também financiamento empresarial público ou privado, designado como autofinanciamento.

Instrumentos para a execução do Programa

Um programa com as características e dimensões do Programa Polis tornou necessária a adopção de instrumentos que garantissem a capacidade de intervenção dos promotores e permitissem agilizar os procedimentos sem prescindir, naturalmente, das exigências que a lei estabelece relativamente a este tipo de intervenções.

Assim, foram adoptados instrumentos específicos em cinco áreas, designadamente: intervenção urbanística; empresariais; de protocolarização com os municípios; relativos à estrutura de gestão do Programa e aos seus procedimentos e, finalmente, instrumentos jurídicos que têm por objectivo consagrar na lei todos os restantes. Em anexo apresenta-se um quadro que resume os principais instrumentos criados.

Projectos de requalificação urbana da Componente 1 – Linha1

Para a selecção das intervenções que viriam a integrar a componente 1 do Programa Polis, o Grupo de Trabalho analisou um conjunto de projectos de requalificação urbana, alguns já em fase de projecto de execução e outros ainda em fase de planeamento, que poderiam constituir exemplos paradigmáticos de operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente ambiental. Na figura seguinte apresenta-se a distribuição geográfica das várias intervenções, verificando-se que é bastante razoável, apresentando uma maior concentração no centro.



Fonte: Partidário *et al* (2004)

Figura 3-4 – Distribuição Geográfica das intervenções Polis

No quadro 3.5 é também possível analisar a contribuição de cada Projecto para as tipologias definidas, verificando-se que estas estão razoavelmente cobertas e que a valorização de frentes de mar ou zonas ribeirinhas, bem como a valorização de património histórico ou natural e a sua reintegração na cidade estão presentes em quase todas as intervenções.

Assim, considerou o Grupo de Trabalho estar satisfeito o objectivo das intervenções serem realizadas em torno de elementos "âncora" de natureza ambiental ou patrimonial, de forma a contribuir para a reinserção desses elementos na malha e na vida urbana, e reforçando a identidade da respectiva cidade. Por outro lado, os objectivos estratégicos ligados ao ordenamento territorial (a requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica e valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional) estão

também bem representados, assegurando assim que o Programa poderia contribuir para a fixação de populações nessas regiões (Correia *et al* 2000).

Neste Quadro 3.5 apresenta-se igualmente a forma como cada caso pode contribuir para a satisfação dos critérios estabelecidos e para os desígnios do Programa Polis. Estes critérios revestem-se da maior importância porque constituem, em si mesmos, recomendações para a execução final dos projectos e para a posterior utilização dos espaços reabilitados (ver quadro 3.4). Realça-se o critério 1.4 (contribuição para uma gestão ambiental sustentável), pela importância que desempenha na elaboração desta tese, uma vez que é um exemplo daquilo que não é mencionado na maioria dos projectos mas que o Programa Polis considera dever ser enfatizado.

Quadro 3-4 - Critérios de análise da contribuição para os desígnios do Programa Polis

Cidades Verdes	1.1. Construção ou valorização de áreas verdes, zonas pedonais ou ciclovias
	1.2. Requalificação de frentes de rio ou costa ou continuidade de corredores ecológicos
	1.3. Restrição ao trânsito automóvel e desenvolvimento de mobilidades alternativas
	1.4. Contribuição para uma gestão ambiental sustentável
Cidades Digitais	2.1. Locais e equipamentos que generalizem o contacto e a fruição pela população de novas tecnologias
	2.2. Potenciação da criação de indústrias e serviços ligados às novas tecnologias e produção de conteúdos
Cidades do Conhecimento e Entretenimento	3.1. Existência de pólos universitários e de população escolar em geral
	3.2. Construção ou valorização de equipamentos culturais ou de lazer
	3.3. Construção ou valorização de centros de formação artística ou produção cultural
Cidades Intergeracionais	4.1. Revitalização urbana propiciando a criação de habitação
	4.2. Reforço ou criação de centralidade e desenvolvimento da multifuncionalidade dos centros urbanos
	4.3. Reabilitação de centros históricos propiciando a atracção de novas gerações

Fonte: Correia *et al* (2000)

Quadro 3-5 - Análise dos projectos face ao reforço do Sistema Urbano Nacional, à tipologia das intervenções e aos desígnios do Programa Polis

CIDADES	ÁREAS DE DINÂMICA DO SISTEMA URBANO								TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES						CIDADES VERDES				CIDADES DIGITAIS		CIDADES DO CONHECIMENTO			CIDADES INTERGERACIONAIS		
	1	2	3	4	5	6	7	8	A	B	C	D	E	F	1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3
Viana do Castelo	x								+		+++	+++		+	+++	+++	+++	+	+++	+	+	+++	+	+++	+++	+++
Vila Real		x									+	+	+++	+	+++	+	+	+	+	+	+++	+	+	+++	+++	+
Bragança		x									+++	+	+	+++	+++	+++	+	+	+	+	+	+++	+	+	+	+
A. M. Do Porto	x								+++	+++	+++	+++			+++	+++	+++	+	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Aveiro	x								+		+++	+++	+++		+++	+++	+	+	+++	+++	+++	+++	+++	+	+++	+
Coimbra			x								+++	+++	+		+++	+++	+	+	+++	+++	+++	+++	+++	+	+++	+
Viseu				x							+	+++	+++	+	+++	+	+++	+	+	+	+++	+	+++	+++	+++	+++
Guarda				x					+		+++	+++		+++	+++	+++	+	+	+	+	+++	+	+	+++	+	+
Covilhã				x					+++		+++	+		+++	+	+++	+	+	+	+	+++	+	+	+++	+	+
Castelo Branco				x								+++	+	+++	+++	+	+++	+	+++	+	+	+++	+++	+++	+++	+++
Leiria					x						+++	+	+++		+++	+++	+++	+	+	+++	+	+	+++	+++	+++	+++
Sintra (Cacém)						x			+++	+					+++	+	+	+	+++	+	+++	+	+	+++	+++	+
Almada (Caparica)						x			+++	+++	+				+++	+++	+	+	+	+	+++	+	+++	+++	+++	+
Beja							x					+++		+++	+++	+	+++	+	+++	+	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Albufeira								x			+++	+	+		+++	+++	+++	+	+	+	+	+	+++	+++	+++	+

Fonte: Correia *et al* (2000)

Legenda:

Áreas de Dinâmica do Sistema Urbano Nacional:

1 - Sistema Urbano do Norte Litoral; 2 - Sistema Urbano do Nordeste; 3 - Sistema Urbano do Centro (Eixo Coimbra-Figueira e Viseu); 4 - Sistema Urbano do Centro (Eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco); 5 - Sistema Urbano de Lisboa e Vale do Tejo (Subsistema da Alta Estremadura); 6 - Sistema Urbano de Lisboa e Vale do Tejo (Área Metropolitana de Lisboa); 7 - Sistema Urbano do Alentejo; 8 - Sistema Urbano do Algarve.

Tipologia de Intervenções

+++ Intervenção muito significativa / + Intervenção com alguma relevância

A - Requalificação de zonas industriais deprimidas; B - Criação de novas polaridades em áreas metropolitanas; C - Valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas; D - Valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade; E - Requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica; F - Valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional;

Projectos de requalificação urbana da Componente 1 – Linha 2

De acordo com a orientação estabelecida na RCM n.º 26/2000 de 15 de Maio, foi aberto um concurso para a selecção de nove cidades a contemplar com intervenções Polis no âmbito da Componente 1. Este concurso suscitou uma resposta muito expressiva por parte dos Municípios, tendo sido apresentadas 53 candidaturas o que, de certa forma, evidenciou o interesse que o Programa Polis suscitou em todo o País e o papel que desempenhou numa nova forma de encarar os problemas das cidades em Portugal.

Após a análise das candidaturas apresentadas, o então Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território determinou, através do Despacho n.º 16 268/2001 (2ª Série) de 4 de Agosto, que se apoiariam as oito candidaturas de especial mérito: Chaves, Marinha Grande, Portalegre, Setúbal, Silves, Tomar, Torres Vedras e Valongo, mas também se apoiariam as candidaturas de Gondomar e Vila Franca de Xira, dada a importância do esforço de requalificação das áreas metropolitanas onde se inserem e dado o contributo que poderiam trazer à valorização das frentes estuarinas do Douro e Tejo, dando assim continuidade a outras intervenções já realizadas, ou em curso, nas correspondentes frentes de rio (Parque das Nações e projectos Polis de Matosinhos, Porto e Gaia).

Ponto de Situação da Componente 1 do Programa Polis

Após a apresentação e breve descrição da componente 1, importa agora apresentar o ponto de situação dos vários projectos, no que se refere à sua percentagem de execução física e financeira. O quadro seguinte apresenta uma síntese da informação recolhida junto do Gabinete Coordenador do Programa Polis e das várias Sociedades gestoras. Importa aqui salientar que, no caso do Projecto da Costa de Caparica, apesar de estarem já concluídas cerca de 90% das acções previstas para o desenvolvimento dos sete Planos de Pormenor, não se indicam valores de execução porque, até Setembro de 2005, ainda não tinham sido iniciadas as empreitadas de construção.

Quadro 3-6 - Ponto de Situação dos Projectos Polis da Componente 1, em Setembro de 2005

LINHAS DE INTERVENÇÃO	PROJECTOS POLIS	EXECUÇÃO EM SETEMBRO 2005	
		FÍSICA	FINANCEIRA
Linha 1	Albufeira	31%	20%
	Aveiro	37%	36%
	Beja	100%	85%*
	Bragança	100%	71%
	Cacém (Sintra)	54%	45%
	Castelo Branco	85%	64%
	Coimbra	78%	56%
	Costa de Caparica (Almada)	-	-
	Covilhã	90%	70%
	Guarda	85%	78%
	Leiria	60%	46%
	Matosinhos (A.M. Porto)	100%	100%
	Porto	100%*	100%*
	Viana do Castelo	63%	48%

	Vila do Conde (A.M. Porto)	85%	38%
	Vila Nova de Gaia (A. M. Porto)	53%	48%
	Vila Real	85%	75%
	Viseu	60%	52%
Linha 2	Chaves	45%	34%
	Gondomar	*	*
	Marinha Grande	81%	*
	Portalegre	80%	52%
	Setúbal	15%	12%
	Silves	19%	16%
	Tomar	55%	32%
	Torres Vedras	7%	*
	Valongo	100%*	100%*
	Vila Franca de Xira	75%	*

Fonte: Gabinete Coordenador do Programa Polis

* valor não confirmado

Segundo Partidário *et al* (2004) o Programa Polis irá assim contribuir para que estes 28 projectos urbanos consigam simultaneamente fortalecer as identidades das respectivas cidades, aumentar as suas competitividade, resolver alguns dos problemas ambientais e fortalecer o seu papel e especificidade no sistema urbano nacional. Este sistema, que poderá ser designado como uma rede policêntrica de cidades, tão descentralizado quanto possível, poderá agir como suporte para um desenvolvimento regional e para a melhoria das condições de vida da população nacional. Estes objectivos são assim considerados pelos autores como estruturais, no processo do desenvolvimento sustentável em Portugal.

3.4 | TENDÊNCIAS PARA O FUTURO

As cidades e as zonas urbanas mudam ao longo do tempo e este processo inevitável de mudança poderá ser igualmente benéfico, uma vez que a existência de forças de mudança (políticas, económicas, sociais, etc) cria oportunidades para adaptar e melhorar as condições das áreas urbanas. A integração do conceito de desenvolvimento sustentável será assim a característica que irá distinguir a requalificação urbana das primeiras tentativas de alterações nas áreas urbanas.

Em suma, a requalificação urbana poderá ser vista como uma acção intervencionista, com uma actividade que abrange os sectores públicos e privados. Contudo, esta actividade irá provavelmente experimentar consideráveis mudanças nas suas estruturas institucionais, ao longo do tempo, em resposta às alterações económicas, sociais, ambientais e políticas que se irão verificar no futuro.

Poder-se-á esperar que a requalificação urbana, no futuro, seja determinante na concepção de intervenções nas áreas urbanas, podendo constituir-se como um meio de mobilização do esforço colectivo e uma forma de implementação das bases para um desenvolvimento sustentável.

Ao procurar identificar tendências e políticas para o futuro, Mattrisch (2000) identifica na literatura especializada duas correntes de desenvolvimento:

- a “re-urbanização” - que consiste na revitalização dos centros urbanos, especialmente no que diz respeito aos centros das cidades, zonas comerciais e de serviços, na criação de zonas habitacionais de qualidade, infraestruturas culturais, qualidade ambiental e na implementação de eventos que restabeleçam a vida urbana pública;
- a “des-urbanização” – a deslocação de pessoas das cidades para as vilas e zonas rurais, atraídas por habitações a baixos custos, qualidade ambiental elevada ou padrões de segurança mais elevados.

No entanto, tendo em consideração a quantidade de pessoas que são expectáveis nas áreas urbanas nos próximos anos, nenhuma destas tendências poderá ser vista como uma solução. O século XXI será uma era de urbanização e, por vários motivos, serão vistos novos tipos de urbanização uma vez que:

- a maioria da população global irá viver em áreas urbanas (estima-se que seja cerca de 75%);
- uma grande parte desta população não terá acesso adequado a infraestruturas básicas, tais como água, electricidade e recolha de resíduos;
- as condições ambientais serão críticas, se não forem tomadas medidas incisivas;
- irão ocorrer aglomerações de grande escala, de tamanhos até agora desconhecidos;
- cada vez mais o destino de cada aglomeração está dependente das decisões e desenvolvimentos a nível internacional.

Considerando estes desafios, o desenho, construção e a gestão de cidades sustentáveis poderá ser visto como um dos maiores desafios para as próximas décadas.

Roberts (2000) considera que apesar do conceito de desenvolvimento sustentável não estar ainda enraizado na sociedade, restam poucas dúvidas de que será o conceito dominante nas práticas de requalificação e gestão urbana do futuro. Mattrish (2000) aponta ainda uma solução futura que poderá passar pela promoção da sustentabilidade dos subúrbios que, apesar de subestimados devido à sua fraca imagem histórica, apresentam um potencial de sustentabilidade elevado.

Albers (2006) indica ainda que, apesar de se deverem considerar os aspectos económicos e sociais, o ambiente constitui-se como o ponto fulcral do conceito de desenvolvimento sustentável, pois quando a Terra se tornar inabitável, pouco lugar haverá para debater questões económicas e sociais.

Desta forma, a sustentabilidade significa conservar recursos, limitar os consumos de energias não renováveis, reduzir a impermeabilização dos solos gerada pela construção de edifícios e estradas. Isto leva-nos aos objectivos de se limitar a expansão dos aglomerados urbanos que poderá ser conseguido com a requalificação de antigas áreas urbanas degradadas e pela densificação das áreas já edificadas, entre outros.

4 | ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DO PROGRAMA POLIS

Com o lançamento do Programa Polis foram formuladas algumas recomendações conclusivas, para aplicação a vários níveis. Destas, destacam-se as seguintes:

- a componente 1 deveria ser objecto de uma gestão particularmente eficaz e de uma divulgação pública adequada que reforçasse a natureza paradigmática das intervenções a realizar;
- seria necessário actuar junto das entidades promotoras com o sentido de reforçar as componentes ambientais dos projectos, especialmente no que se referia à melhoria da gestão ambiental das cidades que habitualmente não é satisfatoriamente contemplada nos projectos;
- importava assegurar que a realização das iniciativas seria acompanhada de uma monitorização adequada dos seus efeitos urbanísticos e ambientais, e que os projectos contribuiriam para um melhor conhecimento do ambiente urbano;
- seria importante criar e transmitir uma imagem conjunta e global do Programa e das suas intervenções ao longo de toda a sua execução de forma a potenciar os resultados do Programa e a reforçar a sua natureza exemplar e demonstrativa;
- importaria associar iniciativas de educação ambiental ao Programa, promovendo o envolvimento das populações e realizando parcerias com entidades públicas e privadas que pudessem contribuir para o seu êxito.

É neste enquadramento que surge o presente capítulo. Aqui será analisada a forma como a componente ambiental foi integrada e acompanhada em três projectos de requalificação ambiental inseridos na componente 1 do Programa Polis, procurando compreender-se até que ponto os diferentes modelos de gestão implicam abordagens distintas no acompanhamento ambiental.

Refira-se que, no âmbito desta tese, a análise incidirá sobre a anteriormente designada Etapa 2 de um processo de requalificação urbana (ver ponto 3.2) e que inclui as fases de programação, obra e encerramento e avaliação.

No ponto 4.1 indicam-se os casos de estudo seleccionados, a justificação para a sua escolha, de entre as 28 intervenções que integram a componente 1 do Programa Polis, bem como a metodologia aplicada no levantamento, sistematização e análise da informação.

Nos pontos seguintes apresentam-se os casos de estudo, realizando um breve enquadramento histórico e a caracterização de cada cidade, a descrição da intervenção Polis e a metodologia utilizada no acompanhamento e integração da componente ambiental.

Após esta análise realiza-se no ponto 4.5, uma apreciação e discussão de resultados, tendo como objectivo verificar as hipóteses formuladas no início desta tese e retirar conclusões relativamente ao acompanhamento ambiental dos projectos incluídos no âmbito do Programa Polis.

Esta análise de resultados permitirá dar o mote para o capítulo seguinte, onde se apresentará uma proposta de metodologia para a integração e acompanhamento da componente ambiental de projectos de requalificação urbana e ambiental de grande dimensão.

4.1 | CASOS DE ESTUDO

Justificação para a selecção dos casos de estudo

As cidades Polis abrangidas pela componente 1 deste Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades distribuem-se geograficamente ao longo de todo o território continental português e apresentam intervenções distintivas entre si, tanto no que se refere à área de intervenção, como ao modelo de gestão aplicado, passando pelo planeamento físico da intervenção, entre outros aspectos.

Para a realização desta tese foram seleccionados os **Programas Polis de Castelo Branco, Vila Franca de Xira e Vila Real**. A selecção destas cidades para uma análise mais detalhada da forma como realizam a integração e o acompanhamento da componente ambiental no desenvolvimento do projecto teve por base o facto de apresentarem modelos de gestão diversos e representarem as duas linhas de intervenção da componente 1 do Programa Polis.

De facto, os Programas Polis de Castelo Branco e Vila Real inserem-se na Linha 1 da Componente 1 e têm como modelo de gestão a criação de Sociedades gestoras, tal como recomendado na RCM n.º 26/2000, de 15 de Maio, que considera que para a realização das intervenções programadas ao abrigo do Programa Polis se deveria adoptar um modelo semelhante ao utilizado para a requalificação e reordenação urbana realizada na cidade de Lisboa durante a Expo 98.

O modelo de gestão destas duas intervenções distingue-se ainda pelo facto de, para o Programa Polis de Castelo Branco a respectiva Sociedade gestora ter conferido mandato à Parque Expo 98 SA (empresa privada com capitais públicos) para a direcção e coordenação geral da intervenção, através do DL n.º 305/2000, de 24 de Novembro. Por outro lado, a Sociedade gestora do Programa Polis de Vila Real, após lançamento de concurso público, designou uma empresa privada (DHVFBO - Consultores SA) para a direcção e coordenação geral da intervenção.

Em relação ao Programa Polis de Vila Franca de Xira, o seu modelo de gestão passa pela elaboração de um Contrato-Programa entre a Autarquia Local e a DGOTDU, de acordo com o Despacho n.º 16 268/2001 (2ª Série), de 4 de Agosto, que determinou que se flexibilizasse o modelo institucional associado à Componente 1 do Programa Polis, de forma a que apenas fossem criadas Sociedades Polis nos casos em que a natureza das intervenções ou os montantes financeiros envolvidos o justificassem.

Além deste aspecto fundamental, houve igualmente o cuidado de seleccionar intervenções que estivessem em adiantado estado de execução, mas não concluídas, por forma a facilitar o contacto com os técnicos envolvidos e também o levantamento da informação.

Metodologia específica aplicada

Após a selecção dos projectos Polis que se pretendia analisar com mais detalhe, tornou-se necessário definir uma série de procedimentos para o levantamento, sistematização da informação recolhida e para a análise e discussão dos resultados obtidos. A metodologia aplicada encontra-se representada na figura seguinte.

Levantamento	<ul style="list-style-type: none">• Realização de entrevistas• Recolha de documentação
Sistematização da informação	<ul style="list-style-type: none">• Análise e estruturação em três fases: Programação, Obra e Encerramento e Avaliação• Elaboração de Check-list
Análise e discussão dos resultados	<ul style="list-style-type: none">• Aplicação da metodologia SWOT

Figura 4-1 - Metodologia específica aplicada na análise dos casos de estudo

Para a fase do levantamento, a metodologia aplicada baseou-se na realização de entrevistas pessoais a vários técnicos responsáveis pela implementação dos Programas Polis e na recolha de documentos vários (planos, projectos, estudos desenvolvidos, entre outros). Para tal, elaborou-se um questionário-tipo que foi aplicado aos três casos de estudo e que, naturalmente, foi sendo sucessivamente adaptado à medida das necessidades identificadas ao longo do trabalho.

Realce-se que, devido ao facto das intervenções serem dinâmicas e apresentarem constantes alterações nos níveis de concretização, considerou-se necessário o estabelecimento de uma data limite para o levantamento dos dados. Desta forma, dados os *timings* inerentes ao processo de elaboração da tese, a informação apresentada refere-se a dados obtidos até final de Setembro de 2005.

A informação recolhida foi posteriormente analisada e estruturada. Apesar das diferenças identificadas entre os três casos de estudo, tentou-se manter a mesma estrutura de apresentação da informação, por forma a facilitar a leitura da tese. A informação foi assim agrupada nas três fases distintas da Etapa de Implementação:

- Programação – que se constitui como a fase de arranque da implementação. É durante este período que se desenvolvem os instrumentos de gestão territorial e os respectivos projectos, que vão dar “forma” aos Planos Estratégicos delineados em cada cidade Polis;
- Obra – tal como o nome indica, é a fase de construção e implementação dos projectos e a que naturalmente traz maiores incómodos à população;
- Encerramento e Avaliação – constitui-se como a fase pós-obra, onde se realizará o balanço e a avaliação da intervenção Polis.

Os questionários realizados deram posteriormente origem a um documento específico para cada cidade que, sob a forma de *Check-list* sistematiza de forma simples e directa toda a informação recolhida. Considerou-se igualmente que este formato complementava a descrição mais detalhada

realizada na tese, uma vez que permite uma leitura rápida e fácil das diferentes metodologias aplicadas, bem como a identificação de semelhanças e diferenças existentes entre elas.

Para a análise integrada dos resultados obtidos utilizou-se a metodologia *SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats)*, com o objectivo de realizar uma exploração pormenorizada das potencialidades, conflitos, oportunidades e ameaças das metodologias aplicadas no acompanhamento ambiental. Com este enquadramento tentou-se definir uma metodologia para o acompanhamento e integração da componente ambiental em programas e/ou projectos de requalificação urbana e ambiental.

4.2 | CASTELO BRANCO

A cidade de Castelo Branco localiza-se num território de transição entre a Região Centro e o Alto Alentejo, estando inserida no conjunto de municípios e de cidades raianas que constituem o Arco Urbano do Centro Interior. A cidade evidencia-se actualmente pelo posicionamento estratégico na rede urbana do interior do país ocupando, juntamente com Viseu e Évora, as posições de maior relevância na hierarquia deste Arco Urbano.

As intervenções previstas para a Cidade de Castelo Branco, sugeridas pelo Programa Polis, como a requalificação do centro histórico, a criação da Praça Postiguinho Valadares e outras como a reestruturação viária do Centro Cívico - Largo da Devesa/Ex-quartel têm grandes complementaridades entre si que, com a devida articulação, irão criar grandes sinergias enquadráveis num projecto conjunto de valorização do património histórico e ambiental da cidade e, consequentemente da modernização da cidade, melhorando a sua competitividade e promovendo a cultura e o turismo.

4.2.1 | CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Situada numa posição central entre o Norte e Sul de Portugal, a ocupação humana de Castelo Branco remonta à Idade do Bronze e mais tarde à época romana, podendo ser a herdeira da povoação romana *Castra Leuca*. O primeiro foral de Castelo Branco foi dado à vila durante a primeira metade do século XIII e o aglomerado medieval foi-se estruturando em cinco arruamentos principais que relacionavam as portas das muralhas numa clara atitude de organização funcional e comercial.

Até finais do séc. XVI, a vila de Castelo Branco estruturou-se dentro da sua muralha, convivendo a população com uma estrutura urbana contida onde, praticamente, só uma Praça hierarquizava a Vila, a Praça Velha (hoje Camões). Com o crescimento da vila para fora das muralhas (no início no séc. XVII) surgem áreas urbanizadas em redor da Igreja de S. Miguel. Nos séculos XVII e XVIII já uma grande parte da povoação extravasava as muralhas, estendendo-se pelo campo.

A partir de 1821, e após a destruição da cidade pelas tropas de Junot, inicia-se a fase de degradação da estrutura urbana: a necessidade de reconstrução da cidade leva a que se comecem a retirar as pedras do castelo e do paço para as habitações e, em 1835, foi a própria câmara que mandou destruir os arcos das portas da muralha para reaproveitar a pedra em obras públicas. Os

arrabaldes começaram assim a ficar ligados à cidade antiga por arruamentos. A construção da Linha Férrea em 1891 e a respectiva estação veio a determinar que a cidade crescesse para Sul.

Nos finais do século XIX, com a construção do Passeio Público e o Quartel da Cavalaria 8 estruturou-se o actual Centro Cívico. Assim e durante todo o século XX, sobretudo até aos finais dos anos 70, a cidade cresceu e consolidou-se ao longo das novas avenidas, reforçou as estruturas urbanas intermédias e construiu muitos dos seus equipamentos. No entanto, nos últimos 30 anos criaram-se bairros periféricos de inferior qualidade urbana, arquitectónica e ambiental, de fortes concentrações volumétricas e até alguns bairros de génese ilegal.

Em termos globais, no início deste novo século verificava-se uma diluição da identidade do carácter da cidade. Para tal, contribuíram a degradação do tecido urbano mais antigo e a dinâmica de crescimento urbano das últimas décadas. As características da rede viária (estrutura radial), a deficiente rede de circulação pedonal e a insuficiente capacidade de estacionamento, especialmente nas áreas de concentração de actividades terciárias contribuíram, em grande medida, para a degradação do ambiente urbano e afectaram negativamente a vivência e a imagem da cidade.

A zona industrial, localizada na periferia sul da cidade, ocupa cerca de 20,7% da área contida dentro do perímetro urbano e desempenha um papel fundamental na estrutura económica de Castelo Branco. No entanto, apresenta-se desqualificada, em termos visuais e ambientais. A estrutura verde da cidade tinha, em termos globais, uma expressão muito fraca, sendo as zonas verdes públicas claramente insuficientes face à dimensão da cidade. As zonas verdes privadas, nomeadamente os quintais, hortas e jardins intra-muros na zona histórica da encosta do castelo, contribuem por isso muito significativamente para a estrutura verde actual (MAOT 2000a).

A partir de meados do século XX o planeamento passou a assumir um papel preponderante e decisivo no crescimento de Castelo Branco, tendo-se iniciado com o Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco de 1962, prosseguido pelo Plano Geral de Urbanização de 1991. Posteriormente, em 1996, foi elaborado o primeiro Plano Estratégico da cidade, que apresentou um conjunto de linhas estratégicas de desenvolvimento que valorizavam a inserção regional e respondiam a uma preocupação crucial no contexto actual: criar factores de competitividade capazes de fortalecer a posição de Castelo Branco na sua relação com o exterior.

Estas linhas de desenvolvimento desdobraram-se em Programas de Actuação Social, Urbanística, Económica, Territorial e de Modernização de Serviços, por forma a articular as acções e projectos, conferir coerências e estabelecer prioridades. No Programa de Actuação Urbanística é definida uma intervenção estratégica, no horizonte da primeira década do século XXI, assente em quatro projectos-chave: estruturação urbana da cidade; valorização ambiental; valorização e reabilitação da zona histórica e recriação do centro da cidade.

Mais tarde, vários Estudos Urbanísticos e Planos de Pormenor foram tentando regulamentar a ocupação do território tendo, em Junho de 1996, sido aprovado o Plano Director Municipal da Cidade (PDM)²¹.

Recentemente, em 2000, foi apresentado o Plano Estratégico de Castelo Branco 2020. De acordo com este Plano, *"Castelo Branco poderá ser, dentro de dois decénios, uma cidade "actualizada",*

²¹ Resolução do Conselho de Ministros nº 66/94, de 11 de Agosto

atraente, com uma base económica sólida, um ambiente urbano de qualidade. Uma cidade dotada de um rico património edificado, que vai da Idade Média ao século XXI, em que se revêem os seus habitantes e que só por isso atrai as atenções de outras cidades". Para tal, foi definido um conjunto de ideias estruturantes que passam por: recriar um centro funcional, cívico e social; valorizar o património histórico; conferir prioridade aos espaços públicos; definir e promover a personalidade da cidade consolidada. Ao longo dos últimos anos, Castelo Branco tem vindo assim a seguir a estratégia delineada ([url:http://www.cm-castelobranco.pt/cb2020.asp?lang=p&skin=1](http://www.cm-castelobranco.pt/cb2020.asp?lang=p&skin=1), Dez 2005).

Quanto aos objectivos definidos de valorização e reabilitação da zona histórica, valorização ambiental da cidade e a criação de um novo Centro Cívico, estão a ser concretizados através do Programa Polis, que se encontra naturalmente integrado no PDM da cidade e surge como a continuidade do processo iniciado pela Autarquia na requalificação urbana e ambiental da cidade.

4.2.2 | PROGRAMA POLIS EM CASTELO BRANCO

Na sequência do relatório do Grupo de Trabalho que estabelece, entre outras definições, as linhas mestras do Programa Polis, foi celebrado um protocolo entre o ex-MAOT e a Câmara Municipal de Castelo Branco, que deu origem à elaboração de um Plano Estratégico (PE) que objectivou as linhas de intervenção, delimitou a área e referenciou todas as acções a executar em Castelo Branco, no âmbito do Programa Polis, identificando igualmente as respectivas fontes de financiamento.

A intervenção em Castelo Branco, no âmbito do Programa Polis, poderá ser definida como um conjunto de intervenções de requalificação urbana e valorização ambiental, que se interligam e complementam, devolvendo ao centro da cidade a sua importância histórica na vida da cidade. A zona de intervenção abrange uma área de aproximadamente 33 hectares, compreendendo o Centro Cívico da cidade (Largo da Devesa e ex-Quartel), a Colina do Castelo/Centro Histórico e ainda o Jardim do Paço e o Parque da Cidade. (MAOT 2000a)

O PE do Programa Polis de Castelo Branco foi estruturado com base num conjunto de objectivos estratégicos, que se descrevem no quadro seguinte.

Quadro 4-1 – Grandes Linhas de Intervenção do Programa Polis em Castelo Branco

ZONA	BREVE DESCRIÇÃO DAS LINHAS DE INTERVENÇÃO
Zona Histórica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Devolver à colina e ao Castelo o lugar a que têm direito pelo seu valor histórico e urbano ▪ Trazer novos grupos sociais e mais jovens para a Colina do Castelo ▪ Introduzir novas tipologias urbanas na estrutura urbana existente, com respeito pela compreensão morfológica da cidade ▪ Equipar esta área com equipamentos culturais diversificados ▪ Reabilitar as estruturas construídas com interesse arquitectónico ▪ Apoiar os grupos sociais menos favorecidos ▪ Fortalecer a dinâmica económica e social com medidas a nível económico e turístico ▪ Recriar e fortalecer os percursos turísticos internos, definindo e sinalizando o património edificado, organizando um sistema de acessibilidades aos locais mais elevados topograficamente, e investindo ao nível das suas infra-estruturas básicas e arruamentos ▪ Constituir Parques de Estacionamento com dimensão adequada ▪ Demolir edifícios dissonantes que perturbem o valor histórico e urbano do centro em reabilitação e renovação

Centro Cívico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concentrar equipamento cultural, de recreio e lazer, de modo a fomentar a atractividade entre os diversos grupos etários e o seu uso permanente ao longo do dia e da noite ▪ Recuperar alguns dos edifícios do ex-Quartel com equipamentos complementares de modo a garantir a manutenção da memória deste estabelecimento militar na cidade ▪ Criar amplos espaços públicos de estada e lazer, com definição de zonas de estar ensombradas e zonas de água ▪ Construir um grande Centro Cultural onde convirjam aspectos ligados às Artes e Cultura (centro de arte contemporânea, galerias de exposição, biblioteca municipal e centro multimédia), ao Desporto (pista de patinagem de gelo) e ao Comércio ▪ Criar um grande Parque de Estacionamento subterrâneo para apoio a toda esta área urbana central, recorrendo a um ajustado processo de reestruturação da circulação rodoviária ▪ Manter e valorizar os espaços comerciais inferiores do Passeio Público - Casetas, destinados a cafés e bares com esplanadas
Parque da Cidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitar as estruturas arbóreas, arbustivas e construídas ▪ Construir equipamentos de apoio, nomeadamente sanitários, quiosques. ▪ Construir um Anfiteatro ao ar livre e Palco, tendo em vista a animação do Parque
Jardim do Paço	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitar e limpar o material vegetal da estatuária e de outras estruturas construídas existentes no jardim do Paço.

As acções a concretizar no âmbito da intervenção Polis em Castelo Branco visam assim a prossecução dos seguintes objectivos:

- a requalificação ambiental e urbanística do Centro Cívico - para que este se assuma como elemento estruturante da cidade, através da constituição de um espaço público de qualidade, recuperação de alguns dos edifícios do ex-Quartel e construção de novos equipamentos de cultura, recreio e lazer;
- o reordenamento da malha viária, através da constituição de parques de estacionamento, percursos pedonais, praças pedonais e túneis rodoviários, permitindo assim a criação de um amplo espaço pedonal ligando o Centro Histórico ao Centro Cívico;
- a recuperação de valores arquitectónicos integrando-os em projectos urbanos de referência;
- a recuperação de estruturas urbanas desactivadas como espaços lúdicos, culturais e comerciais;
- o reforço e valorização da estrutura verde da cidade.

O PE do Programa Polis de Castelo Branco previa assim a concretização destas acções entre Outubro de 2000 e Dezembro de 2004, com um investimento da ordem dos 37.5 milhões Eur + IVA (4 milhões Eur constituiriam investimento da Autarquia).

Modelo de Gestão e Equipa Técnica

De acordo com o definido do DL n.º 305/2000, de 24 de Novembro, a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção de Castelo Branco está a cargo da Sociedade PolisCasteloBranco, S.A. - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, S.A. Esta desenvolve igualmente acções estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção.

Esta Sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos, é constituída com a participação maioritária do Estado (60%) e participação da Câmara Municipal de Castelo Branco (40%). O conselho de administração é composto por um presidente e dois vogais. O representante do Estado, como accionista é o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-Centro), na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e o representante do município de Castelo Branco, como accionista, é o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Atendendo à natureza das intervenções previstas no Programa Polis, para a zona de Castelo Branco, bem como a necessidade de se garantir, em virtude da dimensão, complexidade e especificidade das acções a serem desenvolvidas, uma execução coordenada, com recurso a uma articulação dos diferentes interesses envolvidos, o DL n.º 305/2000, conferiu mandato à Parque EXPO 98, S. A., para a direcção e coordenação geral da intervenção.

Em relação à equipa técnica do Programa Polis de Castelo Branco, no quadro seguinte é possível observar os diferentes elementos que a compõem, bem como as valências de apoio. Em Castelo Branco existe uma equipa local, composta por um coordenador, dois directores e vários técnicos de apoio à engenharia, arquitectura e comunicação, que são apoiados por uma equipa central. Uma vez que a Parque Expo tem a seu cargo a gestão de dez cidades Polis, a sede da empresa alberga uma estrutura central, que dá apoio às cidades em diferentes áreas, nomeadamente expropriações, planeamento, jurídica, ambiente, comunicação, entre outros.

Quadro 4-2 – Equipa técnica associada ao Programa Polis em Castelo Branco

EQUIPA LOCAL (EM CASTELO BRANCO)	EQUIPA CENTRAL (NA SEDE DA PARQUE EXPO 98)
1 Coordenador	Apoio Administrativo
1 Director Local	Núcleo de Expropriações
1 Director-Adjunto	Núcleo de Planeamento, Procura e Contratos
1 Técnico de Comunicação	Núcleo de Controlo de Custos e Financiamento
2 Técnicos Locais, de apoio à Engenharia e Arquitectura	Núcleo Jurídico e de Comunicação
1 Apoio Administrativo	Núcleo de Ambiente

Caracterização da Intervenção

Estudos de Caracterização

Como suporte técnico das acções a implementar, o PE identificou, à partida, um conjunto de estudos de caracterização da zona de intervenção, que seria necessário desenvolver, por forma a apoiar o desenvolvimento do Plano de Pormenor e dos Projectos.

Assim, foi considerado pertinente a realização de um Estudo de Incidências Ambientais (EInCA) que, concorrendo para uma melhor percepção das variáveis e descritores ambientais presentes, produzisse recomendações a incorporar no Plano de Pormenor, Estudos e Projectos a desenvolver e constituísse um valor acrescentado na concepção da intervenção.

Castelo Branco, à semelhança de outras cidades, sentia as consequências de um crescimento algo desordenado e pouco articulado com as exigências do sistema urbano, nomeadamente, em termos de infra-estruturas e de serviços de transportes e, bem como, do aumento da mobilidade dos seus residentes e demais utilizadores. Assim, o PE identificou igualmente a necessidade da elaboração

de um “Estudo de Tráfego” que verificasse, entre outros factores, as implicações da constituição dos parques de estacionamento na Zona Histórica e no Centro Cívico, o possível desnivelamento de algumas ruas e a avaliação das necessidades de transportes colectivos na Zona de Intervenção.

Planos de Pormenor, Projectos e Obras

A intervenção Polis em Castelo Branco compreende a requalificação do Espaço Público do Centro Cívico da Cidade - Largo da Devesa e Ex-Quartel do Regimento de Cavalaria 8, com a constituição de uma ampla Praça pedonal, que integrará novos espaços verdes e diversos equipamentos de cultura, recreio e lazer. Sob a Praça previa-se a construção de um parque de estacionamento dissuasor da circulação automóvel à superfície.

As ruas envolventes estavam também integradas nesta acção, sendo objecto de requalificação através da sua pedonalização e interligação desta zona com o espaço urbano envolvente, em especial com o Centro Histórico. Para se atingir este objectivo, previa-se a construção de túneis rodoviários que permitissem a reestruturação da rede viária, assente numa hierarquia de vias e de aproximação ao centro histórico e urbano, decisão que, contudo, estava dependente da realização de um rigoroso estudo de tráfego e circulações da cidade de Castelo Branco (ver Anexo 2 - Planta de Identificação dos Estudos e Projectos do Programa Polis de Castelo Branco).

O PE previa também a requalificação e a revitalização do Centro Histórico através de intervenções no Espaço Público, nomeadamente a recuperação de ruas e a constituição de novas praças, a construção de estacionamentos subterrâneos com vista a restringir o trânsito e o desordenado estacionamento à superfície, e, consequentemente, possibilitar a pedonalização de algumas ruas e, ainda, a criação de uma estrutura verde para fortalecimento da atractividade da cidade e da melhoria do seu ambiente urbano. Esta intervenção contemplava ainda a possibilidade de demolição de um edifício no Centro Histórico para a correcção da silhueta urbana e criação de uma nova e ampla praça pedonal, com estacionamento subterrâneo. A partir desse local, estava prevista a implantação de um meio mecânico não poluente de ligação ao Castelo.

Estava também prevista a requalificação do Jardim do Paço e a valorização do Parque Verde da Cidade dotando-o de equipamento e mobiliário urbano.

A partir deste conjunto de intervenções, o PE considerou que poderiam ser conseguidos os objectivos preconizados pelo Programa, especificamente a requalificação urbana e a valorização ambiental desta zona da cidade.

De acordo com a informação transmitida pela Parque Expo’98, dos projectos previstos implementar no Plano Estratégico, apenas não serão concretizados os projectos do Espaço Público e Infra-Estruturas da Praça do Mirante do Paço, o Parque de Estacionamento do Mirante do Paço e o Projecto Paisagístico do Jardim Vaz Preto, abandonados logo no início da intervenção.

No quadro e figuras em anexo descrevem-se mais detalhadamente e ilustram-se o Plano de Pormenor, os Projectos e os seus objectivos e obras associadas, dos quais se destaca o futuro Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), que será um legado importante uma vez que reunirá e interpretará a informação resultante do acompanhamento ambiental das várias

fases de desenvolvimento e implementação do projecto. De extrema relevância será a sua vertente pedagógica e a continuidade assegurada no período posterior à conclusão da intervenção.

Outros Investimentos Públicos e/ou Privados

Complementarmente aos projectos e obras associados à intervenção Polis em Castelo Branco, o Plano Estratégico previa ainda um conjunto de acções no espaço público e a recuperação de alguns edifícios, localizados na zona de intervenção, nomeadamente:

Centro Histórico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação de fachadas ▪ Incentivo à fixação da população jovem na Colina do Castelo ▪ Zona de Turismo no Centro Histórico ▪ Edifícios a recuperar: <ul style="list-style-type: none"> – Solar da Rua dos Cavaleiros – sede Castelo Branco 2020 – Edifício da ex-J.A.E. – Novo Arquivo Municipal e instalações dos serviços culturais da Câmara – Reabilitação da antiga Biblioteca como novo equipamento comunitário – Centro de Artes e Ofícios de Castelo Branco
Centro Cívico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção do Novo Centro Cultural ▪ Ampliação do edifício da Câmara Municipal

Ações Minimizadoras do Impacto das Obras

Com o objectivo de minimizar o impacto dos trabalhos em curso ao longo do período em que decorrem as obras, foi proposto no PE um conjunto de acções para a população em geral e para os comerciantes localizados em zonas de forte impacto, ou que viessem a sofrer consequências relacionadas com alterações viárias temporárias previstas no âmbito do desenvolvimento do projecto.

No que diz respeito à população em geral, as acções a desenvolver têm objectivos específicos de sensibilização e informação no decurso das obras, bem como propostas de eventuais trajectos alternativos de circulação, com o objectivo de, tanto quanto possível, minimizar inevitáveis alterações aos hábitos da população de Castelo Branco. Em relação aos comerciantes, as acções teriam como objectivos específicos compensar, de certa forma, os incómodos causados pelas obras.

Quadro 4-3 - Acções Minimizadoras dos impactes das obras previstas no PE do Programa Polis de Castelo Branco

POPULAÇÃO EM GERAL	COMERCIANTES/COMÉRCIO TRADICIONAL
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do Posto de Informação Polis ▪ Edição de um boletim informativo, com periodicidade regular, para distribuição como encarte num meio de comunicação social local e estará disponível no Posto de Informação ▪ Criação de um site informativo e instalação de quiosques multimédia localizados em pontos da cidade de grande circulação; ▪ Colocação e decoração de tapumes de obras que minimizem o ruído e o impacto visual inevitável em obras com esta dimensão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Brigadas de limpeza Polis – constituição de equipas Polis que circulam junto do comércio tradicional que seja afectado pelas obras, limpando as montras dos estabelecimentos; ▪ Desenvolvimento de acções de animação no Centro Histórico que atraiam a população em geral, minimizando o impacto das obras nos comerciantes.

Acções de Sensibilização Ambiental e Comunicação

A mobilização da população no que diz respeito à sensibilização ambiental passa obviamente por acções de comunicação que promovam este conceito. Neste contexto o PE previa o envolvimento dos cidadãos de Castelo Branco através da participação nos projectos a desenvolver, bem como dos organismos locais que ajudariam a implementar com maior eficácia as referidas medidas.

As iniciativas previstas passariam pela organização de diversas actividades, desde jogos a passeios pedonais, palestras, “workshops” multidisciplinares e acções envolvendo escolas, através das quais seriam dados a conhecer os aspectos mais marcantes da requalificação urbanística e ambiental associada ao projecto. O PE destacava ainda duas iniciativas que permitiriam o envolvimento de alunos e professores, como também da população em geral:

- Passeios Polis – integrando-se na iniciativa dos percursos urbanos já existentes, os Passeios Polis dariam a conhecer as principais características dos projectos a realizar no âmbito do Programa, dando ênfase à valorização ambiental e fomentando novas formas de usufruto do espaço urbano pela população;
- Acções escolares – destinadas a incentivar as crianças e escolas a pensar no futuro da sua cidade e no futuro como cidadãos responsáveis. Pretendia-se desenvolver vários trabalhos sobre Castelo Branco e sobre as mutações de que será objecto, baseados em diferentes disciplinas abrangendo artes plásticas, artes cénicas, história e ambiente.

Foi ainda considerado que o CMIA serviria de pólo dinamizador de iniciativas várias no domínio da sensibilização ambiental, como forma de procurar um maior envolvimento do público no projecto de requalificação ambiental a implementar.

Avaliação Preliminar dos Efeitos Esperados da Intervenção

Como consequência directa e indirecta da intervenção Polis o PE considera expectável a melhoria da qualidade de vida urbana, sentida tanto nos domínios ambiental como sócio-económico. Assim, era indicado que aquando da conclusão do Programa Polis haveria:

- um acréscimo de área verde disponível;
- um acréscimo de áreas de trânsito condicionado;
- área de Novas Praças;
- extensão Pedonalizada;
- criação de estacionamento dissuasor subterrâneo e à superfície;
- a execução de um Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental.

No domínio sócio-económico e do edificado, prevê-se a:

- reabilitação do Centro Histórico proporcionando a atracção de novas gerações;
- criação de centralidades e desenvolvimento da multifuncionalidade dos centros urbanos;
- requalificação e reconversão de edifícios degradados;
- construção e valorização de equipamentos culturais e de lazer;

- criação de emprego no domínio do ambiente;
- atracção de quadros superiores qualificados;
- promoção e dinamização turística.

Em 2002 foi publicada uma edição do MAOT, intitulada “*Programa POLIS – POLIS em números*”, que resumia os valores dos indicadores ambientais previstos concretizar nas intervenções Polis. No quadro seguinte apresentam-se os valores referentes a Castelo Branco.

Quadro 4-4 – Indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Castelo Branco

INDICADORES AMBIENTAIS	PREVISTO
Instrumentos de gestão territorial	1
Criação e beneficiação de parques e áreas verdes	44 500 m ²
Criação e requalificação de espaço público	26 352 m ²
Requalificação de Frentes de Rio	na
Construção de Passadiços Pedonais	na
Ciclovias criadas	500 m
Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	14 500 m ²
Criação de Novos Percursos Pedonais	na
Estacionamento Dissuasor	850 lugares
Demolições para requalificação urbana	31 700 m ²
Criação de um CMIA	1

Fonte: MAOT (2002)

Ponto de Situação do Programa Polis de Castelo Branco

À data de realização desta tese (Outubro de 2005), o Programa Polis de Castelo Branco encontrava-se na sua fase de construção tendo já concretizado cerca de 85% da intervenção física e 64% da financeira.

De entre os projectos previstos implementar refira-se que a intervenção no Largo da Sé/Praça D.José, no Parque da Cidade e no Jardim do Paço encontram-se concluídas. No que se refere às obras em curso, em Outubro de 2005, estava já 60% da intervenção no Centro Cívico/Devesa concluída, enquanto que as empreitadas da Praça Académica e do Mirante S.Gens tinham já sido adjudicadas, prevendo-se para o princípio de Dezembro o início das obras. De acordo com a informação transmitida pela Sociedade PolisCastelo Branco, a intervenção no Passeio da Muralha e a construção do CMIA serão iniciadas em breve. Apenas o Projecto Urbano da Praça Postiguiinho Valadares se encontra em reformulação (ver Anexo4 Planta de Simulação da Ocupação Final do Programa Polis de Castelo Branco)

4.2.3 | ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL

A integração e o acompanhamento ambiental das actividades a desenvolver no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco constituiu-se como uma preocupação que foi assumida desde início pela Parque Expo'98, na qualidade de Gestor da Intervenção (GI), no contexto do desenvolvimento sustentável das cidades. Desta forma, foram promovidos e implementados vários estudos e programas, que tiveram como objectivo realizar um acompanhamento ambiental eficaz da Intervenção, ao longo das fases de Programação, Obra e Encerramento e Avaliação.

Na figura seguinte é possível observar um esquema que pretende ilustrar a metodologia aplicada no acompanhamento do Programa Polis em Castelo Branco. No Anexo 5 apresenta-se, sob a forma de *check-list*, uma síntese da informação recolhida junto da Sociedade PolisCastelo Branco e da Parque Expo'98 e que serviu de base para a elaboração desta figura.

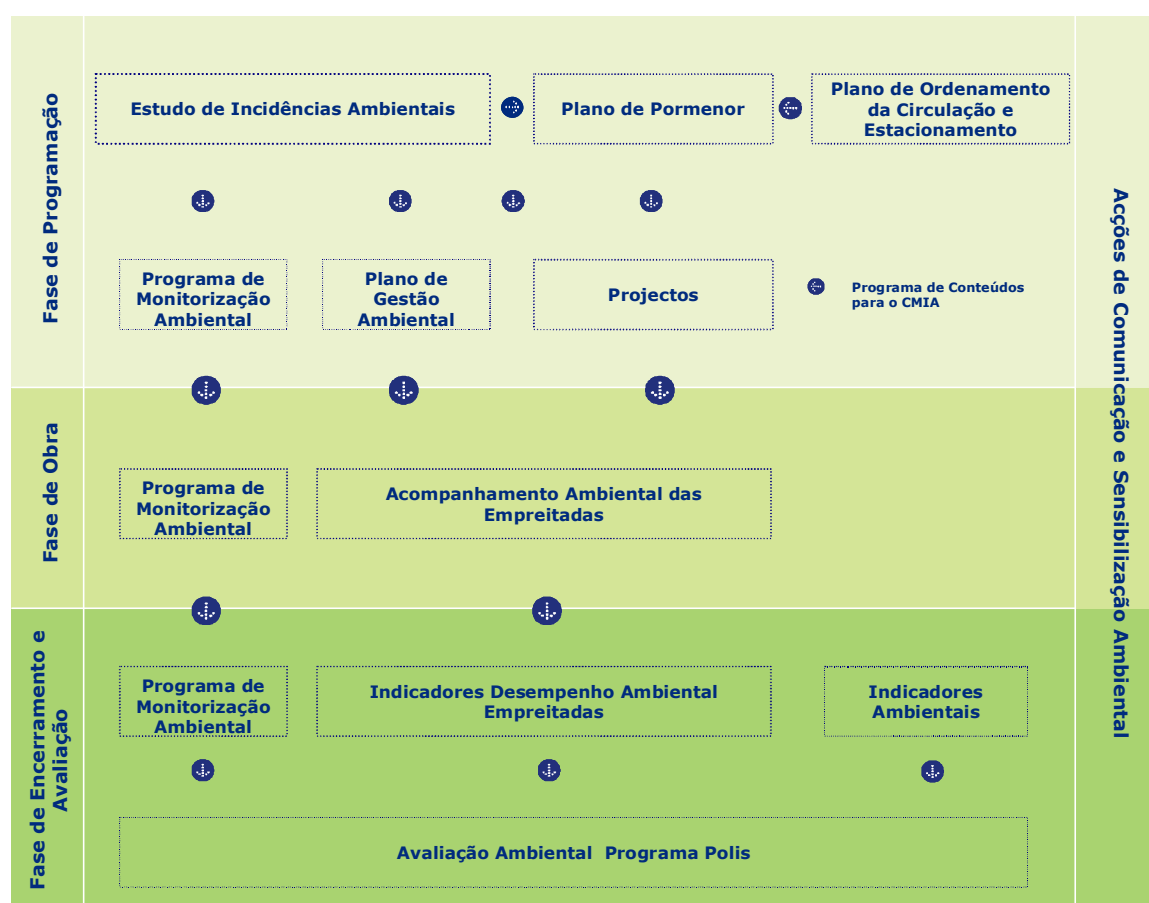


Figura 4-2 – Metodologia aplicada no acompanhamento ambiental do Programa Polis em Castelo Branco

De seguida descreve-se mais detalhadamente a metodologia utilizada em cada uma das fases da intervenção Polis em Castelo Branco.

FASE DE PROGRAMAÇÃO

Partindo do enquadramento dado pelo PE, a metodologia utilizada pela Parque Expo'98, para o acompanhamento e integração da componente ambiental durante a fase de programação consistiu na elaboração dos seguintes documentos ambientais, a par do desenvolvimento do Plano de

Pormenor da Zona Histórica/Devesa, o único instrumento de gestão territorial previsto desenvolver para a implementação deste Programa Polis:

- **Estudo de Incidências Ambientais** (EIncA);
- **Plano de Ordenamento e Circulação do Estacionamento** (POCE).

A elaboração de um EIncA sobre a Zona de Intervenção (ZI) do Programa Polis de Castelo Branco tinha como objecto a análise integrada de todos os projectos incluídos no PE e pretendia identificar antecipadamente os impactes ambientais que potencialmente poderiam vir a ser gerados com a intervenção Polis e propor medidas para a minimização dos impactes negativos, bem como para a potenciação dos impactes positivos previstos.

O POCE tinha como objectivos elaborar um estudo de tráfego que permitisse verificar, entre outros factores, as implicações da constituição dos parques de estacionamento na Zona Histórica e no Centro Cívico, o possível desnivelamento de algumas ruas e a avaliação das necessidades de transportes colectivos na área de intervenção.

Tendo por base a caracterização realizada no EIncA e as directrizes aí definidas, a Parque Expo'98 definiu um **Programa de Monitorização Ambiental** (PMA) para o acompanhamento, ao longo de toda a intervenção, de alguns descritores ambientais, obtendo assim informação actualizada sobre a qualidade ambiental da cidade.

Uma vez que a intervenção em Castelo Branco se desenvolve em meio urbano, assumindo particular relevância a perturbação induzida no quotidiano da população local, o PMA foi desenvolvido por forma a incidir sobre o acompanhamento da Qualidade do Ar, Acústica do Ambiente e Sócio-Economia (esta última através de Estudos de Opinião). Os dois primeiros descritores permitem verificar as alterações induzidas pela intervenção, enquanto o terceiro fornece informação sobre as expectativas e atitudes da população face ao Programa Polis.

Por forma a abranger as diferentes fases de implementação do Programa Polis, o PMA foi concebido com um carácter sequencial, com características distintas, consoante a fase a que se aplica.

Com o objectivo de, por um lado tornar operacionais as medidas de minimização de impactes e as recomendações definidas no EIncA e, por outro, assegurar a sua correcta implementação, a metodologia aplicada pelo GI contemplou a elaboração de um **Plano de Gestão Ambiental** (PGA), com os principais objectivos de:

- garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis;
- minimizar os impactes ambientais decorrentes da fase de obra;
- promover, tanto quanto possível, a redução e reutilização dos resíduos gerados;
- prevenir situações de risco ambiental;
- atribuir responsabilidades às várias entidades intervenientes no processo, através da definição de procedimentos de gestão ambiental.

Este documento foi assim delineado para ser um documento integrador de procedimentos ambientais a implementar no decorrer das obras, destinados a permitir verificar o efectivo cumprimento das medidas de minimização preconizadas e ter um registo coerente e actualizado dos procedimentos ambientais implementados.

Após o desenvolvimento do Plano de Pormenor, a fase de programação do Programa Polis em Castelo Branco avançou para o desenvolvimento dos **projectos** associados à sua implementação. Assim, a metodologia aplicada pelo GI consistiu na integração da informação ambiental recolhida nos cadernos de encargos dos concursos lançados para o desenvolvimento dos projectos. A metodologia passava igualmente pela solicitação de medidas tendentes a melhorar o comportamento térmico dos edifícios, com vista à promoção de economias de energia e de energias alternativas.

No âmbito da criação do CMIA previsto no PE e previamente ao lançamento do concurso para o projecto de execução do edifício, o gestor da intervenção solicitou a elaboração de um “**Programa de Conteúdos para o CMIA**”, onde se definisse a filosofia a aplicar no Centro, as linhas orientadoras a adoptar e os princípios básicos para uma gestão ambiental do mesmo.

Transversais aos procedimentos aplicados para o acompanhamento e integração da componente ambiental, surgem as acções de comunicação e sensibilização ambiental, já previstas no PE e incluídas numa filosofia global associada a todos os Programa Polis que consiste na promoção do envolvimento dos cidadãos e também dos organismos locais, através da participação destes no desenvolvimento dos Programas nas várias cidades.

Durante a fase de programação, a Parque Expo’98 promoveu a realização de várias **acções de comunicação e sensibilização ambiental** repartidas por duas componentes principais: a divulgação e a participação.

Com o objectivo de disponibilizar à população um acesso rápido e directo sobre informação referente à intervenção Polis, foi previsto utilizarem-se diversos meios de divulgação: posto de informação; *Countdown*; boletins informativos; folhetos; comunicados à imprensa, entre outros.

Quanto à componente de participação pública, a metodologia concebida para a sua aplicação previa a participação a dois níveis:

- participação periódica, através da implementação de uma Comissão Local de Acompanhamento do Programa Polis, onde seriam expostas as actividades realizadas pela Sociedade PolisCastelo Branco;
- e participação pontual, pela presença nas sessões de apresentação e discussão pública do Plano de Pormenor.

FASE DE OBRA

A metodologia seguida na fase de obra consistiu no acompanhamento ambiental das empreitadas, no seguimento da aplicação do Programa de Monitorização Ambiental e na elaboração de estudos e/ou documentos ambientais necessários para a execução dos projectos.

Durante a fase de construção o **Programa de Monitorização Ambiental** entrou na sua Fase B – Acompanhamento da Fase de Construção que, tal como o nome indica, teve como principais objectivos o acompanhamento e avaliação dos impactes efectivamente decorrentes das obras associadas às intervenções previstas no Programa Polis. Para tal, foram previstas a realização de campanhas semestrais das componentes Ruído e Qualidade do Ar na ZI do Programa Polis em Castelo Branco e a elaboração de um Estudo de Opinião, sensivelmente a meio da fase de obra,

com o objectivo de avaliar as opiniões e atitudes da população relativamente à implementação física do Programa Polis naquela cidade.

O **acompanhamento ambiental das empreitadas** teve início com a integração do PGA nos concursos lançados pela Sociedade para a contratação de Fiscalização e Empreitadas. Esta medida teve por objectivo contratualizar as responsabilidades, os procedimentos e as acções definidos neste documento.

Durante a execução física das empreitadas e por forma a minimizar a afectação das populações e a potenciar a protecção do ambiente, a metodologia aplicada consistiu na aplicação dos procedimentos indicados no PGA (no que se refere à estrutura de responsabilidades, aos procedimentos de comunicação, à documentação a elaborar, entre outros), bem como na implementação das medidas de minimização/acções definidas para cada um dos intervenientes.

Importa aqui realçar que nas responsabilidades definidas no PGA incluía-se a elaboração de relatórios mensais por parte da Fiscalização e Empreiteiros, com um formato previamente definido, onde deveriam ser indicadas as actividades de obra realizadas e, para cada componente ambiental, os principais processos poluentes, os procedimentos e medidas de minimização adoptadas, bem como impactes ou ocorrências não previstas. Complementarmente, era ainda solicitado que no último relatório mensal fosse entregue uma ficha referente aos indicadores de desempenho ambiental da empreitada que incluíam informações referentes a maquinaria e combustíveis, materiais utilizados na obra, níveis de vibração, património arqueológico encontrado, entre outros, por forma a obter-se informação relativa a um conjunto de indicadores ambientais das empreitadas.

No âmbito da implementação dos vários projectos, a metodologia a aplicar para o acompanhamento ambiental nesta fase previa igualmente a realização de **estudos e/ou documentos ambientais**, caso estes se viessem a revelar necessários.

Relativamente às **acções de comunicação e sensibilização ambiental**, a metodologia desenvolvida para a fase de obra foi igualmente constituída pelas componentes de divulgação e participação. No entanto, dadas as características desta fase, a componente de divulgação foi naturalmente a que desempenhou um papel mais relevante, tendo as acções desenvolvidas tido objectivos específicos de sensibilização e informação relativamente ao decurso das obras por forma a, tanto quanto possível, minimizar inevitáveis alterações aos hábitos da população de Castelo Branco.

Para a divulgação da informação geral previu-se a realização de acções específicas dirigidas a dois públicos-alvo: a população em geral e os comerciantes localizados na zona de intervenção do Programa Polis em Castelo Branco.

Para a população em geral, as acções seriam centradas na divulgação da informação relativa às várias empreitadas em curso, permitindo o acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos. Especificamente para os comerciantes localizados em zonas de forte impacto e que sofreriam as inevitáveis consequências relacionadas com alterações viárias temporárias previstas no âmbito do desenvolvimento do projecto, a metodologia consistia na aplicação de várias acções que, de alguma forma, tentassem compensar os incómodos causados pelas obras.

FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Para a fase de encerramento do Programa Polis em Castelo Branco, a metodologia a aplicar prevê a conclusão do programa de monitorização ambiental de estado e a avaliação da eficácia, em termos de qualidade ambiental, da Intervenção implementada.

Está assim prevista a realização de uma campanha de **monitorização ambiental** a todas as componentes consideradas (qualidade do ar, ruído e estudos de opinião) que terá como objectivo a avaliação da eficácia, em termos de qualidade ambiental, das intervenções implementadas no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco.

Após a implementação de todos os projectos e da síntese de toda a informação recolhida durante as fases de programação e obra, está prevista a realização da **avaliação ambiental** da intervenção, quer através dos indicadores previstos no Plano Estratégico, que se referem aos domínios ambiental e sócio-económico, quer através dos indicadores de desempenho operacional, que permitirão avaliar o desempenho ambiental das empreitadas.

Relativamente às **acções de comunicação e sensibilização ambiental**, para a fase de encerramento, a metodologia prevista aplicar consiste na realização de sessões inaugurais, que já se têm vindo a realizar com o término das empreitadas. Está igualmente previsto a edição de uma publicação sobre as obras realizadas no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco.

Com a conclusão da intervenção Polis em Castelo Branco, está previsto que toda a informação referente ao acompanhamento ambiental realizado seja transmitida ao CMIA. Esta informação será a “memória” do que foi o Programa Polis e do acompanhamento realizado.

4.3 | VILA REAL

Vila Real é uma cidade com um património arqueológico e arquitectónico de valor significativo, uma forma urbana que no seu centro é facilmente reconhecível e apropriável e um enquadramento paisagístico marcado pelos dois vales do Corgo e do Cabril, antigamente limites da cidade, hoje elementos naturais da própria urbe.

Para valorizar estes bens públicos, as apostas para a cidade de Vila Real, a concretizar através do Programa Polis são fundamentalmente três: reforçar a coesão urbana; valorizar a componente ambiental-urbana e criar uma cidade a duas cotas.

Para esta cidade, a implementação do Programa Polis corresponde também à concretização das ambições da Autarquia e da própria cidade de Vila Real, tendo aberto a possibilidade de acelerar no tempo a materialização de projectos autárquicos já existentes. (**url**: <http://www.polisvilareal.pt>, Abril de 2005))

4.3.1 | CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Com raízes romanas, a povoação de Vila Real foi fundada em 1289, tendo D. Dinis escolhido o lugar - um esporão rochoso, inacessível, delimitado pelas ravinas vertiginosas dos rios Corgo e Cabril, lugar este que continua hoje a chamar-se Vila Velha. A difícil acessibilidade, a escassez de

água e outros factores relacionados com a insegurança de pessoas e bens não favoreceram a sua colonização e durante todo o século XV a Vila Velha foi-se despovoando.

Enquanto isto, no planalto confinante a Norte crescia a Vila Nova que, a partir de século XVI acelera o seu desenvolvimento. Em 1688 nasce uma nova sensibilidade para os espaços exteriores e procede-se à execução de grandes obras urbanísticas (Adro de S. Pedro, Chafariz de D. João V e o Passeio Público da Carreira). Nos anos seguintes acelera-se a construção de pontes e estradas com o intuito de quebrar o isolamento da cidade. No século XIX é já notória a centralidade de Vila Real como sede administrativa de um vasto concelho, destacando-se pela coerência da sua estrutura, coesão e delimitação do tecido urbano, independência do espaço rural envolvente e concentração funcional.

A expansão urbana processa-se no entanto com alguma lentidão para Norte e para nascente e só o acesso ferroviário (1906) e a construção da nova ponte metálica sobre o Corgo (1904) acentuam um novo desenvolvimento. A vila torna-se cidade em 1925 e, nos anos seguintes, prosseguem os melhoramentos urbanos e a afirmação cosmopolita da cidade. Em 1950 é desenvolvido um Ante-Plano de Urbanização. No entanto, com a expansão urbana a partir dos anos 70, este torna-se desadequado, o que leva o município em 1980 a iniciar um esforço no sentido do planeamento para o desenvolvimento futuro da cidade.

A malha urbana mais antiga de Vila Real é de leitura perceptível no contexto geral da cidade, porém o aumento dos índices volumétricos, provenientes da expansão que a localização da Universidade lhe conferiu nos anos 80, destruiu em parte a integração da cidade numa paisagem de orografia acidentada. A coesão urbana que existia no centro mais antigo e nas expansões ocorridas em meados deste século perdeu-se, relacionando-se estes apenas com os eixos viários.

Actualmente, Vila Real insere-se numa região de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) que se constitui como um território em regressão demográfica e estagnação económica. Em todo o TMAD apenas Vila Real possui uma dinâmica demográfica positiva. O “peso histórico” (e administrativo) de capital de Distrito associado à presença da Universidade (8.000 alunos) e a uma dinâmica económica recente no domínio do comércio e dos serviços (a que não é alheia a boa acessibilidade à Área Metropolitana da Porto), tem permitido a Vila Real diferenciar-se do contexto regressivo de TMAD, garantindo-lhe uma posição de grande importância no desenvolvimento do seu território de proximidade e mesmo de toda a região.

É neste enquadramento que é aprovado o Plano Director Municipal (1993), elaborado o Plano Estratégico para o Eixo Urbano Vila Real / Régua / Lamego (1995), desenvolvidas as intenções do Plano Corgo para a intervenção nos vales dos rios Corgo e Cabril na cidade de Vila Real e iniciados os estudos dos Planos de Pormenor para a Antiga Zona Industrial e zona de Tourinhas, bem como as intenções para o Parque D’Além Rio. Neste enquadramento é ainda desenvolvido um Estudo de Transportes Colectivos para a cidade de Vila Real.

Desta forma, Vila Real, através de fundos próprios (em parceria com privados) e particularmente com o apoio de fundos comunitários, tem vindo a desenvolver uma estratégia centrada na qualificação do espaço urbano (p.ex. a pedonalização de ruas no Centro Histórico e o arranjo da Avenida 1º de Maio) e na reabilitação ambiental da cidade (p.ex. a despoluição dos rios Corgo e Cabril e aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos).

Assim, aquando do lançamento do Programa Polis, Vila Real possuía já um conjunto de acções concretizadas e em curso e de projectos de valorização urbana e ambiental que apresentou preliminarmente e que davam garantias da possibilidade alargada de sucesso de um pacote integrado e mais vasto de investimentos neste domínio.

Para que a cidade cumpra o seu papel motor do desenvolvimento, tem que criar condições de qualidade urbana e ambiental que passam pela sua renovação e requalificação, por forma a aumentar a qualidade de vida dos seus moradores, o potencial de atracção de quadros qualificados e o seu papel de plataforma turística para todo o Douro. Desta forma, a natureza das intervenções propostas por Vila Real ao Programa Polis, que levaram à sua inclusão na Linha 1 da Componente 1, visavam:

- uma forte aposta na recuperação de valores ambientais e patrimoniais urbanos;
- uma complementaridade com outros investimentos - nomeadamente de outros sectores - mas onde fosse visível a importância do ambiente como eixo da recuperação urbana;
- uma vontade expressa de investimento em espaço público, virada para os valores de cidadania e de renovação de vivências urbanas;
- o redimensionamento da escala humana da cidade, privilegiando as deslocações pedonais;
- a realização de obras emblemáticas com valor demonstrativo de construção de um novo conceito de cidade.

4.3.2 | PROGRAMA POLIS EM VILA REAL

O PE da intervenção Polis em Vila Real foi elaborado na sequência do Protocolo firmado entre o ex-MAOT e a Câmara Municipal de Vila Real (CMVR). Neste Plano consolida-se a “ideia” da intervenção e os objectivos que a integram, delimita-se a área objecto de intervenção, elencam-se e descrevem-se as acções e projectos que a compõem e definem-se as fontes de financiamento mais adequadas, tendo em conta a matriz de critérios de elegibilidade dos diversos programas do III QCA.

A intervenção Polis em Vila Real tem uma Zona de Intervenção de 181 ha, abrangendo o Centro Histórico, a Vila Velha, o Bairro dos Ferreiros, os vales do rios Corgo e Cabril e o Parque da Cidade. Com um investimento previsto de 37,4 milhões de Eur + IVA, era inicialmente esperado que a intervenção se realizasse entre Setembro de 2000 e Março de 2004. (MAOT 2000b)

Objectivos da Intervenção

A intervenção Polis na cidade visa a prossecução de quatro objectivos, que se considerou contribuir para a colocação emblemática desta cidade entre as Cidades Verdes, Intergeracionais e do Conhecimento e, sobretudo, contribuir para a afirmação de Vila Real no contexto regional. (MAOT 2000b)

O primeiro objectivo visa resolver um conjunto de situações de conflito ou suprimir deficiências estruturais fundamentais ao nível das acessibilidades e dos sistemas de circulação na cidade. A

criação de novos eixos de interligação entre núcleos vitais da cidade reflectir-se-á numa maior interactividade funcional e social. Estas intervenções contribuirão para criar as condições básicas ambientais para a valorização e reabilitação da cidade e incidem sobre os sistemas fundamentais de circulação, viário e pedonal.

A necessidade de aumentar a oferta de estacionamento no Centro Histórico é outra componente fundamental no domínio dos fluxos urbanos, permitindo alargar o espaço pedonal. No domínio da circulação equacionou-se a construção de um teleférico sobre o vale do Corgo a ligar o centro e a Universidade, para colocar o Centro Histórico em pé de igualdade – do ponto de vista do acesso – com outras zonas de expansão urbana.

A recuperação da ponte metálica, em termos de iluminação pública, drenagem de águas pluviais e largura de passeios, assim como a construção de um elevador panorâmico de ligação entre o Centro Histórico e o vale encaixado do Corgo, na Zona Natural, foram ainda intervenções previstas no domínio da interligação entre diferentes pólos de desenvolvimento da cidade.

O segundo objectivo é a valorização das estruturas ecológicas inseridas na urbe. A presença dos vales dos rios Corgo e Cabril, que condiciona a construção, a sua importância ecológica e a necessidade de reabilitar e integrar este espaço na cidade foram as premissas de base para a definição de um conjunto de projectos. O PE propõe assim a construção de dois parques: o Parque do Corgo, que se desenvolve ao nível dos vales e o Parque da Cidade, que se desenvolve à cota da cidade urbana. Estes dois parques constituem uma estrutura única e funcionalmente desempenham funções urbanas complementares e distintas.

A despoluição do rio Corgo e o tratamento dos seus vales é também da maior importância para garantir a qualidade ambiental de todo o Parque do Corgo. O Parque da Cidade, que se desenvolve à mesma cota da cidade, ao longo de um afluente do rio Corgo, deverá constituir-se como uma referência urbanística, elemento estruturante da futura cidade. O Parque a construir deverá responder às necessidades futuras da cidade em termos funcionais.

O terceiro objectivo passa pela requalificação do espaço público. Concretizar-se-á no Centro Histórico, na Vila Velha e no Bairro de Ferreiros. Trata-se de renovar infra-estruturas urbanas, passeios, arruamentos e praças, tornando mais acessível a circulação para a população e criando oportunidades de introduzir novos acontecimentos urbanos.

Complementarmente, deverá intervir-se nas “caves” de alguns edifícios que prejudicam o equilíbrio e a paisagem urbana, reformulando os seus usos e a sua forma exterior, de forma a minimizar o seu impacto visual negativo. Deverão ainda concluir-se os Planos de Pormenor da Antiga Zona Industrial e da zona de Tourinhas, garantindo as condições básicas de intervenções urbanas que promovam a integração de espaços e equipamentos, tais como a Biblioteca e o Parque da Cidade.

O quarto e último objectivo estratégico é o da valorização da imagem urbana. Neste contexto, a iluminação do promontório constituído pela Vila Velha e a valorização da antiga muralha são projectos a equacionar neste Programa e em fases subsequentes, como forma de atribuir uma imagem a Vila Real consentânea com o seu passado.

Modelo de Gestão e Equipa Técnica

A entidade executante deste Programa Polis é a Sociedade PolisVila Real que, de acordo com o DL n.º 265/2000 de 18 de Outubro, tem por objecto a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção de Vila Real, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, bem como o desenvolvimento de acções estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção.

Esta Sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos, tem autonomia jurídica e é constituída com a participação maioritária do Estado (60%) e participação da Câmara Municipal de Vila Real (40%). O Presidente do Conselho de Administração, à data da elaboração da tese, não estava nomeado. No entanto, estas funções foram anteriormente desempenhadas pelo vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRn). Os dois vogais são constituídos por um técnico superior da Câmara Municipal e pelo Director do Gabinete de Apoio Técnico.

A direcção e coordenação geral da intervenção em Vila Real foi realizada pela empresa DHVFBO - Consultores SA, mandatada para tal pela Sociedade PolisVila Real, após selecção em concurso público. Assim, a equipa técnica do Programa Polis em Vila Real era composta por elementos pertencentes à Sociedade (director executivo e funcionários administrativos) e por elementos da equipa do Gestor da Intervenção, que se dividiam em directores, técnicos locais e apoios administrativos. Naturalmente, o Gestor da Intervenção contava também com o apoio da sua sede.

Quadro 4-5 – Equipa técnica associada ao Programa Polis em Vila Real

EQUIPA DA SOCIEDADE POLISVILA REAL	EQUIPA DO GESTOR DA INTERVENÇÃO
1 Director Executivo	Director
3 Apoios Administrativos	Sub-Director
	2 Técnicos Locais (de apoio à engenharia e arquitectura)
	Apoio Administrativo
	Apoio da sede da FBO

Caracterização da Intervenção

Estudos de Caracterização

Para o desenvolvimento dos planos e projectos propostos para a Zona de Intervenção do Programa Polis, o Plano Estratégico identificava a necessidade de executar um conjunto de elementos de base para servir de suporte à sua concretização.

Entre estes previa-se a elaboração de um Estudo Ambiental, por forma a identificar as variáveis e os descritores ambientais presentes, servir de base à monitorização preconizada para os rios Corgo e Cabril e, desde o início, produzir recomendações a integrar nos planos e projectos a desenvolver. Era igualmente prevista a realização de monitorização ambiental que se deveria iniciar no momento zero e acompanhar os projectos e obras.

Planos de Pormenor, Projectos e Obras

Os Planos de Pormenor (PP) a executar foram definidos tendo por base o PDM, as características das diferentes áreas e a respectiva programação espacial e temporal das obras a executar. Nos Anexos 6 e 7, respectivamente, apresenta-se um quadro que descreve detalhadamente os seis PP, os seus objectivos e os projectos e obras associadas, definidos no Plano Estratégico, bem como uma planta de identificação dos Estudos e Projectos do Programa Polis de Vila Real.

De acordo com o PE, as intervenções que são transversais aos PP, ou seja, que contribuem para a coesão espacial e funcional de toda a área de intervenção foram consideradas Projectos e Obras Especiais. Nela se incluíram o Teleférico e o CMIA. Para este centro, cujo objectivo seria ter, por um lado, um objectivo da divulgação dos valores ambientais presentes e, por outro lado, uma função mais técnica de monitorização contínua de diversos descritores ambientais, o PE previa a elaboração de um programa funcional e do percurso associado e a elaboração dos projectos de execução, nomeadamente de recuperação do edifício adjacente ao rio localizado no Bairro de Ferreiros, de acordo com o programa funcional definido, e das respectivas infra-estruturas.

Outros Investimentos Públicos e/ou Privados

Embora não directamente incluídos no âmbito do Programa Polis, mas com ele intimamente relacionados por se localizarem na zona de intervenção e por esse motivo necessariamente objecto de uma coordenação e gestão integrada dos respectivos projectos e obras, encontrava-se previsto no PE um conjunto de acções no espaço público e a recuperação de um conjunto de edifícios e equipamentos, nomeadamente:

- | | |
|---|--|
| ▪ Túnel das Boxers | ▪ Biblioteca |
| ▪ ETAR | ▪ Quinta do Granjo |
| ▪ Conservatório Regional de Música | ▪ Casa das Artes (concepção/construção); |
| ▪ Alargamento da ponte metálica | ▪ Regeneração de edifícios da Vila Velha |
| ▪ Infraestruturação referente ao PP da Antiga Zona Industrial | ▪ Infraestruturação referente ao PP de Tourinhas |
| ▪ Recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos (instalação de Ecopontos) | ▪ Regularização e limpeza das linhas de água. |
| ▪ Reabilitação de 167 habitações no Bairro de Ferreiros | |

Acções Minimizadoras do Impacto das Obras

No que se refere às acções minimizadoras do impacto de obras e à semelhança do previsto no PE do Programa Polis de Castelo Branco, também o PE de Vila Real propunha várias acções, dirigidas aos segmentos alvo mais atingidos, nomeadamente à população em geral e aos Comerciantes/Comércio tradicional (grupo alvo atingido pela intervenção a efectuar no Centro Histórico de Vila Real).

No que diz respeito à população em geral, as acções a desenvolver tinham como objectivos específicos a sensibilização e informação no decorrer das obras, bem como propostas de eventuais trajectos alternativos de circulação, com o objectivo de, tanto quanto possível, minimizar inevitáveis alterações aos hábitos da população de Vila Real. Relativamente ao

comerciantes/comércio tradicional, localizados em zonas de forte impacto, serão criadas acções que de alguma forma compensem os incómodos causados pelas obras. No quadro seguinte indicam-se algumas das acções previstas executar.

Quadro 4-6 - Acções Minimizadoras dos impactos das obras previstas no PE do Programa Polis de Vila Real

POPULAÇÃO EM GERAL	COMERCIANTES/COMÉRCIO TRADICIONAL
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do Posto de Informação Polis ▪ Edição de um boletim informativo com periodicidade regular, para distribuição num meio de comunicação social local e estará disponível no Posto de Informação ▪ Criação de um site informativo e instalação de quiosques multimédia localizados em pontos da cidade de grande circulação ▪ Colocação e decoração de tapumes de obras que minimizem o ruído e o impacto visual 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Brigadas de limpeza Polis – constituição de equipas Polis que circulam junto do comércio tradicional que seja afectado pelas obras, limpando as montras dos estabelecimentos ▪ Desenvolvimento de acções de animação no Centro Histórico que atraiam a população em geral, minimizando o impacto das obras nos comerciantes

Fonte: MAOT (2000b)

Acções de Sensibilização Ambiental e Comunicação

As acções de comunicação terão por objectivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção do Programa Polis em Vila Real. Neste sentido, o PE indicava que se pretendia não só dar a conhecer as alterações a realizar no espaço urbano, mas desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

As acções de comunicação visarão os seguintes "grupos-alvo": População em geral; Comerciantes/Habitantes das zonas com maior impacto e Escolas/Estabelecimentos de ensino superior/Jovens. O PE indicava assim que a implementação das várias acções procuraria as melhores oportunidades do ponto de vista demonstrativo e educativo ambiental, estabelecendo sempre que possível pontos de ligação entre o desenvolvimento dos trabalhos e a sua compatibilização com os hábitos culturais, as feiras e festas tradicionais de Vila Real.

Esta estratégia de comunicação deveria tirar o máximo partido dos recursos locais, no que respeita aos órgãos de comunicação social, aos estabelecimentos de ensino superior, às escolas e às instituições culturais e recreativas, promovendo e incentivando a sua participação nas acções de sensibilização ambiental a desenvolver. Eram destacadas as seguintes iniciativas:

- Passeios Polis – que dariam a conhecer a realidade da cidade e os projectos Polis, reforçando o mote da intervenção de Vila Real – Vila Velha, o Centro Histórico, o Parque do Corgo, o Bairro de Ferreiros, o Parque da Cidade e as restantes intervenções;
- Concursos escolares – destinados a incentivar as crianças e escolas a pensar no futuro da sua cidade. Trata-se de concursos de trabalhos plásticos, composições e investigação sobre a cidade de Vila Real e as mutações que está a sofrer durante o decorrer dos trabalhos de intervenção.

O CMIA foi ainda considerado como um legado importante, prevendo-se que reúna e interprete a informação resultante do acompanhamento ambiental das várias fases de desenvolvimento e

implementação do projecto de requalificação ambiental. O CMIA servirá ainda de pólo dinamizador de iniciativas várias no domínio da sensibilização ambiental, como forma de procurar um maior envolvimento do público no projecto de requalificação ambiental a implementar.

Avaliação Preliminar dos Efeitos Esperados da Intervenção

Era previsto no Plano Estratégico que, durante a intervenção Polis, não só através de investimentos por esta financiados mas também por outros liderados directamente pela CMVR (por exemplo a ETAR), um conjunto de indicadores ambientais e outros de cariz sócio-económico e cultural fossem afectados positivamente.

No que se refere aos indicadores ambientais destaca-se:

- a extensão de percursos urbanos pedonalizados;
- a extensão de percursos naturais pedonalizados;
- a criação de estacionamento subterrâneo;
- aumento de área verde utilizável;
- a execução de um CMIA;
- a execução de seis Planos de Pormenor.

Os indicadores sócio-económico e culturais que se prevê virem a sofrer variações positivas são:

- qualificação da estrutura comercial e de serviços;
- atracção de quadros superiores qualificados;
- geração de iniciativas empresariais;
- criação de equipamentos culturais para a população (Biblioteca, Conservatório, Casa das Artes);
- criação de emprego no domínio do ambiente;
- melhoria das condições de mobilidade interna.

No quadro seguinte apresentam-se os valores dos indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Vila Real e publicados numa edição do MAOT, de 2002, "*Programa POLIS – POLIS em números*".

Quadro 4-7 – Indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Vila Real

INDICADORES AMBIENTAIS	PREVISTO
Instrumentos de gestão territorial	6
Criação e beneficiação de parques e áreas verdes	1 094 500 m ²
Criação e requalificação de espaço público	39 525 m ²
Requalificação de Frentes de Rio	5 100 m
Construção de Passadiços Pedonais	9
Ciclovias criadas	Na

Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	1 200 m ²
Criação de Novos Percursos Pedonais	7 550 m
Estacionamento Dissuasor	500 lugares
Demolições para requalificação urbana	Nq
Criação de um CMIA	1

Fonte: MAOT 2002

Ponto de Situação do Programa Polis de Vila Real

De acordo com o DL n.º 265/2000, estava previsto que a Sociedade PolisVila Real durasse até Junho de 2004, tendo sido posteriormente prolongada até Setembro de 2005. Actualmente (Outubro de 2005) encontra-se em fase de liquidação.

Até Setembro de 2005, tinha sido já concretizado cerca de 85% da intervenção física e 75% da intervenção financeira em Vila Real. Dos projectos previstos concretizar não foram realizados o elevador panorâmico, nem o parque de estacionamento previsto para o Pioledo, ambos devido a um parecer desfavorável da população durante a consulta pública.

Relativamente à implementação do Programa Polis, de acordo com as informações transmitidas pela Sociedade PolisVilaReal, em Outubro de 2005 encontravam-se em curso as empreitadas do Espaço Público, arruamentos e infraestruturas da Vila Velha e do CMIA, tendo sido já concluídas as empreitadas de Beneficiação e Requalificação do Largo do Pioledo, da Avª da Noruega, do Espaço Público do Bairro dos Ferreiros e as empreitadas das zonas naturais e urbanas do Parque do Corgo. (ver Anexo 8 - Planta de Simulação da Ocupação Final do Programa Polis de Vila Real).

Os projectos de beneficiação e requalificação de um lote de arruamentos no Centro Histórico, da Avª Carvalho de Araújo e o Centro Interpretativo Arqueológico e o Parque da Cidade não serão implementados, devido a restrições várias.

Relativamente aos projectos referentes a outros investimentos, que não são da responsabilidade da Sociedade PolisVila Real, apenas não foi executada a regeneração da Vila Velha, a regularização e limpeza das linhas de água, a Quinta do Granjo, a reabilitação de habitações no Bairro dos Ferreiros e as infraestruturas nos Planos de Pormenor de Tourinhas e da Antiga Zona Industrial.

4.3.3 | ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL

O acompanhamento e integração da componente ambiental do Programa Polis em Vila Real tem como actores a empresa FBO Consultores S.A. (FBO), na qualidade de GI e a Sociedade PolisVila Real, que promoveu as acções de comunicação e sensibilização ambiental.

As acções realizadas tiveram por base não só o previsto no PE do Programa Polis de Vila Real, como também se apoiaram na experiência do GI em trabalhos semelhantes, embora de menor dimensão. Na figura seguinte apresenta-se a metodologia seguida no acompanhamento ambiental deste Programa Polis. No Anexo 9 apresenta-se, sob a forma de *check-list*, a síntese da informação recolhida junto da Sociedade PolisVila Real e da FBO, que serviu de base para a realização desta tese.

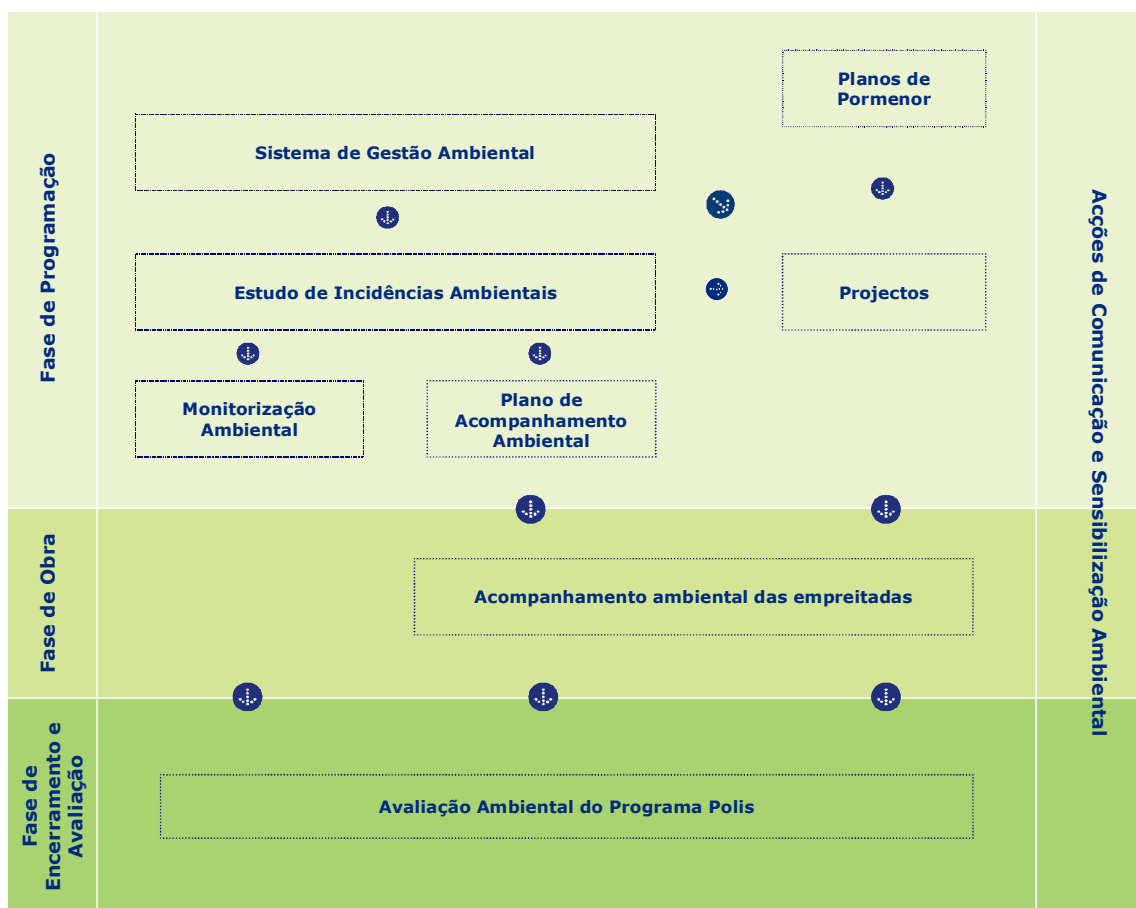


Figura 4-3 - Metodologia aplicada no acompanhamento ambiental do Programa Polis em Vila Real

Fase de Programação

A Sociedade PolisVila Real teve, desde início, a intenção de cumprir e demonstrar um elevado grau de desempenho ambiental nas intervenções a executar. Neste âmbito, a metodologia aplicada para a integração e o acompanhamento ambiental durante a fase de programação passou pela aprovação de um Sistema Integrado de Qualidade, que incluía um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

No entanto, é necessário salientar que os **Planos de Pormenor** foram elaborados logo no início da intervenção e ainda antes da implementação do SGA, pelo que no desenvolvimento destes instrumentos de gestão territorial não foi incluída a informação ambiental de caracterização da situação existente, que viria apenas a ser posteriormente recolhida.

A adopção de um **Sistema de Gestão Ambiental** para as intervenções a executar no âmbito do Programa Polis de Vila Real destinou-se a materializar a Política Ambiental da Sociedade Gestora, designadamente:

- assegurar o enquadramento ambiental das intervenções previstas, tendo por base os estudos de impacte ambiental ou de incidências que viessem a ser elaborados para as intervenções previstas;
- promover a melhoria contínua no desempenho ambiental de cada acção ou projecto;
- garantir a aplicação da legislação ambiental em vigor.

O SGA tem uma estrutura baseada na Norma ISO 14 001²², incluindo a sua organização, o planeamento das várias actividades objecto de controlo, a atribuição de responsabilidades e a definição de procedimentos de gestão ambiental. Os principais objectivos deste documento são:

- garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis;
- minimizar os impactes ambientais decorrentes das obras;
- racionalizar a gestão de recursos naturais e energéticos promovendo, tanto quanto possível, a redução e reutilização dos resíduos gerados;
- atribuir responsabilidades de concretização e verificação às várias entidades intervenientes no processo, através da definição de procedimentos de gestão ambiental.
- prevenir situações de risco ambiental.

Em termos temporais, o SGA foi desenvolvido para abranger a fase de programação e a de execução de trabalhos (fase de obra). Para a fase de programação o SGA previa a execução de um EInCA ao Programa Polis de Vila Real e, caso fosse necessário, a realização de Estudos de Impacte Ambiental aos projectos. As recomendações constantes dos estudos ambientais desenvolvidos deveriam depois ser incluídas nos cadernos de encargos dos concursos a lançar para o desenvolvimento dos projectos.

O SGA previa igualmente a realização de auditorias e revisões a implementar por parte do GI. As auditorias periódicas ao SGA teriam como objectivo determinar se o PGA estaria a ser devidamente cumprido, identificando eventuais não conformidades na execução de procedimentos ou na implementação de medidas de minimização, devendo estas ser posteriormente analisadas e estabelecidas acções correctivas.

Após a implementação do SGA, a Sociedade promoveu a realização de um **Estudo de Incidências Ambientais** em toda a Zona de Intervenção do Programa Polis em Vila Real, com os objectivos de identificar as incidências ambientais do Programa Polis, tanto na fase de construção, como na fase de exploração e propor um conjunto de medidas minimizadoras dos impactes negativos.

Além da monitorização ambiental realizada no âmbito do EInCA e que abrangeu as componentes do Ruído e Qualidade do Ar, foi promovido pela Sociedade PolisVila Real e pelo GI um **estudo de monitorização ambiental** aos rios Corgo e Cabril na zona de intervenção do Programa Polis de Vila Real. Este estudo teve como objectivo a caracterização da área de intervenção do ponto de vista ambiental, de modo a obter-se a análise da situação inicial, para permitir aquilatar os efeitos da Intervenção do Programa Polis, e introduzir medidas correctivas.

Com o enquadramento dado pelo EInCA, o GI elaborou um **Plano de Acompanhamento Ambiental** (PAA) que reúne um conjunto significativo de medidas de minimização dos impactes ambientais inerentes à fase de obra do Programa Polis. Os objectivos na elaboração deste documento foi o de permitir ao Dono de Obra efectuar o acompanhamento ambiental da

²² Norma NP EN ISO 14 001:2004 – Baseada no ciclo da melhoria contínua, especifica os requisitos mais importantes para identificar, controlar, e monitorizar os aspectos ambientais de uma Organização bem como para gerir e melhorar todo os seus sistema de gestão.

intervenção de forma informada, salvaguardando o cumprimento da legislação aplicável em vigor e também desenvolver uma ferramenta para todas as partes envolvidas na intervenção Polis em Vila Real, nomeadamente através da integração deste documento nos cadernos de encargos das empreitadas lançadas a concurso, de modo a que os concorrentes tivessem conhecimento integral das suas obrigações na área ambiental.

Este Plano define ainda que o Gestor da Intervenção pode desencadear, por iniciativa própria, ou por intermédio da Fiscalização, um processo de auditoria ambiental à intervenção para verificar o cumprimento de todas as recomendações efectuadas no presente documento, quando aplicáveis.

Após o desenvolvimento dos Planos de Pormenor foram promovidos os concursos para a elaboração dos **projectos** associados ao Programa Polis em Vila Real. Assim, tendo por base a informação ambiental recolhida e a natureza das intervenções a realizar e, tal como indicado no SGA, o GI especificou para cada projecto os impactes a acautelar e as medidas de minimização a respeitar, para além das medidas necessárias ao cumprimento da legislação ambiental aplicável. Estes elementos foram assim integrados nos cadernos de encargos dos respectivos concursos.

Tal como realizado em Castelo Branco, também em Vila Real se desenvolveu e aplicou uma metodologia específica para a implementação de **acções de comunicação e sensibilização ambiental** ao longo de toda a intervenção que, seguindo a filosofia Polis, integraram as componentes de divulgação e participação.

As acções referentes à divulgação de informação foram concebidas com o objectivo de dar a conhecer ao público os aspectos mais marcantes da requalificação ambiental associada ao Programa Polis de Vila Real.

No que se refere à componente de Participação, também em Vila Real foi prevista a formação de uma Comissão Local de Acompanhamento (CLA), logo desde o início da intervenção, para a participação periódica da população, exposição das actividades realizadas pela Sociedade PolisVila Real e realização de sessões de apresentação e discussão pública dos Planos de Pormenor e dos projectos.

Fase de Obra

A realização de um tão importante conjunto de obras em zonas tão sensíveis como a grande parte daquelas incluídas na zona de intervenção do Programa Polis em Vila Real implica, inevitavelmente, impactes negativos ao nível das condições de circulação e utilização do espaço público e da qualidade do ambiente natural e urbano.

Genericamente, o SGA da Sociedade PolisVila Real identificou que os principais impactes negativos decorrentes da execução das empreitadas iriam encontrar-se relacionados com os seguintes aspectos:

- águas residuais produzidas e meio(s) receptor(es);
- emissões atmosféricas;
- níveis sonoros;
- gestão dos resíduos produzidos;

- contaminação de solos e de águas subterrâneas;
- interferência na qualidade de vida das populações.

Sendo assim, durante a fase de obra, a metodologia utilizada para a minimização destes impactes centrou-se no **acompanhamento ambiental das empreitadas** de construção dos vários projectos a implementar sendo, neste aspecto, muito similar à utilizada na intervenção Polis em Castelo Branco.

Durante a fase de concurso, e de acordo com o definido no SGA e no PAA, o Gestor da Intervenção incorporou nos cadernos de encargos e nos programas de concurso para a contratação da Fiscalização e das Empreitadas, um conjunto de cláusulas e medidas minimizadoras a implementar. Com a aplicação deste procedimento foi considerado que seria possível contemplar no planeamento as medidas de minimização adequadas às obras em causa, evitando e/ou prevenindo a ocorrência de impactes ambientais negativos nos locais a afectar.

Foi assim solicitado que a Fiscalização nomeasse um responsável ambiental com formação técnica adequada ao acompanhamento ambiental das empreitadas e que este elaborasse um Manual de Ambiente para a fiscalização de empreitadas que, além de traçar os objectivos e descrever a organização e meios intervenientes no processo deveria igualmente conter as normas e regulamentação específica a observar.

No que se refere aos Empreiteiros, os concorrentes foram impelidos a apresentar uma Nota Técnica que demonstrasse a capacidade para realizar a obra, empregando técnicas de gestão ambiental baseadas na ISO 14 001 e na legislação aplicável, bem como o percurso seguido pela empresa na implementação de Sistemas de Gestão Ambiental. A

Para a fase de execução das empreitadas, estava previsto no SGA a criação de uma Comissão de Acompanhamento Ambiental da Obra, composta por um elemento do GI, o responsável pelo acompanhamento ambiental da Fiscalização e o responsável ambiental do Empreiteiro conjuntamente com o Director de Obra. Esta Comissão deveria reunir-se semanalmente com os objectivos de promover as boas práticas ambientais em todas as fases da obra, abordar, discutir e deliberar sobre as questões ambientais relacionadas com a obra, apoiar o Responsável Ambiental do Empreiteiro na implementação do PGA na obra e introduzir as alterações que se mostrassem necessárias para o aperfeiçoamento do PGA.

De acordo com o SGA, em cada empreitada deveria ser criado um sistema de avaliação do estado de implementação das medidas de minimização propostas no PGA, que seria concretizado através dos relatórios de progresso mensais elaborados pelo Responsável Ambiental do Empreiteiro, para apreciação da Fiscalização, nos quais deveriam constar: as medidas de minimização implementadas e as dificuldades sentidas na sua aplicação; as medidas não aplicadas e as razões que levaram a tal situação; outros problemas resultantes do decorrer da obra, que não foram previamente identificados e as acções adequadas à sua resolução, entre outros.

Com base nestes relatórios a Fiscalização deveria emitir mensalmente um relatório escrito que traduzisse o desempenho ambiental da empreitada em causa. Posteriormente, o Gestor da Intervenção incluiria todas as informações ambientais nos seus relatórios mensais, para entrega à Sociedade PolisVila Real.

No que se refere às **acções de comunicação e sensibilização ambiental**, para a fase de obra estavam previstas acções dirigidas à população em geral e aos comerciantes do centro histórico atingidos directamente pela intervenção a realizar em Vila Real, divisíveis em acções de divulgação de informação e acções de participação.

Os meios de divulgação previstos utilizar foram o Posto de Informação, o Site Polis, o *Countdown*, e a elaboração de prospectos e comunicados locais. A participação pública durante a fase de obra foi prevista realizar-se através da Comissão Local de Acompanhamento.

Fase de Encerramento e Avaliação

De acordo com o estabelecido no SGA, o Gestor da Intervenção previa, para a fase de encerramento e avaliação, a aferição da “*performance*” ambiental da intervenção, relativamente aos objectivos ambientais e metas fixadas neste documento, bem como a avaliação dos efeitos esperados da intervenção com base nos indicadores presentes no Plano Estratégico.

Para esta fase, o Plano de Acompanhamento Ambiental previa também a elaboração de um documento semelhante, onde fossem compiladas as medidas a implementar para a utilização dos novos espaços e estruturas criadas pelo Programa Polis em Vila Real.

Durante esta fase, as **acções de comunicação e sensibilização ambiental** prevêem que, até à dissolução da Sociedade, se mantenha em funcionamento o Posto de Informação e o Site Polis.

4.4 | VILA FRANCA DE XIRA

O concelho de Vila Franca de Xira (VFX) apresenta uma das mais extensas frentes ribeirinhas dos concelhos da margem Norte do rio Tejo, com cerca de 22 quilómetros, englobando no seu território uma importante parcela da Reserva Natural do Estuário do Tejo Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo (ZPE), em zona classificada como de Especial Interesse para a Conservação da Avifauna, de Prioridade III.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX), reconhecendo a importância estratégica do rio na qualificação e melhoria da qualidade de vida das populações, propôs-se a levar a cabo a revitalização da frente ribeirinha (com início na vila de Alhandra, onde a ligação ao rio permanece muito forte e com uma intensa actividade desportiva e de lazer) e a sua extensão até à cidade de Vila Franca de Xira, com uma ligação ao Parque Urbano, junto à Praça de Touros.

A implementação do Programa Polis em VFX integra-se assim numa estratégia de intervenção mais ampla do executivo municipal de recuperação das zonas ribeirinhas do Concelho, cujos objectivos são devolver à população residente e aos visitantes o usufruto de uma paisagem ímpar e a criação de condições adequadas de acesso ao rio, aliadas ao desenvolvimento de actividades de recreio e lazer. (Oliveira das Neves, 2003)

4.4.1 | CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O rio Tejo sempre exerceu uma função de atracção das populações, que encontraram nas suas margens condições óptimas para a vida humana. Não sendo excepção, a ocupação do território que hoje corresponde ao concelho de VFX iniciou-se durante o período do Paleolítico, sendo os terraços quaternários de Alverca, Castanheira e Póvoa de Sta. Iria ocupados por caçadores-recolectores nómadas que acampavam junto ao rio.

O rio Tejo teve assim um papel decisivo na ocupação do território e na história do concelho de VFX, local onde se abre para o seu estuário. Este território apresentou desde sempre condições muito favoráveis à ocupação humana, abundância de recursos mas, sobretudo, condições excepcionais de acesso a outras regiões, mantendo-se o rio como eixo principal de comunicação e comércio, o que justifica a existência nos séculos XV e XVI de portos comerciais, mas igualmente piscatórios, importantes em Povos, Vila Franca de Xira, Alhandra e Póvoa.

A estruturação e o desenvolvimento das redes rodo-ferroviárias deram origem, sobretudo a partir dos anos sessenta, a um intenso desenvolvimento urbano-industrial do concelho, com uma carga negativa, não só no plano urbanístico, que assiste a um processo de sub-urbanização, descontrolado, de baixa qualidade e grande densidade, mas também plano industrial, resultante de um processo de industrialização que atingiu o seu fim de ciclo e iniciou recentemente a sua reconversão.

Ao longo do tempo, a ocupação intensiva do território na margem direita do concelho originou profundas alterações dos sistemas naturais, nomeadamente a destruição dos solos, dos leitos das linhas de água, da flora e da fauna, a poluição dos aquíferos e do ar, entre outros, situações estas que impunham medidas urgentes para impedir a destruição deste ecossistema vital para o conjunto da Área Metropolitana de Lisboa.

No que se refere à caracterização económica, o concelho de VFX possui um sector primário de dimensão assinalável, quer do ponto de vista da criação de emprego, quer da geração de riqueza, localizado sobretudo na Lezíria, cabendo no entanto ao sector industrial o papel de motor da economia concelhia. A industrialização do concelho, processo que se desenvolve desde os finais do século XIX, verificou um crescimento acelerado nas décadas de cinquenta e sessenta, com a instalação/expansão de grandes unidades, preferencialmente ao longo da EN 10 entre Vila Franca e Póvoa de Sta. Iria, em sectores como a metal-mecânica, indústrias alimentares, fibrocimentos e químicas. (Risco 2001)

Nos últimos anos, as fortes alterações sócio-económicas a nível nacional e internacional provocaram um processo de desindustrialização do tecido económico concelhio. Este processo de redimensionamento/recomposição do tecido industrial teve como resultado o aparecimento de instalações fabris encerradas e em processo de degradação física e, ao mesmo tempo, a criação de bolsas de solos disponíveis, os quais vêm a ser transformados em áreas urbanizadas, ou ocupadas por actividades logísticas, de transportes, de comércio a retalho ou por grosso e de serviços.

Relativamente à caracterização demográfica, a atracção e fixação da população em VFX deveu-se sobretudo à proximidade a Lisboa, à concentração de várias unidades industriais e às boas acessibilidades rodo-ferroviárias. Este conjunto de factores levou à instalação no concelho, numa primeira fase, de população oriunda das áreas rurais, posteriormente de população retornada das

ex-colónias e, mais recentemente, de indivíduos dos países de Leste, que (e)migraram para a AML em busca de emprego e de melhores condições de vida. (Risco 2001)

O crescimento populacional em VFX, por não ter sido durante muito tempo acompanhado por políticas activas de qualificação do espaço urbano, nem de medidas de inclusão social levou ao aparecimento, em algumas áreas do concelho, de bairros degradados com graves problemas sociais.

A actual ocupação do território decorre directamente do traçado das redes de infra-estruturas rodo-ferroviárias, e das características geomorfológicas do concelho, sendo possível identificar três zonas principais: (Oliveira das Neves, 2003)

- uma zona ocidental, essencialmente rural, relevo acentuado, um povoamento ainda disperso, de baixa densidade populacional;
- um corredor urbano/industrial estruturado, desde a Castanheira do Ribatejo até à Póvoa de Sta. Iria, onde habita 99% da população, acompanhando o traçado da EN10 e da linha férrea, e contido entre a margem do Tejo e as zonas mais acidentadas a poente, constituindo a A1 uma barreira artificial;
- por último a zona da Lezíria, plana, essencialmente agrícola, e praticamente despovoada.

No concelho de VFX, na margem direita do rio Tejo, regista-se actualmente uma inversão da degradação, fruto de novas exigências em termos ambientais das populações residentes, e da crescente valorização do rio e das frentes ribeirinhas (de elevado valor turístico, de lazer e de factor de melhoria da imagem do concelho), tendo a autarquia elaborado um conjunto de estudos que visam potenciar a atractividade das zonas ribeirinhas, através da criação de pólos de animação e valorização das potencialidades paisagísticas e ambientais.

Como resposta a estas situações a CMVFX considerou ser necessário desenvolver um conjunto de iniciativas concretas no domínio da requalificação do edificado urbano, mas igualmente na qualificação dos espaços públicos e no ordenamento e disponibilização à população da zona ribeirinha, bem como definir modos de ocupação qualificantes dos espaços ainda disponíveis, garantindo o adequado enquadramento urbanístico e ambiental.

Para tal, a CMVFX teve nos últimos anos as iniciativas de apresentar, em 2001, uma candidatura ao Programa Polis para a requalificação e valorização da sua frente estuarina e de elaborar, em 2003, o Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira. Estas iniciativas resultaram igualmente da convergência de diversos factores relevantes:

- ratificação do PROTAML, com reflexos sobre as condições de desenvolvimento futuro do Concelho e da sua envolvente mais próxima;
- revisão do PDM, instrumento regulador do ordenamento das transformações de uso e ocupação do solo concelhio;
- programação e realização de vários investimentos estruturantes, designadamente no domínio da infraestruturização viária, com impactos acentuados sobre a ocupação do território concelhio;

- desenvolvimento operacional de diversos processos de reorganização empresarial e reconversão económica que desenham um quadro de efeitos de grande complexidade sobre a vocação económica e a capacidade empregadora de Vila Franca de Xira.
- consolidação das tendências de crescimento demográfico, com implicações sobre o modelo de estruturação urbano-imobiliário, de ocupação do espaço público e de programação de equipamentos colectivos.

4.4.2 | PROGRAMA POLIS DE VILA FRANCA DE XIRA

Após a aprovação da candidatura da CMVFX à Linha de Intervenção 2 da Componente 1 do Programa Polis, elaborou-se o respectivo Plano Estratégico. Esta intervenção é parte integrante de uma estratégia mais geral definida pela CMVFX para a recuperação das zonas ribeirinhas e o seu uso predominantemente público, constituindo-se assim como um primeiro passo na concretização de um conjunto de projectos requalificadores de toda a zona ribeirinha de VFX entre a Póvoa de Santa Iria e a Castanheira do Ribatejo/Vala do Carregado. (Risco 2001).

O PE indica assim que os projectos integrados no Programa Polis em Vila Franca de Xira iriam contribuir para a ligação entre esta cidade e Alhandra, para o uso dos equipamentos que se encontram localizados nos extremos nascente e poente da zona de intervenção e para a valorização ambiental destes espaços.

A zona de intervenção do Programa Polis em VFX tem uma extensão de mais de três quilómetros de frente ribeirinha e divide-se em três partes distintas:

- A área de Alhandra - com uma extensão com cerca de 700 metros de frente ribeirinha em contacto com a zona urbana, que é habitualmente utilizada como:
 - Mercado de levante, alternando com estacionamento informal de veículos ligeiros e pesados;
 - Espaço improvisado de actividades náuticas, "gerido" pela Secção Náutica do Alhandra Sporting Clube;
 - Zona piscatória, ocupada por cais improvisados e barracas onde antes residiam os Avieiros (entretanto já realojados em casas em terreno contíguo).
- A área entre Alhandra e Vila Franca de Xira – que é constituída por uma frente ribeirinha com cerca de 2.300 m de extensão, numa estreita faixa entre o rio e a via férrea, de terrenos naturalizados, em parte sujeitos a depósitos ilegais de entulhos;
- A área de Vila Franca de Xira (Campo do Cevadeiro) - constituída por um espaço de cerca de 600 metros, situado entre a via férrea e a Estrada Nacional 10 (EN 10) e entre o pavilhão do Cevadeiro e a Praça de Touros, habitualmente usado como parque de feiras e outros eventos e como estacionamento informal.

A intervenção a efectuar na Zona Ribeirinha Alhandra/Vila Franca de Xira deverá contribuir para a ligação dos aglomerados ao rio para o qual estão “de costas voltadas” reforçando outras

intervenções municipais, que visam a recuperação (com nova perspectiva) do valor do rio para a cultura e vida locais. Assim, os objectivos específicos deste Programa Polis definem-se como:

- considerar a zona marginal do rio Tejo, enquanto parte integrante do território concelhio, como o elemento estratégico fundamental para a qualificação da paisagem e vida urbanas;
- proteger, valorizar e salvaguardar os valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais ligados ao rio Tejo;
- afirmar a cidade de Vila Franca de Xira como porta da AML Norte, reforçando o seu papel de centro administrativo, quer funcionalmente, quer investindo na sua qualificação urbana e na qualidade arquitectónica, bem como na localização de equipamentos e serviços;
- tirar partido da localização do aglomerado de Alhandra na zona marginal do rio Tejo, promovendo o desenvolvimento de actividades lúdicas de cariz náutico;
- manter a capacidade de suporte dos sistemas naturais a um nível adequado à presença e às actividades humanas no território concelhio;
- preservar a paisagem e melhorar a imagem do Concelho;
- salvaguardar as áreas sensíveis e com valores naturais, paisagísticos e patrimoniais;
- proporcionar à população espaços e áreas de lazer e recreio que tirem partido da presença do Rio e assegurem uma envolvente de qualidade às áreas urbanas existente.
- melhorar significativamente a qualidade ambiental da área envolvida, assegurando uma conservação permanente dos espaços naturais que a integram.

Modelo de Gestão e Equipa Técnica

Para a gestão do Programa Polis em Vila Franca de Xira e dada a natureza desta intervenção e o montante financeiro envolvido, foi realizado um Contrato Programa entre a CMVFX e a DGOTDU, tendo ficado a Autarquia a entidade gestora.

Desta forma, para o acompanhamento deste Programa criou-se na CMVFX o “Projecto Municipal de Requalificação Urbana” (PMRU), igualmente responsável pelo acompanhamento do PROQUAL²³. A equipa técnica do PMRU é constituída por sete elementos com formação em diversas áreas, tais como urbanismo (Director), Arquitectura Paisagista e de Planeamento e Gestão Urbanística, Engenharia Civil, Desenhador e Administrativos.

Caracterização da Intervenção

Os objectivos específicos da intervenção são concretizados por um conjunto de Projectos cuja implementação é da esfera de competência da Autarquia, nomeadamente (Risco, 2001):

- Parque Urbano de Alhandra;

²³ PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa

- Arranjo dos Espaços Exteriores do Pavilhão do Cevadeiro (também denominado por Parque Urbano de Vila Franca de Xira);
- Caminho pedonal ribeirinho entre VFX e Alhandra.

Com o desenvolvimento destes projectos pretendia-se contribuir não só para alcançar os objectivos definidos no Programa Polis, como também responder a um conjunto de vectores essenciais à requalificação do território concelhio: a ligação ao rio Tejo; a requalificação urbana; a valorização ambiental; a revitalização urbana nas vertentes cultural, de lazer e de turismo e o reforço da identidade concelhia (ver Anexo 10 - Planta do Programa Polis de Vila Franca de Xira)

Projectos

Parque Urbano de Alhandra

A intervenção localiza-se numa zona ribeirinha com cerca de 700 metros de extensão de grande riqueza paisagística, desenvolvendo-se entre a Av. Sousa Martins, local com uma grande carga identitária e a Zona dos Avieiros, enquadrando equipamentos sociais, de cultura e desporto, como a Sede Social do Bairro dos Avieiros, a Sede da Euterpe Alhandrense e as novas instalações do Alhandra Sporting Clube. Este projecto pretende assim:

- integrar a zona marginal do rio Tejo como elemento estratégico fundamental para a qualificação da paisagem e vida urbanas;
- proteger, valorizar e salvaguardar os valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais ligados ao rio Tejo;
- preservar a paisagem e melhorar a imagem do Concelho;
- proporcionar à população espaços e áreas de lazer e recreio que tirem partido da presença do Rio e assegurem uma envolvente de qualidade às áreas urbanas existentes;
- criar um espaço de utilização pública de qualidade, invertendo as tendências de degradação do espaço urbano.

O Parque, que termina a norte no Caminho Pedonal de ligação a Vila Franca de Xira, é constituído por três zonas:

- zona destinada a recreio e lazer, parcialmente pavimentada e ajardinada, integrando um parque de estacionamento;
- zona náutica equipada com rampas, cais flutuante e estacionamento de barcos de desporto e recreio;
- zona piscatória equipada com rampa, cais flutuante e estacionamento de barcos de pesca.

Arranjo dos Espaços Exteriores do Campo do Cevadeiro

Esta intervenção, também denominada por Parque Urbano de Vila Franca de Xira, é limitada a Norte pela Praça de Touros e a sul pelo Campo de Futebol do Cevadeiro, confinado com a EN10 e a linha férrea. Esta zona era habitualmente utilizada para feiras (aqui se realiza a tradicional Feira de

Outubro) e outro tipo de iniciativas que utilizam igualmente o Pavilhão do Cevadeiro. Tratava-se, no entanto, de um espaço algo desqualificado e pouco atractivo, limitando-se a um terreiro com uma dimensão assinalável e permitindo a sua utilização para fins diversos.

A intervenção prevista no PE permite assim valorizar a imagem da entrada sul de VFX e dotá-la de espaços de lazer, contribuindo fortemente para a qualidade de vida da população residente. Os seus objectivos são:

- preservar a paisagem e melhorar a imagem do Concelho;
- melhorar a imagem da cidade de Vila Franca de Xira;
- proporcionar à população espaços e áreas de lazer e recreio que assegurem uma envolvente de qualidade às áreas urbanas existentes;
- criar um espaço de utilização pública de qualidade, invertendo as tendências de degradação do espaço urbano.

O Campo do Cevadeiro é também o início do Caminho Pedonal de ligação a Alhandra, sendo os projectos de arranjos exteriores constituídos por zonas ajardinadas e zonas com diferentes tipos de pavimento adequados aos diversos usos. Este espaço ficará assim preparado para funcionar como parque urbano, onde existirão quiosques e esplanadas, espaços de estadia e ciclovias, bem como outras áreas destinadas aos mais jovens e um parque infantil.

No lado nascente do Campo do Cevadeiro estava prevista a execução de uma nova vedação e “porta” de acesso a este espaço e, entre esta e a Praça de Touros, uma praça constituída por zonas ajardinadas e parque de estacionamento, onde se instalará o Monumento ao Forcado, constando ainda do projecto o melhoramento da imagem da Praça de Touros.

Caminho Pedonal Ribeirinho Vila Franca de Xira - Alhandra

A construção do Parque Urbano de Alhandra a Sul e a requalificação dos espaços exteriores da zona do Pavilhão do Cevadeiro em Vila Franca de Xira, a Norte, criam condições para a construção de um caminho para peões e para bicicletas, o qual, bordejando a margem direita do rio, permite a fruição na frente ribeirinha entre Vila Franca de Xira e Alhandra, numa extensão de cerca de 2.300 metros, numa área onde era inacessível a aproximação ao rio. Este projecto tem como objectivos:

- integrar a zona marginal do rio Tejo como elemento estratégico fundamental para a qualificação da paisagem e vida urbanas;
- proteger, valorizar e salvaguardar os valores naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais ligados ao rio Tejo;
- preservar a paisagem e a melhorar a imagem do Concelho;
- proporcionar à população espaços e áreas de lazer e recreio que tirem partido da presença do Rio e assegurem uma envolvente de qualidade às áreas urbanas existentes;
- criar um espaço de utilização pública de qualidade, invertendo as tendências de degradação do espaço urbano.

O Caminho Pedonal é constituído por um passeio que liga o Parque Urbano de Alhandra ao Parque Urbano de VFX, com aproximadamente seis metros de largura, devidamente pavimentado e iluminado. A construção deste caminho pedonal previa a execução de duas formas, consoante a implantação em terreno consolidado ou em zonas de água, onde se prevê a colocação de um passadiço de madeira assente sobre estacas. O caminho pedonal é constituído por zona pedestre e por ciclovia, apoiada em dois locais de estacionamento nos seus extremos.

Por se desenvolver numa faixa entre a linha de caminho-de-ferro e o rio Tejo, numa zona com grande valor e sensibilidade ecológica e paisagística, as soluções construtivas deste projecto foram fortemente condicionadas, para além das condicionantes de natureza.

O Caminho Pedonal Ribeirinho constitui-se assim como um equipamento de lazer, que permite o desenvolvimento de diversas actividades de recreio e lazer, bem como a prática de vários desportos ao ar livre, promovendo simultaneamente a histórica relação da população com o rio Tejo.

O Plano Estratégico previa ainda que estes projectos fossem complementados com intervenções na vertente de reordenamento e requalificação urbanas, envolvendo terrenos públicos e privados, com potencialidades de auto-financiamento ou recorrendo a financiamentos de outros Programas de Apoio. Estava assim prevista a remodelação da Sociedade Euterpe Alhandrense, a construção do Teatro Salvador Marques em Alhandra e do Pavilhão Multiusos do Campo do Cevadeiro.

Avaliação Preliminar dos Efeitos Esperados da Intervenção

O Plano Estratégico da intervenção Polis prevista para Vila Franca de Xira fazia uma avaliação preliminar dos efeitos da intervenção ao prever que com a implementação deste Programa, a ligação pedonal entre as localidades de Vila Franca de Xira e Alhandra se iria acentuar de forma significativa, reduzindo o uso dos veículos automóveis nesta ligação.

Igualmente, os equipamentos existentes em Alhandra - Espaço Cultural Salvador Marques (Teatro), Sociedade Euterpe Alhandrense e o espaço de actividades náuticas - e os equipamentos existentes em Vila Franca de Xira - pavilhão multiusos, Campo do Cevadeiro e Praça de Touros - passariam a ser usados mais intensamente por parte das populações das duas localidades.

Era ainda previsto que, sobretudo aquando da realização de feiras e outros eventos no Campo do Cevadeiro, haveria certamente uma significativa redução do uso de automóvel. Do mesmo modo, teria importância significativa essa redução, por parte das populações de Alhandra que utilizam os diferentes serviços públicos instalados na cidade de Vila Franca de Xira.

Talvez por VFX ser um Programa Polis associado à componente 2 do Programa Polis e por isso ter uma dimensão consideravelmente inferior e não ser considerado uma intervenção exemplar, no que se refere a indicadores, o Plano Estratégico desta intervenção apenas explicitava que a execução física dos vários projectos seria avaliada em função dos seguintes indicadores de execução:

- | | |
|----------------------------|--|
| ▪ Parque urbano construído | ▪ Número de quiosques e esplanadas construídas |
| ▪ Zona náutica construída | ▪ Zonas para jogos tradicionais |

- Zona piscatória construída
- Caminho pedonal construído
- Ciclovias criadas
- locais de estacionamento para bicicletas
- Zona ajardinada implementada
- Implantação de infra-estruturas para a realização de feiras
- Parque infantil
- Vedação na zona nascente do Campo instalada
- Criação de nova porta de acesso
- Construção de praça pública junto à Praça de Touros
- Requalificação da imagem da Praça de Touros

Contudo, na publicação do MAOT de 2002, "*Programa POLIS – POLIS em números*", foram identificados outros indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Vila Franca de Xira, semelhantes aos utilizados para a avaliação das restantes intervenções.

Quadro 4-8 – Indicadores ambientais associados ao Programa Polis de Vila Franca de Xira

INDICADORES AMBIENTAIS	PREVISTO
Instrumentos de gestão territorial	-
Criação e beneficiação de parques e áreas verdes	9 500 m ²
Criação e requalificação de espaço público	78 000 m ²
Requalificação de Frentes de Rio	3 300m
Construção de Passadiços Pedonais	1
Ciclovias criadas	2 530 m
Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	240 m ²
Criação de Novos Percursos Pedonais	2 530 m
Estacionamento Dissuasor	Na
Demolições para requalificação urbana	90 m ²
Criação de um CMIA	na

Fonte: MAOT 2002

Ponto de Situação do Programa Polis de Vila Franca de Xira

Em Outubro de 2005, o Programa Polis de Vila Franca de Xira apresentava uma taxa de implementação de 75%, com um investimento concretizado da ordem dos 4 138 532,28 Eur, de acordo com as informações transmitidas pelo PMRU.

Dos projectos previstos implementar estavam já concluídos o Parque Urbano de Alhandra e o Arranjo dos Espaços Exteriores do Pavilhão do Cevadeiro, este último com algumas alterações ao previsto, uma vez que, no lado nascente, o Monumento ao Forcado previsto instalar, foi realocado.

No que se refere ao Caminho Pedonal a 1ª Fase desta intervenção, inaugurada em Fevereiro de 2005, contemplou, além do Caminho Pedonal Ribeirinho, a renaturalização de extensas áreas situadas entre este e o rio, as quais apresentavam grandes alterações decorrentes, nomeadamente, de depósitos de diversos materiais. Esta renaturalização foi efectuada com vegetação autóctone como o *Salix alba* (Salgueiro branco), o *Atriplex halimus* (Salgadeira) e a *Tamarix africana* (Tamargueira), tendo ainda sido efectuado o revestimento herbáceo do solo com

recurso a hidrossementeira. Procedeu-se ainda à estabilização biofísica e à integração paisagística de uma linha de água existente, com o restabelecimento da sua galeria ripícola e à criação de uma ponte em madeira, que permite o seu atravessamento sem alterar o seu normal funcionamento. A intervenção contemplou também a criação de várias bolsas de estadia ao longo do caminho, equipadas com mobiliário urbano, a criação de uma área de estacionamento no troço inicial do caminho, sinalética e iluminação em toda a sua extensão. (*Caminho Pedonal Ribeirinho Alhandra*, Estuarium 2005)

De acordo com informação recolhida junto do PMRU, a 2ª fase do Caminho Pedonal tem o projecto já concluído, prevendo-se o início da obra para breve. A continuidade do troço já executado contará no seu final com uma passagem superior sobre a linha férrea, que permitirá a ligação à cidade de Vila Franca de Xira, assumindo-se como um Centro de Interpretação e Informação, com disponibilização de conteúdos relativos quer ao património histórico, quer natural envolvente.

Os projectos complementares, até à data, não tinham sido ainda concretizados.

4.4.3 | ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL

Dadas as características do Programa Polis em VFX, que quando comparado com Castelo Branco ou Vila Real apresenta uma área de intervenção muito menor e onde os principais projectos consistem na criação de caminhos pedonais ribeirinhos e parques urbanos que não interferem com a vivência das populações locais, o acompanhamento ambiental deste Programa não foi além dos procedimentos habituais aplicados pela Autarquia local.

Na figura seguinte apresenta-se um esquema simplificado que representa a metodologia aplicada no acompanhamento do Programa Polis em Vila Franca de Xira. A informação recolhida junto da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que permitiu a elaboração deste trabalho, encontra-se no Anexo 11, sob a forma de *check-list*.

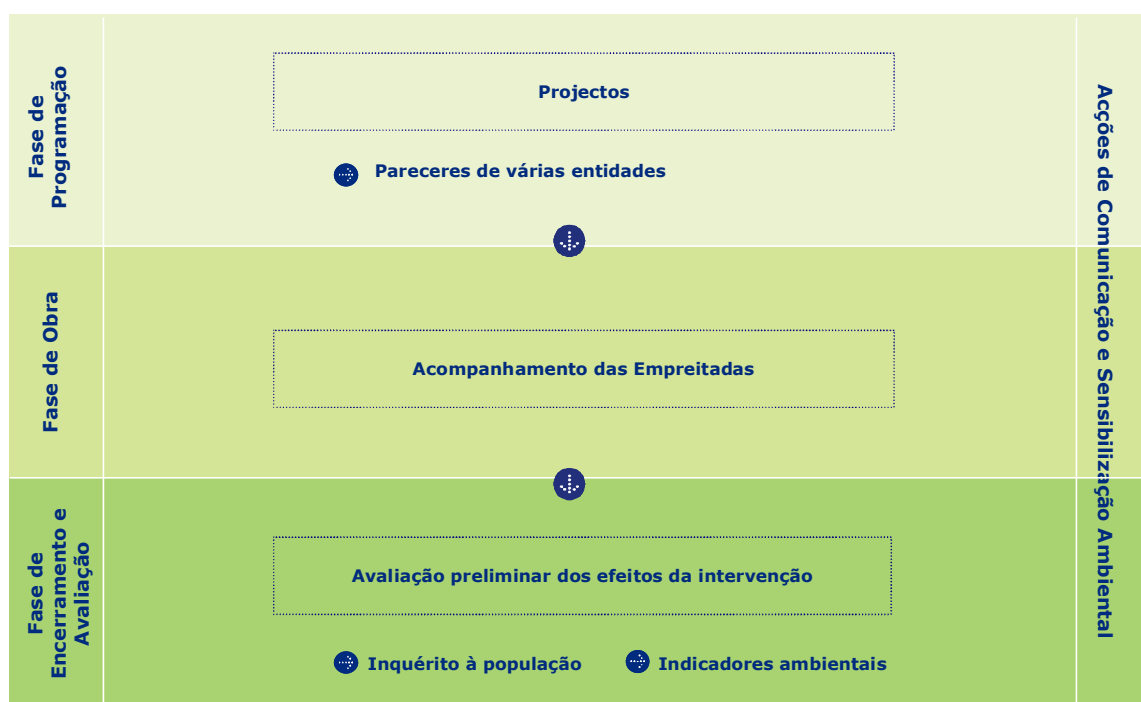


Figura 4-4 - Metodologia aplicada no acompanhamento ambiental do Programa Polis em Vila Franca de Xira

FASE DE PROGRAMAÇÃO

Uma vez que a intervenção Polis em Vila Franca de Xira não previa a elaboração de nenhum instrumento de gestão territorial, a metodologia aplicada na fase de programação centrou-se apenas na integração da componente ambiental nos projectos que seriam desenvolvidos para a implementação deste Programa Polis.

Desta forma e dado que grande parte da Zona de Intervenção se insere na ZPE, durante a elaboração dos projectos foram solicitados pareceres às diversas entidades com jurisdição na área, nomeadamente o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), Administração do Porto de Lisboa (APL), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Instituto Nacional da Água (INAG), Rede Ferroviária Nacional (REFER) e Ministério da Defesa Nacional (MDN), por forma a obter recomendações e a aprovação das soluções técnicas que seriam adoptadas nos projectos.

No que se refere às acções de comunicação e sensibilização ambiental, a metodologia aplicada pelo PMRU para a fase de programação prendeu-se com a sensibilização da população para o Programa Polis e para as transformações que este iria trazer na sua vivência.

FASE DE OBRA

A metodologia aplicada pela CMVFX para a fase de obra não foi além de um acompanhamento formal das empreitadas, de acordo com os procedimentos da Autarquia, não tendo sido desenvolvido qualquer documento ou estudo ambiental complementar, nem qualquer campanha de monitorização ambiental.

A CMVFX, na qualidade de Dono de Obra, lançou os concursos para a selecção das equipas de Fiscalização e de Empreiteiros de cada uma das empreitadas, de acordo com os procedimentos comumente utilizados na Autarquia. Desta forma, os termos de referência apenas exigiam o cumprimento da legislação ambiental não prevendo, à partida, acções e/ou medidas de minimização a aplicar por parte dos adjudicatários para a minimização dos impactes ambientais decorrentes das suas actividades. Como tal, também não foi solicitado que as Fiscalizações e/ou Empreiteiros tivessem elementos responsáveis pelo acompanhamento ambiental.

Durante a execução das obras, a metodologia aplicada consistiu apenas no acompanhamento das empreitadas através da presença dos elementos do PMRU nas reuniões de obra.

No que se refere à componente de comunicação e sensibilização ambiental, durante a fase de obra a metodologia utilizada consistiu na manutenção do site na colocação de painéis de obra informativos.

FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma vez que não se verificou a compilação de informação ambiental nas fases anteriores, para a fase de encerramento, quando todos os projectos estiverem concluídos, apenas se prevê a avaliação dos efeitos esperados da intervenção com base nos indicadores presentes no Plano Estratégico.

Em termos de comunicação e sensibilização ambiental, o PMRU prevê a realização de diversas acções para a dinamização nos novos espaços públicos. Complementarmente, prevê também a edição de uma brochura com o historial do Programa Polis em Vila Franca de Xira.

4.5 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Nos capítulos anteriores verificou-se que as intervenções Polis em Castelo Branco e Vila Real, dadas as tipologias e complexidade dos projectos, apresentaram metodologias muito similares entre si e ambas distintas da aplicada em Vila Franca de Xira.

Importa agora conhecer e analisar os resultados obtidos com a aplicação de cada uma destas metodologias, por forma a verificar se realizaram um acompanhamento ambiental eficaz, se foram mais além ou se ficaram aquém.

4.5.1 | APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na apresentação dos resultados optou-se por dividir este capítulo em cada uma das fases do Programa Polis anteriormente identificadas: Programação; Obra; Encerramento e Avaliação.

FASE DE PROGRAMAÇÃO

As metodologias aplicadas nos casos de estudo de Castelo Branco e Vila Real tiveram como objectivos, por um lado, integrar a componente ambiental no desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial e dos vários projectos e, por outro, desenvolver documentos que permitissem garantir um eficaz acompanhamento ambiental na posterior fase de Obra. Associado a estes objectivos verificou-se ainda a preocupação em realizar uma caracterização da situação ambiental existente, através da elaboração de EIncA. Em Vila Franca de Xira, pelo contrário, houve a preocupação de aplicar os procedimentos camarários já definidos, que passam somente por assegurar o cumprimento da legislação ambiental em vigor.

Por forma a sistematizar a apresentação e facilitar a análise dos resultados obtidos com a aplicação destas metodologias, desenvolveu-se o quadro seguinte, que ilustra a situação obtida em cada um dos três casos de estudo. Desta forma, na fase de programação foram consideradas três etapas fundamentais:

- o acompanhamento ambiental – onde se observou a implementação ou não de sistemas de gestão ambiental, a realização de uma caracterização da situação existente, a elaboração de campanhas de monitorização e/ou de outros documentos ambientais considerados relevantes;
- a integração da componente ambiental no Programa Polis – tendo-se verificado se foram introduzidos requisitos ambientais nos cadernos de encargo dos vários concursos lançados;
- e a realização de acções de comunicação e sensibilização ambiental – avaliando se estas passaram apenas pela divulgação ou também incluíram a participação periódica e/ou pontual da população.

De seguida descrevem-se mais detalhadamente os resultados obtidos em cada um dos três casos de estudo.

Quadro 4-9- Resultados obtidos nas três intervenções Polis, resultantes da aplicação das metodologias na Fase de Programação

Fase de Programação			CASTELO BRANCO	VILA REAL	VILA FRANCA DE XIRA
Acompanhamento Ambiental do Programa Polis					
Sistema de Gestão Ambiental	Implementação de um SGA		✗	✓	✗
	Auditorias periódicas		Não aplicável	✗	Não aplicável
	Revisões ao SGA		Não aplicável	✗	Não aplicável
Caracterização Ambiental da Situação Existente	Elaboração de Estudo de Incidências Ambientais		✓	✓	✗
	Desenvolvimento de Plano de Ordenamento da Circulação e Estacionamento		✓	Não aplicável	Não aplicável
Documentos desenvolvidos	Elaboração de um Plano de Gestão/Acompanhamento Ambiental		✓	✓	✗
Monitorização Ambiental	Elaboração de um programa de monitorização ambiental de estado		✓	✗	✗
	Realização de campanhas de monitorização		✓	✓	✗
Integração da Componente Ambiental					
Planos de Pormenor	Cadernos de Encargo dos concursos		✓	✗	Não aplicável
Projectos	Cadernos de Encargo dos concursos		✓	✓	✓
	Realização de estudos ambientais específicos		✓	✗	✗
	Introdução de tecnologias de gestão ambiental		✗	✓	✓
Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental					
Divulgação	Informações Gerais		✓	✓	✓
	Acções escolares		✓	✗	✗
Participação periódica	Comissão Local de Acompanhamento		✓	✓	✗
Participação pontual	Planos de Pormenor	Apresentações Públicas	✓	✓	Não aplicável
	Projectos	Apresentações Públicas	●	●	✗

Legenda: ✓ Executado ● Parcialmente Executado ✗ Não executado

Castelo Branco

Acompanhamento Ambiental do Programa Polis

A metodologia aplicada nesta cidade não contemplou a implementação de um SGA, pelo que não foi definida qualquer política ambiental para a Sociedade PolisCastelo Branco durante a fase de programação. Assim sendo, o acompanhamento ambiental do Programa Polis em Castelo Branco durante a fase de programação teve como resultado o desenvolvimento de dois documentos: o Estudo de Incidências Ambientais (EIncA) e o Plano de Ordenamento da Circulação e Estacionamento (POCE), que permitiram caracterizar ambientalmente a situação existente, antes da implementação dos projectos associados a este Programa Polis.

Para a elaboração do POCE foram realizados um conjunto de estudos sobre o sistema de circulação e estacionamento existente na cidade e, em particular, da sua zona mais central, por forma a desenvolver um Plano que permitisse dotar a cidade de um sistema de circulação e estacionamento com qualidade e capacidade de resposta às necessidades crescentes de mobilidade e às exigências de acessibilidade entre os diversos pontos de actividade social e económica, aumentando a qualidade de vida e desenvolvendo a economia urbana.

O EIncA abrangeu a ZI do PE, bem como a envolvente susceptível de ser afectada e permitiu, além da caracterização da situação existente, identificar, prever e avaliar os impactes ambientais positivos e negativos associados à implementação do PE. Apesar de, em termos de fundamento legal, as intervenções Polis como um todo não estarem sujeitas à legislação de Avaliação de Impactes Ambientais em vigor, a estrutura do EIncA foi baseada no estipulado na Portaria n.º 330/2001 de 2 Abril, por forma a ser possível obter um estudo mais abrangente e com uma metodologia que permitisse a sua fácil leitura e compreensão. A informação ambiental obtida com o EIncA foi posteriormente utilizada para o desenvolvimento de um Plano de Gestão Ambiental e de um Programa de Monitorização Ambiental.

O Plano de Gestão Ambiental, elaborado com base na Norma ISO 14 001 integra um conjunto de procedimentos ambientais para implementação no decorrer das obras e engloba um conjunto de medidas para serem executadas pelos empreiteiros e fiscalização, destinadas a minimizar os impactes ambientais decorrentes da fase de Obra e permitir obter um registo coerente e actualizado dos procedimentos ambientais implementados.

O Programa de Monitorização Ambiental, concebido com um carácter sequencial e características distintas consoante a fase do Programa Polis consistiu, na fase de programação, na realização de uma campanha de monitorização das três componentes abrangidas (Qualidade do Ar, Acústica do Ambiente e Sócio-Economia), tendo como objectivo a caracterização da situação existente e a criação de um registo histórico.

Integração da Componente Ambiental

Em Castelo Branco a metodologia aplicada levou a que, na prática, o Plano de Pormenor fosse desenvolvido em consonância com a informação ambiental que estava a ser adquirida com o EIncA e com o POCE, dado que estes três documentos foram elaborados em simultâneo.

Desta forma verificou-se que, por um lado, em relação ao EIncA o Plano de Pormenor não sofreu qualquer alteração, uma vez que este Estudo não apresentou sugestões de alteração, propondo apenas medidas de minimização para a fase de obra. Por outro lado, a definição das acessibilidades, constituição de parques de estacionamento, determinação das ruas que sofreriam desnivelamento, entre outros aspectos definidos no PP, foram determinados pelo POCE. Verificou-se ainda que o PP desenvolvido integrou todos os indicadores ambientais previstos no Plano Estratégico, nomeadamente: a criação e beneficiação de parques e áreas verdes; a criação e requalificação de espaço público; criação de ciclovias; pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos e criação de estacionamento dissuasor.

Para a integração da componente ambiental nos vários projectos que viriam a ser desenvolvidos, o Gestor da Intervenção anexou o EIncA aos cadernos de encargos dos concursos realizados. Desta forma, as equipas projectistas tiveram acesso, logo à partida, a um conjunto de informação ambiental útil para o desenvolvimento dos seus trabalhos. Naturalmente, o desenvolvimento dos projectos levou igualmente em consideração o conteúdo do Plano de Pormenor, que também já integrava as informações obtidas com os documentos ambientais desenvolvidos de início.

No que se refere a estudos ambientais complementares desenvolvidos para apoio à elaboração dos projectos, de acordo com a informação transmitida pela Parque Expo'98, as equipas projectistas não realizaram quaisquer estudos complementares.

Em relação à solicitação nos cadernos de encargos dos projectos de introdução de tecnologias de gestão ambiental (por exemplo para melhorar o comportamento térmico dos Edifícios, com vista à promoção de economias de energia e de energias alternativas, entre outros), verificou-se que os projectos não reflectiram, de todo, as indicações solicitadas.

Relativamente ao CMIA, o seu caderno de encargos foi mais exigente, pois incluiu igualmente a informação constante no Programa de Conteúdos, visando que o edifício fosse desenvolvido por forma a adequar-se às especificações constantes neste estudo. Devido à sua especificidade e objectivos, foi também solicitado que, na execução do projecto se considerasse:

- a minimização do recurso ao consumo de formas de energia comercial, nomeadamente aquelas cuja conversão/utilização têm maior impacto no ambiente, reduzindo a potência dos sistemas e gerindo adequadamente a sua exploração;
- a exploração, desde a fase inicial do projecto, do potencial dos parâmetros ambientais (radiação, geometria solar, luz e ventilação natural) como estratégia de base para atenuar o recurso às energias comerciais;
- proporcionar, explorar e valorizar o recurso à adopção de tecnologias inovadoras no domínio da energia, do conforto e da saúde dos edifícios;
- a possibilidade de recuperação de calor/frio do ar de ventilação.

De acordo com informações transmitidas pela Parque Expo'98, chegou a ser feito um estudo prévio que incorporou os elementos solicitados no entanto, por motivos vários, não pode ser realizado.

Durante a fase de programação, o Gestor da Intervenção, através do seu técnico de comunicação promoveu a realização de várias acções de comunicação e sensibilização ambiental.

Na componente de divulgação, os meios mais utilizados foram o posto de informação, o *countdown*, os boletins informativos, folhetos e *press*.

O posto de informação, apesar de vir referenciado no Plano Estratégico como um acção minimizadora do impacte das obras foi instalado/criado logo na fase de programação, com o objectivo de disponibilizar à população um acesso rápido e directo à informação referente à intervenção Polis. Instalado no Edifício do Cine Teatro Avenida no centro da cidade, na fase de programação disponibilizou informação geral sobre o Programa Polis e permitiu a consulta de documentação relativa a cada um dos Projectos Urbanos a desenvolver. Para além disso, foi ainda possível encontrar as peças de comunicação produzidas pela Polis Castelo Branco, bem como o EIncA e os relatórios das campanhas de monitorização realizadas. O Posto de Informação foi também o local ideal encontrado para que a população depositasse as suas sugestões, comentários ou críticas que considerassem oportunos e convenientes.

No que se refere aos boletins informativos, apesar de estar prevista a publicação de um exemplar de três em três meses, durante esta fase foram publicados dois: um em Dezembro de 2001 com o tema "Devesa recupera centralidade", onde se faz um balanço do trabalho realizado em 2001 e se perspectivam as obras para 2002 e um outro boletim, lançado em Setembro de 2002, com o tema "Como eles vêem e cantam o Polis", que é alusivo a um trabalho realizado com as escolas e onde é reiterada a informação de que as obras iriam arrancar naquele ano, com a empreitada de construção e exploração do parque de estacionamento da Devesa e túneis de acesso. Os boletins e folhetos de projecto foram distribuídos como encarte nos meios de comunicação social locais e estiveram igualmente disponíveis no Posto de Informação.

No âmbito das acções de comunicação e sensibilização ambiental, foram ainda realizadas Acções Escola que, nesta fase, incidiram sobre a divulgação da intervenção global e que funcionaram da seguinte forma: os técnicos da equipa local apresentaram os projectos a todas as turmas, de todas as escolas inseridas na Zona de Intervenção, realizando uma explicação geral das acções a concretizar e apresentaram um filme a 3D.

No que se refere à componente de Participação, no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco, logo no início da intervenção, em Maio de 2001, foi formada uma Comissão Local de Acompanhamento (CLA), constituída por trinta e dois elementos representantes das entidades e organismos com influência local, nomeadamente partidos políticos, sindicatos, associações de defesa ambiental, associações empresariais e líderes de opinião.

Durante a fase de programação, as reuniões da CLA foram realizadas sensivelmente de dois em dois meses. Os temas debatidos na reunião prenderam-se com a exposição das actividades realizadas pela Sociedade PolisCastelo Branco, tendo sido apresentados os vários projectos, relatórios, estudos (por exemplo: EIncA, relatórios de acompanhamento arqueológico, entre outros). Das sugestões indicadas resultaram algumas alterações aos projectos, nomeadamente ao nível do ensombramento e do tipo de plantas a utilizar.

Relativamente às acções de participação pontual, o Gestor da Intervenção realizou sessões públicas de esclarecimento para os PP e apresentou-os na CLA e na Assembleia Municipal. O Plano

esteve igualmente em consulta em cinco locais distintos, tendo sido a população informada através de anúncios de imprensa e *spots* de rádio. Em relação aos níveis de participação, de acordo com as informações cedidas pela Parque Expo'98, durante a consulta a participação foi alta e durante as sessões de esclarecimento os níveis de participação foram médios. No entanto, as propostas elaboradas durante este período de consulta não deram origem a nenhuma alteração significativa ao Plano.

Tal como se realizou para o Plano de Pormenor, todos os projectos foram apresentados na CLA, onde foram realizadas várias sugestões que deram efectivamente lugar a alterações, nomeadamente ao nível do ensombramento e tipo de vegetação a utilizar. Os projectos foram também apresentados nas escolas (no âmbito das Acções Escola) e na Assembleia Municipal, tendo sido ainda realizadas algumas acções pontuais na cidade, que incluíram a apresentação de um filme a 3D com a inclusão de todos os projectos. Toda a documentação esteve disponível no Posto de Informação, tendo a população demonstrado bastante interesse na consulta de toda a informação disponibilizada.

Vila Real

Acompanhamento Ambiental do Programa Polis

A implementação de um SGA levou a que se definisse, logo de início um conjunto de objectivos que corresponderam à aplicação dos princípios base da política ambiental da Sociedade PolisVila Real e que, no essencial, consistem no respeito pela legislação ambiental em vigor e pela observância de conduta ambientalmente correcta no desempenho de todas as suas actividades.

O SGA fixou igualmente um conjunto de objectivos que correspondem à aplicação dos princípios base da política ambiental da Sociedade PolisVila Real que, no essencial, consistem no respeito pela legislação ambiental em vigor e pela observância de conduta ambientalmente correcta no desempenho de todas as suas actividades. Para cada objectivo ambiental foram definidas metas e indicadores, estes últimos para permitir aferir a "*performance*" ambiental das intervenções, relativamente aos objectivos ambientais fixados. No quadro seguinte apresenta-se a relação dos objectivos ambientais/acções a observar pelos projectistas e empreiteiros, tal como definido no SGA da Sociedade PolisVila Real.

Quadro 4-10 – Aspectos Ambientais, Objectivos, Metas e Indicadores do SGA da Sociedade PolisVila Real

ASPECTO AMBIENTAL	OBJECTIVOS	METAS	INDICADORES
1. Águas Residuais (AR)	AR1. Assegurar o tratamento adequado das águas residuais produzidas e o cumprimento da legislação aplicável.	AR1.1 No decurso da empreitada recolher e tratar as águas residuais produzidas nos estaleiros e frentes de obra.	AR1.1. Relação dos volumes de águas residuais produzidos e conduzidos a destino final adequado
		AR1.2. Requerer as autorizações necessárias para as descargas de águas residuais no domínio hídrico	AR1.2. Obtenção das autorizações
2. Emissões Atmosféricas (E)	E1. Minimizar a emissão de poluentes atmosféricos	E1.1. Não gerar situações de incómodo devido á emissão de poeiras no decorrer das empreitadas	E1.1. Número de reclamações da população

3. Resíduos Produzidos (RES)	RES1. Promover a deposição, o acondicionamento e o armazenamento adequados dos resíduos e cumprir o disposto na legislação respeitante a resíduos	RES1.1. Gerir adequadamente a totalidade dos resíduos produzidos nas empreitadas	RES1.1. Tipos/quantitativos de Resíduos para os quais ainda não existem procedimentos
		RES1.2. Armazenar a totalidade dos resíduos produzidos	RES.1.2.Relação dos volumes de resíduos produzidos e armazenados nas empreitadas
		RES1.3. Implementar os procedimentos de gestão aplicáveis à totalidade resíduos dos produzidos nas empreitadas	RES1.3. Determinação do n.º de inconformidades com o regulamento, através das Fichas de Controle de Resíduos
	RES2. Assegurar a eliminação adequada de todos os resíduos produzidos, favorecendo soluções de valorização e cumprir o disposto na legislação respeitante a resíduos	RES2.1. Estabelecer contratos com entidades exteriores com vista à eliminação adequada de todos os resíduos produzidos nas empreitadas	RES2.1. Relação dos tipos e quantitativos de resíduos para os quais ainda não foi encontrado destino final adequado
		RES2.2. Envio de todos os resíduos produzidos para os destinos finais adequados	RES2.2. Cópias das Guias de Acompanhamento de resíduos com assinatura do destinatário e outros certificados de eliminação de resíduos passados pelos eliminadores
		RES2.3. Separar 100 % do papel e cartão usados em contentores específicos	RES2.3. Relação do papel e cartão separado e conduzido a ecopontos/ ecocentros
		RES2.4. Separar 100 % dos óleos usados e assegurar o seu reencaminhamento a empresas valorizadoras licenciadas	RES2.3. Relação dos óleos usados produzidos e reconduzidos a empresas recicladoras licenciadas
5. Ruído (R)	R1. Assegurar o cumprimento da legislação referente à emissão de ruído	R1.1 Elaborar e implementar planos de monitorização do ruído, sempre que se justifique	R1.1.Avaliação dos níveis sonoros medidos e comparação com as normas legislativas
6. Riscos Ambientais (RIS)	RIS1. Minimizar a ocorrência de acidentes e problemas ambientais	RIS1.1 Manutenção de condições adequadas de armazenamento de combustíveis, produtos químicos e resíduos oleosos	RIS1.1.Nº de registos de conformidades/situações anómalas por cada inspecção efectuada aos locais
7. Solos e águas subterrâneas contaminados (DES)	DESC1.Minimizar a contaminação de solos e águas subterrâneas	DESC1.1. Prevenir situações de contaminação de solos e águas subterrâneas	DESC.1.1. Registos de situações de contaminação de solos e águas subterrâneas
		DESC1.2. Elaborar um plano de acção para situações de derrame de óleos e combustíveis	DESC1.2. Registo das acções seguidas pelo plano de acção e respectivos resultados

Fonte: FBO (2002)

Com a implementação do SGA, ficaram igualmente definidas, logo de início, as responsabilidades de cada interveniente, descritas no quadro seguinte.

Quadro 4-11 - Síntese das responsabilidades dos vários intervenientes na implementação do SGA da Sociedade PolisVila Real

INTERVENIENTES	SÍNTESE DAS RESPONSABILIDADES
Dono de Obra (Sociedade PolisVila Real)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir a Política Ambiental; ▪ Requerer a elaboração de estudos de impacte ou de incidências ambientais; ▪ Reflectir na elaboração dos projectos as conclusões dos Estudos Ambientais realizados; ▪ Acompanhar e validar a implementação do SGA;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o diálogo entre as várias entidades intervenientes no processo e o público; ▪ Aprovar os PGA e o Manual de Ambiente, após validação pelo Gestor de Intervenção.
Gestor da Intervenção (Responsável Ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o SGA; ▪ Apreçar e validar os estudos ambientais e integrar as medidas propostas nos cadernos de encargos dos projectos e das empreitadas; ▪ Validar os Planos de Gestão Ambiental elaborados pelos Empreiteiros; ▪ Apreçar e validar os Manuais de Ambiente elaborados pelas equipas de Fiscalização; ▪ Elaborar um relatório periódico para a Polis Vila Real, com as questões ambientais; ▪ Organizar e manter o arquivo; ▪ Efectuar auditorias ao SGA
Comissão de Ambiente de Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Composta por um representante do Dono de Obra, o responsável ambiental do GI e um responsável pelo acompanhamento ambiental da Fiscalização, a sua função é abordar, discutir e deliberar sobre as questões ambientais e a implementação do SGA, em reuniões periódicas.
Fiscalização (responsável pelo acompanhamento ambiental da obra)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Validar o PGA de cada empreitada e acompanhar a implementação do SGA; ▪ Efectuar auditorias e inspecções ambientais às obras; ▪ Confirmar todos os registos ambientais efectuados; ▪ Realizar relatórios periódicos; ▪ Elaborar o Manual do Ambiente;
Comissão de Acompanhamento Ambiental da Obra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Composta pelo Gestor da Intervenção, Fiscalização e Empreiteiro, tem como funções: <ul style="list-style-type: none"> - promover as boas práticas ambientais em todas as fases da obra; - efectuar reuniões periódicas semanais; - abordar, discutir e deliberar sobre as questões ambientais relacionadas com a obra; - apoiar o Responsável Ambiental do Empreiteiro na implementação do PGA;
Projectistas ou Empreiteiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projectista - responsabilidade de elaborar os projectos atendendo à legislação ambiental aplicável e às especificações ambientais definidas para os projectos. ▪ Empreiteiro - elaborar o PGA, com base nos estudos ambientais existentes, nas especificações ambientais da empreitada e na legislação ambiental em vigor. Será também responsável pela implementação do PGA e de medidas não previstas.
Representantes dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover as boas práticas ambientais em todas as fases da obra; ▪ Registar as informações transmitidas pelos trabalhadores e transmiti-las ao Responsável Ambiental (Empreiteiro);
Trabalhadores das obras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprir todas as normas de ambiente estipuladas pelo Responsável Ambiental; ▪ Participar nas acções de formação ambiental desenvolvidas pelo Empreiteiro.

Fonte: FBO (2002)

No que se refere às auditorias e às revisões periódicas ao SGA, previstas realizar com uma periodicidade semestral, com o objectivo de validar a sua eficácia, nomeadamente na forma como a Política Ambiental e os Objectivos e Metas definidos estão a ser cumpridos e se encontram documentados e a adequabilidade do SGA à realidade das intervenções realizadas, o Gestor da Intervenção informou que estas não foram realizadas por se ter considerado que o SGA não necessitava de alterações.

Relativamente à caracterização ambiental da situação existente, o SGA previa a realização, na fase de programação, de um EInca que permitisse a caracterização ambiental da situação existente em toda a Zona de Intervenção. Este EInca foi elaborado em moldes formalmente similares ao exigido na legislação em vigor para projectos sujeitos ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental tendo, nomeadamente, obedecido à estrutura recomendada pela Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril e considerado o enquadramento do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio.

A informação ambiental obtida no EInCA foi posteriormente aplicada para a elaboração do Plano de Acompanhamento Ambiental. Neste documento, cujo objectivo era permitir o acompanhamento ambiental da intervenção foram igualmente definidas as responsabilidades de todas as partes envolvidas relativas à Fase de Obra, nomeadamente Projectistas, Empreiteiros, Fiscalização e Dono de Obra.

Ao nível da Monitorização Ambiental e uma vez que em Vila Real não foi desenvolvido um Programa de Monitorização Ambiental para toda a intervenção, verificou-se que na fase de programação apenas foi promovida a realização de um estudo de monitorização ambiental aos rios Corgo e Cabril, na zona de intervenção do Programa Polis de Vila Real. Este estudo, realizado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) no primeiro semestre de 2003 foi delineado de forma a avaliar a importância relativa dos factores locais relacionados com o habitat ribeirinho e com o canal fluvial, de modo a apurar os efeitos originados pelas variações naturais e pelos impactos antrópicos. Para apreciar estes aspectos desenvolveu-se uma caracterização cuidada das condições hidrobiológicas e do meio físico e químico em diversos pontos de amostragem, localizados ao longo do troço de estudo. Posteriormente indicaram-se medidas de ordenamento tendentes a requalificar “*habitats*” degradados e incrementar a biodiversidade e a protecção de espécies de interesse conservacionista.

Integração da Componente Ambiental

Apesar da metodologia aplicada em Vila Real ter levado à implementação de um SGA e à realização de estudos ambientais para a caracterização ambiental da situação existente, estes procedimentos foram aplicados numa fase posterior à elaboração dos Planos de Pormenor (PP), que foram desenvolvido logo no início da intervenção. Assim, isto teve como resultados que os vários instrumentos de gestão territorial desenvolvidos não reflectiram a política ambiental da Sociedade, nem incluíram a informação ambiental que veio a ser recolhida. Apesar disso, os indicadores ambientais previstos no PE, nomeadamente a criação e beneficiação de parques e áreas verdes, a criação e requalificação de espaço público, a requalificação de frentes de rio, a construção de passadiços pedonais, a pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos, a criação de novos percursos pedonais e a criação de estacionamento dissuasor, foram todos integrados nos vários PP.

Foi igualmente transmitido pela Sociedade que, apesar de não disporem de qualquer informação ambiental de caracterização, durante a fase de elaboração dos Planos, as respectivas equipas projectistas não consideraram necessário a realização de estudos ambientais, que pudessem de alguma forma validar ou complementar o que estava a ser delineado.

Relativamente à integração da componente ambiental no desenvolvimento dos vários projectos, a metodologia aplicada em Vila Real, que consistiu na introdução das informações e orientações contidas no EInCA, nos Planos de Pormenor e no Plano de Acompanhamento Ambiental nos cadernos de encargos dos concursos para o desenvolvimento dos projectos, levou a que estes incorporassem o que era solicitado.

De acordo com a informação recolhida junto da Sociedade PolisVila Real, para a elaboração dos projectos desenvolvidos no âmbito deste Programa Polis não foram realizados mais estudos ambientais complementares aos já existentes.

No que se refere à introdução de tecnologias de gestão ambiental nos vários projectos, os projectistas apenas seguiram o que estava solicitado no caderno de encargos, ou seja, apenas o projecto de execução do edifício do CMIA contemplou a instalação de painéis fotovoltaicos e painéis solares experimentais e didácticos.

Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

As acções referentes à comunicação e sensibilização ambiental foram da responsabilidade directa da Sociedade PolisVila Real. De acordo com informações obtidas junto da Sociedade, devido a restrições orçamentais, não foi possível realizar muitas das acções de divulgação que estavam previstas. No entanto, durante a fase de programação as acções realizadas passaram por:

- instalação do “Countdown” e do Posto de Informação;
- operacionalização do site <http://www.polisvilareal.pt>;
- elaboração de *placards* e maquetas.

O Posto de Informação foi localizado junto à sede da Sociedade, na Alameda de Grasse e, durante esta fase, a informação disponibilizada referiu-se aos PP, Projectos, EIncA, relatório de monitorização dos rios Corgo e Cabril e as peças de comunicação produzidas. No site Polis, operacional desde 2002, é possível obter informação relativa ao Plano Estratégico da Intervenção, fazer o *download* de todos os Planos de Pormenor e também do relatório de monitorização dos rios Corgo e Cabril.

No que se refere à componente de participação, tal como para o Programa Polis de Castelo Branco, também em Vila Real foi formada uma CLA, logo no início da intervenção, constituída por cerca de cinquenta elementos, representantes das entidades e organismos com influência local.

Durante o primeiro ano de funcionamento da CLA, realizaram-se apenas reuniões pontuais para apresentação dos diversos Planos de Pormenor. Após esse período, foi considerado necessário a realização de reuniões mais frequentes, tendo-se definido que passariam a ocorrer mensalmente em data e locais fixos (à excepção do mês de Agosto). Previamente às reuniões era enviado aos participantes um documento resumo com os temas debatidos na reunião anterior, bem como qualquer documentação adicional. As informações transmitidas passaram pela apresentação dos projectos, andamento da fase de obra, entre outros. De acordo com informação transmitida pela Sociedade, apesar da CLA ser composta por um número considerável de elementos, a média de presenças nas reuniões é cerca de dez pessoas.

Em relação à participação pública dos Planos de Pormenor, a Sociedade PolisVila Real informou que, além do cumprimento dos requisitos legais definidos, todos os PP foram apresentados na CLA e o seu conteúdo disponibilizado no site da Polis Vila Real. De acordo com informação transmitida pela Sociedade, dos seis PP elaborados e apresentados para discussão pública, apenas o PP da Vila Velha teve uma participação com níveis médios (a Sociedade recebeu cerca de 700 questionários),

devido a uma intervenção específica que estava previsto realizar numa escola. Os restantes tiveram uma participação muito baixa, com cerca de duas dúzias de questionários remetidos.

Quanto aos efeitos da participação na alteração aos Planos de Pormenor, foram eliminados os projectos do elevador panorâmico e do parque de estacionamento do Pioledo (pertencentes ao PP do Rio Corgo e ao PP do Centro Histórico, respectivamente) e na Vila Velha alterou-se a intervenção que se iria realizar numa escola, devido ao facto da Câmara Municipal de Vila Real não ter chegado a acordo.

Relativamente aos projectos, todos eles foram apresentados na CLA para discussão. O Projecto da Beneficiação e Requalificação da Av^a Carvalho de Araújo, por ter sido dos mais polémicos, esteve ainda em exposição num edifício nessa mesma avenida, tendo posteriormente dado origem a uma brochura. Durante a exposição foram preenchidos cerca de 700 inquéritos de satisfação onde a população indicou comentários, sugestões e críticas. No entanto, não deram origem a qualquer alteração ao projecto.

Vila Franca de Xira

Acompanhamento Ambiental do Programa Polis

Apesar de grande parte da Zona de Intervenção do Programa Polis em Vila Franca de Xira estar inserida na Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo (ZPE), a metodologia aplicada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para a fase de programação levou a que não fosse realizada qualquer caracterização ambiental da situação existente.

No que se refere à monitorização ambiental de estado, a CMVFX informou que optou por não realizar qualquer tipo de monitorização, não tendo igualmente as entidades consultadas manifestado qualquer recomendação nesse sentido.

Integração da Componente Ambiental

Uma vez que não foi elaborado nenhum instrumento de gestão territorial para a intervenção Polis em Vila Franca de Xira, a análise dos resultados da integração da componente ambiental irá centrar-se ao nível dos projectos desenvolvidos.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento dos projectos, que levou a que fossem consultadas as várias entidades com jurisdição na área, nomeadamente o ICN, APL, CCDR-LVT, INAG, REFER e MDN, teve como resultado a recepção de uma série de pareceres elaborados por estas entidades, que continham várias recomendações que foram posteriormente incluídas nas características e soluções técnicas adoptadas na elaboração dos projectos.

Foi assim dada especial atenção aos materiais utilizados, de modo a permitir uma drenagem natural e a não impermeabilização do terreno natural, recorrendo a uma solução de aglomerado asfáltico permeável e colorido. Foram ainda contemplados aspectos como a manutenção das características naturais da margem do rio, o respeito e salvaguarda dos valores naturais e das condicionantes biofísicas em presença.

Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

A metodologia aplicada, no que se refere às acções de comunicação e sensibilização ambiental levou a que fossem realizadas nesta fase as seguintes acções:

- colocação de um link no site da CMVFX (www.cm-vfxira.pt) relativo ao Programa Polis, onde foram disponibilizadas diversas informações sobre este Programa e os seus projectos;
- distribuição de informação sobre os projectos através de folhetos colocados nas caixas de correio e através de boletins da Câmara Municipal;
- distribuição de painéis pela cidade;
- instalação de um stand na Feira de Outubro, que se realiza anualmente no concelho.

No que se refere à participação da população na implementação do Programa Polis, não foi formada qualquer Comissão Local de Acompanhamento, nem se realizaram apresentações ou discussões públicas dos projectos.

FASE DE OBRA

Analisando as metodologias aplicadas para a integração e o acompanhamento da componente ambiental durante esta fase verificou-se que incidiram essencialmente no acompanhamento ambiental dos Programas Polis, subdividindo-se em três temas principais:

- acompanhamento ambiental das empreitadas;
- monitorização ambiental;
- elaboração de estudos ou documentos ambientais.

Nesta fase, a integração da componente ambiental disse respeito à introdução de requisitos ambientais nos concursos lançados para a adjudicação de empreitadas, quer de Fiscalização, quer de Empreiteiros.

Ao nível da fase de construção verificou-se já a existência de algumas diferenças entre as metodologias aplicadas em Castelo Branco e em Vila Real, apesar de se manterem na mesma linha de actuação. Muito distante, continuou a metodologia aplicada em Vila Franca de Xira. O resumo dos resultados obtidos em cada caso de estudo é apresentado no quadro seguinte, sendo de seguida descritos mais detalhadamente.

Quadro 4-12- Resultados obtidos nas três intervenções Polis, resultantes da aplicação das metodologias na Fase de Obra

Fase de Obra			CASTELO BRANCO	VILA REAL	VILA FRANCA DE XIRA
Integração da Componente Ambiental					
Empreitadas Fase de Concurso	Fiscalização	Responsável ambiental	✓	✓	✗
		Elaboração de um doc. para o acompanhamento ambiental das empreitadas	✗	*	✗
	Empreiteiros	Responsável ambiental	✓	✓	✗
		Elaboração de um PGA específico	✓	✗	✗
Acompanhamento Ambiental do Programa Polis					
Sistema de Gestão Ambiental	Auditorias periódicas		Não aplicável	✗	Não aplicável
	Revisões ao SGA		Não aplicável	✗	Não aplicável
Monitorização Ambiental	Realização de campanhas de monitorização ambiental de estado		✓	✗	✗
Estudos e Doc. Ambientais desenvolvidos	Revisão e actualização do Plano de Gestão Ambiental		✓	✗	Não aplicável
	Elaboração de estudos ambientais		✓	✗	✗
Empreitadas Fase de Obra	Geral	Participação dos responsáveis ambientais em reuniões de obra	●	●	✗
		Recolha de informação relativa a indicadores ambientais de empreitadas	✓	✗	✗
	Fiscalização	Cumprimento das responsabilidades definidas nos Planos de Gestão/Acompanhamento Ambiental	✓	✓	Não aplicável
		Elaboração de relatórios/documentos ambientais mensais	●	✓	✗
		Monitorização em Obra	✗	✓	✗
	Empreiteiros	Cumprimento das responsabilidades definidas nos Planos de Gestão/Acompanhamento Ambiental	●	✓	Não aplicável
		Elaboração de relatórios/documentos ambientais mensais	✓	✓	✗
		Monitorização em Obra	✓	✗	✗
		Acções de Formação em Ambiente	✗	✗	✗

Fase de Obra		CASTELO BRANCO	VILA REAL	VILA FRANCA DE XIRA
Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental				
Divulgação	Informação sobre empreitadas	✓	✓	✗
	Acções para o público em geral	✓	✓	✗
	Acções específicas para os comerciantes	✓	✗	Não aplicável
Participação periódica	Comissão Local de Acompanhamento	✓	✓	✗
Legenda: ✓ Executado ● Parcialmente Executado ✗ Não executado * Informação não confirmada				

Castelo Branco

Integração da Componente Ambiental

A metodologia aplicada nesta cidade Polis para a fase de concurso, que consistiu na integração do PGA elaborado pela Parque Expo'98 nos cadernos de encargo dos concursos para a contratação dos Empreiteiros e Fiscalização²⁴, levou à contratualização das seguintes responsabilidades, que cada interveniente teve que aplicar, na fase de obra:

Quadro 4-13 - Responsabilidades definidas no PGA da Sociedade PolisCastelo Branco

Dono de Obra

Comunicar à Fiscalização novas medidas de minimização, caso seja necessário;
Acompanhar a implementação do PGA;
Promover o diálogo entre as várias entidades e com o público em geral.

Fiscalização

Ter um responsável ambiental, com as principais responsabilidades:

- verificar a implementação dos procedimentos e medidas de minimização/acções;
- acompanhar o Empreiteiro na identificação de impactes não previstos e definição de medidas correctivas;
- informar a ocorrência de acidentes com impactes significativos e indicar procedimentos para minimização;
- verificar os registos ambientais do Empreiteiro, os comprovativos e licenças;
- preencher as "Fichas de Verificação Ambiental", com a estrutura definida PGA, e inclui-las nos relatórios mensais a entregar ao Dono de Obra.

Empreiteiro

Nomear um responsável ambiental, com as seguintes funções principais:

- zelar pela implementação das medidas de minimização e, se necessário, definir e corrigir procedimentos;
- informar e sensibilizar todos os trabalhadores para a implementação das medidas de minimização de impactes ambientais;
- proceder à elaboração de "Registos Ambientais" com a estrutura definida no PGA;
- organizar, manter actualizado e apresentar mensalmente à Fiscalização, o arquivo de documentos para o acompanhamento ambiental;
- efectuar, sempre que se justifique, registo sobre as principais ocorrências ambientais em Livro de Obra.

Assim sendo, em Castelo Branco obtiveram-se os seguintes resultados:

- todas as responsabilidades dos vários intervenientes na execução das empreitadas (Dono de Obra, Fiscalização e Empreiteiro) ficaram definidas, logo à partida;
- na equipa formada para a Fiscalização deste Programa Polis foi incluído, logo de início, um elemento com as funções de responsável ambiental, cujo objectivo era garantir a correcta implementação das acções e medidas solicitadas no PGA;
- uma vez que não era solicitado, não foi elaborado, por parte da Fiscalização, nenhum documento específico contendo a metodologia definida para o acompanhamento ambiental das empreitadas;
- no que se refere aos Empreiteiros, para as empreitadas de maior dimensão, elaboraram planos de gestão ambiental específicos baseados no PGA da Sociedade, onde identificavam as medidas de minimização/acções a aplicar durante a execução da obra e definiam

²⁴ Importa aqui informar que dada a especificidade e complexidade da intervenção Polis, a Sociedade PolisCastelo Branco contratou apenas uma empresa de Fiscalização para o acompanhamento de todas as empreitadas a realizar no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco.

responsabilidades. Nas empreitadas de menor dimensão, onde não foi considerado que se justificasse a elaboração de um plano de gestão ambiental específico, os empreiteiros cumpriram o definido no PGA da Sociedade. À semelhança do solicitado para a Fiscalização, cada equipa de Empreiteiros incluiu igualmente um elemento que assumiu as funções de responsável ambiental da empreitada e cumpriu as responsabilidades definidas no PGA.

Acompanhamento Ambiental do Programa Polis

O acompanhamento ambiental desta fase consistiu na continuação da monitorização ambiental, no desenvolvimento de estudos ou documentos ambientais específicos e no acompanhamento ambiental das empreitadas.

Assim, no que se refere à monitorização ambiental, em Castelo Branco, durante a fase de obra foram realizadas seis campanhas de monitorização de qualidade do ar e do ruído, com uma periodicidade semestral, tendo-se iniciado em Janeiro de 2003. O segundo Estudo Sócio-Económico foi elaborado em Junho de 2004 tendo, através da aplicação de inquéritos à população, tentado aferir o conhecimento desta relativamente às características da intervenção, observar os aspectos de maior desagrado sobretudo relativos à execução física das obras e também conhecer os aspectos mais preocupantes da intervenção. Após a realização de cada campanha, os relatórios foram analisados pelo Núcleo de Ambiente que, com base nos resultados obtidos aferiu as medidas de minimização a implementar na fase de obra.

Os resultados obtidos foram posteriormente disponibilizados à população, quer através do site, quer através da colocação dos relatórios de monitorização no Posto de Informação. Para tal, e por forma a ser acessível a todos os interessados, foi previamente solicitado ao Instituto Politécnico que os relatórios técnicos privilegiassem representações gráficas e fossem elaborados em linguagem pouco técnica.

Relativamente aos estudos e documentos ambientais, no decorrer da intervenção em Castelo Branco foram realizadas revisões ao Plano de Gestão Ambiental, visando a actualização dos diplomas legais em vigor e a adaptação deste documento à fase de obra do Programa Polis. Verificou-se ainda a necessidade de promover um estudo de solos e águas subterrâneas por forma a confirmar e avaliar o grau de contaminação presente na zona afecta aos postos de abastecimento localizados na Praça da Devesa, que foram retirados para a implementação do Projecto Urbano do Centro Cívico/Devesa.

No que se refere ao acompanhamento ambiental das empreitadas, na fase de construção das empreitadas, a metodologia aplicada em Castelo Branco levou a que, na prática, se tivessem obtido os seguintes resultados:

de forma geral:

- os responsáveis ambientais da Fiscalização e Empreiteiro apenas se reuniam quando o Dono de Obra solicitava, uma vez que o PGA não definia a periodicidade de participação dos vários responsáveis nas reuniões de obra. Sendo assim, as questões ambientais das empreitadas, tais como medidas de minimização de poeiras, ruído, vibrações, gestão de resíduos, etc, eram apenas abordadas nessas reuniões;

- foram produzidos indicadores ambientais das empreitadas, com o objectivo de permitir a avaliação do desempenho ambiental das empreitadas realizadas no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco;

no que se refere ao Dono de Obra (Gestor da Intervenção em representação da Sociedade):

- o acompanhamento ambiental das empreitadas foi realizado pelos elementos com formação na área de ambiente, pertencentes à equipa central da Parque Expo'98, que analisaram os relatórios ambientais entregues pela Fiscalização, participaram nas reuniões de obra e promoveram o diálogo entre as várias entidades intervenientes neste processo e o público em geral.

em relação à Fiscalização verificou-se que:

- de forma global, o responsável ambiental cumpriu as seguintes responsabilidades definidas no PGA:
 - verificar a implementação de todos os procedimentos e medidas de minimização/acções previstas e outras que fossem solicitadas pelo Dono de Obra;
 - acompanhar o Empreiteiro na identificação de impactes não previstos e na definição de medidas correctivas;
 - informar a ocorrência de acidentes susceptíveis de provocar impactes ambientais significativos e indicar os procedimentos a adoptar para a sua minimização;
 - comunicar ao Dono de Obra a avaliação do Empreiteiro, na implementação das medidas de minimização/acções;
- sem uma constante verificação não eram devidamente preenchidas as "Fichas de Verificação Ambiental", nem verificados os "Registos Ambientais" efectuados pelo Empreiteiro, ambos requeridos contratualmente e que deveriam constar, em capítulo próprio, nos relatórios mensais a entregar ao Dono de Obra;
- no que se refere a campanhas de monitorização em obra não existiu qualquer reconhecimento ambiental sucinto antes das ocupações dos estaleiros, uma vez que a Sociedade, através do seu Programa de Monitorização Ambiental já detinha essa informação. No entanto, a Fiscalização estava igualmente incumbida de registar os níveis sonoros durante a realização de trabalhos particularmente ruidosos, o que não foi realizado;

relativamente aos Empreiteiros:

- o grau de aplicação das medidas de minimização definidas no PGA da Sociedade e/ou nos Planos de Gestão Específicos de cada empreitada foi diverso e dependeu da sensibilidade dos Empreiteiros contratados;
- os Empreiteiros mostraram alguma relutância no preenchimento mensal dos "Registos Ambientais", solicitados no PGA;
- de acordo com as informações transmitidas pela Fiscalização, nenhum empreiteiro realizou acções de formação ambiental aos funcionários por forma a sensibilizá-los para a importância da correcta implementação das medidas de minimização de impactes ambientais;

- verificou-se que, apesar de não ser exigido nos cadernos de encargos, alguns Empreiteiros responsáveis por obras de maior volume realizaram monitorizações em obra à qualidade do ar e ruído.

Ações de Comunicação e Sensibilização Ambiental

A metodologia aplicada nesta cidade levou a que fossem desenvolvidas várias acções de sensibilização e informação para a população em geral, relativas ao andamento das empreitadas e que permitiram, tanto quanto possível, minimizar as inevitáveis alterações aos hábitos da população de Castelo Branco. Assim, para a divulgação de informação geral referente ao Programa Polis manteve-se o posto de informação (até à sua desactivação a 31 de Dezembro de 2004 devido ao decréscimo de visitantes) e criou-se um *site* informativo (url: <http://www.poliscastelobranco.pt>), com o objectivo de divulgar a informação referente ao Programa Polis em Castelo Branco, tendo como principais temas:

- em que consiste o Programa Polis e o Projecto Polis em Castelo Branco (Plano Estratégico, os Planos e Projectos previstos, etc);
- como se realiza o acompanhamento ambiental – que inclui inclusivamente a disponibilização dos resultados das campanhas de monitorização;
- notícias, informações úteis, contactos, etc (com possibilidade de *download* dos boletins informativos);
- acções e eventos realizados.

Durante a fase de obra foram também publicados mais dois boletins informativos: em Maio de 2003, com o tema “Polis dentro dos prazos”, e outro em Dezembro de 2003, com o tema “As novas empreitadas”, realizando ambos o balanço da fase de obra e onde se perspectivam novas empreitadas.

Especificamente para as empreitadas, no início de cada obra foram novamente apresentados os projectos à população e colocaram-se e decoraram-se os tapumes da obra, por forma a minimizar o impacto de obras com esta dimensão. Em determinados pontos foram colocados painéis janela, que permitiram à população acompanhar *in loco* o desenvolvimento dos trabalhos. Foram ainda utilizados folhetos, *flyers*, *spots* de rádio e anúncios de imprensa para divulgação de informação vária relacionada com as empreitadas, nomeadamente desvios de trânsito e interdição de estacionamento.

Para os comerciantes/comércio tradicional localizados em zonas de forte impacto e que sofreram as inevitáveis consequências relacionadas com alterações viárias temporárias, foram aplicadas várias acções que, de alguma forma, tentaram compensar os incómodos causados pelas obras, tais como:

- Brigadas de Limpeza de Montras – foi constituída uma brigada de dois trabalhadores que, uma vez por semana, assegurou a limpeza das montras e portas de entrada dos estabelecimentos comerciais instalados nas zonas mais afectadas pelas obras, nomeadamente na zona da Alameda da Liberdade, nos Largos da Sé e D. José I, na Rua da Sé, entre outros.

- sinalização de acessos alternativos – identificação clara do trajecto a efectuar durante o período das obras, através da produção de *outdoors*, *spots* de rádio, entre outros;
- desenvolvimento de acções de animação para atracção da população em geral, minimizando o impacto das obras nas actividades comerciais (por exemplo: produção de etiquetas e papel de embrulho para presentes de Natal, concursos de montras, animação de rua, sessões de esclarecimento dirigidas a comerciantes, entre outros).

No âmbito das Acções Escola foram desenvolvidas várias acções de sensibilização ambiental, nomeadamente um *pedy-paper*, uma feira ecológica, um guia pedagógico de boas práticas ambientais e um manual para o professor, com questões ambientais.

No que se refere à participação, até Janeiro de 2004, foram realizadas as reuniões da CLA, sensivelmente de dois em dois meses, onde eram apresentados os projectos e as actividades desenvolvidas pela Sociedade PolisCastelo Branco e ouvidas as sugestões e os comentários da população relativamente aos aspectos da fase de obra.

Vila Real

Integração da Componente Ambiental

À semelhança do realizado em Castelo Branco, durante a fase de concurso o Gestor da Intervenção integrou o Plano de Acompanhamento Ambiental (PAA) e o SGA nos cadernos de encargos dos concursos para a Fiscalização e para as várias empreitadas. Salienta-se aqui que, tal como aconteceu em Castelo Branco, a Sociedade contratou apenas uma empresa de Fiscalização para acompanhar toda a intervenção.

No que se refere aos Empreiteiros, os concorrentes foram assim impelidos a apresentar uma Nota Técnica que contemplasse a descrição do SGA planeado para implementar na obra, as indicações para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, os meios humanos a afectar e a lista de trabalhos que seriam objecto de análise e acompanhamento pormenorizado, visando a mitigação de impactes ambientais.

Os cadernos de encargos indicavam ainda que, após a adjudicação, cada Empreiteiro deveria nomear um elemento responsável pelo ambiente para integrar a Comissão de Acompanhamento Ambiental da Obra e elaborar um PGA específico, que adoptasse parcialmente o conteúdo do SGA, bem como os impactes e medidas a acautelar. Este Plano seria posteriormente analisado e validado pela Fiscalização. A par disto, o empreiteiro seria ainda responsável pelo cumprimento do PAA entregue pelo Gestor da Intervenção.

No quadro seguinte sintetiza-se as responsabilidades das diversas entidades durante a execução das empreitadas, tal como definido no SGA e no PAA e contratualizadas nos cadernos de encargos.

Quadro 4-14 - Síntese das responsabilidades dos vários intervenientes na execução das empreitadas, definidos no SGA e no PAA

Intervenientes	Síntese das Responsabilidades
Gestor da Intervenção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir o PAA e corrigi-lo sempre que necessário; ▪ Definir o Plano de Monitorização Ambiental de acordo com as recomendações do EIncA; ▪ Comunicar ao Empreiteiro e Fiscalização a implementação de outras medidas de minimização; ▪ Acompanhar e verificar a implementação das medidas de minimização; ▪ Promover o diálogo entre todas as entidades envolvidas;
Responsável ambiental da Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verificar a implementação das medidas de minimização indicadas no PAA; ▪ Acompanhar e apoiar o Empreiteiro em situações não previstas; ▪ Informar o Gestor da Intervenção da ocorrência de acidentes e auxiliar o empreiteiro a aplicar as medidas necessárias; ▪ Controlar e verificar a validade das licenças necessárias; ▪ Informar o Gestor da Intervenção, as entidades oficiais e o público em geral; ▪ Elaborar mensalmente um relatório do Acompanhamento Ambiental;
Responsável ambiental do Empreiteiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar, verificar e implementar o PAA; ▪ Criar os procedimentos relacionados com a implementação das medidas de minimização e modificá-los, sempre que necessário; ▪ Informar e sensibilizar, através de acções de formação ambientais, todos os trabalhadores e sub-empreiteiros para a importância da correcta implementação das medidas propostas no PGA; ▪ Manter um arquivo actualizado dos documentos pertinentes; ▪ Registar no Livro de Obra eventuais ocorrências com impacte no ambiente; ▪ Elaborar mensalmente o relatório de acompanhamento ambiental a apresentar à Fiscalização.

Desta forma, é possível indicar que:

- a Fiscalização nomeou um responsável ambiental com formação técnica adequada ao acompanhamento ambiental das empreitadas – designado Responsável pelo Acompanhamento Ambiental da Obra – por forma a constituir um interlocutor privilegiado com o Gestor da Intervenção para as questões ambientais;
- não foi elaborado um Manual de Ambiente para a fiscalização de empreitadas. No entanto, importa aqui referir que não foi possível ter acesso ao caderno de encargos para a contratação da Fiscalização, pelo que se desconhece se foi explicitamente solicitado a elaboração deste Manual, tal como indicado no SGA, ou se apenas foi indicada a necessidade da monitorização em obra e a participação em reuniões periódicas;
- a selecção dos Empreiteiros levou em consideração a demonstração da capacidade da empresa para elaborar PGA e implementar as técnicas de gestão ambiental apresentadas no PAA;
- apesar de estar definido no SGA que os Empreiteiros deveriam elaborar um plano de acompanhamento ambiental específico, na prática verificou-se que não o fizeram e seguiram o PAA da Sociedade PolisVila Real.
- após a adjudicação, cada Empreiteiro nomeou um elemento responsável pelo ambiente para integrar a Comissão de Ambiente da Obra e ser responsável pelo cumprimento do PAA, entregue pelo Gestor da Intervenção.

Apesar de estar previsto a UTMAD elaborar mais relatórios de monitorização dos rios Corgo e Cabril, este procedimento acabou por não se verificar devido à falta de verba. Assim, as monitorizações realizadas nesta cidade durante a fase de obra basearam-se apenas em campanhas ocasionais realizadas pela Fiscalização e Empreiteiros, que permitiram apenas um acompanhamento pontual das situações de obra, não se conseguindo assim um efectivo acompanhamento ambiental da execução física do Programa Polis.

Nesta fase, o Gestor da Intervenção não considerou existir necessidade de elaborar estudos ou documentos ambientais específicos. Igualmente, não se realizaram actualizações e/ou revisões ao PAA e ao SGA.

No que se refere à fase de execução das empreitadas, o acompanhamento ambiental realizado pelo Gestor da Intervenção do Programa Polis em Vila Real apresentou os seguintes resultados:

de forma geral:

- as Comissões de Acompanhamento de Obra previstas no SGA acabaram por funcionar de forma diferente da prevista. Na prática, apenas se realizaram as reuniões de ambiente entre a Fiscalização e os Empreiteiros com uma periodicidade quinzenal. Em relação ao Gestor da Intervenção, este só participava quando era convocado. O representante do Dono de Obra, também participou nas reuniões de obra, sem periodicidade definida.
- não foi sistematizada a recolha de informação relativa a indicadores ambientais das empreitadas;

no que se refere ao Gestor da Intervenção:

- com base nos relatórios recebidos pela Fiscalização, elaborou mensalmente relatórios ambientais, integrados nos relatórios mensais, posteriormente enviados à Sociedade PolisVilaReal;
- participou nas reuniões de obra, com uma periodicidade inferior à prevista no SGA;
- não realizou revisões ao PAA, nem ao SGA;
- definiu o Programa de Monitorização Ambiental específico para as empreitadas, de acordo com o definido no PAA. Refira-se novamente que esta informação não foi possível de ser confirmada;

por seu lado, a Fiscalização:

- para o cumprimento das responsabilidades definidas no PGA e no SGA e que se prendiam essencialmente com a verificação e acompanhamento dos Empreiteiros na implementação do PAA, o responsável pelo acompanhamento ambiental da obra realizou vistorias mensais às empreitadas em curso;
- mensalmente, o responsável ambiental elaborou um relatório específico para cada empreitada, onde englobava o relatório específico de ambiente para entrega ao Gestor de Intervenção, que continha todas as ocorrências registadas durante o acompanhamento ambiental realizado naquele mês e incluía uma avaliação do cumprimento e execução das medidas de minimização, por parte dos Empreiteiros.

- realizou campanhas de monitorização pontuais em obra, nomeadamente ruído, vibrações e partículas.

relativamente aos Empreiteiros:

- de acordo com informações transmitidas pelo GIL, os empreiteiros implementaram a maioria das medidas/acções solicitadas no Plano de Acompanhamento Ambiental da Sociedade PolisVila Real. Em relação à realização de acções de formação aos funcionários, na área do ambiente, não foi possível obter qualquer informação.
- mensalmente, os Empreiteiros elaboraram relatórios de progresso mensais, para apreciação pela Fiscalização, onde constavam: as medidas de minimização implementadas; as dificuldades sentidas na sua aplicação; as medidas que não foram aplicadas e as razões que levaram a tal situação; a indicação de problemas resultantes do decorrer da obra, que não foram previamente identificados e as acções adequadas à sua resolução, bem como as reclamações ou exigências efectuadas por entidades oficiais, associações, grupos ou particulares e respectivas consequências.
- apesar de não ser exigido, verificou-se que os Empreiteiros também não realizaram campanhas de monitorização em obra.

Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

Relativamente aos meios de divulgação utilizados para a população em geral, durante a fase de obra foram elaborados prospectos e comunicados locais, mantiveram-se operacionais o Posto de Informação e o site e colocaram-se tapumes de obras que, além de minimizarem o ruído e o impacto visual inevitável em obras com esta dimensão permitiram ainda à população a observação do andamento da empreitada, através da aplicação de um painel janela. Apenas o *Countdown* foi desligado em Janeiro de 2004 e posteriormente retirado.

No Posto de Informação, durante esta fase foi possível consultar toda a informação que já estava disponível durante a fase de programação (referente aos Planos de Pormenor, Projectos, relatórios, entre outros), bem como os prospectos e comunicados realizados durante a fase de obra, que foram referentes à obra do Parque do Corgo. O site manteve-se em funcionamento, mas apenas disponibilizava informação relativa aos Planos de Pormenor, ao relatório de monitorização dos rios Corgo e Cabril e a alguns projectos que iam sendo elaborados, não tendo qualquer informação relativa às empreitadas em curso, tais como desvios de trânsito realizados, duração previstas das obras, entre outros.

De acordo com as informações transmitidas pela Sociedade PolisVila Real, as acções específicas para os comerciantes que estavam previstas implementar (brigadas de limpeza de montras, acções de animação de rua, entre outras) não foram realizadas, devido às restrições orçamentais entretanto surgidas.

No que se refere à participação da população, esta continuou a realizar-se periodicamente nas reuniões mensais da Comissão de Acompanhamento Local onde eram expostas as actividades realizadas pela Sociedade PolisVila Real.

Vila Franca de Xira

Integração da Componente Ambiental

A metodologia aplicada em Vila Franca de Xira para o acompanhamento ambiental das empreitadas não foi além dos procedimentos camarários, que apenas exigiam o cumprimento da legislação ambiental aplicável.

Assim, os termos de referência dos concursos para a selecção das equipas da Fiscalização e Empreiteiros não solicitavam a apresentação de metodologia para a realização de acções e/ou medidas a aplicar por parte dos adjudicatários, para a minimização dos impactes ambientais decorrentes das suas actividades, nem que as equipas das Fiscalizações e Empreiteiros incluíssem um elemento responsável pelo acompanhamento ambiental. Isto levou a que nenhum dos adjudicatários tivesse apresentado qualquer metodologia para a gestão ambiental da empreitada, nem indicasse qualquer responsável ambiental.

Acompanhamento Ambiental do Programa Polis

No caso desta intervenção Polis não se verificou qualquer tipo de monitorização ambiental durante a fase de construção uma vez que não foi implementado qualquer programa de monitorização ambiental, nem foram realizadas medições em obra. Tal como ocorreu durante a fase de programação, também não foram realizados quaisquer estudos ou documentos ambientais.

Durante a execução física das empreitadas, o acompanhamento foi realizado por três elementos do PMRU, na qualidade de Dono de Obra, que se reuniam semanalmente com a Fiscalização e Empreiteiro para as reuniões de obra. Em termos de resultados, e de acordo com a informação transmitida pelo PMRU, a metodologia aplicada levou às seguintes situações:

- não foram implementadas medidas de minimização de impactes ambientais (por exemplo: minimização de poeiras, isolamento acústico da maquinaria e veículos de apoio à obra, entre outras);
- não foram produzidos relatórios ambientais que descrevessem as actividades realizadas pelos Empreiteiros e/ou Fiscalização no que se refere à gestão ambiental das empreitadas;
- não se realizaram campanhas de monitorização ambiental em obra, por parte de nenhum dos intervenientes, nem foram realizadas acções de formação aos funcionários na área de ambiente;
- não houve qualquer tipo de produção de informação relativa ao desempenho ambiental das empreitadas;

Importa aqui referir que, em relação à 2ª fase do Caminho Pedonal Ribeirinho, uma vez que a área de implantação do Projecto se localiza na jurisdição da REFER, a CMVFX realizou um protocolo com esta entidade para o lançamento da empreitada em conjunto. Neste caso, terá a REFER a função de Dono de Obra, cabendo à CMVFX um papel de acompanhamento. No entanto, desconhece-se qual a metodologia que será adoptada pela REFER para o acompanhamento ambiental deste projecto.

As acções de comunicação e sensibilização ambiental implementadas tiveram apenas como resultado a informação da população local, através de painéis de obra, onde se indicava o tipo de obra e a data de início e conclusão das empreitadas. Durante esta fase, continuou disponível a informação colocada *on-line*, no site da Câmara Municipal, relativa ao Programa Polis em Vila Franca de Xira e os projectos que o integram, não tendo contudo qualquer informação relativa às empreitadas em curso.

FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Com a conclusão das empreitadas irá entrar-se na fase de encerramento e avaliação do desempenho ambiental dos Programas Polis. Devido às reprogramações físicas e financeiras realizadas ao longo do tempo, à data da realização desta tese, nenhuma das intervenções em estudo se encontrava ainda concluída. No entanto, dado o seu adiantado estado de execução, já com a maioria dos projectos concretizados, foi possível antever os resultados previstos obter no final das intervenções.

Assim, dos três casos em estudo, apenas o Programa Polis de Vila Franca de Xira terá uma percentagem de concretização da ordem dos 100%. Em Castelo Branco este valor rondará os 90% e em Vila Real os 60%, derivando do facto de se terem realizado alterações na concepção de alguns dos projectos previstos em ambas as intervenções.

No quadro seguinte e à semelhança do realizado nas fases anteriores apresenta-se um resumo das acções a concretizar e dos resultados que se prevê que venham a ser obtidos na fase de encerramento e avaliação.

Quadro 4-15- Resultados previstos obter nas três intervenções Polis, resultantes da aplicação das metodologias na Fase de Encerramento e Avaliação

Fase de Encerramento e Avaliação			CASTELO BRANCO	VILA REAL	VILA FRANCA DE XIRA
Encerramento					
Monitorização Ambiental	Realização de campanhas de monitorização ambiental de estado		✓	✗	●
Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental	Divulgação dos Projectos implementados		✓	✓	✓
Avaliação do Desempenho Ambiental do Programa Polis					
Grau de implementação final previsto			90%	63%	100%
Indicadores Ambientais	Plano Estratégico	Inclusão dos indicadores ambientais nos PP e nos projectos	✓	✓	✓
		Execução dos indicadores ambientais	●	●	✓
	Empreitadas	Produção de indicadores de desempenho ambiental	✓	✗	✗

Legenda: ✓ Executado ● Parcialmente Executado ✗ Não executado

Castelo Branco

Encerramento

De acordo com a informação transmitida pela Sociedade PolisCastelo Branco, após a concretização de todos os projectos será realizada a campanha de monitorização ambiental prevista para esta fase, cujos resultados, após a comparação com a situação de referência permitirão obter informações relativamente à eficácia ambiental dos projectos implementados.

Igualmente, para as acções de comunicação e sensibilização ambiental, a metodologia prevista aplicar consiste na realização de sessões inaugurais, que já se têm vindo a realizar à medida que as empreitadas vão terminando. Está igualmente previsto a edição de uma publicação sobre as obras realizadas no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco.

Vila Real

Encerramento

De acordo com a informação transmitida pela Sociedade PolisVila Real, uma vez que o Programa Polis foi sujeito a reprogramações físicas, o contrato com o Gestor da Intervenção terminou ainda durante a fase de obra. Esta situação teve como consequência que as acções previstas implementar por este, para a fase de encerramento, não poderão ser realizadas. Assim, será possível indicar que não se prevê a realização de qualquer campanha de monitorização para esta fase. Igualmente, não será elaborado um documento semelhante ao Plano de Acompanhamento Ambiental com a compilação das medidas a implementar para a utilização dos novos espaços.

Em relação às acções de comunicação e sensibilização, uma vez que são implementadas directamente pela Sociedade, prevê-se a divulgação dos projectos implementados, nomeadamente através do Posto de Informação e do site Polis.

Vila Franca de Xira

Encerramento

Uma vez que não foi implementado um programa de monitorização ambiental para o acompanhamento do Programa Polis em Vila Franca de Xira, na fase de encerramento e avaliação, não será igualmente realizada qualquer campanha deste género. Refira-se apenas que, após a conclusão da empreitada do Parque Urbano de Vila Franca de Xira foi realizado um pequeno inquérito à população, para avaliação da satisfação do novo Parque. De acordo a informação transmitida pelo PMRU foram obtidos resultados bastante positivos, no entanto, não foram realizados mais inquéritos e nem está previsto a realização de mais nenhum.

Em termos de comunicação e sensibilização ambiental, o PMRU tem vindo a promover diversas acções de dinamização dos novos espaços públicos já concluídos, que incluem a realização de actividades físicas, exposições, feiras, entre outros. Foi igualmente indicado que gostariam de colocar informação ambiental nos Parques, uma vez que se encontram na ZPE, tendo inclusive já solicitado a colaboração do ICN para tal.

Avaliação do Desempenho Ambiental do Programa Polis

Como consequência directa e indirecta das intervenções Polis, os vários Planos Estratégicos realizavam uma avaliação preliminar dos efeitos esperados das intervenções, considerando-se expectável uma afectação positiva na qualidade de vida urbana, sentida tanto nos domínios ambiental como sócio-económico.

Para os três casos de estudo, a avaliação ambiental do Programa Polis será realizada com base na verificação da integração e execução dos indicadores previstos nos diferentes Planos Estratégicos. No caso de Castelo Branco, será também realizada uma avaliação ao desempenho ambiental das empreitadas uma vez que, de acordo com a metodologia aplicada, ao longo da fase de obra foi recolhida e compilada um conjunto de informação ambiental a partir da qual será possível quantificar ou determinar indicadores ambientais que irão permitir avaliar o desempenho das empreitadas.

De acordo com a informação transmitida pela Sociedade PolisVila Real, o estudo previsto realizar relativo ao cumprimento ou não das metas e indicadores propostas atingir no SGA não será realizado, devido ao facto do Gestor de Intervenção já ter terminado o seu contrato.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores ambientais indicados nos vários Planos Estratégicos, previstos de serem afectados nas três intervenções Polis e os valores já executados ou previstos concretizar até ao final das intervenções.

Quadro 4-16 - Indicadores ambientais previstos nos Planos Estratégicos e concretizados nas intervenções Polis

Indicadores Ambientais	Castelo Branco		Vila Real		Vila Franca de Xira	
	Previsto ⁱ	Concretizado ⁱⁱ	Previsto ⁱ	Concretizado ⁱⁱⁱ	Previsto ⁱ	Concretizado ^{iv}
Instrumentos de gestão territorial	1	1	6	6	-	-
Criação e beneficiação de parques e áreas verdes	44 500 m ²	28 900 m ²	1 094 500 m ²	800 000 m ²	9 500 m ²	45 933,7 m ²
Criação e requalificação de espaço público	26 352 m ²	46 200 m ²	39 525 m ²	20 000 m ²	78 000 m ²	70 107,4 m ²
Requalificação de Frentes de Rio	na	na	5 100 m	5 100 m	3 300 m	58 679,7 m ²
Construção de Passadiços Pedonais	na	na	9	6	1	1
Ciclovias criadas	500 m	nq	na	na	2 530 m	691,4 ml
Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	14 500 m ²	16 200 m ²	1 200 m ²	1 200 m ²	240 m ²	240 m ²
Criação de Novos Percursos Pedonais	na	na	7 550 m	7 550 m	2 530 m	691,4 m ²
Estacionamento Dissuasor	850 lugares	750 lugares	500 lugares	0	na	na
Demolições para requalificação urbana	31 700 m ²	25 129 m ²	nq	nq	90 m ²	90 m ²
Criação de um CMIA	1	1	1	1	na	na

Fonte: i) MAOT (2002) ii) Parque Expo'98 iii) Sociedade Polis Vila Real iv) PMRU de Vila Franca de Xira

Nota: os valores concretizados aqui indicados apresentam algumas variações relativamente aos indicados no Plano Estratégico. Isto deve-se ao facto dos critérios utilizados por cada fonte no cálculo dos valores concretizados, poderem

não corresponderem aos utilizados na elaboração dos PE, uma vez que nestes planos não se apresentam os critérios utilizados.

No que se refere à componente socio-económica e de cariz cultural, não é possível apresentar qualquer tipo de projecções.

4.5.2 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através da análise das metodologias implementadas para a integração e acompanhamento da componente ambiental e dos resultados obtidos com a sua aplicação, será possível responder às questões levantadas no início desta tese:

- Hipótese 1: as metodologias utilizadas para o acompanhamento ambiental não foram similares nas cidades da Componente 1;
- Hipótese 2: o modelo de gestão definido e a área de intervenção do projecto influenciaram a metodologia aplicada;
- Hipótese 3: a utilização de uma metodologia visa harmonizar e garantir a efectiva integração e acompanhamento da componente ambiental em grandes projectos e/ou programas de requalificação urbana e ambiental.

Para tal, aplicou-se uma análise *SWOT* a cada um dos casos de estudo. Esta ferramenta de gestão estratégica permite analisar quatro elementos-chave, a saber: *Strengths* - pontos fortes da metodologia; *Weaknesses* - pontos fracos e desvantagens da metodologia; *Opportunities* - oportunidades de melhoria e o potencial de crescimento e *Threats* - ameaças e aspectos negativos.

A análise *SWOT* é comumente aplicada na análise de factores que influenciam a competitividade das empresas, tais como a sua posição no mercado e tendências futuras, por exemplo. No entanto, de acordo com Rizzo (2005) este tipo de análise pode-se aplicar a variados domínios, nos quais se incluem os projectos de requalificação urbana, contribuindo desta forma para o cumprimento dos objectivos.

A análise realizada nesta tese divide-se assim em duas partes: os factores internos aplicáveis à metodologia (pontos fortes e fracos) e os factores externos (oportunidades e ameaças).

Quadro 4-17 - Análise SWOT à metodologia aplicada no Programa Polis em Castelo Branco

Programa Polis de Castelo Branco	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caracterização da Situação Inicial ▪ Programa de Monitorização Ambiental ▪ Plano de Gestão Ambiental ▪ Integração da componente ambiental nos IGT e nos projectos ▪ Acompanhamento Ambiental das Empreitadas ▪ Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental ▪ Avaliação do desempenho ambiental das Empreitadas ▪ Avaliação do Programa Polis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A equipa local não ter um elemento com formação na área de ambiente ▪ Não implementação de um SGA
Oportunidades	Ameaças

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação ambiental estratégica a Planos Estratégicos ▪ Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental ▪ Certificação Ambiental em Obra ▪ Acompanhamento ambiental permanente 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existir um acompanhamento ambiental local e permanente
---	--

Quadro 4-18 - Análise SWOT à metodologia aplicada no Programa Polis em Vila Real

Programa Polis de Vila Real	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental ▪ Caracterização da Situação Inicial ▪ Plano de Acompanhamento Ambiental ▪ Plano de Gestão Ambiental ▪ Integração da componente ambiental nos projectos ▪ Acompanhamento Ambiental das Empreitadas ▪ Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental ▪ Avaliação do Programa Polis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de um Programa de Monitorização Ambiental ▪ Não integração da componente ambiental nos IGT ▪ Não cumprimento do SGA implementado ▪ Falta de compilação de informação ambiental que permita a avaliação do desempenho ambiental das Empreitadas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação ambiental estratégica a Planos Estratégicos ▪ Implementação de um Programa de Monitorização Ambiental ▪ Certificação Ambiental em Obra 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desconhecimento da intensidade dos impactes ambientais causados pela intervenção (positivos e negativos) na Natureza e na população envolvente

Quadro 4-19 - Análise SWOT à metodologia aplicada no Programa Polis em Vila Franca de Xira

Programa Polis de Vila Franca de Xira	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração da componente ambiental no desenvolvimento dos projectos, através da inclusão dos pareceres das entidades com jurisdição na área 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A equipa local não ter um elemento com formação na área de ambiente ▪ Falta de caracterização da situação inicial ▪ Falta de implementação de um programa de monitorização ambiental ▪ Não implementação de medidas minimizadoras de impactes ambientais durante a fase de obra ▪ Falta de compilação de informação ambiental que permita a avaliação do desempenho ambiental das Empreitadas
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação ambiental estratégica a Planos Estratégicos ▪ Elaboração de estudos de caracterização da situação ambiental ▪ Implementação de Programas de Monitorização Ambiental ▪ Implementação de Sistema de Gestão Ambiental ▪ Certificação Ambiental em Obra ▪ Elaboração de planos de gestão ambiental para as empreitadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desconhecimento da intensidade dos impactes ambientais (positivos e negativos) causados pela intervenção, tanto na Natureza como na população envolvente ▪ Não existir um acompanhamento ambiental local e permanente

Análise Geral

Fazendo uma análise geral às três intervenções incluídas no âmbito do Programa Polis verificou-se que em todos os casos de estudo, o acompanhamento e a integração da componente ambiental teve início com a formação das Sociedades Polis (para os casos de Castelo Branco e Vila Real) e com a adjudicação do Contrato-Programa, para Vila Franca de Xira. Ou seja, a componente ambiental apenas foi considerada parte integrante do processo, após a concepção dos Planos Estratégicos e definição das estratégias e projectos a implementar.

Desta forma considera-se que o primeiro passo que deveria ter sido dado na implementação do Programa Polis seria a realização de uma avaliação ambiental estratégica aos Planos Estratégicos desenvolvidos, por forma a garantir a integração das considerações ambientais e a promover a protecção do ambiente e o desenvolvimento sustentável. No entanto, importa aqui contextualizar que o Programa Polis foi lançado em 2000 pelo ex-MAOTDR e que a Directiva Europeia relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente apenas foi publicada em 2001²⁵, não tendo, até à data, sido transposta para a ordem jurídica interna.

Verificou-se igualmente que as metodologias adoptadas para o acompanhamento e integração da componente ambiental para os casos de estudo da Linha 1 (Castelo Branco e Vila Real) foram semelhantes, tendo partilhado as principais linhas orientadoras: a caracterização da situação ambiental existente e integração da informação obtida nos projectos a desenvolver; o acompanhamento ambiental das empreitadas e a realização de acções de comunicação e sensibilização ambiental durante toda a intervenção Polis.

Comparando estes casos com a metodologia aplicada na intervenção Polis em Vila Franca de Xira, que pertence à Linha 2, encontraram-se grandes diferenças, uma vez que nesta cidade Polis o acompanhamento ambiental aplicado resumiu-se ao cumprimento da legislação em vigor e à solicitação de pareceres às entidades com jurisdição na área, para o desenvolvimento dos projectos.

Em suma, é possível afirmar que quando comparamos cidades pertencentes à mesma linha de intervenção (Castelo Branco e Vila Real) a hipótese 1 não se confirma. Contudo, ao compararmos as intervenções da Linha 1 com a Linha 2 verificamos que a hipótese levantada correspondeu efectivamente à realidade: as metodologias utilizadas não foram similares.

Da análise realizada percebe-se que esta diferença entre as intervenções pertencentes à Linha 1 e 2 poderá estar relacionada, por um lado, com a dimensão das intervenções (recorde-se que o Programa Polis de Castelo Branco tem uma zona de intervenção de 33 ha, o de Vila Real de 181 ha e o de Vila Franca de Xira de 3.6 Km) e, por outro, com o facto de apenas os Planos Estratégicos das intervenções em Castelo Branco e Vila Real identificarem, à partida, as necessidades de realizar um conjunto de estudos de caracterização da zona de intervenção, aplicar medidas minimizadoras de impacte de obras e implementar acções de comunicação e sensibilização ambiental.

Uma outra questão que devemos analisar quando comparamos as metodologias aplicadas deverá ser o modelo de gestão. Neste aspecto verificou-se que as intervenções da Linha 1 para as quais

²⁵ Directiva Europeia 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001

foi criada uma sociedade anónima e entregue a gestão a empresas com experiência em gestão de projectos tiveram uma gestão mais orientada no caminho da sustentabilidade, tendo demonstrado preocupações na integração e no acompanhamento da componente ambiental durante todo o processo. Assim, também se confirma a hipótese 2 levantada no início da tese e que questionava se o modelo de gestão e a área de intervenção influenciariam a metodologia aplicada.

Fase de Programação

Um aspecto que deverá ser igualmente realçado na análise das metodologias aplicadas em cada um dos casos de estudo é o facto de apenas na intervenção de Vila Real se ter implementado um **Sistema de Gestão Ambiental**. Este instrumento de gestão ambiental torna-se fundamental para garantir a conformidade dos processos com a legislação ambiental em vigor e com as melhores práticas ambientais, numa óptica de eco-eficiência.

No entanto, é de salientar que este SGA foi implementado na fase de programação e, em termos temporais, abrangia as fases de elaboração dos projectos e execução dos trabalhos. Na prática verificou-se que alguns dos procedimentos indicados no SGA acabaram por não ser executados pelos responsáveis, por razões várias, nomeadamente a elaboração de documentos para o acompanhamento ambiental de empreitadas, a realização de auditorias e revisões periódicas ao sistema, entre outros. Esta situação leva-nos a crer que, no acompanhamento ambiental de grandes projectos de requalificação urbana e ambiental será necessário não só implementar um SGA, como também proceder à sua certificação, por forma a garantir que o compromisso assumido inicialmente pelas entidades (quer sejam públicas ou privadas) se manterá ao longo de toda a intervenção.

Fazendo uma análise por caso de estudo verificou-se que, tanto em Castelo Branco, como em Vila Real houve uma preocupação de obter um **registo histórico sobre a situação ambiental** existente em cada cidade, antes da implementação dos projectos e obras previstos nos respectivos Planos Estratégicos, aspecto este que se considera fundamental. Este registo foi realizado através da elaboração de estudos e documentos vários, tais como estudos de incidências ambientais, planos de ordenamento e circulação e monitorização ambiental, que contribuíram igualmente para identificar, prevenir e avaliar os impactes ambientais, positivos e negativos, que poderiam decorrer da implementação dos Programas Polis. Estes levantamentos e caracterizações ambientais da situação existente são fundamentais pois, sem eles, não será possível no fim da intervenção avaliar a concretização dos objectivos ambientais propostos, nem o desempenho ambiental da metodologia aplicada.

Ao contrário de Castelo Branco e Vila Real, em Vila Franca de Xira não se realizou qualquer caracterização ambiental da situação existente, apesar de grande parte da intervenção se inserir na ZPE. Considera-se assim que esta caracterização teria sido relevante, por forma a identificar as espécies presentes, a caracterizar a sua abundância relativa, a utilização do habitat e a sua importância ao nível ecológico e conservacionista.

Verificou-se igualmente que é durante a fase de programação que a integração da componente ambiental assume maior relevância, nomeadamente no desenvolvimento dos **instrumentos de gestão territorial e dos projectos**. No entanto, neste aspecto há que realçar que existiram

diferenças entre as três intervenções em estudo: em Castelo Branco foi conseguida a integração da componente ambiental tanto no plano de pormenor como nos projectos desenvolvidos, enquanto que em Vila Real a integração da componente ambiental apenas foi conseguida ao nível dos projectos, uma vez que todos os planos de pormenor foram desenvolvidos antes da realização de qualquer caracterização ambiental e, até mesmo antes da implementação do SGA. Vila Franca de Xira não desenvolveu nenhum plano, mas integrou a componente ambiental no desenvolvimento dos seus projectos, uma vez que solicitou pareceres e recomendações às várias entidades com jurisdição na área, o que resultou na adaptação dos projectos aos condicionalismos e especificidades da zona de intervenção.

Na análise dos três casos de estudo verificou-se ainda que Castelo Branco foi a única que implementou um plano de **monitorização ambiental** de estado, para várias componentes ambientais, que abrangeu todas as fases da intervenção e que permitirá, no final da intervenção, verificar e avaliar as alterações induzidas pelo Programa Polis, nas várias componentes ambientais.

Fase de Obra

Para a fase de obra, verificou-se a existência de diferenças entre as metodologias aplicada nas intervenções da Linha 1 e a aplicada na Linha 2. Em termos de resultados, todos os casos de estudo tiveram a preocupação em fazer cumprir a legislação ambiental em vigor, nomeadamente no que se refere às práticas correntes de gestão ambiental em obra. Contudo, apenas em Castelo Branco e Vila Real foram efectivamente implementadas medidas de minimização ambiental adequadas às obras em causa, evitando e/ou prevenindo a ocorrência de impactes ambientais negativos nos locais a afectar. Considerou-se assim que os procedimentos aplicados nesta fase de obra permitiram aos Empreiteiros tomar consciência, por um lado, de todas as exigências legais existentes em matéria de ambiente e, por outro, da relevância que a aplicação de medidas minimizadoras poderão ter na diminuição do incómodo das obras na população envolvente.

É certo que a intervenção Polis em Vila Franca de Xira se localiza numa área onde a afectação da população pela fase de obra é muito menor, quando comparada com as outras cidades em estudo. No entanto, a fase de obra não causa apenas incómodos à população, mas também à fauna presente e, estando a zona de intervenção integrada na ZPE, considera-se que teria sido relevante o PMRU ter definido e integrado nos cadernos de encargos elaborados para os concursos de empreitadas, as eventuais medidas de mitigação necessárias aplicar para a atenuação dos eventuais impactes ambientais. Idealmente, a definição destas medidas seria suportada pela caracterização ambiental previamente realizada.

Ao nível do **acompanhamento ambiental da fase de obra** refere-se que, na intervenção em Castelo Branco, o facto da equipa local presente não ter um elemento com formação na área de ambiente, sendo essa função assegurada pelos serviços centrais da Parque Expo98, impossibilitou um acompanhamento permanente das questões ambientais que se prendem com a execução das empreitadas, nomeadamente a atempada verificação do cumprimento da legislação ambiental, da aplicação das medidas de minimização de impactes, entre outros, à semelhança do que acontece com outras componentes (por exemplo segurança e higiene no trabalho, etc). Esta situação levou a que se tivessem registado situações de desleixo das responsabilidades definidas, quer por parte de Empreiteiros, quer por parte da Fiscalização. Em Vila Real e de acordo com a informação

transmitida pelo Gestor da Intervenção não existiram questões relevantes relacionadas com o incumprimento das responsabilidades ambientais definidas. No entanto, deverá ser aqui realçado que não foi possível verificar para Vila Real, *in loco*, esta questão.

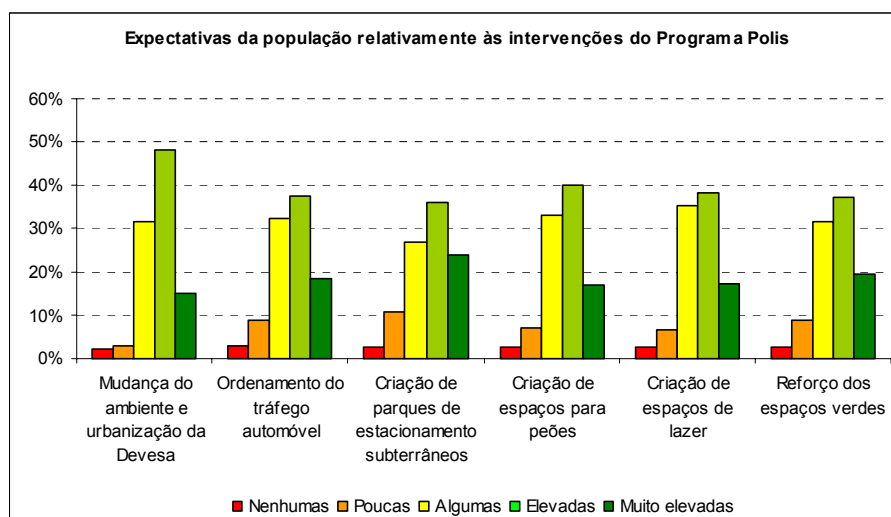
Em Vila Franca de Xira, a componente de acompanhamento ambiental das empreitadas constituiu talvez o ponto mais fraco da metodologia aplicada uma vez que, ao não ser exigido aos Empreiteiros e Fiscalização a integração nas equipas de responsáveis ambientais, a aplicação de medidas de minimização ou a realização de relatórios ambientais, verificou-se que o acompanhamento ambiental reduziu-se à aplicação da legislação em vigor.

Fase de Encerramento

Os vários Planos Estratégicos realizam uma avaliação preliminar dos efeitos esperados com a **conclusão das intervenções** e consideram expectável uma afectação positiva na qualidade de vida urbana, sentida tanto nos domínios ambiental como sócio-económico.

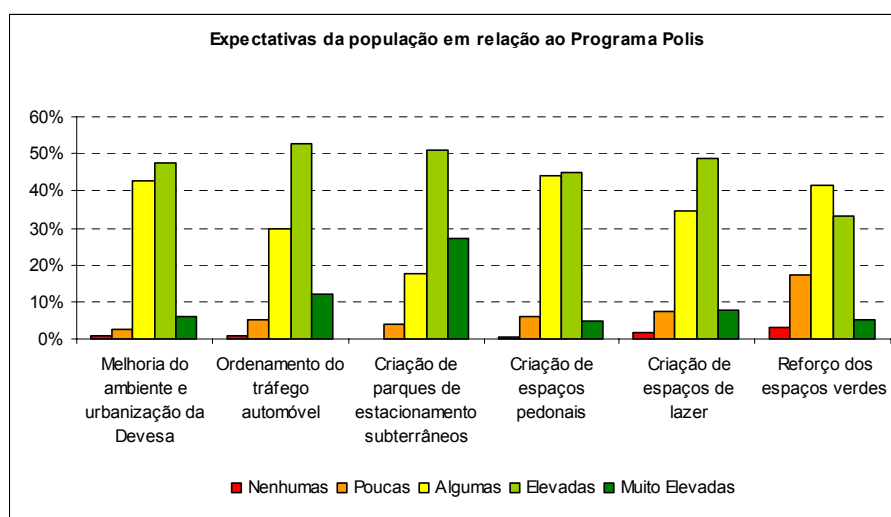
Naturalmente, é ainda cedo para se conseguir avaliar a efectiva melhoria na qualidade de vida urbana das populações de Castelo Branco e Vila Real, devido à implementação do Programa Polis. No entanto, deixa-se aqui em aberto a ideia da realização, num futuro próximo, de uma análise integrada ao Programa Polis, por forma a avaliar e quantificar, através da utilização de indicadores, o impacto que um Programa desta Natureza tem no desenvolvimento sustentável dos territórios.

No caso específico de Castelo Branco, onde se realizaram estudos de opinião à população, antes e durante a intervenção, estando prevista ainda a realização de um terceiro inquérito após a conclusão do Programa Polis, é muito interessante analisar a evolução das suas expectativas relativamente ao Programa. Pela análise das figuras seguintes, retiradas dos relatórios elaborados pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco para a Sociedade PolisCastelo Branco verifica-se que, de uma forma geral, as expectativas muito elevadas criadas pela população na fase de apresentação do Programa Polis desceram durante a fase de obra e passaram a ser apenas elevadas. Igualmente, o valor das poucas ou nenhuma expectativas também diminuíram com a fase de obra. Isto significa que apesar da população ter criado expectativas muito altas no início, com o passar do tempo estas desceram um pouco, tendo-se no entanto, mantido elevadas. Por outro lado, as expectativas mais baixas também registaram uma queda com o passar do tempo, o que significa que a população que apresentava baixas expectativas no início, ao verificar a existência de obra no terreno, aumentou novamente as suas expectativas. Será assim interessante verificar se, na fase de encerramento, a intervenção Polis implementada corresponderá então às expectativas criadas pela população ao longo do tempo.



Fonte: IPCB (2002)

Figura 4-5 - Expectativas da população de Castelo Branco relativamente ao Programa Polis, durante a Fase de Programação



Fonte: IPCB (2004)

Figura 4-6- Expectativas da população de Castelo Branco relativamente ao Programa Polis, durante a Fase de Construção

Relativamente a Vila Franca de Xira, uma vez que o Caminho Pedonal Ribeirinho ainda não se encontra terminado, não é possível confirmar as afirmações indicadas no Plano Estratégico, sobretudo no que diz respeito à diminuição significativa da utilização do automóvel. Nos contactos realizados com o PMRU e a percepção que este tem das intervenções já concluídas e do território em causa, foi indicado que este caminho ribeirinho não irá retirar grande circulação automóvel entre as duas localidades para as populações que utilizam os diferentes serviços públicos instalados em ambas as localidades, porque a população tem tendência a encará-lo apenas como uma zona de lazer. É possível esperar que, quando se realizem feiras ou outros eventos no Campo do Cevadeiro, aí sim, haja uma significativa redução do uso do automóvel, uma vez que já existe uma alternativa para a deslocação da população.

No geral, importa ainda salientar que com a análise realizada às metodologias delineadas para a integração e o acompanhamento ambiental dos três Programas Polis, aos procedimentos efectivamente aplicados e aos resultados obtidos, foi possível concluir que a intervenção de Castelo Branco, apesar de ter demonstrado algumas falhas, se mostrou ser a mais ambiciosa e a melhor sucedida, até à data, no que se refere à temática aqui em análise.

Adicionalmente, o facto das metodologias aplicadas nas duas cidades da Linha 1 revelaram ser semelhantes entre si e bastante diferentes da aplicada na Linha 2, leva-nos a concluir pela efectiva necessidade da definição de uma metodologia que vise harmonizar a integração e o acompanhamento da componente ambiental em grandes projectos e/ou programas de requalificação urbana e ambiental, verificando-se assim também como válida a Hipótese 3.

5 | METODOLOGIA PARA A INTEGRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO AMBIENTAL DE PROGRAMAS/PROJECTOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

Após a análise de algumas considerações teóricas, da forma como se tem vindo a realizar o acompanhamento ambiental em grandes projectos de requalificação urbana e ambiental e também com o enquadramento dado pela análise das metodologias aplicadas em três casos de estudo representativos do Programa Polis, desenvolveu-se uma possível proposta de metodologia para a integração e o acompanhamento da componente ambiental em Programas e/ou Projectos de Requalificação Urbana e Ambiental.

De acordo com o verificado na literatura e definido anteriormente, os projectos/programas de requalificação urbana são compostos por duas etapas essenciais: Âmbito e Implementação. Esta segunda etapa, por sua vez, sub-divide-se ainda em três fases, a saber: programação, obra e encerramento.

Desta forma, a metodologia aqui proposta, delineada sob a forma de um guião, será constituída por um conjunto de linhas orientadoras de boas práticas ambientais divididas pelas etapas enumeradas. A aplicação destes procedimentos permitirá não só garantir o essencial cumprimento da legislação em vigor, como também contribuir para a concepção e implementação de um projecto/programa de requalificação urbana que contribua para o desenvolvimento sustentável da área onde será aplicado. Na figura seguinte representa-se esquematicamente a proposta de metodologia.

ETAPA 1 - ÂMBITO		Plano Estratégico	a) Avaliação Ambiental Estratégica b) Implementação de um Programa de Monitorização Ambiental		Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental
ETAPA 2 - IMPLEMENTAÇÃO	Programação	Início da Implementação Concepção dos Instrumentos de Gestão Territorial e dos Projectos	c) Definição da equipa gestora d) Sistema de Gestão Ambiental certificado e) Caracterização Ambiental da Situação Existente f) Integração da informação ambiental <ul style="list-style-type: none"> Integração nos cadernos de encargos Concepção de edifícios sustentáveis Avaliação de Impacte Ambiental 	Programa de Monitorização Ambiental	
	Obra	Acompanhamento ambiental das empreitadas	g) Certificação Ambiental da Obra <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de um PGA h) Recolha de informação para construção de indicadores ambientais		
	Encerramento	Implementação do Programa/Projecto de Requalificação Urbana e Ambiental	i) Avaliação Ambiental da Intervenção		

Figura 5-1 Proposta de metodologia para o acompanhamento e a integração da componente ambiental em Programas/Projectos de Requalificação Urbana e Ambiental

ETAPA 1 - ÂMBITO

Durante esta etapa existem dois procedimentos que se consideraram de aplicação fundamental, são eles a realização de uma avaliação ambiental estratégica e a implementação de um programa de monitorização ambiental:

a) Avaliação Ambiental Estratégica

Quando se concebem Planos ou Programas de requalificação urbana e ambiental torna-se fundamental a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) com o objectivo de auxiliar antecipadamente os decisores sobre a identificação, avaliação e minimização dos efeitos positivos e adversos que uma decisão estratégica, a qualquer nível, poderá ter sobre o ambiente e sobre o processo de sustentabilidade.

Segundo Partidário (MAOT *et al*, 2003), a AAE é um procedimento sistemático e contínuo de avaliação da qualidade e das consequências ambientais de visões e intenções alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas de política, planeamento e programas, assegurando a integração efectiva de considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas, o mais cedo possível em processo públicos de tomada de decisão. A AAE tem sido reconhecida por vários autores (Alshuwaikhat, Partidario, Sadler, ente outros) como uma ferramenta útil na operacionalização da sustentabilidade a nível nacional, regional ou local.

A AAE tem assim como objectivos (MAOT *et al*, 2003):

- apoiar o processo de promoção do desenvolvimento sustentável através da consideração dos efeitos ambientais das propostas de acção estratégica, identificação de opções e alternativas ambientais mais adequadas e identificação, o mais cedo possível, dos efeitos cumulativos e das alterações de grande escala;
- fortalecer e facilitar a posterior Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de projectos através da identificação prévia do âmbito de impactes potenciais e necessidades de informação, clarificação sobre questões estratégicas relacionadas com a justificação e localização de propostas de projectos e redução do tempo e do esforço necessários à avaliação de esquemas individuais;
- assegurar a integração do ambiente na decisão sectorial através da promoção de propostas ambientalmente sustentáveis, alteração na forma de tomar decisões.

Entre os benefícios da AAE podem-se destacar: permitir uma visão ambiental mais lata nas políticas e planos sectoriais; assegurar mais cedo a consideração sectorial de questões ambientais; antecipar a previsão de impactes ambientais que poderão ocorrer a nível de projecto; facilitar um encadeamento de acções ambientalmente estruturadas; contribuir para um processo ambientalmente integrado e sustentável de desenvolvimento de políticas e de planeamento; determinar um melhor contexto para a avaliação de impactes cumulativos. (Sadler, 1996; Partidário, 2003)

De acordo com o Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território (MAOT *et al*, 2003) existem diversas actividades da AAE que são relevantes para os processos de planeamento, a saber:

- identificação preliminar de impactes estratégicos;
- identificação das questões relevantes a analisar e da informação a recolher na caracterização da situação actual, segundo uma abordagem sistemática;
- estabelecimento de um quadro estratégico de referência para avaliação de impactes, incluindo políticas de sustentabilidade, ambiental, sectoriais relevantes e respectivos objectivos e estratégias;
- análise de conflitos entre objectivos de política sectoriais e as prioridades estabelecidas pelo planeamento;

Em suma, a introdução da AAE nos processos de decisão irá assegurar a integração dos princípios da sustentabilidade e, naturalmente, levar à potenciação de cidades sustentáveis.

b) Programa de Monitorização Ambiental

Ainda durante a fase de desenvolvimento da estratégia deverá implementar-se um programa de monitorização ambiental. Tanto Moore *et al* (2000) como Lichfield (2000) partilham a opinião de que a monitorização deverá ser lançada durante a definição da estratégia por dois motivos: de forma a que os critérios utilizados sejam relacionados com os critérios utilizados na previsão dos resultados que se prevê atingir com a estratégia proposta e também para assegurar que os dados recolhidos reflectam a situação inicial para posteriormente se conseguir realizar comparações.

A Directiva Europeia 2001/42/EC, no seu artigo 10º indica a necessidade de se realizar um controlo da AAE, por forma a monitorizar os impactes ambientais significativos decorrentes da implementação de planos ou programas e propor medidas mitigadoras. Neste contexto, Partidário *et al* (2005) indicam que deverá ser utilizada uma abordagem cautelosa na preparação do programa de controlo da AAE. Este deverá ser preferencialmente baseado numa ou em múltiplas *tracks* sugeridas pelos autores (1 – monitorização de estado; 2 – avaliação do cumprimento dos objectivos; 3 – avaliação de desempenho; 4 – verificação da conformidade da decisão; 5 – monitorização e avaliação dos impactes ambientais de um plano ou programa²⁶) e deverá identificar:

- os diferentes e mais relevantes níveis que serão integrados no controlo;
- as direcções e natureza dos possíveis impactes;
- os indicadores e métodos que necessitam de ser estabelecidos.

Os autores referem ainda que, qualquer que seja a abordagem adoptada no controle, a implementação de um programa de monitorização ambiental será sempre útil para acompanhar indicadores chave tais como a avaliação do cumprimento dos objectivos e a verificação do cumprimento da legislação em vigor e identificar aspectos específicos, sensíveis às mudanças, que estão directamente relacionados com a iniciativa estratégica e que poderão ser utilizados como pontos de controle.

Pode-se aqui indicar alguns parâmetros de monitorização mais comumente utilizados pelas entidades competentes, como a qualidade do ar, o ruído, a qualidade da água, as comunidades faunísticas e florísticas, os aspectos psicossociais, entre outros. Naturalmente, os parâmetros de monitorização variam consoante o tipo de Programa ou Projecto em causa e a especificidade do local.

Em termos de duração, o programa de monitorização deverá prolongar-se até ao término da implementação do Programa/Projecto e abranger todas as suas fases (programação, obra e encerramento). Desta forma será possível obter informações sobre a situação inicial, os impactes sentidos durante a fase de obra e, por fim, as alterações geradas com a implementação do referido Programa ou Projecto.

Após a definição da estratégia, das linhas orientadoras que se irão aplicar e da implementação de um programa de monitorização ambiental, o programa ou projecto entra assim na sua Etapa 2, de implementação.

²⁶ Os autores indicam que o controlo de uma iniciativa estratégica concreta, que será concretizada quase directamente num projecto operacional e envolve riscos ambientais elevados que necessitam de ser controlados, poderá consistir na monitorização e avaliação dos impactes da iniciativa no ambiente e na sustentabilidade (track 5). Para uma iniciativa estratégica numa zona sensível, que cria uma preocupação acrescida na população, poderá ser adoptado um programa de monitorização mais extensivo, através da utilização de indicadores que permitam informar frequentemente o público acerca do estado do ambiente (track 1 e 2). (Partidário *et al*, 2005)

ETAPA 2 - IMPLEMENTAÇÃO

A implementação constitui-se assim como a etapa mais operacional de todo o processo, abrangendo as fases de programação, obra e encerramento. Desta forma, os procedimentos aqui indicados dirigem-se essencialmente à equipa gestora que irá operacionalizar o programa/projecto.

FASE DE PROGRAMAÇÃO

É nesta fase que se define a equipa gestora, que se concebem os instrumentos de gestão territorial e os vários projectos, após a caracterização da situação ambiental existente no início da intervenção.

c) Definição da equipa gestora

Após a definição da estratégia e das linhas orientadoras que se irão aplicar, torna-se fundamental definir a equipa gestora. De acordo com Liechfield (2000) esta deverá ser multidisciplinar, devendo ter elementos com formação em diversas áreas, tais como economia, sociologia, engenharia e transporte, planeamento urbano, jurídico, entre outros. Apesar de não referido com clareza, considera-se que um elemento com formação na área de ambiente será essencial para o acompanhamento ambiental do programa/projecto.

A autora considera ainda que a sede da equipa gestora deverá localizar-se na área a intervencionar, por forma a ser possível um contacto mais próximo com a população que irá ser afectada. Deverá igualmente possuir um espaço para exposições, reuniões de grupos, etc.

d) Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental

Reconhecendo a importância cada vez maior da existência de procedimentos de gestão ambiental na organização e gestão das actividades com vista ao desenvolvimento sustentável (inclusivamente sublinhada na Comunicação da Comissão de 2004²⁷), considerou-se que após a AAE ao Plano ou Programa e a implementação de um programa de monitorização será necessária a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Este poderá realizar-se de acordo com as linhas de orientação desenvolvidas pelo International Organisation for Standardisation (ISO) ou pela Comissão Europeia (Eco-Management and Audit Scheme - EMAS²⁸). Na figura seguinte apresenta-se um modelo do SGA de acordo com a NP EN ISO 14 001:2004.

²⁷ COM (2004) 60, que constitui a base da presente Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano

²⁸ O sistema comunitário de ecogestão e auditoria (Eco-Management and Audit Scheme - EMAS) é uma ferramenta de gestão ambiental desenvolvida pela UE. Embora originalmente concebido para gerar uma melhoria contínua do desempenho ambiental das actividades quotidianas no interior das organizações, no caso das autoridades locais o sistema prevê também um regime que facilita a gestão dos seus deveres em matéria de ambiente, sejam eles de carácter regulamentar ou iniciativas de carácter não regulamentar, de uma forma

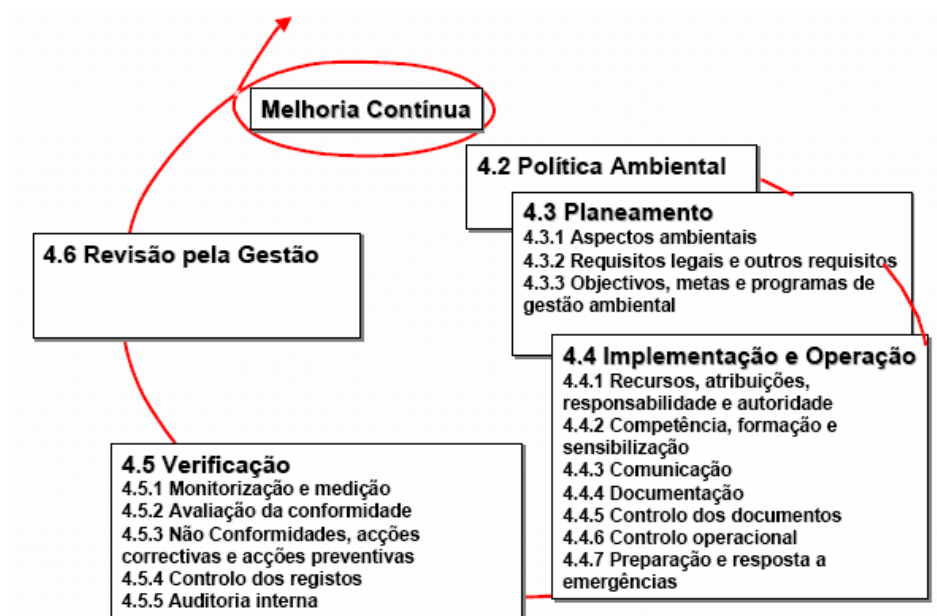


Figura 5-2 - Modelo de um SGA de acordo com a Norma NP EN ISO 14 001:2004

Esta ferramenta deverá assim ser definida por forma a integrar políticas ambientais, definir objectivos e metas e incidir sobre vários factores críticos organizacionais, tais como: processos produtivos; gestão de sistemas; formação dos trabalhadores; comunicações internas e relações com outras instituições, empresas ou comunidades vizinhas. (Pinto, 2005)

Alguns dos benefícios da implementação de um SGA baseado na ISO 14 001 são a demonstração de comprometimento com o ambiente perante clientes, investidores e comunidade; a redução de custos pela poupança de matérias-primas e energia; a redução de acidentes e a obtenção das licenças necessárias e autorizações para operar.

No entanto, considera-se que implementar um SGA não será por si só suficiente pois, como vimos, se este não se encontrar certificado pelas autoridades competentes, poderão não se realizar, ao longo do tempo, os procedimentos previstos para a melhoria contínua, nomeadamente as auditorias e revisões periódicas ao sistema. Desta forma, será importante a verificação do sistema de gestão ambiental implantado por um verificador externo independente.

e) Caracterização da Situação Ambiental Existente

A implementação de um Programa ou Projecto de Requalificação Urbana e Ambiental irá provocar, necessariamente, alterações de forma directa ou indirecta na área a que se destinam e que se sentirão ao nível do domínio ambiental, económico e social. Assim, por forma a ser possível avaliar a dimensão, intensidade e significância dessas alterações e realizar um acompanhamento

coordenada, sistemática e passível de auditoria. Este regime permite-lhes analisar o seu impacto directo e indirecto no ambiente, bem como as suas decisões de ordenamento do território e de selecção de contratantes. Estabelece também que as autoridades locais devem tomar em consideração as preocupações das partes interessadas (por exemplo, associações locais) e serem mais responsáveis face a estas, informando-as das suas actividades no domínio do ambiente.

ambiental eficaz deverá necessariamente realizar-se uma caracterização ambiental extensiva das condições iniciais (Jr. Cairns *et al* 1991).

Esta caracterização poderá ser realizada de diversas formas, de acordo com o tipo de Programa ou Projecto que se está a considerar. No entanto, ela deverá identificar e avaliar antecipadamente os riscos que potencialmente poderão vir a ser gerados pelos projectos a implementar e definir as principais condicionantes de ordem ambiental, social e de ordenamento do território, por forma a orientar o desenvolvimento dos projectos previstos.

Com este procedimento pretende-se assim identificar e sistematizar todos os dados referentes às componentes do desenvolvimento sustentável, que se entendem como as análises da situação ambiental, económica, social e urbanística inicial. Esta acção reveste-se de grande importância, no sentido de assegurar que a equipa projectista observe os aspectos ambientais diagnosticados no estudo ambiental, no sentido da sua valorização ou recuperação e que seja respeitada a capacidade de carga do meio.

f) Integração da informação ambiental nos IGT e nos projectos

Quando o Programa e/ou Projecto entram na fase de desenvolvimento dos instrumentos de gestão territorial (IGT) e posteriormente dos projectos, torna-se fundamental que estes integrem e se articulem com toda a informação ambiental que foi recolhida, bem como os estudos ou documentos ambientais de caracterização, desenvolvidos até à data. Segundo Amado (2005), este procedimento possibilita a integração da componente ambiental no processo de planeamento urbano, dando assim origem a soluções mais sustentáveis e enquadradas.

f.1) Incorporar a informação ambiental de caracterização nos cadernos de encargos

Caso os IGT e/ou os projectos não sejam desenvolvidos pela equipa técnica responsável pela gestão do Plano ou Programa, toda a informação ambiental recolhida deverá ser incorporada nos cadernos de encargos dos concursos lançados para o desenvolvimento dos IGT e projectos, por forma a constituírem-se como documentos contratuais.

f.2) Concepção de edifícios sustentáveis

Adicionalmente à informação recolhida de caracterização, na concepção e definição dos projectos, as equipas projectistas deverão também considerar os impactes ambientais dos materiais que irão ser utilizados, nomeadamente no que se refere aos danos que poderão causar nos ecossistemas, à escassez de recursos, às emissões, ao consumo energético, aos resíduos que irão gerar, à possibilidade de posterior reutilização e à durabilidade dos materiais.

As equipas projectistas deverão ainda conceber edifícios eficientes em termos energéticos, através da minimização dos recursos necessários e do aumento da utilização de energias renováveis. No projecto de execução deverá igualmente ter-se em atenção à optimização do tamanho dos materiais, por forma a evitar resíduos desnecessários durante o processo de demolição. (Anink *et al* 1996)

A título de exemplo refere-se o "Environmental Preference Method"²⁹, que se constitui como uma ferramenta de trabalho desenvolvida na Holanda no início dos anos noventa e que poderá ser útil na concepção de edifícios sustentáveis, pois compara os materiais e produtos e classifica-os de acordo com as preferências ambientais. Actualmente este método é utilizado em diversos países europeus.

f.3) Realização da Avaliação de Impacte Ambiental

Nesta fase, e de acordo com a legislação em vigor³⁰ deverá igualmente realizar-se a avaliação de impacte ambiental aos projectos cujas características são susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente. A AIA deverá assim fornecer aos decisores e ao público em geral uma avaliação objectiva e sistemática dos impactes ambientais de um dado projecto.

O objectivo desta avaliação é então identificar e minimizar eventuais efeitos adversos no ambiente, que poderão decorrer da implementação do projecto. (Weston 2004)

A avaliação de impacte ambiental é um instrumento preventivo fundamental da política do ambiente e do ordenamento do território, constituindo uma forma de promoção do desenvolvimento sustentável, pela gestão equilibrada dos recursos naturais, assegurando a protecção da qualidade do ambiente e, assim, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do Homem.

Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

Transversalmente a estes procedimentos considerou-se fundamental a realização de acções de comunicação e sensibilização ambiental às populações "afectadas" pela implementação do Programa ou Projecto. Na fase de programação estas acções deverão incidir sobretudo nas componentes de divulgação e participação pública. Desta forma será possível que a comunidade aprecie os problemas e as oportunidades que surgirão com o Programa ou Projecto e tenha a percepção das suas principais prioridades.

FASE DE OBRA

Poder-se-à dizer que a fase de obra constitui-se essencialmente como uma fase de acompanhamento dos procedimentos implementados na fase de programação. Principalmente, durante esta fase será necessário integrar a informação ambiental nos cadernos de encargos das empreitadas que serão lançadas, acompanhar o decorrer das empreitadas e, por fim, proceder à compilação da informação ambiental, por forma a ser possível realizar uma posterior avaliação de desempenho ambiental.

²⁹ The Enviromental Preference Method foi desenvolvido em 1991 pela Woon/Energie (Anink *et al*, 1996)

³⁰ DL nº 69/2000 de 3 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo DL 197/2005 de 8 de Novembro

g) Certificação Ambiental da Obra

Complementarmente ao SGA implementado e com o objectivo de minimizar os impactes ambientais e promover a melhoria contínua do desempenho, durante a fase de obra deverá obter-se a certificação ambiental ISO 14 001 referente à gestão do processo de construção.

Esta certificação resulta na implementação das melhores práticas de gestão ambiental em obra, permitindo dar resposta às questões ambientais identificadas na gestão diária da obra, gerindo-as de forma Eco-eficiente. O consumo de recursos naturais - água, energia, combustíveis e matérias-primas, o ruído, a descarga de águas residuais e a gestão de resíduos produzidos deverão ser alguns dos aspectos considerados nos procedimentos que orientam e regulam o funcionamento da obra.

g1) Elaboração de um Plano de Gestão Ambiental e integração nos concursos a lançar para as empreitadas

Para tal, deverá ser elaborado um Plano de Gestão Ambiental (PGA) que identifique, avalie as obras e assegure a efectiva protecção do ambiente e a minimização da afectação das populações durante a fase de obra. Os principais objectivos deste PGA são: garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis; minimizar os impactes ambientais decorrentes da fase de obra; promover, tanto quanto possível, a redução e reutilização dos resíduos gerados; prevenir situações de risco ambiental e atribuir responsabilidades às várias entidades intervenientes no processo, através da definição de procedimentos de gestão ambiental.

Este documento deverá ser posteriormente integrado nos cadernos de encargo dos concursos a lançar para as empreitadas, por forma a constituir-se como uma ferramenta de trabalho para todas as partes envolvidas (Dono de Obra, Fiscalização e Empreiteiro), permitindo assim um eficaz acompanhamento ambiental da fase de obra.

h) Recolha de Informação Ambiental da Obra

Complementarmente a estas tarefas, deverá ser recolhida informação referente ao desempenho ambiental das empreitadas que permitirá, na fase de encerramento realizar uma avaliação ambiental da fase de obra do Programa ou Projecto.

Esta informação será relativa a consumos de energia, água e combustíveis, tipos de veículos e maquinaria utilizada, materiais utilizados em obra (perigosos e não perigosos) e percentagens de valorização e eliminação, espécies de fauna e flora identificadas, registo de vibrações, entre outros. Por forma a facilitar esta recolha de elementos, deverá ser fornecido aos empreiteiros uma ficha tipo, para preenchimento e entrega no final da empreitada.

Programa de Monitorização Ambiental

Durante a fase de obra, deverá igualmente continuar-se com o Programa de Monitorização Ambiental, implementado no início da intervenção. Nesta fase, deverão assim realizar-se campanhas de monitorização às componentes inicialmente monitorizadas, tendo por objectivo a

avaliação dos impactes decorrentes das obras associadas ao Programa/Projecto de Requalificação Urbana e Ambiental.

Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

As acções de comunicação e sensibilização ambiental representam também nesta fase um importante papel contribuindo para a sustentabilidade dos Programas ou Projectos. Durante a obra, a componente de maior importância será a divulgação de informações referentes ao andamento das empreitadas, entre outros. Desta forma, a comunidade continuará a sentir-se envolvida no projecto, aumentando o seu sentimento de pertença.

FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Após a implementação de todos os projectos e a execução das respectivas empreitadas entra-se na fase de encerramento e avaliação do Programa ou Projecto de Requalificação Urbana e Ambiental.

i) Avaliação Ambiental da Intervenção

A metodologia proposta para o acompanhamento e a integração da componente ambiental inclui a compilação de variada informação ambiental que foi recolhida ao longo da intervenção. Desta forma, quando os Programas/Projectos entrarem na sua fase de encerramento, será possível utilizar a informação compilada para a construção de indicadores de desempenho ambiental associados à intervenção e às decisões estratégicas que foram sendo tomadas ao longo do processo.

No final de um projecto ou programa de requalificação urbana é essencial avaliar-se o nível de desempenho e as causas e consequências de não se terem atingido, ou até mesmo de se terem superado, os objectivos e metas inicialmente delineados. Este aspecto torna-se importante para identificar (Moore *et al*, 2000):

- formas de trabalho que deverão ser evitadas ou encorajadas no futuro;
- a melhor forma de resolver e atacar um determinado problema;
- as influências de eventos externos;
- e a probabilidade de ocorrência de eventos inesperados.

Naturalmente, a avaliação do desempenho ambiental do Programa ou Projecto irá depender das suas características e especificidades, nomeadamente o tipo de intervenção, as características biofísicas dos locais, a sua dimensão temporal, entre outros. Assim, na grande maioria dos casos, a avaliação da real dimensão e significância dos seus impactes na qualidade de vida das populações e das comunidades só poderá ser possível a médio prazo.

Programa de Monitorização Ambiental

Igualmente, chega nesta fase ao fim o programa de monitorização ambiental. Será com a comparação entre os valores obtidos nesta fase e os recolhidos inicialmente que será possível verificar as alterações que foram induzidas com a implementação do Programa ou Projecto de Requalificação Urbana e Ambiental.

Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

As acções de comunicação e sensibilização ambiental representam nesta fase um papel relevante, pois será de extrema importância para a comunidade a publicação dos resultados obtidos com a avaliação ambiental do Programa ou Projecto.

6 | CONCLUSÃO

Desde o início da revolução industrial, até meados do século passado, a preocupação dominante consistia no crescimento das cidades, associadas ao crescimento económico e demográfico. Contudo, este movimento expansionista deu origem a uma crescente degradação e desvalorização económica, social e simbólica das áreas centrais e mais antigas das cidades.

As principais causas desta situação são o facto de não se ter dado suficiente importância às implicações ambientais das decisões tomadas e de não se ter procedido ao planeamento sistemático de um ambiente urbano de elevada qualidade, com consequências tanto para o ambiente como para a economia da cidade e os seus cidadãos.

Por forma a resolver estes problemas e rentabilizar os espaços mais antigos das cidades, foram desencadeadas, até finais da década de cinquenta, operações de reestruturação urbana em várias cidades, que consistia na demolição das áreas centrais degradadas e na construção de novos edifícios, infra-estruturas e equipamentos, em sua substituição.

Contudo, as transformações tecnológicas e económicas das últimas décadas fizeram repensar o papel dos territórios no processo de desenvolvimento. Os programas de reestruturação foram reorientados no sentido de favorecer a manutenção dos tecidos urbanos, entrando-se assim numa nova era de políticas de intervenção urbana.

A literatura existente sobre esta temática diz-nos que a evolução nos levou actualmente à realização de intervenções de requalificação urbana – que se constitui como uma política que integra os problemas do planeamento urbano com as questões sociais, económicas e ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas.

No contexto da requalificação urbana em Portugal, existem algumas iniciativas recentes que tiveram importância mais directa e significativa – os programas da UE, o projecto urbano da Parque Expo e o Programa Polis.

Os programas da UE tiveram como base candidaturas formuladas pelas autarquias, tendo a sua concretização ficado dependente da definição e formalização dos projectos, também por parte das autarquias. Por outro lado, o projecto urbano da Parque Expo e o Programa Polis reflectem decisões políticas sobre projectos de investimento de qualificação urbana com uma componente física muito forte e com impactos directos na valorização fundiária.

Foi precisamente sobre o Programa Polis que se debruçou esta tese, dado que este constitui o maior programa de requalificação urbana e ambiental implementado em Portugal, até à data. Constituído por várias componentes e linhas de intervenção, este Programa deu origem a um conjunto de intervenções que visam aspectos prioritários e complementares da requalificação e valorização ambiental das cidades.

Neste âmbito, com esta tese pretendeu-se analisar a forma como a componente ambiental foi integrada e acompanhada na implementação das intervenções da Componente 1 do Programa Polis, uma vez que estas foram consideradas como sendo exemplares.

Para tal, foram seleccionadas três cidades: Castelo Branco, Vila Real e Vila Franca de Xira, representativas dos diferentes modelos de gestão implementados na Componente 1. Nas duas primeiras cidades, ambas pertencentes à Linha 1, o modelo de gestão aplicado consistiu na criação de sociedades gestoras tendo, no caso de Castelo Branco, a respectiva Sociedade Gestora conferido mandato à Parque Expo'98 SA (empresa privada com capitais públicos) para a direcção e coordenação geral da intervenção, enquanto que em Vila Real, após lançamento de concurso público, a gestão foi designada à DHVFBO – Consultores SA, uma empresa privada. Em Vila Franca de Xira, o modelo de gestão passou pela elaboração de um Contrato-Programa entre a Autarquia local e a DGOTDU, tendo a autarquia representado o papel de gestora da intervenção.

Por forma a verificar as hipóteses levantadas no início desta tese observou-se, em cada caso, a metodologia aplicada nas diferentes etapas de implementação do Programa Polis, no que se refere à realização ou não de estudos de caracterização da situação ambiental inicial, à implementação de sistemas de gestão ambiental, à avaliação de impactes ambientais dos projectos, à realização de campanhas de monitorização, ao acompanhamento ambiental de empreitadas, à realização de acções de participação pública e divulgação de informação, à recolha de informação para a posterior avaliação de desempenho ambiental, entre outras.

Da análise realizada verificou-se que Castelo Branco e Vila Real, que pertencem à Linha 1 da Componente 1, aplicaram metodologias semelhantes, tendo partilhado as principais linhas orientadoras, com Castelo Branco a demonstrar ser mais ambiciosa e sistemática na aplicação dos procedimentos. Pelo contrário, Vila Franca de Xira, pertencente à Linha 2, implementou uma metodologia diferente, tendo-se resumido ao cumprimento da legislação em vigor e à solicitação de pareceres às entidades com jurisdição na área, para o desenvolvimento dos projectos, não realizando qualquer caracterização ambiental, monitorização ou acompanhamento ambiental de empreitadas.

Ao analisarmos as hipóteses levantadas no início desta tese, com base nos resultados obtidos verificamos que as duas intervenções da Linha 1 aplicaram metodologias similares e bastante diferentes da aplicada na Linha 2. Assim, a hipótese 1, que indicava que as metodologias utilizadas não seriam similares, apenas se verifica quando comparamos as duas Linhas de Intervenção.

Os resultados e a conclusão retirada com a hipótese 1 leva-nos para a confirmação da hipótese 2, uma vez que se verificou que o modelo de gestão definido e a área de intervenção dos projectos poderão influenciar a metodologia aplicada.

Desta forma, foi também possível concluir pela necessidade da existência de uma metodologia que harmonize a integração e o acompanhamento da componente ambiental em grandes projectos/programas de requalificação urbana e ambiental.

A formulação de uma metodologia que permitisse à equipa responsável pela requalificação urbana, a gestão do processo de forma a realizar-se uma efectiva integração e um acompanhamento da componente ambiental de forma sistematizada, que leve à sustentabilidade do processo, constituiu-se como a etapa final desta tese.

Delineada com base na literatura recolhida e na análise realizada aos casos de estudo, a metodologia apresentada para a gestão de um programa/projecto de requalificação urbana foi concebida sob a forma de um guião e pretende ser suficientemente generalista para poder ser

aplicada a qualquer tipo de projecto/programa de requalificação urbana e, ao mesmo tempo e sempre que possível, específica e detalhada na forma como se poderão aplicar os procedimentos. Este será assim o contributo que este estudo poderá trazer na temática da requalificação urbana e ambiental.

As cidades do século XXI deverão ser concebidas, construídas e geridas de modo a apoiar uma economia saudável, vibrante e ambientalmente eficiente, com vista a permitir o bem-estar e a satisfação das necessidades dos cidadãos de uma forma sustentável, sendo sensíveis aos sistemas naturais que as sustentam e funcionando em harmonia com esses sistemas. Contudo, ir ao encontro do desafio da sustentabilidade requer, a longo prazo, grandes mudanças ao nível das atitudes, da sociedade, do funcionamento das economias e da influência do pensamento económico.

A requalificação urbana constitui assim mais um capítulo no processo de evolução das zonas urbanas. Os desafios com os quais se irá confrontar no futuro irão variar consoante o local e o tempo e, naturalmente, em diferentes locais serão definidas diferentes prioridades e implementadas acções específicas. Contudo, como vimos, existem problemas comuns a muitas cidades e que deverão constituir os objectivos primordiais da requalificação urbana. Fornecer empregos, habitação e qualidade de vida, num ambiente de qualidade são tarefas universais e representam os elementos chave das operações de requalificação urbana.

O planeamento de um nível elevado de protecção ambiental, aliado às operações de requalificação urbana constituem-se como elementos-chave no sentido de proporcionar, a longo prazo, o desenvolvimento sustentável das cidades e uma elevada qualidade de vida para os cidadãos urbanos.

Neste contexto, acredita-se que a experiência que se irá obter nas cidades Portuguesas com a implementação do Programa Polis, dada a sua natureza inovadora e os resultados obtidos até agora, seja útil numa futura avaliação das políticas que estão actualmente a ser aplicadas.

*"Sustainability is about poetry, optimism and delight."*³¹

³¹ Randall (2002)

BIBLIOGRAFIA

- Adams, D., E. M. Hastings (2001) *Urban renewal in Hong Kong: transition from development corporation to renewal authority* in Land Use Policy, Vol 18, Nº 3, pp 245-258
- Albers G. (2006) *Urban development, maintenance and conservation: planning in Germany – values in transition* in Planning Perspectives, Vol 21, Nº1, pp 45-65;
- Alshuwaikhat H., Y. Aina (2004) *Sustainable Cities: Implementation of Strategic Environmental Assessment in Saudi Arabian Municipalities* in Journal of Environmental Planning and Management, Vol 47, Nº 2, pag. 301-311;
- Agência Europeia do Ambiente (1997) *Towards Sustainable Development for Local Authorities Approaches, Experiences and Sources*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Copenhaga;
- Agência Europeia do Ambiente (2000) *European Common Indicators*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Copenhaga;
- Agência Europeia do Ambiente (2003) *O ambiente na Europa: Terceira Avaliação*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Copenhaga;
- Agência Europeia do Ambiente (2004) *Sinais Ambientais 2004*, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Copenhaga;
- Aguiar, J. (1998) *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, consultado no url: <http://www.cm-guimaraes.pt/document/447692/470419.pdf>, em Fevereiro de 2006;
- Amado M. P. (2005) *Planeamento Urbano Sustentável*, Edição Caleidoscópio, Casal de Cambra;
- Anink D., C. Boonstra, J. Mak (1996) *Handbook of sustainable building: an environmental preference method for selection of materials for use in construction and refurbishment*, James & James, Londres;
- Barba R. (1999) *Barcelona Metropolitana, frentes marítimas e fluvial: planos e projectos* in Actas da conferência realizada em 29 e 30 de Janeiro de 1999, no âmbito do 1º Fórum Internacional de Urbanismo em Vila Real, URBE, Lisboa;
- Bamberger M., E. Hewitt (1986) *Monitoring and evaluating urban development programs: a handbook for program managers and researchers*, World Bank, Washington D.C.;
- Busquets, J. (1992) *Barcelona: evoluciona urbanística de una capital compacta*, Editorial MAPFRE, Madrid;
- Busquets, J. (2004) *Presente y perspectivas del urbanismo* in Sociedade e Território, Número 37/38, pp 46-60, Edições Afrontamento, Porto;
- Cabral, J. (2002) *Para uma Política de Cidades – Os imperativos, as novas políticas urbanas, as questões críticas* in Sociedade e Território, N.º 33, pp 24-35, Edições Afrontamento;

- Câmara Municipal de Castelo Branco – CMCB (1996) *Plano Estratégico de Castelo Branco*, CMCB;
- Câmara Municipal de Lisboa (1998) *Anais: I Encontro Bienal sobre "Reabilitação Urbana": Lisboa 12-13 de Junho de 1998*, Lisboa;
- (2005) *Caminho Pedonal Ribeirinho Alhandra – Vila Franca de Xira* in Estuarium AML; Edição da Grande Área Metropolitana de Lisboa; N.º 11, pp 2-4;
- Carmon N. (1999) *Three generations of urban renewal policies: analysis and policy implications* in Geoforum, Vol 30, Nº2, pp 145-158;
- Carrière J-P., C. Demazière (2002) *Urban Planning and Flagship Development Projects: Lessons from Expo 98, Lisbon*, in Planning Practice and Research, Vol 17, nº1, pp 69-79;
- Carter, N. (2000), *Partnership and competition in Urban Policy: the case of Leicester (England)* in Sociedade e Território, Número 31/32, Dezembro 2000, Edições Afrontamento, Porto;
- Comissão das Comunidades Europeias (1990) *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, COM (90) 218, Bruxelas;
- Comissão das Comunidades Europeias (1998a) *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: Um Quadro de Acção*, COM (98) 605, Bruxelas;
- Comissão das Comunidades Europeias (1998b) *Para uma Agenda Urbana da União Europeia*, COM (97) 197, Bruxelas;
- Comissão das Comunidades Europeias (1999) *Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um Quadro de Acção*, Política Regional e de Coesão, União Europeia;
- Comissão das Comunidades Europeias (2001) *Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*, COM (2001) 264, Bruxelas;
- Comissão das Comunidades Europeias (2002) *Sexto programa comunitário de acção em matéria de Ambiente - Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha*, Decisão n.º 1600/2002/CE - Jornal Oficial L 242 de 10.09.2002;
- Comissão das Comunidades Europeias (2004) *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Para uma estratégia temática sobre ambiente urbano*, COM (2004) 60, Bruxelas;
- Comissão das Comunidades Europeias (2006) *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma estratégia temática sobre ambiente urbano*, SEC (2006) 16, Bruxelas;
- Correia, F., J. Cruz, R. Martins, P. Liberato, L. Morbey (2000) *Programa Polis: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*. Documento preparado especialmente para a sessão de *Apresentação Pública do Programa Polis*, a partir do Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Despacho nº47/A/MAOT/99 apresentado para apreciação de Sua Exª o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa, 31 de Março de 2000. Edição do Programa Polis, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa, Portugal;

- Drewe P. (2000) *Chapter 13- European Experiences in Urban regeneration: a handbook*, Sage, London;
- Eggenberger, M., M. R. Partidário (2000) *Development of a framework to assist the integration of environmental, social and economic issues in spatial planning* in *Impact Assessment and Project Appraisal*, Vol 18, Nº 3, pp 201-207;
- (1998) *EXPO'98 - Uma nova Centralidade*, in Grande Lisboa, Número 1, Junho;
- FBO Consultores S.A. (2002) *Sistema de Gestão Ambiental*, Viver Vila Real, Programa Polis;
- Ferreira, A. F. (2004), *Paradoxos do planeamento urbanístico em Portugal* in *Sociedade e Território*, Número 37/38, pp 23-26, Edições Afrontamento;
- Ferreira, V., F. Indovina (1999) *A Cidade da EXPO'98*, Bizância, Lisboa;
- Folgado, D., J. Costódio (1999) *Caminho do Oriente - Guia do Património Industrial*, Livros Horizonte;
- Gelderloos, P., H. Voerknecht (2000) *The Drechtsteden-Region: Co-operation between environmental management and urban planning* in *Resolving Urban Environmental and Spatial Conflicts*, GeoPress, Groningen;
- Gomes R. (1999) *Quotidianos Colectivos: Espaço Público e Sociabilidade na EXPO'98*, in *Sociologia - Problemas e Práticas*, Número 13, CIES/CELTA;
- Governa F., S. Saccomani (2004) *From Urban Renewal to Local Development. New Conceptions and Governance Practices in the Italian Peripheries* in *Planning Theory and Practice*, Vol 5, nº 3, pág. 327-348;
- Grupo de Educação Ambiental da Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente (2002); *Programa de conteúdos para o centro de monitorização e interpretação ambiental – Volume I e II*; Viver Castelo Branco; Programa Polis;
- Hausner, V. (1993) *The future of urban development*, Royal Society of Arts Journal, Vol 141, Nº 5441, pp 523-533;
- Ingersoll R. (2004) *The Barcelona Model* in *Architecture*, Vol 93, Issue 8, pp 21-22;
- IPA (2001) *Estudo de Incidências Ambientais na Zona de Intervenção do Programa Polis em Castelo Branco – Relatório Final*, Viver Castelo Branco, Programa Polis;
- IPCB (2002) *Estudo de Opinião - Relatório*, Programa Polis;
- IPCB (2004) *Monitorização do Impacto Ambiental e Social do Programa Polis em Castelo Branco - Estudos de Opinião*, Programa Polis;
- Jacobs GIBB (2002a) *Estudo de Incidências Ambientais da Intervenção do Programa Polis em Vila Real*, Lisboa;
- Jacobs Gibb (2002b) *Estudo de Solos e Águas Subterrâneas, na Zona afecta aos postos de abastecimento sites na Praça da Devesa - Relatório Final*, Viver Castelo Branco, Programa Polis;

- Jr. Cairns J., V. Crawford, V. Todd (1991) *Integrated Environmental Management* – Chapter 2 The Need for Integrated Environmental Systems Management pp 5-21; Lewis Publishers; Michigan
- Leitmann J. (1999), *Sustaining Cities: Environmental Planning and Management in Urban Design*, McGraw-Hill, Nova Iorque;
- Lichfield D. (2000) *Chapter 11- Organisation and Management in Urban regeneration: a handbook*, Sage, London
- Magalhães A. A., (2000) *Reabilitação Urbana em Lisboa: Uma Abordagem ao Núcleo Antigo da Cidade*, Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, FA, IST, Lisboa;
- Magalhães F., H. Gallo, M. da Costa Lobo (2000) *Planning and sustainability – good and bad practices in Rio, São Paulo and Lisbon* in *The Sustainable city: urban regeneration and sustainability*, Ecology and the Environment volume 39, WIT Press, Southampton;
- MAOT (2002) *Programa POLIS – POLIS em números*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa;
- MAOT, UNL-FCT, DGOTDU (2003) *Guia para avaliação ambiental estratégica de impactes em ordenamento do território*, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Secretaria de Estado do Ordenamento do Território; Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- Marszal, T (2000) *Environmental problems in the spatial development of the city of Łódź* in *Resolving Urban Environmental and Spatial Conflicts*, GeoPress, Groningen;
- Matos, J., J. Paulo (1999a) *Caminho do Oriente - Guia Historico I*, Livros Horizonte;
- Matos, J., J. Paulo (1999b) *Caminho do Oriente - Guia Historico II*, Livros Horizonte;
- Mattrisch G. (2000) *Sustainable cities: future challenges and research issues* in *The Sustainable city: urban regeneration and sustainability*, Ecology and the Environment volume 39, WIT Press, Southampton;
- Moore B., R. Spires (2000) *Chapter 10 – Monitoring and Evaluation in Urban regeneration: a handbook*, Sage, London;
- MAOT (2000a) *Plano Estratégico do Programa Polis de Castelo Branco*, Programa Polis, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa;
- MAOT (2000b) *Plano Estratégico do Programa Polis de Vila Real*, Programa Polis, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa;
- MPAT (1993) *Plano de Desenvolvimento Regional 1994-1999* Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa;
- MPAT (1988) *Plano de Desenvolvimento Regional 1989-1993* Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa;

- NP EN ISO 14 001 (2004) Sistema de gestão ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização. (ISO 14 001: 2004)
- Oliveira, F. P. (2004) *Leis, decretos e afins urbanísticos no contexto europeu* in Sociedade e Território, Número 37/38, pp 148-155, Edições Afrontamento;
- Oliveira das Neves - Consultadoria, Estudos e Projectos, Lda (2003) *Plano Estratégico do Concelho de Vila Franca de Xira – Diagnóstico e Perspectivas de Desenvolvimento e de Actuação Estratégica*, Vila Franca de Xira;
- PARQUE EXPO'98 S.A, Câmara Municipal de Lisboa, Ambelis (1998) *Caminho do Oriente*, Lisboa;
- PARQUE EXPO '98 S.A. (1998a) *Memória da Exposição, EXPO'98*, Lisboa;
- PARQUE EXPO '98 S.A. (1998b) *O Livro Verde, EXPO'98*, Lisboa;
- PARQUE EXPO'98 S.A. (1999a) *Exposição Mundial de Lisboa de 1998, Relatório, EXPO'98*;
- PARQUE EXPO'98 S.A. (1999b) *Documentos para a história da EXPO'98, 1989-1992*, Parque das Nações, Lisboa;
- PARQUE EXPO '98 S.A. (1999c) *Revisão do Plano de Urbanização da Z.I. da EXPO'98*, Parque das Nações, Lisboa;
- Partidário M. R. (1999) *Introdução ao Ordenamento do Território*, Universidade Aberta, Lisboa;
- Partidário M. R. (2003), *Manual de Apoio aos cursos de formação sobre Avaliação Ambiental Estratégica – prática existente, procura futura e necessidade de capacitação*, (<http://campus.fct.unl.pt/mp/downloads/ManualAAE.pdf>);
- Partidário M.R., F. N. Correia (2004) *POLIS – the Portuguese Programme on Urban Environment and its Contribution to European Urban Policy* in European Planning Studies, Vol 12, Nº 3, pp 409-425;
- Partidário M. R., J. Arts (2005) *Exploring the concept of SEA follow-up in Impact Assessment and Project Appraisal*, Vol 23, Nº 3, pp 246-257;
- Pinto A. (2005) *Sistemas de Gestão Ambiental - Guia para a sua implementação*, Edições Sílabo;
- Poczka C. (1998) "*Bairros antigos e bairros novos – Berlim, o maior estaleiro da Europa*" in Anais: I Encontro Bienal sobre "Reabilitação Urbana": Lisboa 12-13 de Junho de 1998, Câmara Municipal de Lisboa;
- Randall T. (2002) *Sustainable urban design: an environmental approach*, Spon Press, Nova Iorque;
- Risco (2001) *Plano Estratégico do Programa Polis de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira;
- Rizzo A. (2005) *A SWOT analysis of the field of virtual reality rehabilitation and therapy in Presence-Teleoperators and Virtual Environments*, Vol 14, Nº2, pp 119-146

- Rydin Y., N. Holman, V. Hands, F. Sommer (2003) *Incorporating Sustainable Development Concerns into an Urban Regeneration Project: How Politics Can Defeat Procedures* in Journal of Environmental Planning and Management, Vol 46, nº 4, pag. 545-561;
- Roberts P. (2000) *Chapter 2 – The evolution, definition and Purpose of urban regeneration* in Roberts P., H. Sykes, Urban regeneration: a handbook, Sage, London;
- Roberts P., H. Sykes (2000) *Urban regeneration: a handbook*, Sage, London;
- Rodney W. (1994) *Urban Environmental Management – Environmental Change and Urban Design*, Joh Wiley & Sons, Chichester;
- Santos A., A. Correia, F. Pessoa (1999) *Renovação urbana no Algarve*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve
- Therivel R. (2004) *Strategic Environmental Assessment*, Earthscan, Londres;
- Transes – Consultadoria, Estudos e Projectos Lda (2001) *Plano de Ordenamento da Circulação e do Estacionamento da Zona Central de Castelo Branco*, Câmara Municipal de Castelo Branco, Programa Polis;
- UTMAD, *Relatório de Monitorização dos rios Corgo e Cabril*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Viver Vila Real, Programa Polis;
- Weston J. (2004) *EIA in a Risk Society* in Journal of Environmental Planning and Management, Vol 47, Nº2, pag 313-325;
- WCED, World Comission for the Environmental Development (1987) *Our Common Future*, Oxford University Press, Oxford;

Sites consultados	URL	Data
▪ Academia Europeia para o Desenvolvimento Urbano	http://www.eaue.de	Mar 2005
▪ Agência Europeia para o Ambiente	http://www.eea.eu.int/main_html	Mai 2005
▪ American Planning Association	http://www.planning.org	Jun 2005
▪ "Barcelona recupera el distrito de Ciutat Vella después de diez años de trabajos de rehabilitación" (Reportaje de Pirelli Club núm. 17 - Maio 1999)	http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/4351/renova.html	Jan 2006
▪ Ajuntament de Barcelona	http://www.bcn.es	Jan 2006
▪ Ambiente Online	http://www.ambienteonline.pt	Jan 2006
▪ Associação Campo Arqueológico de Tavira	http://www.arqueotavira.com	Fev 2006
▪ Barcelona: Renewal Project for the Ciutat Vella District	http://www.eaue.de/winuwd/172.htm	Mar 2005
▪ Bilbao Ria 2000	http://www.bilbaoria2000.org	Abr 2005
▪ Câmara Municipal de Castelo Branco	http://www.cm-castelobranco.pt	Mai 2005

▪ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	http://www.cm-vfxira.pt	Mai 2005
▪ Câmara Municipal de Vila Real	http://www.cm-vilareal.pt	Mai 2005
▪ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	http://www.ccdr-n.pt/	Set 2005
▪ Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	http://www.dgotdu.pt	Ago 2005
▪ EMAS – Peer Review for Cities	http://www.emascities.org	Fev 2006
▪ Encyclopedia of Chicago	http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/1295.html	Dez 2005
▪ Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015	http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf	Nov 2005
▪ Global Development Research Center	http://www.gdrc.org/uem/	Jan 2006
▪ Housing, Planning and Lands Bureau – The Government of the Hong-Kong Special Administrative Region	http://www.hplb.gov.hk	Out 2005
▪ Instituto Camões	http://www.instituto-camoes.pt/arquivos/artes/expo1940.htm	Abr 2005
▪ ICLEI – Local Governments for Sustainability	http://www.iclei.org/	Mai 2005
▪ Johannesburg Summit 2002	http://www.johannesburgsummit.org/	Jun 2005
▪ Kenniscentrum stedelijke vernieuwing	http://www.kei-centrum.nl	Jul 2005
▪ Parque das Nações	www.parquedasnacoes.pt	Mar 2005
▪ Parque Expo'98 S.A	www.parqueexpo.pt	Mar 2005
▪ Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006	http://ecosfera.publico.pt/documentos/poa20002006.pdf	Dez 2005
▪ Plano Estratégico de Castelo Branco 2020	http://www.cm-castelobranco.pt/cb2020.asp?lang=p&skin=1	Dez 2005
▪ Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006	http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/visao.pdf	Fev 2006
▪ Porto de Lisboa	http://www.portodelisboa.com/pg-bomsu.html	Mai 2005
▪ Programa Polis de Castelo Branco	http://www.poliscastelobranco.pt/	Abr 2005
▪ Programa Polis de Vila Real	http://www.polisvilareal.pt	Abr 2005
▪ Science Direct	http://www.sciencedirect.com	Out 2005
▪ Sonae	http://www.sonae.com	Jan 2006
▪ The London Docklands Development Corporation 1981-1998	http://www.lddc-history.org.uk	Abr 2005
▪ Transactions of the Wissex Institute Collection	http://library.witpress.com	Fev 2006
▪ Urbact Website	http://www.urbact.org	Jan 2006

▪ Urban Renewal Authority	http://www.ura.org.hk	Dez 2005
▪ Wikipedia	http://en.wikipedia.org/wiki/Urban_renewal	Dez 2005

Referências Legislativas Nacionais

▪ DL nº 104/2004 de 7 de Maio	Publica o regime jurídico de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística
▪ R.C.M. nº49/2003 de 31 de Março	Publica o Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco
▪ Despacho nº 12 268/2001 (2ª Série) de 4 de Agosto	Determina as candidaturas que irão ser apoiadas pela Linha 2 do Programa Polis
▪ RCM nº 58/2000 de 16 de Maio	Cria o Gabinete Coordenador do Programa Polis. Alterado pelas RCM nº17/2004 de 16 de Março e nº 25/2005 de 17 de Maio
▪ DL nº 305/2000 de 24 de Novembro	Constitui a Sociedade PolisCastelo Branco
▪ DL nº 265/2000 de 18 de Outubro	Constitui a Sociedade PolisVila Real
▪ Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000 de 15 de Maio	Publica o Programa Polis
▪ DL nº 53/2000, de 7 de Abril	Altera o DL nº 380/99, de 22 de Setembro, referente ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
▪ Despacho Nº 47/A/MAOT/99 de 18 de Novembro	Cria um Grupo de Trabalho para a preparação do Programa Polis
▪ Declaração nº 60/2003 (2ª Série), de 14 de Fevereiro	Torna público o registo do Plano de Pormenor da Vila Velha e publica em anexo a deliberação da Assembleia Municipal
▪ Declaração nº 307/2003 (2ª Série), de 7 de Outubro	Torna público o registo do Plano de Pormenor do Centro Histórico e publica em anexo a deliberação da Assembleia Municipal
▪ Declaração nº 61/2003 (2ª Série), de 14 de Fevereiro	Torna público o registo do Plano de Pormenor do Bairro dos Ferreiros e publica em anexo a deliberação da Assembleia Municipal
▪ Declaração nº 203/2003 (2ª Série), de 12 de Junho	Torna público o registo do Plano de Pormenor da Antiga Zona Industrial e publica em anexo a deliberação da Assembleia Municipal
▪ Declaração nº 202/2003 (2ª Série), de 11 de Junho	Torna público o registo do Plano de Pormenor de Tourinhas e publica em anexo a deliberação da Assembleia Municipal
▪ Declaração nº 199/2003 (2ª Série), de 7 de Junho	Torna público o registo do Plano de Pormenor do Parque do Corgo e publica em anexo a deliberação da Assembleia Municipal
▪ Lei nº 48/98 de 11 de Agosto	Publica a LBOTU
▪ R. C. M. nº 38/95 de 21 de Abril	Aprova o Plano Nacional da Política de Ambiente
▪ R. C. M. nº 66/94 de 11 de Agosto	Publica o PDM de Castelo Branco
▪ Despachos MPAT nº 6/94 e 7/94,	Criam o PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano

DR II Série, 26 de Janeiro	Nacional e Apoio à Execução dos PDM
▪ R. C. M. Nº 63/93 de 8 de Novembro	Publica o PDM de Vila Real
▪ DL nº 69/90 de 2 de Março	Cria os PMOT , que abrangem as figuras de PDM, PU e PP;
▪ DL nº 208/82 de 26 de Maio	Cria a figura do PDM e regulamenta a Lei nº 79/77 de 25 de Outubro
▪ DL nº 24 802, de 21 de Dezembro de 1934	Cria os Planos Gerais de Urbanização

ANEXOS

- Anexo 1 Instrumentos para a execução do Programa Polis
- Anexo 2 Planta de Estudos e Identificação de Projectos do Programa Polis de Castelo Branco
- Anexo 3 Descrição do Plano de Pormenor e Projectos associados ao Programa Polis de Castelo Branco
- Anexo 4 Planta de Simulação da Ocupação Final do Programa Polis de Castelo Branco
- Anexo 5 Check-list aplicada ao Programa Polis de Castelo Branco
- Anexo 6 Descrição dos Planos de Pormenor, Projectos e Obras associados ao Programa Polis de Vila Real
- Anexo 7 Planta de Identificação de Estudos e Projectos do Programa Polis de Vila Real
- Anexo 8 Planta de Simulação da Ocupação Final do Programa Polis de Vila Real
- Anexo 9 Check-list aplicada ao Programa Polis de Vila Real
- Anexo 10 Planta do Programa Polis de Vila Franca de Xira
- Anexo 11 Check-list aplicada ao Programa Polis de Vila Franca de Xira

ANEXO 1 | INSTRUMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA POLIS

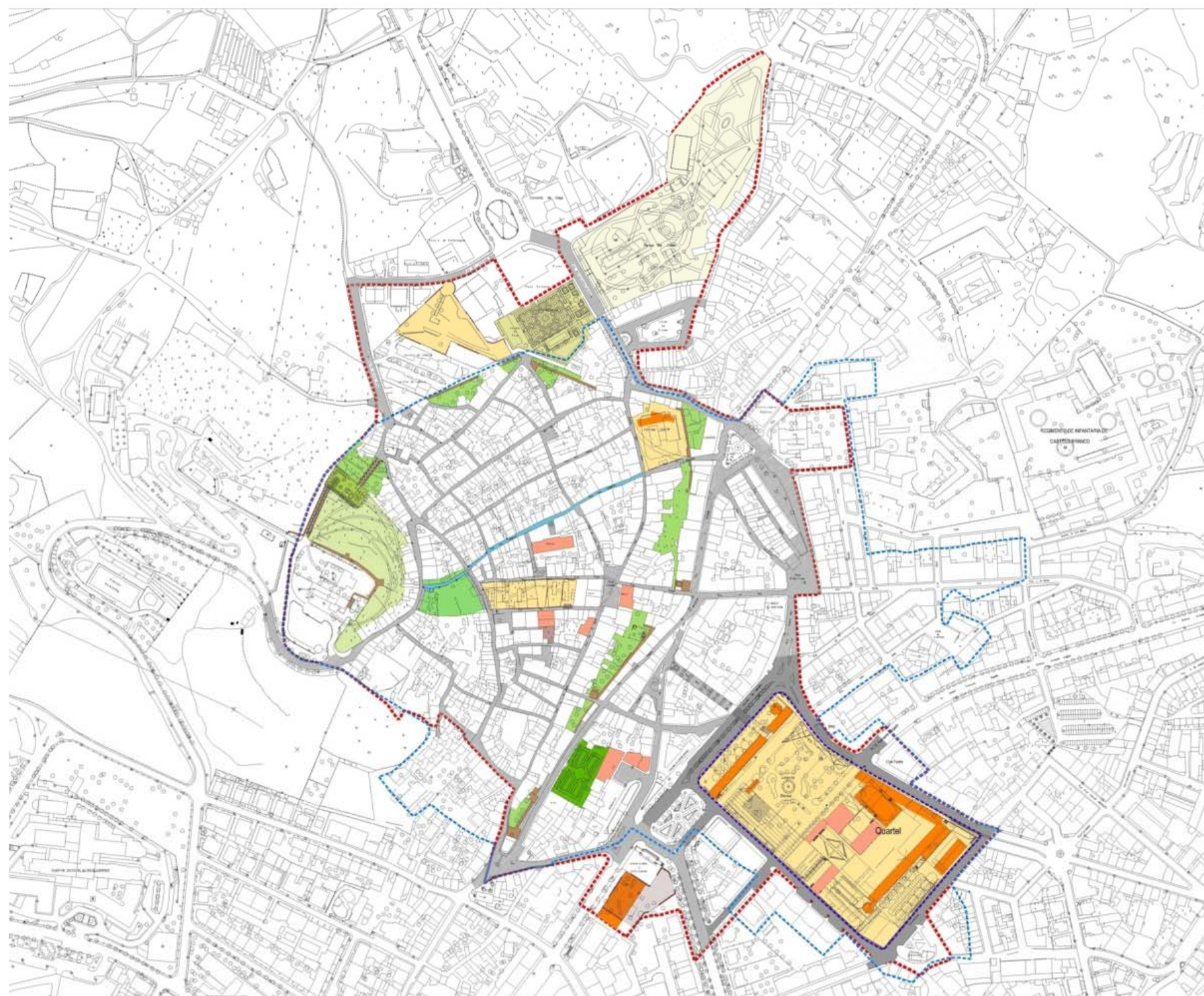
INSTRUMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA POLIS	
Intervenção urbanística	O reordenamento urbano decorrente das intervenções incluídas no Programa Polis foi precedido de um plano estratégico, tendo sido posteriormente realizados planos de urbanização ou de pormenor, elaborados pela entidade promotora e gestora do projecto. Para agilizar a elaboração, aprovação e execução dos planos, sem prescindir do grau de exigência que a lei impõe, foi publicado o DL nº 314/2000, de 2 de Dezembro, que assegura as medidas de excepção para o Programa Polis.
Empresariais	<p>Dada a multidisciplinaridade das intervenções previstas na componente 1, que requerem competências em domínios técnicos específicos e também em matérias de coordenação e gestão integrada de operações, foi necessário prever, modelos de operacionalização das intervenções, por forma a garantir a sua eficácia no terreno. Assim, a RCM nº26/2000 recomendou as seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - constituição de sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, constituídas com a participação maioritária do Estado/ex-MAOT e a participação da(s) autarquia(s) envolvida(s), às quais foram cometidas as tarefas de executar os objectivos do projecto. Para a gestão de sociedades recorreu-se a empresas do sector empresarial do Estado com experiência em intervenções urbanísticas de grande escala (Sociedades Parque EXPO 98, S.A. e Porto 2001, S.A) e a empresas privadas especializadas na gestão de projectos. - dotar as sociedades de poderes de excepção para: expropriação de imóveis; utilização e administração de bens do domínio público do Estado; atribuição de poderes excepcionais no âmbito do ordenamento do território e urbanismo e na definição de um regime articulado de licenciamento de obras, infra-estruturas e edificações.
Protocolarização com os municípios	Previamente à constituição de cada uma das sociedades e face à complexidade dos projectos de intervenção e respectivo modelo, foram celebrados protocolos com cada um dos municípios envolvidos na componente 1 do Programa, de modo a consubstanciar num documento a relação entre as autarquias e o ex-MAOT e firmar, num documento de referência, as obrigações das partes e os prazos de cumprimento.
Estrutura e procedimentos de gestão	<p>Para promover a articulação das diferentes fontes de financiamento, potenciar sinergias e garantir que os projectos cumpram simultaneamente os objectivos do Polis e das intervenções operacionais do QCA III, criou-se o Gabinete Coordenador do Programa Polis³² (GCPP), sob a tutela do actual MAOTDR.</p> <p>O GCPP é dirigido por um coordenador com o estatuto de encarregado de missão, sendo apoiado por uma estrutura de dinamização e acompanhamento. Numa fase inicial, o GCPP teve como funções verificar a conformidade das propostas com os objectivos do Programa, analisar a engenharia financeira e elaborar pareceres destinados a instruir as candidaturas a instrumentos financeiros. Actualmente, o GCPP participa no acompanhamento da execução das acções e na avaliação da realização dos objectivos estabelecidos para cada uma das intervenções e para o Programa Polis no seu todo. Para além da missão genérica de articulação das diversas fontes de financiamento, o GCPP exerce igualmente as funções de divulgação, dinamização, controlo de qualidade dos projectos e avaliação da execução do Programa Polis.</p>
Jurídicos	Para a implementação do Programa Polis foi necessário definir um regime excepcional, aplicável a todas as sociedades, que permitisse, numa lógica desejada e fundamental de articulação com os municípios envolvidos, uma eficaz concretização dos objectivos.

Fonte: Correia *et al* (2000)

³² RCM nº 58/2000 de 16 de Maio, alterado pela RCM nº 17/2004 de 16 de Março e pela RCM nº25/2005 de 17 de Maio;

**ANEXO 2 | PLANTA DE ESTUDOS E IDENTIFICAÇÃO DE PROJECTOS DO
PROGRAMA POLIS DE CASTELO BRANCO**

LEGENDA :	
Zona de intervenção	
Limite do Plano de Pormenor Zona Histórica/Devesa	
Limite do PUR - Centro Cívico / Devesa Ex-Quartel	
Requalificação de Espaços Verdes:	
Parque da Cidade	
Jardim do Paço	
Colina do Castelo	
Mirante de S. Gens	
Percurso da Muralha	
Jardim Vaz Preto	
Jardim dos Peleteiros	
Requalificação Rede Viária / Pedonal:	
Reestruturação Viária do Centro Cívico - Largo da Devesa/Ex-Quartel	
Reestruturação Viária da Zona Histórica	
Meio Mecânico de Acesso ao Castelo	
Parque de Estacionamento	
Requalificação do Espaço Público:	
Praças	
Requalificação de Edifícios / Equipamento:	
Edifício Existente	
Edifício Proposto	



Planta de Estudos e Identificação dos Projectos

**ANEXO 3 | DESCRIÇÃO DO PLANO DE PORMENOR E PROJECTOS
ASSOCIADOS AO PROGRAMA POLIS DE CASTELO BRANCO**

Descrição do Plano de Pormenor e Projectos associados ao Programa Polis de Castelo Branco

Plano de Pormenor da Zona Histórica/Devesa

- A intervenção na Zona Histórica passa pelo incremento e requalificação das áreas pedonais, dos espaços verdes, da sinalética, do mobiliário e do equipamento urbano. Com vista à dinamização do Centro Histórico e à atracção de população, estão previstas acções como a promoção de alojamento turístico junto ao castelo, o reforço de residências universitárias para jovens, o reforço da actividade comercial e a implementação de um conjunto de equipamentos culturais;
- Está igualmente prevista a reestruturação da rede viária na Zona Histórica, o incremento do espaço pedonal e a diminuição do congestionamento automóvel;
- Serão ainda criadas grandes praças, duas no Centro Histórico, outra no Centro Cívico, complementadas pela constituição de percursos culturais que implicarão a requalificação do espaço público, adicionando sinalética informativa e cultural;
- O Centro Cívico concentrará várias funções apelativas e culturais passando a constituir um espaço intergeracional e ambiental qualificado para usufruto da população;
- Diversificação dos actuais usos sociais e económicos do tecido urbano da colina
- Reforço do uso residencial junto das antigas portas da muralha, introduzindo novos habitantes mais jovens e apoiando os residentes mais idosos, sugerindo-se, no entanto, a sua saída para locais mais baixos em termos de cotas altimétricas.
- Criação de residências universitárias, com transformação de edifícios a adquirir, ao longo dos quarteirões situados sobre a rua do Arressário e da rua dos Cavaleiros;
- Promoção de alojamento turístico junto ao Castelo, Rua do Mercado e Rua do Arco do Bispo, através de turismo de habitação, alojamento turístico, hospedarias, etc;
- Reforço das funções actuais nos quarteirões situados ao longo da rua de Sta. Maria e rua Vaz Preto e ainda rua dos Ferreiros;
- Reforço da actividade comercial e turística dos quarteirões situados na zona inferior da colina e fora do perímetro das muralhas mas adjacentes a estas.

Projecto Urbano do Centro Cívico/Devesa

- O Centro Cívico verá a sua acessibilidade rodoviária melhor organizada, pela introdução de um grande Parque de Estacionamento Subterrâneo, e eliminação de duas vias que actualmente atravessam esta zona, o que possibilitará a transformação deste amplo espaço numa grande rotunda giratória, sendo para tal necessário intervir ao nível dos pisos, passeios, sentidos de tráfego e sinalética;
- Construção de um túnel na R. José Bento, entre a R. Senhora da Piedade e a R. Saibreiro, e um parque de estacionamento subterrâneo. À superfície nascerão alguns edifícios de utilização mista (comércio, serviços e habitação), serão criadas novas zonas de estar, com intervenção nos pavimentos, iluminação e mobiliário urbano;
- O Largo da Devesa receberá um importante parque de estacionamento que assumirá uma grande centralidade urbana, sendo este amplo espaço equipado com áreas verdes, espelhos de água, esplanadas, quiosques e bares;
- O Ex-Quartel receberá o Centro de Cultura Contemporânea, estando previsto um espaço para funções expositivas e culturais/centro de arte moderna, auditório para música de câmara, pista de gelo e cafetaria. Na retaguarda nascerá uma Biblioteca Municipal, equipada com centro multimédia, livrarias e outras lojas ligadas à actividade cultural, bem como um Cybercentro, local privilegiado para divulgação e utilização de novas tecnologias. Prevê-se ainda a criação de um espaço verde em frente e lateralmente;
- Na rua do Saibreiro, em frente do Cine Teatro, será criado um conjunto de lojas comerciais, aproveitando-se o desnível da plataforma a criar para implantação do Centro de Cultura Contemporânea e da sua praça posterior;
- Na Alameda da Liberdade prevê-se a construção de um novo quiosque, Posto de Turismo e cafetaria/bar, instalados num edifício único e reforço da sua qualificação ao nível dos pavimentos com interligação com o Largo da Devesa através da construção de uma ampla escada. As antigas e populares casetas darão lugar a novos espaços comerciais, com a sua cobertura a prolongar-se numa pala de ensombramento sobre a nova Praça da Devesa;

Projecto Urbano do Passeio da Muralha

- Valorizar a estrutura da Muralha e conquistar espaço para a sua fruição. Este propósito implicará a expropriação de algumas habitações e logradouros, para transformação do espaço numa Alameda, com tratamento ao nível dos pavimentos, construção de pontos de água, zonas verdes, instalação de mobiliário urbano e iluminação cénica

Projecto Urbano da Praça Postiguinho Valadares

- A requalificação da Praça Postiguinho Valadares permitirá cumprir dois objectivos centrais: conquistar espaço público e melhorar a arquitectura do local.
- A demolição do Edifício da Portugal Telecom permitirá a construção de uma nova Praça, sob a qual será instalado um parque de estacionamento subterrâneo. À superfície surgirá um novo edifício de remate, com funções administrativas e comerciais. A Praça terá intervenções ao nível dos pavimentos, instalação de mobiliário urbano, definição de espaços verdes e de estar, com recuperação e valorização de um troço de Muralha.

Projecto Urbano da Praça Académica

- A intervenção proposta prevê a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, com criação na cobertura de uma Praça arborizada que se desenvolverá em três patamares. A ligação entre eles será feita por uma escadaria, traçada com uma valência adicional: poder funcionar como pequeno auditório ao ar livre e, assim, possibilitar a realização de manifestações culturais ou recreativas. No topo da Praça, no extremo oposto ao Arquivo Distrital, nascerá a Casa de Apoio aos Jovens, um espaço de encontro, de estudo e lazer e de animação.

Projecto Urbano do Mirante S. Gens / Encosta do Castelo

- Para alcançar o Castelo a partir do extremo Norte da cidade, a melhor opção será a subida pelo Miradouro de S. Gens. O projecto propõe a redefinição da plataforma de observação sobre a cidade, instalação de novo mobiliário urbano, sinalética, painéis informativos e iluminação, bem como intervenção ao nível dos pavimentos.
- No Castelo, será requalificada a Muralha e todo o espaço público, com instalação de equipamentos de restauração que darão maior atractividade ao local. Transformar este espaço num local de agradável estadia implicará também a recuperação de espaços verdes e a redefinição de percursos.

Projecto Urbano do Largo da Sé / Praça D. José I

- O espaço urbano constituído pela R. Olarias, Largo e R. da Sé a Praça D. José I será valorizado com o reforço das áreas pedonais e com a criação de zonas de estar. Os novos pavimentos, o reforço da iluminação pública e do mobiliário urbano e a requalificação do Largo irão conferir-lhe a dignidade perdida, recuperando-se um pólo de centralidade.

Parque da Cidade / Mata dos Loureiros

- O Parque da Cidade actualiza o conceito de hortas ajardinadas, já que recupera as antigas hortas do Paço, agora numa perspectiva de utilização lúdico-pedagógica. O projecto pouco mantém do velho e degradado Parque, à excepção da manutenção de algumas árvores, à pérgola, à Porta de Roma e à Mata dos Loureiros.
- Sendo um espaço verde renovado pelos novos percursos e utilizações propostas, o Parque assume duas vertentes distintas, mas complementares, onde a água é o elemento unificador. A Mata dos Loureiros, densamente arborizada e com muita sombra, é antecedida pela Praça da Água, local onde foi edificado um pequeno auditório, onde pontuam as hortas ajardinadas e onde as árvores têm um papel de natureza controlada em função de conceitos estéticos actuais. Um parque infantil, um bar, novo mobiliário urbano e iluminação complementam o Parque da Cidade, onde nascerá o Centro Lúdico.

Jardim do Paço

- A intervenção incide na recuperação dos jogos de água, dos muros e do grande tanque, limpeza da cantaria, recolocação de estátuas nos locais originais, instalação de um sistema de iluminação e reintrodução das espécies vegetais utilizadas no século XVIII, nos jardins barrocos portugueses. Será restabelecida a ligação com o Parque da Cidade e construído um Centro de Interpretação do Jardim do Paço e Casa de Chá, a instalar no edifício do Museu Académico.

Projecto do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental

-
- O CMIA terá um objectivo pedagógico de divulgação dos valores ambientais presentes e uma função de carácter mais técnico, na monitorização de diversos descritores ambientais. Neste sentido, o CMIA foi concebido para cumprir os seguintes objectivos principais:
 - ser um veículo de promoção de questões ambientais, fornecendo informação, formação e educação ao público e estimulando o seu envolvimento;
 - promover e gerir a informação resultante das monitorizações ambientais;
 - contribuir para a tarefa global de sensibilização e educação ambiental dos cidadãos, necessária para a manutenção e promoção da qualidade ambiental.
 - O CMIA tem as seguintes áreas funcionais: recepção, sala multiusos, área administrativa, área de monitorização e documentação, armazém/oficina, loja e café/bar.
-

Fonte: MAOT (2000a)

**ANEXO 4 | PLANTA DE SIMULAÇÃO DA OCUPAÇÃO FINAL DO
PROGRAMA POLIS DE CASTELO BRANCO**

LEGENDA:

Zona de intervenção

Edifícios a intervir / Propostas



PLANTA DE SIMULAÇÃO DA OCUPAÇÃO FINAL

**ANEXO 5 | CHECK-LIST APLICADA AO
PROGRAMA POLIS DE CASTELO BRANCO**

I CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROGRAMA POLIS DE CASTELO BRANCO

Intervenção

Área de intervenção	33 ha
Duração da intervenção (prevista no Plano Estratégico)	Outubro 2000 – Dezembro 2004
Investimento Previsto	37.5 milhões Eur (4 milhões Eur constituem investimento da Autarquia), + IVA
% Intervenção já concretizada	85% física e 64% financeira

Modelo de Gestão

Entidade executante	Constituição de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com autonomia jurídica, constituída com a participação maioritária do Estado / Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e participação da Autarquia de Castelo Branco
Tipo de Gestão	Gerida por uma empresa privada com capitais públicos - Parque Expo'98, SA

Tipologia da Equipa Técnica

Conselho de Administração da Sociedade	Presidente - Presidente da CCDR-Centro Vogal - Presidente da Câmara de Castelo Branco Vogal - Gestor nomeado pela Assembleia Geral	
Equipa Técnica	Equipa Local (em Castelo Branco) Coordenador Director Local Director-Adjunto Técnico de Comunicação Técnicos Locais (de apoio à Engenharia e Arquitectura) Apoio Administrativo	Equipa Central (na sede da Parque Expo 98) Apoio Administrativo Núcleo de Expropriações Núcleo de Planeamento, Procura e Contratos Núcleo de Controlo de Custos e Financiamento Núcleo Jurídico e de Comunicação Núcleo de Ambiente

II ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL

2.1 FASE DE PROGRAMAÇÃO

GERAL

Documentos / Estudos Ambientais desenvolvidos	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de Incidências Ambientais na Zona de Intervenção do Programa Polis em Castelo Branco - concluído em Dezembro de 2001 Plano de Ordenamento da Circulação e Estacionamento da Zona Central de Castelo Branco Plano de Gestão Ambiental - Foi elaborado e aprovado pela Sociedade em Fevereiro de 2002. Constitui-se como um documento contratual em todos os concursos lançados pela Sociedade, aplicando-se em qualquer uma das fases de projecto Programa de Monitorização Ambiental da Sociedade PolisCastelo Branco
Monitorização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizaram-se as componentes: Ruído, Qualidade do Ar e Aspectos Psico-sociais <p>A primeira campanha realizou-se em Julho de 2002 e teve como objectivo caracterizar a situação ambiental de referência</p>

PLANO DE PORMENOR

	Equipa Técnica	Incorporação dos indicadores previstos no P. Estratégico	Estudos ambientais realizados
Zona Histórica / Devesa	<ul style="list-style-type: none"> 1 arquitecto coordenador 4 arquitectos 1 engenheiro urbanista 1 engenheiro de infra-estruturas 1 engenheiro electrotécnico 1 arquitecto paisagista 1 jurista 	Sim. O Plano de Pormenor traduz o Plano Estratégico e prevê os indicadores ambientais nele definidos.	Incluiu a informação do Estudo de Incidências Ambientais e do Plano de Ordenamento da Circulação e Estacionamento

PROJECTOS

Projectos	Estudos ambientais complementares realizados	Tecnologias de Gestão Ambiental introduzidas
Projecto Urbano do Centro Cívico/Devesa	-	Os termos de referência dos vários projectos solicitavam que se considerassem medidas tendentes a melhorar o comportamento térmico dos Edifícios, com vista à promoção de economias de energia e de energias alternativas.
Projecto Urbano do Passeio da Muralha	-	
Projecto Urbano da Praça Postiguinho Valadares	-	
Projecto Urbano da Praça Académica	-	
Projecto Urbano do Mirante S. Gens / Encosta do Castelo	-	
Projecto Urbano do Largo da Sé / Praça D. José I	-	
Parque da Cidade / Mata dos Loureiros	-	
Jardim do Paço	-	<p>No caderno de encargos foi solicitado que se considerasse:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ a minimização do recurso ao consumo de formas de energia comercial, nomeadamente aquelas cuja conversão/utilização têm maior impacto no ambiente, reduzindo a potência dos sistemas e gerindo adequadamente a sua exploração; ▪ a exploração, desde a fase inicial do projecto, do potencial dos parâmetros ambientais (radiação, geometria solar, luz e ventilação natural,) como estratégia de base para atenuar o recurso às energias comerciais; ▪ proporcionar, explorar e valorizar o recurso à adopção de tecnologias inovadoras no domínio da energia, do conforto e da saúde dos edifícios; ▪ a possibilidade de recuperação de calor/frio do ar de ventilação.
Projecto do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Programa de Conteúdos para o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Castelo Branco	

2.2 FASE DE OBRA

Geral

Documentos / Estudos ambientais desenvolvidos	Estudo de solos e águas subterrâneas, na zona afecta aos postos de abastecimento, sítios na Praça da Devesa – realizado em Outubro 2002 Revisão e actualização do Plano de Gestão Ambiental
Monitorização Ambiental	Monitorizaram-se semestralmente as componentes Ruído e Qualidade do Ar Foi também realizada uma campanha referente aos Aspectos Psico-sociais

Dono de Obra (Sociedade PolisCastelo Branco)

Responsável Ambiental	Sim
Periodicidade de participação do R. Ambiental nas reuniões de obra	Não estava definida

Fiscalização

Responsável Ambiental	Sim. Era exigido pelo caderno de encargos do concurso.
Periodicidade de participação do R. Ambiental da Fiscalização nas reuniões de obra	Não estava definida
Relatórios de acompanhamento ambiental	No PGA estava definida a estrutura (devendo igualmente conter os relatórios do Empreiteiro) e a periodicidade da entrega (mensal).
Monitorização ambiental em obra	Não foi realizada monitorização ambiental, por parte da Fiscalização

Empreiteiros

Responsável Ambiental	Todas as empreitadas tinham um responsável ambiental. Era exigido pelo caderno de encargos do concurso.
Plano de Gestão Ambiental	Estava definido no PGA que todos os empreitadas apresentassem a metodologia para a implementação do PGA da Sociedade PolisCastelo Branco
Relatórios de Acompanhamento Ambiental	No PGA estava definido que deveriam ser entregues mensalmente à Fiscalização
Monitorização ambiental em obra	Em várias empreitadas foram realizadas monitorizações ambientais ao ruído e à qualidade do ar
Realização de acções de formação aos funcionários, na área do ambiente	Não

Compilação de informação para produção de indicadores de desempenho ambiental da empreitada	Sim. O PGA definia que, no fim de cada empreitada fosse preenchidas umas fichas referentes a indicadores de desempenho operacional
--	--

2.3 FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Geral

Grau de implementação final do Programa Polis, relativamente ao previsto no Plano Estratégico	90%
--	-----

Avaliação do desempenho ambiental do Programa Polis

Monitorização Ambiental	Está prevista a realização de uma campanha, que irá caracterizar a situação ambiental após a implementação do Programa Polis	
Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Está em construção e está previsto o seu funcionamento através de um protocolo a estabelecer entre a CMCastelo Branco, o Instituto Politécnico de Castelo Branco e o Parque do Tejo Internacional	
Produção de indicadores de desempenho ambiental de empreitadas	Existiu a compilação de indicadores de desempenho ambiental das empreitadas	
Indicadores ambientais Propostos no Plano Estratégico e incorporados nos projectos	Instrumentos de gestão territorial	1
	Criação e beneficiação de parque e áreas verdes	28 900 m ²
	Criação e requalificação de espaço público	46 200 m ²
	Ciclovias criadas	nq
	Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	16 200 m ²
	Estacionamento dissuasor	750 lugares
	Demolições para requalificação urbana	25 129 m ²
	Criação de um Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	1

III. Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

3.1 COMPONENTE DIVULGAÇÃO

Geral

	Fase de Programação	Fase de Obra	Fase de Encerramento e Avaliação
Meios de divulgação utilizados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Boletim informativo: <ul style="list-style-type: none"> B1 – publicado em Dez 2001 com o tema: Devesa recupera centralidade B2 – publicado em Set 2002, com o tema: Como eles vêem e cantam o Polis ▪ Press ▪ Posto de Informação ▪ Countdown ▪ Acções Escola ▪ Folhetos de projecto ▪ Filme 3D sobre a intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posto de Informação ▪ Countdown ▪ Acções Escola, que incluíram: Feira Ecológica; Pedy-paper; Guia pedagógico de boas práticas ambientais; Manual do Professor ▪ Vedação de obra com painel janela ▪ Spots radio e Anúncios de imprensa ▪ Boletim informativo: <ul style="list-style-type: none"> B3 – publicado em Mai 2003, com o tema: Polis dentro dos prazos B4 – publicado em Dez 2003, com o tema: As novas empreitadas ▪ Site - www.poliscastelobranco.pt ▪ Folhetos e Flyers ▪ Outras publicações - O Programa Polis em Castelo Branco Álbum Histórico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sessões inaugurais ▪ Publicação sobre as obras realizadas no âmbito do Programa Polis
Tipo de Informação disponibilizada à população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Documentação relativa ao Plano de Pormenor e a cada um dos Projectos Urbanos ▪ Peças de comunicação produzidas pela Sociedade ▪ Estudo de Incidências Ambientais ▪ Relatórios de Monitorização Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação dos projectos no início das empreitadas ▪ Informações sobre desvios de trânsito e interdição de estacionamento ▪ Brigada de limpeza de montras e acções de animação para os comerciantes ▪ Site: <ul style="list-style-type: none"> - em que consiste o Programa Polis - o Polis em Castelo Branco (Plano Estratégico, Planos e Projectos, etc) - como se realiza o acompanhamento ambiental, que inclui os resultados das campanhas de monitorização - Notícias, informações, contactos (com possibilidade de <i>download</i> dos boletins informativos) - acções e eventos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação sobre as obras realizadas no âmbito do Programa Polis em Castelo Branco

3.2 COMPONENTE PARTICIPAÇÃO

Geral

Comissão Local de Acompanhamento	Foi formada em 8 de Maio de 2001 É constituída por 32 elementos, representantes dos partidos políticos, sindicatos, associações de defesa ambiental, associações empresariais e líderes de opinião
Frequência e programas/temas das reuniões	Até final de Outubro de 2005 realizaram-se doze reuniões, sensivelmente de dois em dois meses, tendo a última sido realizada em Janeiro de 2004. Os temas debatidos na reunião prendiam-se com a apresentação das actividades realizadas pela Sociedade PolisCastelo Branco, tendo sido apresentados os vários projectos, relatórios, estudos (por exemplo: Estudo de Incidências Ambientais, relatórios de acompanhamento arqueológico, entre outros)
Efeitos da Comissão Local de Acompanhamento	Das sugestões indicadas, resultaram algumas alterações aos projectos, nomeadamente ao nível do ensombramento e do tipo de plantas a utilizar

Plano de Pormenor

Planos de Pormenor	Metodologia de participação pública	Nível de participação	Meios de informação da população	Efeitos da Participação Pública nos Planos de Pormenor
Zona histórica / Devesa	Realizaram-se sessões públicas de esclarecimento e apresentou-se o Plano na Comissão Local de Acompanhamento e na Assembleia Municipal. Esteve igualmente em consulta em cinco locais distintos	Consulta – Altos Sessões de Esclarecimento - Médios	Anúncios de imprensa Spots de rádio	Não foram apresentadas propostas que dessem origem a alterações significativas

Projectos

Projectos	Participação Pública	Nível de participação	Meios de informação da população	Efeitos na concepção dos Projectos
PU do Centro Cívico/Devesa PU do Passeio da Muralha PU da Praça Postiguinho Valadares PU da Praça Académica PU do Mirante S. Gens / Encosta do Castelo PU do Largo da Sé / Praça D. José Parque da Cidade/Mata dos Loureiros Jardim do Paço Projecto do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os projectos foram apresentados na Comissão Local de Acompanhamento e na Assembleia Municipal. ▪ A documentação esteve disponível no Posto de Informação, tendo sido também posteriormente colocada no site. ▪ No âmbito do projecto acções escolas, foi realizada a explicação dos projectos em todas as turmas de todas as escolas inseridas na ZI ▪ Existiram ainda algumas acções pontuais que incluíram a apresentação de um filme a 3D com a inclusão de todos os projectos 	Alto, em todos os projectos	Anúncios de imprensa Spots de rádio	Foram alterados apenas de acordo com as sugestões da Comissão Local de Acompanhamento

**ANEXO 6 | DESCRIÇÃO DOS PLANOS DE PORMENOR, PROJECTOS E OBRAS
ASSOCIADOS AO PROGRAMA POLIS DE VILA REAL**

Descrição dos Planos de Pormenor, Projectos e Obras do Programa Polis em Vila Real

PP1 - Plano de Pormenor da Vila Velha	Projectos e Obras
<p>Abrange uma área aproximada de 72.000 m² e tem como objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ qualificação/valorização da imagem do núcleo urbano embrionário de Vila Real; ▪ recuperação urbanística da área habitacional, mantendo os traços arquitectónicos e históricos que caracterizam esta área; ▪ revitalização funcional da área, conferindo-lhe usos lúdicos e de estadia em conjunto com a criação de habitação para estudantes; ▪ requalificação do espaço público e a integração do cemitério; ▪ salvaguarda do património arqueológico, nomeadamente através da valorização da imagem da antiga muralha e da criação de uma estação/centro arqueológico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Espaço público, arruamentos e infra-estruturas da Vila Velha</u> – elaboração de projecto de reabilitação urbana e paisagística do espaço público (arruamentos, praças e áreas ajardinadas), incluindo a renovação da iluminação pública e respectiva execução da obra (Espaço público pavimentado e infra-estruturado – 6 578 m². Espaço público ajardinado – 4 472 m².) Inclui o projecto de integração paisagística e reordenamento do cemitério e execução da obra (<i>Área de intervenção – 15 600 m²</i>) ▪ <u>Centro Interpretativo Arqueológico da Vila Velha</u> – realização de uma campanha arqueológica que constitua um acervo a ser mostrado no próprio local, evidenciando a origem da própria cidade.
PP2 - Plano de Pormenor do Centro Histórico	Projectos e Obras
<p>Com uma área de cerca de 328.000 m², visa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ qualificação/valorização do Centro Histórico; ▪ salvaguarda do património edificado; ▪ qualificação urbanística de áreas habitacionais degradadas; ▪ criação de um novo sistema de circulação e estacionamento automóvel, de acordo com os estudos e projectos existentes; ▪ consolidação da rede de arruamentos pedonais, associando itinerários de visita; ▪ requalificação e renovação do espaço público, com uma especial atenção à Avenida Carvalho Araújo na qual se deverá manter o carácter de “jardim público”; ▪ renovação da função comercial e a criação de equipamentos “âncora”. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Beneficiação e Requalificação da Avenida Carvalho de Araújo</u> – elaboração do projecto de execução de arquitectura paisagista, incluindo a renovação das infra-estruturas (água, saneamento, drenagem de águas pluviais, redes eléctricas e iluminação pública, telecomunicações e mobiliário urbano) e respectiva execução da obra. Área de intervenção – 10 330 m². ▪ <u>Beneficiação e requalificação de um lote de arruamentos no Centro Histórico</u> – projectos elaborados pelos serviços da CMVR, na continuidade dos já executados no Centro Histórico, dando prossecução à estratégia municipal de restringir o trânsito automóvel ao estritamente necessário nesta área da cidade. Área de intervenção – 19 250 m². ▪ <u>Beneficiação e Requalificação da Av^a da Noruega</u>. Área de intervenção – 7 200 m². ▪ <u>Beneficiação e Requalificação do Largo do Pioledo</u>.
PP3 - Plano de Pormenor do Bairro de Ferreiros	Projectos e Obras
<p>Abrange uma área aproximada de 60.000 m² e tem como objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ qualificação/integração da imagem urbana do bairro na cidade; ▪ recuperação urbanística de uma área habitacional degradada e a melhoria das condições de vida da população; ▪ requalificação funcional do bairro; ▪ resolução urbanística de edifícios abandonados, dissonantes e degradados; ▪ requalificação do espaço público. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Beneficiação e Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Ferreiros</u> - elaboração de projecto de reabilitação urbana e paisagística do espaço público, incluindo a renovação de todas as infra-estruturas enterradas e drenagem. Área de intervenção – 9 695 m². ▪ <u>Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental</u> – na Casa da Presa, juntamente com o centro de artes tradicionais
PP4 - Plano de Pormenor da Antiga Zona Industrial	Projectos e Obras
<p>Com área aproximada de 140.000 m² corresponde a uma UOPG do PDM e está classificada na classe de Espaço Urbano como categoria U1–cidade de Vila Real. Visa:</p>	<p style="text-align: center;">-</p>

<ul style="list-style-type: none"> ▪ reconversão e reabilitação da zona urbana, centrada nas áreas ocupadas por fábricas já desactivadas e na reformulação das instalações da C.P; ▪ construção de novos equipamentos públicos, nomeadamente a Biblioteca; ▪ criação de um interface de articulação de transportes públicos urbanos, nomeadamente ferroviários/rodoviários e o teleférico, criando um “espaço de chegada” para a cidade de Vila Real; ▪ ordenamento das áreas envolventes, sua integração e articulação com vista a uma requalificação mais ampla da zona entre este PP e o PPormenor de Tourinhas. 	
PP5 - Plano de Pormenor de Tourinhas	Projectos e Obras
<p>Visa a revalorização da zona adjacente à Ribeira, a Norte da Praça da Galiza, centrada na implementação de um Parque bem como o ordenamento das áreas envolventes na perspectiva de uma mais ampla requalificação da área. O Plano corresponde a uma das UOPG do PDM, abrange uma área de 210.000 m² e tem como objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ construção do Parque da Cidade; ▪ definição funcional da área; ▪ estruturação de uma nova área habitacional da cidade como entorno arquitectónico de qualidade; ▪ qualificação e articulação com área envolvente edificada e com o Parque Corgo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Parque da Cidade</u>. Área de intervenção – 108 000 m².
PP6 - Plano de Pormenor do Rio Corgo	Projectos e Obras
<p>Pretende ser um instrumento para ordenar e gerir uma zona que, pelas suas características naturais e paisagísticas, constitui um espaço importante a ser inserido no tecido urbano. Este Plano pretende assegurar a perenidade de um espaço natural, cuja vocação em termos de utilização pela população se enquadra essencialmente nas componentes pedagógica, didáctica e de lazer. Com uma área de 1.000.000m², visa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ valorizar os recursos paisagísticos e ecológicos dos vales dos rios Corgo e Cabril, entre a Ponte da Timpeira e a ponte de atravessamento do IP4, com vista à constituição de um parque de lazer e contacto com a natureza e de valorização ambiental; ▪ estabelecer percursos e equipamentos educativos de lazer ao longo e entre as duas margens que possibilitem e facilitem o usufruto do Parque; ▪ melhorar os acessos da cota alta à cota dos rios, aproveitando, sempre que possível, caminhos existentes, e propor espaços de estacionamento automóvel; ▪ promover e facilitar as ligações entre o Centro da Cidade e os novos espaços urbanizados situados na outra margem, nomeadamente com a UTAD e com os novos equipamentos culturais e recreativos projectados entre a VIC e o rio; ▪ propor soluções que minimizem o impacto negativo de algumas construções mal inseridas no perfil paisagístico das encostas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <u>Zonas Naturais do Parque do Corgo</u> - Inclui a recuperação da zona natural do Parque do Corgo, o projecto de integração do embasamento das três torres sobre o rio Corgo (Área de intervenção – 720 m²) e travessias: <ul style="list-style-type: none"> - Área de recuperação paisagística – 17 000 m². - Caminhos pedonais (extensão) – 410 m - Pontes pedonais (vão de 30 m e largura de 3 m) ▪ <u>Zona Urbana do Parque do Corgo</u> – inclui o Parque D'Além Rio (área de intervenção – 66 000 m²), parque de estacionamento com 200 lugares, respectivos acessos e infra-estruturas associadas, nomeadamente iluminação pública e mobiliário urbano e travessias

Fonte: MAOT (2000b)

**ANEXO 7 | PLANTA DE IDENTIFICAÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS DO
PROGRAMA POLIS DE VILA REAL**

LEGENDA :

Limite da intervenção

Limite dos Planos de Pomenor

REABILITAÇÃO URBANA

P.P.1 - Plano de Pomenor Vila Velha

P.P.2 - Plano de Pomenor Centro Histórico e Av. Carvalho Araújo

P.P.3 - Plano de Pomenor Bairro dos Ferreiros

P.P.4 - Plano de Pomenor Antiga Zona Industrial

P.P.5 - Plano de Pomenor Zona de Tourinhas/Parque da Cidade

ESTRUTURA VERDE

Parque do Corgo - P.P.6

Zona Natural (Rios Corgo e Cabril)

Zona Urbana

Zona Montante

Parque da Cidade

ETAR

Projecto de Integração do Cemitério

FLUXOS

Túnel Rodoviário

Teleférico

Elevador Panorâmico/Atravessamento

Av. 1º de Maio e Entrada na Cidade

Percurso Ambiental

PE1 - Parque de Estacionamento da Av. Carvalho Araújo

PE2 - Parque de Estacionamento do Pioleto

PM1 - Ponte Metálica

E1 - ETAR

E2 - Centro de Monitorização Ambiental

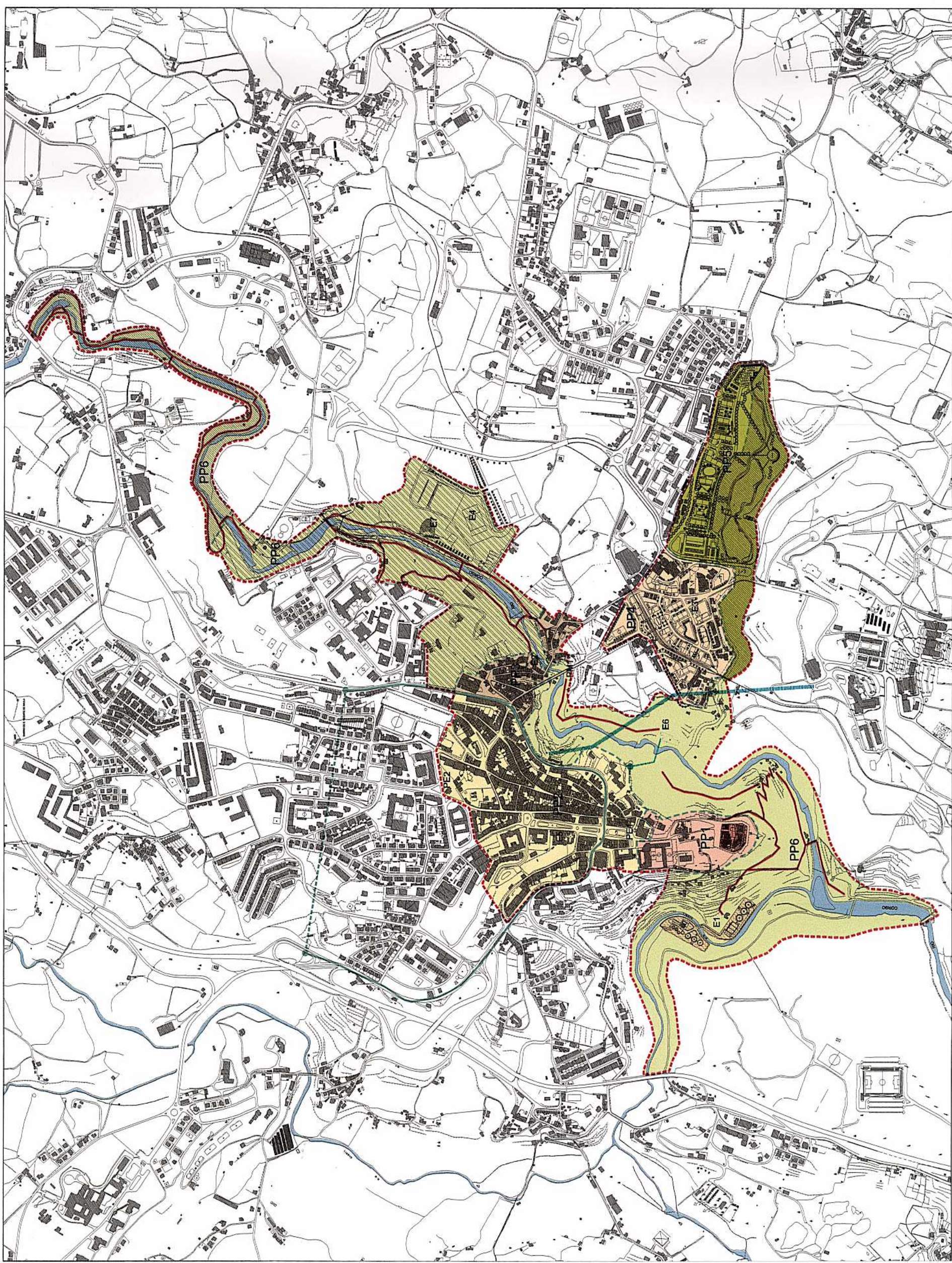
E3 - Biblioteca

E4 - Casa das Artes

E5 - Conservatório Regional de Música





















E6 - Quinta do Granjo

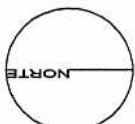
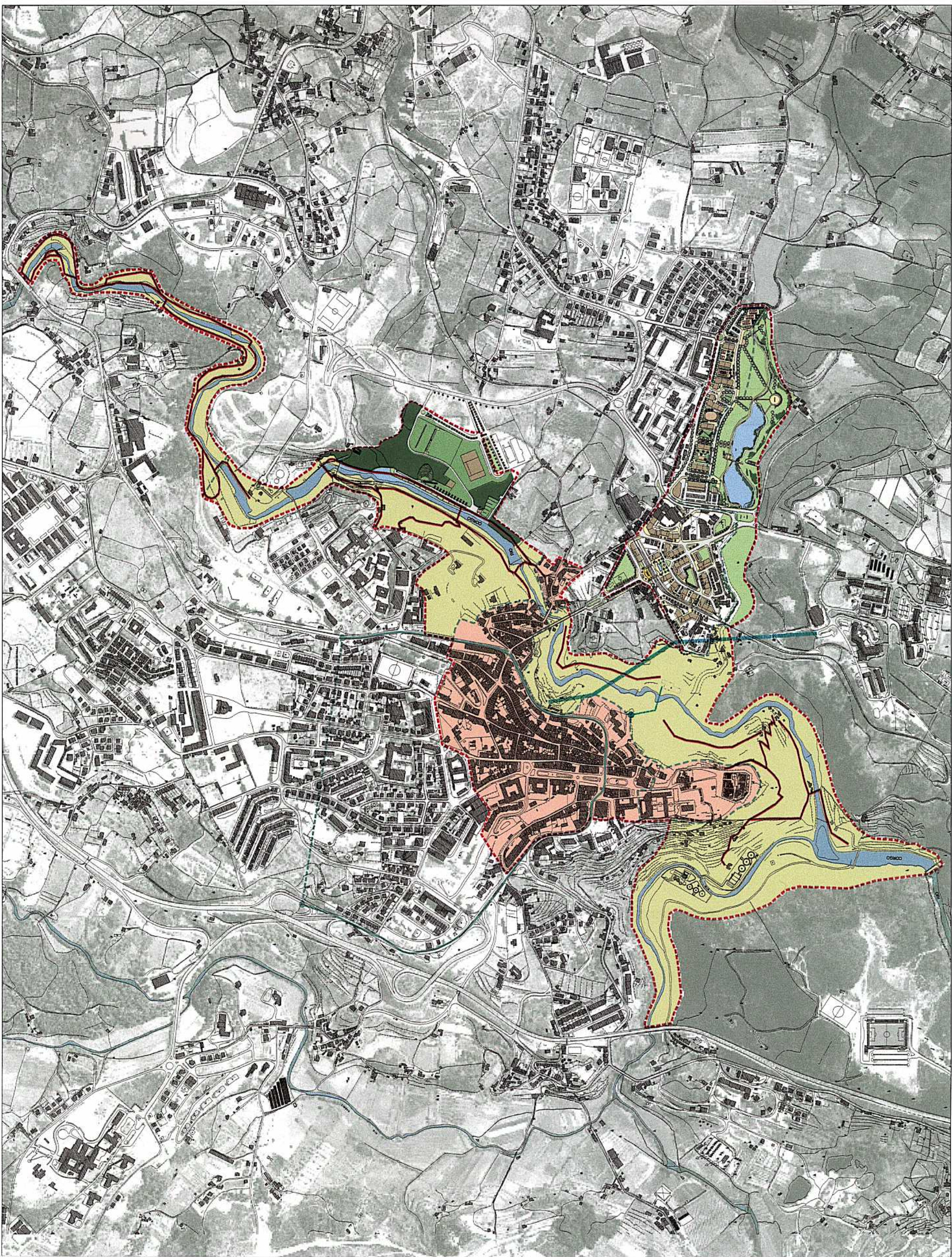
E7 - Parque D'Além Rio



**ANEXO 8 | PLANTA DE SIMULAÇÃO DA OCUPAÇÃO FINAL DO
PROGRAMA POLIS DE VILA REAL**

LEGENDA :

	Zona de intervenção
	Intervenção na Zona Habitacional Consolidada
	Parque do Corgo
	Estrada
	Estacionamentos
	Edifícios Existentes
	Floresta
	Zonas Verdes de Enquadramento
	Relvados
	Passeios
	Edifícios Propostos
	Zonas de Lazer
	Caminhos do Parque
	Estação dos Caminhos de Ferro
	Planos de Água
FLUXOS	
	Túnel Rodoviário
	Teleférico
	Elevador Panorâmico/Atravessamento
	Av. 1º de Maio e Entrada na Cidade
	Percurso Ambiental



**ANEXO 9 | CHECK-LIST APLICADA AO
PROGRAMA POLIS DE VILA REAL**

I CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROGRAMA POLIS DE VILA REAL

Tipo de Intervenção

Área de intervenção	181 ha
Duração da intervenção (prevista no Plano Estratégico)	Setembro 2000 – Março 2004
Investimento Previsto	37.2 milhões € + IVA
% Intervenção já concretizada	85% física e 75% financeira

Modelo de Gestão

Entidade executante	Constituição de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com autonomia jurídica, constituída com a participação maioritária do Estado / Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e participação da Autarquia de Vila Real
Tipo de Gestão	Privada – FBO Consultores SA

Tipologia da Equipa Técnica

Conselho de Administração da Sociedade	Presidente - não tem presidente nomeado. Anteriormente, as funções eram desempenhadas pelo Vice-Presidente da CCDR-Norte Vogal – Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Real Vogal – Director do Gabinete de Apoio Técnico	
Equipa Técnica	Equipa da Sociedade PolisVilaReal	Equipa do Gestor da Intervenção
	1 Director Executivo 3 Apoios Administrativos	Director Sub-Director 2 Técnicos Locais (de apoio à engenharia e arquitectura) Apoio Administrativo Apoio da sede da FBO

II. ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL

2.1 FASE DE PROGRAMAÇÃO

GERAL

Documentos / Estudos Ambientais desenvolvidos	<ul style="list-style-type: none"> Implementaram um Sistema Integrado de Qualidade, que inclui um Sistema de Gestão Ambiental Plano de Acompanhamento Ambiental - constitui-se como um documento contratual em todos os concursos lançados pela Sociedade, aplicando-se em qualquer uma das fases de projecto Estudo de Incidências Ambientais - realizado para toda a Zona de Intervenção
Monitorização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Na Fase de Pré-Implementação, além das monitorizações realizadas no âmbito do EInCA, foi monitorizada a qualidade da água dos rios Corgo e Cabril

PLANOS DE PORMENOR

Planos de Pormenor	Equipa Técnica		Incorporação dos indicadores previstos no P. Estratégico	Estudos ambientais realizados
Vila Velha	<ul style="list-style-type: none"> 1 Arq.º Coordenador; 1 Arq.º Urbanista 1 Arq.º Especialista em Património 1 Arq.º Especialista em História 1 Arq.º Especialista em Cartografia e Desenho Urbano 	<ul style="list-style-type: none"> 2 Arquitectos 1 Socióloga 1 Geógrafa 1 Arq.º Paisagista 1 Jurista 1 Arqueólogo 5 Eng.ºs Infraestruturas 	Sim. Os Planos de Pormenor traduzem o Plano Estratégico e prevêm os indicadores ambientais nele definidos	-
Centro Histórico	<ul style="list-style-type: none"> 1 Arq.º Coordenador; 1 Eng.º Coordenador para a área do Planeamento 1 Eng.º Especialista em Engenharia 2 Arquitectos 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Eng.º do Ambiente 1 Economista 1 Jurista 1 Eng.º Civil 1 Eng.º Electrotécnico 1 Arq.º Paisagista 		-
Antiga Zona Industrial	<ul style="list-style-type: none"> 1 Arq.º Coordenador; 1 Arq.º; 1 Arq.º Paisagista; 3 Eng.ºs infraestruturas; 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Eng.º electrotécnico; 1 Arq.º paisagista; 1 Economista; 1 Jurista; 		-
Tourinhas				-

Bairro de Ferreiros	<ul style="list-style-type: none"> 1 Eng.º Urbanista Coordenador; 2 Arq.º Coordenador 1 Lic.ª Planeamento Regional e Urbano 1 Arq.º 1 Eng.º 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Lic. História 1 Arq.º Paisagista 1 Jurista 1 Arq.º Especialista em Cartografia e Desenho Urbano 	Sim. Os Planos de Pormenor traduzem o Plano Estratégico e prevêm os indicadores ambientais nele definidos	-
Rio Corgo	<ul style="list-style-type: none"> 1 Arqº Coordenador; 2 Arq.º Urbanistas 3 Eng.ºs Infraestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Eng.º Electrotécnico 1 Arq.º Paisagista e do Ambiente 1 Jurista 		-

PROJECTOS

Projectos	Estudos ambientais complementares realizados	Tecnologias de gestão ambiental introduzidas
Espaço Público, arruamentos e infraestruturas da Vila Velha (Inclui a integração do Cemitério)	-	Os termos de referência dos vários projectos solicitavam que se considerassem as medidas indicadas no EIncA
Centro Interpretativo Arqueológico da Vila Velha	-	
Beneficiação e Requalificação da Avª Carvalho de Araújo	-	
Beneficiação e requalificação de um lote de arruamentos do Centro Histórico	-	
Beneficiação e Requalificação do Largo do Pioledo	-	
Beneficiação e Requalificação da Avª da Noruega	-	
Beneficiação e Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Ferreiros	-	
Parque da Cidade	-	
Zonas Naturais do Parque do Corgo (inclui a Integração do embasamento das três torres sobre o rio Corgo, os percursos marginais e travessias)	-	
Zona Urbana do Parque do Corgo (inclui travessias, Parque de Estacionamento e Parque Além Rio)	-	
Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	-	O projecto de execução inclui a instalação de painéis fotovoltaicos e painéis solares experimentais e didácticos.

2.2 FASE DE OBRA

Geral

Documentos / Estudos ambientais desenvolvidos	-
Monitorização Ambiental	Realizaram-se apenas campanhas de monitorização em obra

Dono de Obra (Sociedade PolisVila Real)

Responsável Ambiental	Não
Periodicidade de participação nas reuniões de obra	A participação era pontual, não tendo periodicidade definida.

Gestor da Intervenção (FBO Consultores SA)

Responsável Ambiental	Sim, cada empreitada tinha o seu responsável ambiental por parte do Gestor da Intervenção
Periodicidade de participação do R. Ambiental nas reuniões de obra	O Gestor da Intervenção não participava com periodicidade definida nas reuniões de obra, no que se refere à componente ambiental, excepto se fosse convocado

Fiscalização

Responsável Ambiental	Sim. Era exigido pelo caderno de encargos do concurso a presença de um técnico com formação em Eng ^a do Ambiente
Periodicidade de participação do R. Ambiental da Fiscalização nas reuniões de obra	O R. Ambiental fazia vistorias mensais às várias empreitadas
Relatórios de Acompanhamento Ambiental	Mensalmente era elaborado um relatório específico da área de ambiente, que continha todas as ocorrências no PAA.
Monitorização Ambiental em Obra	Realizaram-se monitorizações pontuais

Empreiteiros

Responsável Ambiental	Todas as empreitadas tinham um responsável ambiental. Era exigido pelo PAA.
Plano de Gestão Ambiental	O Empreiteiro devia seguir o disposto no PAA da Sociedade PolisVila Real
Relatórios de Acompanhamento Ambiental	Sim. Eram elaborados mensalmente e integrados nos relatórios mensais da empreitada, para entrega à Fiscalização
Monitorização ambiental em obra	Não realizaram medições em obra

Realização de acções de formação, na área do ambiente aos funcionários	Não foi possível obter informações referentes a este aspecto
Compilação de informação para produção de indicadores de desempenho ambiental da empreitada	Não recolheram informação para produção de indicadores

2.3 FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Geral

Grau de implementação final do Programa Polis, relativamente ao previsto no Plano Estratégico	63%
--	-----

Avaliação de desempenho ambiental do Programa Polis

Monitorização Ambiental	Não está prevista a realização de nenhuma campanha	
Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Está em construção e está prevista conclusão para o fim do 1º trimestre de 2006.	
Produção de indicadores de desempenho ambiental das empreitadas	Não foi recolhida informação para produção de indicadores	
Indicadores ambientais Propostos no Plano Estratégico e incorporados nos projectos	Instrumentos de gestão territorial	6
	Criação e beneficiação de parque e áreas verdes	800 000m ²
	Criação e requalificação de espaço público	20 000 m ²
	Requalificação de Frentes de Rio	5 100 m
	Construção de Passadiços Pedonais -	6
	Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	1 200 m ²
	Criação de Novos Percursos Pedonais	7 550 m
	Estacionamento dissuasor	0 lugares
	Demolições para requalificação urbana	nq
	Criação de um Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	1

III. Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

3.1 COMPONENTE DIVULGAÇÃO

Geral

	Fase de Programação	Fase de Obra	Fase de Encerramento e Avaliação
Meios de divulgação utilizados	<ul style="list-style-type: none"> Posto de Informação Countdown Brochura sobre o Projecto da Av^a Carvalho Araújo Site www.polisvilareal.pt, que está operacional desde 2002 	<ul style="list-style-type: none"> Posto de Informação Countdown (foi desligado em Janeiro de 2004 e posteriormente desmontado) Site - www.polisvilareal.pt Prospectos Comunicados localizados 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do Posto de Informação até à dissolução da Sociedade
Tipo de Informação disponibilizada à população	<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos dos Planos de Pormenor Exposição sobre o projecto da Av^a Carvalho Araújo Relatório da Monitorização dos Rios Cogro e Cabril 	<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos dos Planos de Pormenor Relatório da Monitorização dos Rios Cogro e Cabril Informação sobre a obra realizada no Parque do Corgo 	-

3.2 COMPONENTE PARTICIPAÇÃO

Geral

Comissão Local de Acompanhamento	Existe e é composta por cerca de 50 elementos.
Frequência e programas/temas das reuniões	<p>A Comissão reúne mensalmente, em data e local fixo. Previamente às reuniões, a Sociedade envia, a cada elemento, um documento resumo sobre os temas debatidos na reunião anterior, bem como a documentação complementar.</p> <p>Os temas apresentados prendem-se com a apresentação dos Planos de Pormenor, informações sobre os projectos, andamento da fase de obra, divulgação de relatórios, entre outros.</p>
Efeitos da Comissão Local de Acompanhamento	Não resultaram alterações aos projectos

Planos de Pormenor

Planos de Pormenor	Metodologia de participação pública	Nível de participação	Meios de informação da população	Efeitos da Participação Pública nos Planos de Pormenor
Vila Velha	Cumpriram os requisitos legais e realizaram apresentações na Comissão Local de Acompanhamento	Médio	Disponibilização da informação: <ul style="list-style-type: none"> no site no posto de informação na Comissão Local de Acompanhamento 	-
Bairro de Ferreiros		Baixo		-
Antiga Zona Industrial		Baixo		-
Tourinhas		Baixo		-
Salvaguarda do Centro Histórico		Baixo		Foi retirado o projecto do parque de estacionamento do Pioledo
Rio Corgo		Baixo		Foi eliminado o projecto do elevador panorâmico

Projectos

Projectos	Participação Pública	Nível de participação	Meios de informação da população	Efeitos na concepção dos Projectos
Espaço Público, arruamentos e infraestruturas da Vila Velha (Inclui a integração do Cemitério)	Foi apresentado na CLA	-	-	-
Centro Interpretativo Arqueológico da Vila Velha	Foi apresentado na CLA	-	-	-
Beneficiação e Requalificação da Av ^a Carvalho de Araújo	Foi apresentado na CLA	Médio	A apresentação realizou-se através de uma exposição	-
Beneficiação e requalificação de um lote de arruamentos do Centro Histórico	Foi apresentado na CLA e teve uma apresentação pública			
Beneficiação e Requalificação do Largo do Pioledo	Foi apresentado na CLA	-	-	-

Beneficiação e Requalificação da Avª da Noruega	Foi apresentado na CLA e foram ouvidos todos os representantes dos condomínios das habitações abrangidas	-	-	-
Beneficiação e Requalificação do Espaço Público do Bairro dos Ferreiros	Foi apresentado na CLA	-	-	-
Parque da Cidade	Foi apresentado na CLA	-	-	-
Zonas Naturais do Parque do Corgo (inclui a Integração do embasamento das três torres sobre o rio Corgo, os percursos marginais e travessias)	Foi apresentado na CLA	-	-	-
Zona Urbana do Parque do Corgo (inclui travessias, Parque de Estacionamento e Parque Além Rio)	Foi apresentado na CLA	-	-	-
Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Foi apresentado na CLA	-	-	-

ANEXO 10 | PLANTA DO PROGRAMA POLIS DE VILA FRANCA DE XIRA



**ANEXO 11 | CHECK-LIST APLICADA AO
PROGRAMA POLIS DE VILA FRANCA DE XIRA**

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PROGRAMA POLIS DE VILA FRANCA DE XIRA

Tipo de Intervenção

Área de intervenção	3.6 Km
Duração da intervenção (prevista no Plano Estratégico)	Novembro 2001 – Julho 2003
Investimento Previsto	6 082 302,1 €
% Intervenção já concretizada	75% física

Modelo de Gestão

Entidade executante	Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Tipo de Gestão	Gestão Camarária

Tipologia da Equipa Técnica

Conselho de Administração da Sociedade	Não aplicável
Equipa Técnica	Urbanista (Director) Arq ^a Paisagista Eng ^o Civil Arq ^o Planeamento e Gestão Urbanística Desenhador Administrativas

II. ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA COMPONENTE AMBIENTAL

2.1 FASE DE PROGRAMAÇÃO

Geral

Documentos / Estudos Ambientais desenvolvidos	Não foram desenvolvidos quaisquer documentos ou estudos ambientais específicos, no âmbito do Programa Polis de Vila Franca de Xira
Monitorização Ambiental	Não se realizou monitorização ambiental a nenhuma componente

Planos de Pormenor

	Equipa Técnica	Incorporação dos indicadores ambientais previstos no P. Estratégico	Estudos ambientais realizados
Não aplicável, uma vez que não foi desenvolvido nenhum Plano de Pormenor, no âmbito do Programa Polis de Vila Franca de Xira			

Projectos

Projectos	Estudos ambientais complementares realizados	Tecnologias de Gestão Ambiental Introduzidas
Intervenção Caminho Pedonal Ribeirinho Vila Franca de Xira - Alhandra	Ao nível do desenvolvimento dos projectos, foram consultadas as diversas entidades com jurisdição na área (ICN, INAG, APL, CCDR-LVT e REFER), uma vez que parte da ZI se inclui na Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo (ZPE). As recomendações indicadas nos vários pareceres foram posteriormente incluídas nos projectos	Apenas as recomendadas nos pareceres, ao nível da flora, pavimentos, linhas de água, etc
Intervenção do Arranjo dos Espaços Exteriores do Campo do Cevadeiro (Parque Urbano de Vila Franca de Xira)		
Parque Urbano de Alhandra		

2.2 FASE DE OBRA

Geral

Documentos / Estudos ambientais desenvolvidos	Não foram desenvolvidos documentos específicos
Monitorização Ambiental	Não se realizou monitorização ambiental a nenhuma componente

Dono de Obra (Câmara Municipal de Vila Franca de Xira)

Responsável Ambiental	Não existiu um responsável ambiental formal
Periodicidade de participação do R. Ambiental nas reuniões de obra	O Dono de Obra participava semanalmente nas reuniões de obra com a Fiscalização e Empreiteiros

Fiscalização

Responsável Ambiental	As equipas de fiscalização eram específicas para cada empreitada e nenhuma tinha responsável ambiental
Periodicidade de participação do R. Ambiental da Fiscalização nas reuniões de obra	-
Relatórios de Acompanhamento Ambiental	Não foram realizados relatórios de acompanhamento ambiental
Monitorização Ambiental em Obra	Não se realizou monitorização ambiental em obra

Empreiteiros

Responsável Ambiental	Não existia responsável ambiental em nenhuma das equipas de empreiteiros
Plano de Gestão Ambiental	Nenhuma empreitada teve PGA
Relatórios de Acompanhamento Ambiental	Não se realizou nenhum relatório de acompanhamento ambiental
Monitorização ambiental em obra	Não se realizou monitorização ambiental em obra
Realização de acções de formação aos funcionários, na área do ambiente	Nenhum Empreiteiro realizou acções de formação aos funcionários, na área do ambiente.
Produção de indicadores de desempenho ambiental da empreitada	Não foram elaborados indicadores ambientais

2.3 FASE DE ENCERRAMENTO E AVALIAÇÃO

Geral

Grau de implementação final do Programa Polis, relativamente ao previsto no Plano Estratégico	100%
--	------

Avaliação de desempenho ambiental do Programa Polis

Monitorização Ambiental	Foi realizado um pequeno inquérito de satisfação à população, acerca do Parque Urbano de Vila Franca de Xira	
Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental	Não foi considerado no Plano Estratégico	
Produção de indicadores de desempenho ambiental das empreitadas	Não existiu compilação de informação ambiental	
Indicadores ambientais Propostos no Plano Estratégico e incorporados nos projectos	Instrumentos de gestão territorial	-
	Criação e beneficiação de parque e áreas verdes	45 933,7m ²
	Criação e requalificação de espaço público	70 107,4 m ²
	Requalificação de Frentes de Rio	58 679,7 m ²
	Construção de Passadiços Pedonais	1
	Ciclovias criadas	691,4 ml
	Pedonalização e condicionamento de trânsito em arruamentos	240 m ²
	Criação de Novos Percursos Pedonais	691,4 m ²
	Demolições para requalificação urbana	90 m ²

III. Acções de Comunicação e Sensibilização Ambiental

3.1 COMPONENTE DIVULGAÇÃO

Geral

	Fase de Programação	Fase de Obra	Fase de Encerramento e Avaliação
Meios de divulgação utilizados	<ul style="list-style-type: none"> site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (www.cm-vfxira.pt) Folhetos distribuídos pelo correio Boletins da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira Painéis do Programa Polis Stand na Feira de Outubro, que se realiza no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (www.cm-vfxira.pt) Colocação de Painéis de obra 	<ul style="list-style-type: none"> Nas obras já concluídas realizam acções da CMVFX (actividades físicas, exposições, feiras, etc) Está previsto a colocação de informação ambiental nos parques e também ao longo do caminho ribeirinho, dado encontrarem-se na ZPE Estão em negociação com a ONG "Associação Amigos do Tejo", para a instalação da sede no rio, junto ao Parque Urbano de Alhandra Está previsto a edição de uma brochura com o historial do Programa Polis em VFX
Tipo de Informação disponibilizada à população	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Conteúdo dos Projectos 	<ul style="list-style-type: none"> Os painéis indicam o tipo de obra, o início e o fim da empreitada 	

3.2 COMPONENTE PARTICIPAÇÃO

Geral

Comissão Local de Acompanhamento	Não foi formada qualquer comissão local de acompanhamento
Frequência e programas/temas das reuniões	-
Efeitos da Comissão Local de Acompanhamento	-

Planos de Pormenor

Planos de Pormenor	Metodologia de participação pública	Nível de participação	Meios de informação da população	Efeitos da Participação Pública nos Planos de Pormenor
Não aplicável				

Projectos

Projectos	Participação Pública	Nível de participação	Meios de informação da população	Efeitos na concepção dos Projectos
Intervenção Caminho Pedonal Ribeirinho Vila Franca de Xira - Alhandra	Não	-	-	-
Intervenção do Arranjo dos Espaços Exteriores do Campo do Cevadeiro (Parque Urbano de V.Franca de Xira)	Não	-	-	-
Parque Urbano de Alhandra	Não	-	-	-